

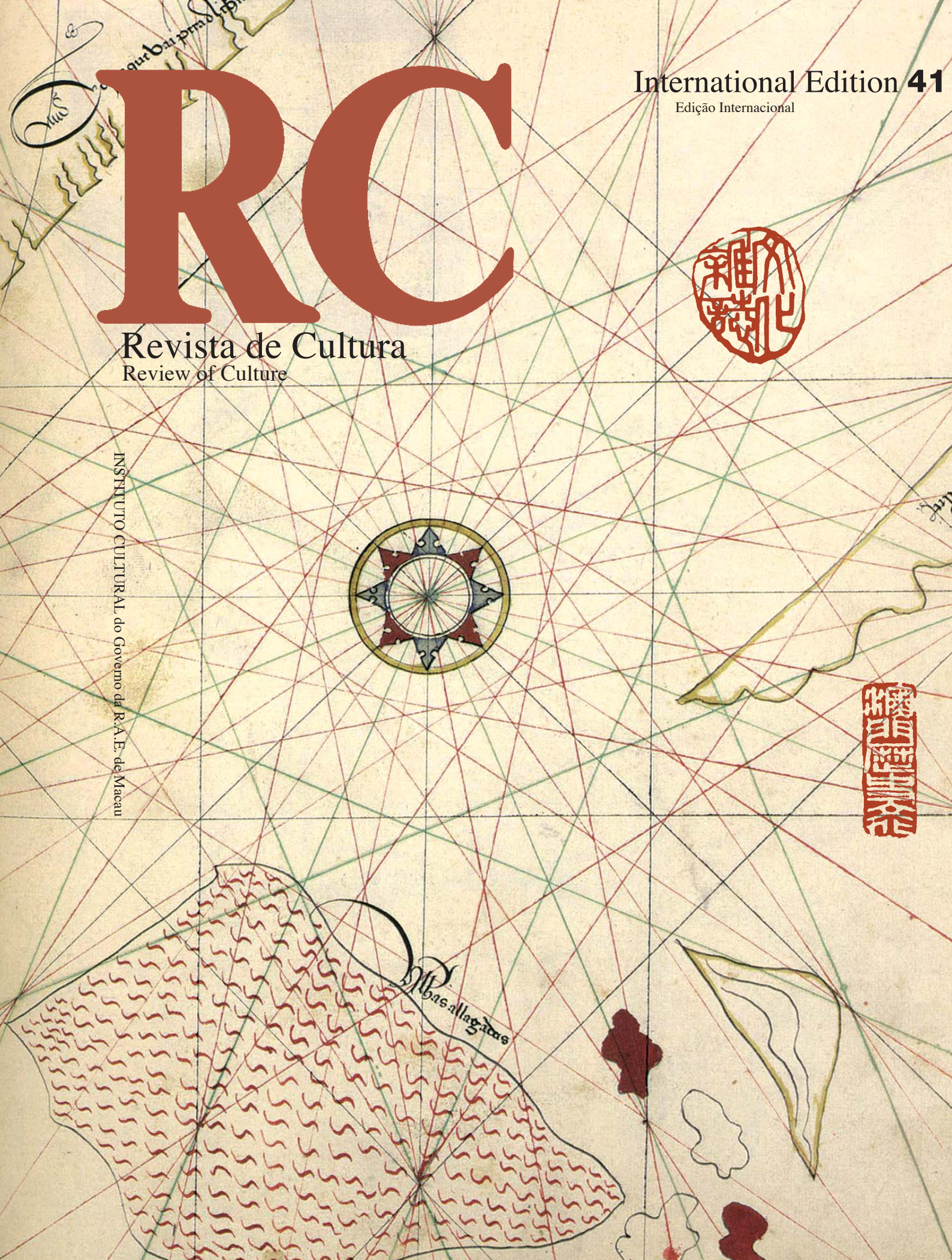
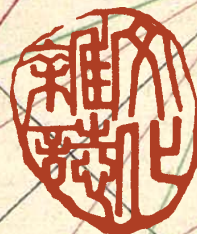
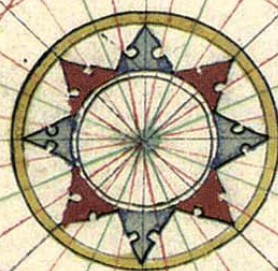
RC

Revista de Cultura
Review of Culture

International Edition 41

Edição Internacional

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau





EDITOR
Publisher
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO
Editorial Board
Ung Vai Meng, Yao Jingming,
Wong Man Fai, Luís Ferreira,
Wong Io Fong
rci@icm.gov.mo

COORDENADOR
Co-ordinator
Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

DIRECTOR GRÁFICO
Graphic Director
Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA
Graphic Design
Grace Lei

SEPARAÇÃO DE CORES
Color Separation
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO
Printing
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM
Print Run
1100

REDACÇÃO E SECRETARIADO
Publisher's Office
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
DEIP - Divisão de Estudos, Investigação e Publicações
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 83996381
Fax: (853) 28523660
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

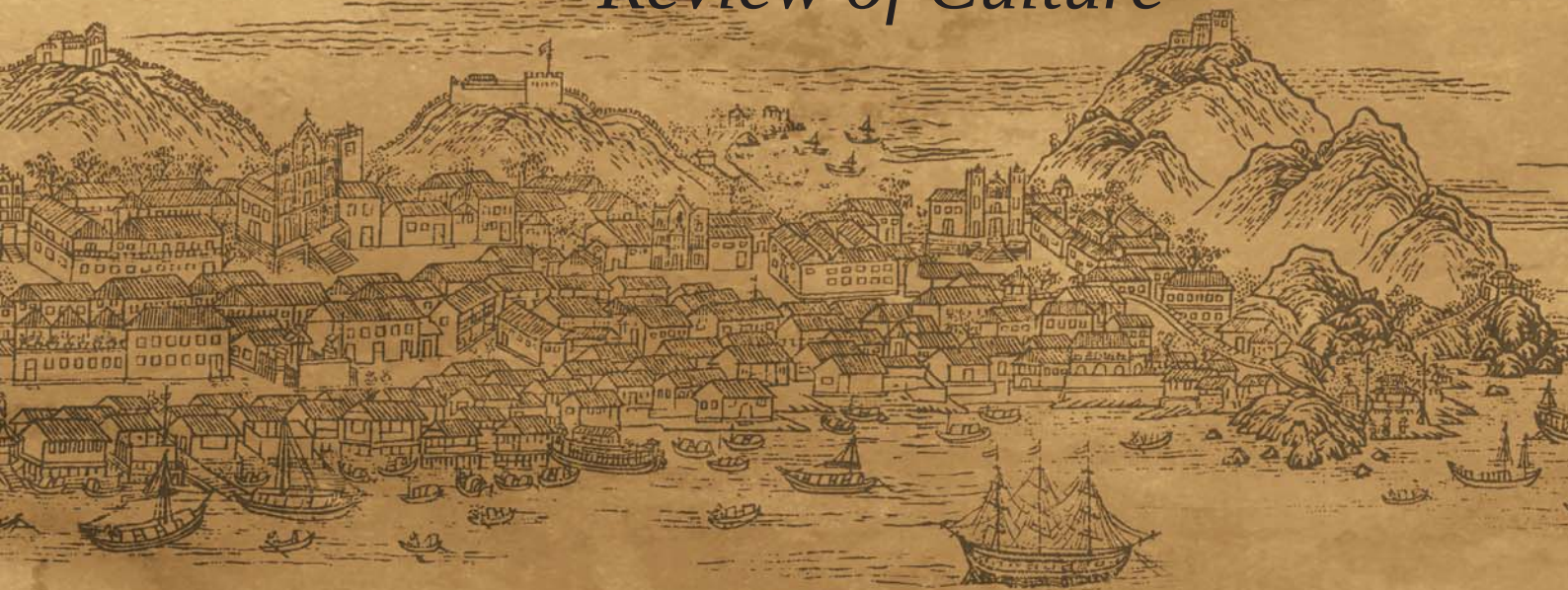
RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a
Revista de Cultura
Subscribe to
Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau

MOP 80,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

Macau

MOP 160,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-83996381

Fax: 853-28523660

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 41, IIIª Série, 1.º Trimestre 2013

RC, no. 41, IIIrd Series, 1st Quarter 2013

TEXTOS

Texts

Ana Cristina Alves
 António Aresta
 António Rodrigues Baptista
 Christopher Larkosh
 Fernando Mendonça Fava
 Ivo Carneiro de Sousa
 Ming K. Chan
 Vincent Ho
 Yao Jingming

TRADUÇÃO

Translation

PHILOS - Comunicação Global, Lda.
 (Português-Inglês e Inglês-Português)

REVISÃO

Proofreading

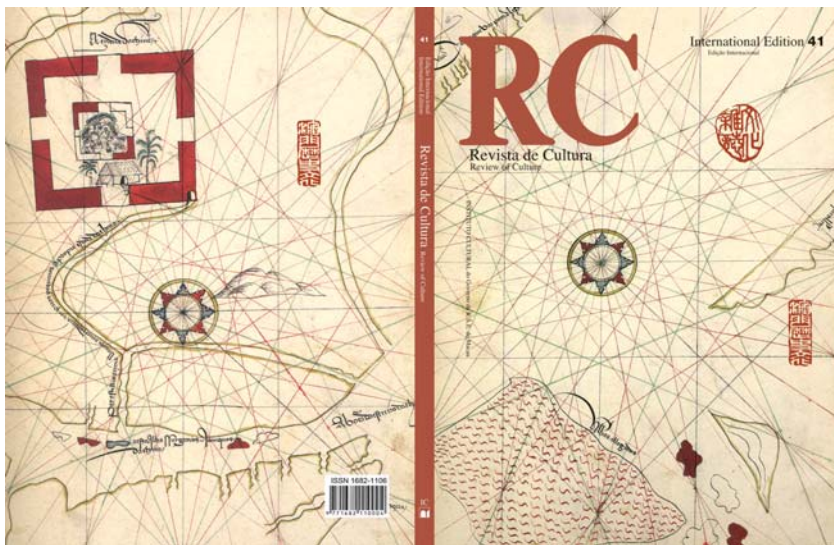
Chao Siu Fu (Chinês),
 Luís Ferreira (Português),
 Jennifer Ann Day e Marie Imelda MacLeod
 (Inglês)

Nota do Conselho de Direcção

Convicto de que estão reunidas as condições necessárias para assegurar a normal periodicidade da *Revista de Cultura*, entendeu este Conselho fazer coincidir a publicação deste número 41 com o 1.º trimestre de 2013.

Editorial Board's Note

Persuaded the requirements to ensure the regular periodicity of *Review of Culture* are fulfilled, this Board decided to match the release of number 41 with the 1st quarter of 2013.



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

A análise dos cinco primeiros documentos cartográficos europeus sobre a China e a biografia e actividades comerciais e diplomáticas de Francisco Vieira de Figueiredo abrem a presente edição de *Revista de Cultura*. O papel da imprensa da língua inglesa na construção da imagem internacional de Macau a partir de meados do século XIX, a dupla posição de Eça de Queirós perante a China são temas igualmente abordados neste número, a par da análise do romance português *O Mal* no contexto da literatura portuguesa na e sobre a Ásia e no contexto da Macau actual.

Tendo como pano de fundo as revoluções republicanas em Portugal e na China, dois artigos: um sobre Victor de Azevedo Coutinho, nascido em Macau e figura relevante da Primeira República Portuguesa, e um outro sobre as dimensões luso-macaenses da vida e do pensamento de Sun Yat Sen. Completam este número um estudo sobre as afinidades entre os princípios da filosofia confucionista e a filosofia leibniziana e um outro sobre o pensamento do destacado intelectual católico D. José da Costa Nunes, nomeadamente sobre a visão que tinha sobre a China e a sua cultura.

OUR COVER

This issue of *Review of Culture* opens with the analysis of the first five European maps of China and with the biography and business and diplomatic activities of Francisco Vieira de Figueiredo. Also in this issue the role that the English press played in building the international image of Macao after the middle of the 19th century and the dual stance of Eça de Queiroz towards China are covered, not to mention a review on the Portuguese novel, *O Mal*, not only in the context of Portuguese literature in and on Asia but also of present-day Macao.

There are two articles with the backdrop of the republican revolutions in Portugal and in China: one about Victor de Azevedo Coutinho, born in Macao and an important figure in the First Portuguese Republic, and another on the Luso-Macanese dimensions of life and the thinking of Sun Yat Sen. And to complete this issue, there is a study on the affinities between the principles of Confucian philosophy and Leibnizian philosophy and another on the thinking of the well-known Catholic intellectual, D. José da Costa Nunes, in particular on his vision of China and its culture.

SUMÁRIO

Index



ATRIUM

PORTUGAL'S DAY MACAO GOVERNOR'S REPLY TO MESSAGE

His Excellency the Governor has received the following telegram from His Excellency the Governor of Macao:



HISTORIOGRAFIA * HISTORIOGRAPHY

- 6 THE FIRST PORTUGUESE MAPS OF CHINA IN FRANCISCO RODRIGUES' BOOK AND ATLAS (C.1512)
 弗朗西斯·罗德里杰斯的《书》和《地图集》(C.1512)：葡萄牙最早的中国地图
 Ivo Carneiro de Sousa

- 21 FRANCISCO VIEIRA DE FIGUEIREDO: UM "FIDALGO" NO EXTREMO ORIENTE
 远东的“贵族”：弗朗西斯科·维埃拉·德·费盖雷多
 António Rodrigues Baptista

- 55 REVERSED GAZE FROM SOUTHEAST PACIFIC REGION: MACAO IN ANGLOPHONE NEWSPAPERS
 变形记：东南太平洋国家英语报纸中的澳门
 Vincent Ho

LITERATURA * LITERATURE

- 62 DUPLO OLHAR DE EÇA DE QUEIRÓS SOBRE A CHINA
 艾萨·德·克罗兹对中国的双重看法
 Yao Jingming

- 69 ON RETURNING TO MACAO, GREATER CHINA, AND THE MAKING OF CONTEMPORARY
 POSTCOLONIAL NARRATIVES
 重返澳门·更强大的中国·以及当代后殖民叙事
 Christopher Larkosh

FILOSOFIA * PHILOSOPHY

- 76 A NECESSIDADE DE HARMONIA NO ORIENTE CONFUCIONISTA E NO OCIDENTE LEIBNIZIANO
 东方孔学与西方莱布尼兹学之中所需的和谐
 Ana Cristina Alves

ESTUDOS DE MACAU * MACAO STUDIES

- 91 THE LUSO-MACAO DIMENSIONS OF SUN YAT SEN'S MODERN CHINESE REVOLUTION
 葡澳在孙中山现代革命中的作用
 Ming K. Chan

- 110 VICTOR HUGO DE AZEVEDO COUTINHO: UM REPUBLICANO NASCIDO EM MACAU
 维克托·雨果·库迪尼奥：在澳门出生的共和制倡导者
 Fernando Mendonça Fava

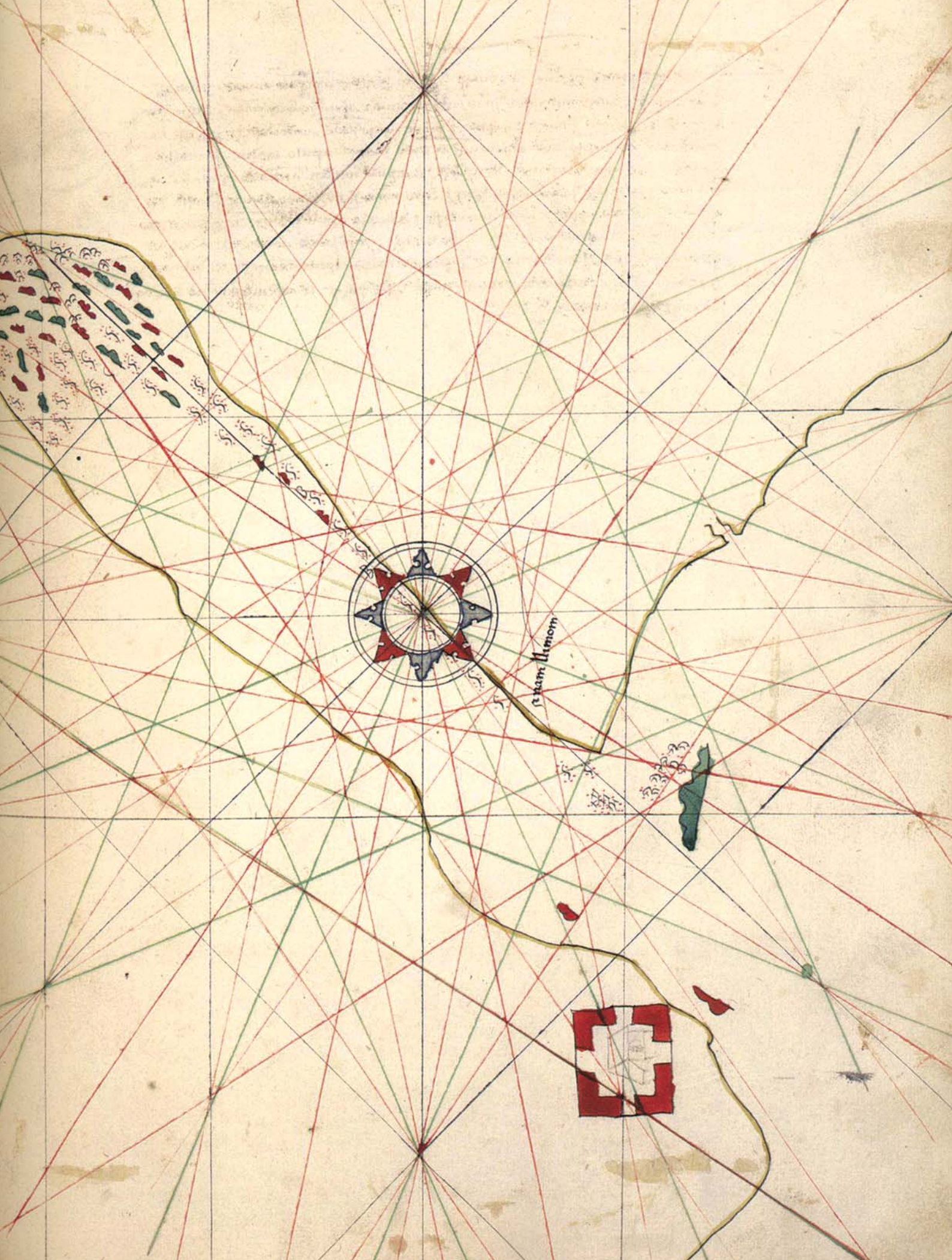
- 124 A CHINA NO PENSAMENTO DE JOSÉ DA COSTA NUNES
 高若瑟对中国的看法
 António Aresta

- 151 RESUMOS

- 153 ABSTRACTS

- 155 ÍNDICE DE AUTORES N.os 37-41
 AUTHORS INDEX NOS. 37-41



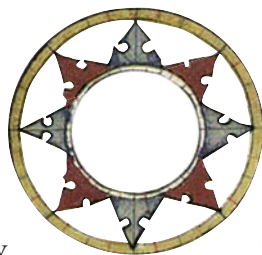


The First Portuguese Maps of China in Francisco Rodrigues' *Book* and *Atlas* (c.1512)

IVO CARNEIRO DE SOUSA*

The arrival of Vasco da Gama's fleet at Calicut on the West coast of India in 1498, helped by Muslim pilots experienced in the Indian Ocean routes and trade, and primarily his safe maritime return to Portugal the following year, opened the gates to the virtually unknown Asian world for the Portuguese. Before 1498, little was known in Portugal about the remote East, represented between fiction and scant reality in travellers' late medieval accounts such as Marco Polo's or John de Mandeville's volumes as well as through the Italian Renaissance curiosity about the Orient fuelled by several intellectual refugees from Constantinople. Much more real and profitable were the expensive Asian spices reaching European markets through Turkey and Egypt and distributed among rich courts, aristocracies, high bourgeoisies or even monasteries by the intermediation of the Italian trade towns, largely headed by Venice.

The maritime exploration of the extensive Asian seas and key trade points was extremely rapid: in 1503, Portuguese ships identified the mouth of the Red Sea; three years later, they reached Ceylon;



in 1509, they cast anchor in Malacca, a strategic commercial city which would be conquered two years later in 1511 under the command of the governor Afonso de Albuquerque; in 1512, expeditions were sent to the Maluku Islands, in Eastern Indonesia, reaching Banda; this same year witnessed the first Portuguese embassies to Siam and Pegu; in 1513, a Portuguese fleet reached the south coast of China commanded by Jorge Álvares; in 1515, the first Portuguese traders arrived in Timor; and in 1516, the banks of the Bengala Gulf were explored. Only eighteen years after Vasco da Gama's famous voyage to Hindustan, Portuguese captains, pilots, traders and humble sailors or soldiers established contacts with the most important commercial Asian maritime regions, identifying established old trade networks connecting for centuries South China, Southeast Asia, the Indian Ocean and the Eastern Mediterranean. The speed with which this initial survey was carried out must be explained by the Portuguese systematic strategy, from the very start, to resort to local alliances, pilots, sailors, traders and ships as much as nautical knowledge or maps. This process is perfectly witnessed by two major manuscript works organised immediately in the aftermath of the Portuguese conquest of Malacca: the *Suma Oriental* by Tomé Pires and the unfinished *Book* and *Atlas* prepared by the pilot Francisco Rodrigues, both dating from the period between 1511 and 1515. Strangely enough, the two documents were preserved in the same manuscript volume, now in the Library

Fig. 1: Map of folio 38 v.

* Ph.D. in History and Portuguese Culture and Aggregated in History. Currently is Vice-President and Researcher at the East-West Institute for Advanced Studies (EWIAS).

Doutorado em História e Cultura Portuguesa com Agregação em História. Actualmente é vice-presidente e investigador do Este-Oeste Instituto de Estudos Avançados (EWIAS).

HISTORIOGRAFIA

of the French National Assembly in Paris, and were widely unknown in Portugal where Pires' volume was preserved through a fragmentary Lisbon manuscript copy¹ while Rodrigues' book and maps were ignored.²

An account hand-written by Francisco Rodrigues, in his *Book* and *Atlas* (in fact, an incomplete and mixed book of seamanship) occupies the initial 116 folios of a codex constituted by a total of 178 folios in which the last 62 folios offer the most complete copy of the *Suma Oriental*, an important epochal survey of Asian societies and economies written by the Portuguese apothecary and ambassador to China, Tomé Pires. Francisco Rodrigues' *Book* (as it is simply known and catalogued) presents nautical rules, rutters, 26 maps and 69 unique sketches of panoramic views of the islands from Alor to Java. Unfortunately, 24 of these panoramic drawings are unfinished, only displaying summary outlines of beaches and mountains, mainly from the northwest coast of Java and adjacent islands. It seems clear that these sketches and brief written legends came from previous drawing notes made during the slow journey along the chain of islands of the Lesser Sundas' archipelago when Rodrigues returned to Malacca after the maritime expedition to the Moluccas in 1512 in which he was one of the three Portuguese pilots among several others recruited locally. A traditional thesis, recurrently repeated, suggests that the manuscript was still in revision by his author between 1514-1515, in Cochin, to be then dispatched, unfinished, to the agitated court of King Manuel which anxiously awaited news, maps and rutters, definitively revealing the precious routes towards the extremely fertile and much talked of Eastern Spice Islands whose identification should be controlled by the Portuguese monarch under the famous 1504 rules of secrecy on the new cartographic 'discoveries'.³ There is no documental or logic evidence for this justification.

In fact, the direct information of the 69 panoramic views of the Eastern Indonesian islands from Alor to Java was not inserted in Rodrigues' charts of the same places clearly copied from local, probably Javanese and Chinese, trade maps. At the same time, maps and drawings of our pilot did not influence the following Portuguese charts of the Malay-Indonesian archipelago and the South China seas, which still displayed huge cartographic misunderstandings for the next four decades. Even the cartographic situation

of Malacca itself is clearly wrong in Rodrigues' second-hand charts of Southeast Asia, something that could be revised by simple observation. Since the Portuguese captain of the 1511-1512 expedition to the Moluccas, António de Abreu, tried to return to Portugal, the information requested by the Portuguese King was received through participants of the voyage and not through Rodrigues' *Book* and *Atlas*.⁴ Probably our young pilot died or disappeared during his known participation of the 1519 disastrous Portuguese embassy to China led by Simão Peres de Andrade.

Nevertheless, albeit the lack of direct influences in the 16th century Portuguese cartography of the East, Francisco Rodrigues' *Book* is a paradigm of the paramount appropriation of local knowledge, Asian cartography and maritime information. The rare historiography on Rodrigues' work stressed the importance of the new set of charts on Southeast Asia, but the manuscript was also a major document with the Portuguese first cartographic information on South China and its maritime itineraries. In fact, Rodrigues' manuscript displays the first Portuguese and European rutter of China ('Route to China', fol. 37r.), followed by five maps on the South China seas, mainland and islands (fols. 38, 39, 40, 41, 42). The quest of China was an important political and commercial goal immediately after the Portuguese conquest of Malacca in 1511, and the very few documents referring to Francisco Rodrigues also credited him with the first attempts to identify the maritime routes towards the middle empire.

FRANCISCO RODRIGUES

Very little is known of Francisco Rodrigues' life, education and epochal works. Other than the information springing from his own *Book*, the most important document on the pilot and cartographer appears in an addendum to a letter from the governor Afonso de Albuquerque to King Manuel, written in Cochin, on 1 April 1512.⁵ In this important official text, one finds the following astonishing remarks:

In this first correspondence I send you a long letter, in which I inform you of all I have done since the departure of the ships of Duarte de Lemos and Gonçalo de Sequeira until my return from Malacca to Cochin; it was started in Malacca and ended in Cochin, and may

HISTORIOGRAPHY

Your Highness forgive me if in this same letter and the manner in which it is written, you find me in these two places that this letter I write to you mentions, for the great work it is to write to You extensively, who all day and all night has to attend to other things. I also send you, Sire, a drawing of the island of Goa, of Diu and the island of the Cambay Canal, which are promised to you for the strength and security of your trading post. I also send you a piece of a chart taken from a large map of a Javanese pilot, containing the Cape of Good Hope, Portugal and the land of Brazil, the Red Sea and the Sea of Persia, the Clove Islands, the navigation of the Chinese and the *Gores*,⁶ with their rhumbs and direct routes followed by the ships, and the hinterland, and how the kingdoms border on each other. It seems to me, Sire, that it was the best thing I have ever seen, and Your Highness will be very pleased to see it; it had the names in Javanese writing, but I had with me a Javanese who could read and write. I send this piece to Your Highness, that Francisco Rodrigues traced from the other, in which Your Highness can truly see where the Chinese and *Gores* come from, and the course your ships must take to the Clove Islands, and where the gold mines lie, and the islands of Java and Banda, of nutmeg and maces, and the land of the King of Siam, and also the end of the navigation of the Chinese, the direction it takes, and how they do not navigate further. The main map was lost with *Frol de la Mar*. With the pilot and Pêro de Alpoim, I discussed the meaning of this map, in order that they could explain it to Your Highness; you can take this piece of map as very accurate and ascertained thing, because it is the real navigation, whence and whither they return. The archipelago of the islands called *Celates*, which lie between Java and Malacca, is missing.⁷

The maps that Afonso de Albuquerque refers to in this text were lost, but their cartographic information is partially represented in some of the charts Francisco Rodrigues drew in his book. In fact, the express reference to pilot and cartographer ('I send this piece to Your Highness, that Francisco Rodrigues traced from the other, in which Your Highness can truly

see where the Chinese and Gores come from, and the course your ships must take to the Clove Islands, and where the gold mines lie, and the islands of Java and Banda, of nutmeg and maces, and the land of the King of Siam, and also the end of the navigation of the Chinese, the direction it takes, and how they do not navigate further') allows us to assume that other than the original of a Javanese pilot, Rodrigues made a Portuguese-style cartographic copy aiming to facilitate the king's acknowledgment, and probably other copies were disseminated among Portuguese pilots engaged in the expedition to the Moluccas since Albuquerque discussed it with Pêro de Alpoim, auditor and also captain of the ship *Santa Catarina*, on which António de Abreu embarked as First Captain of the fleet which departed to discover the famous Spice Islands.

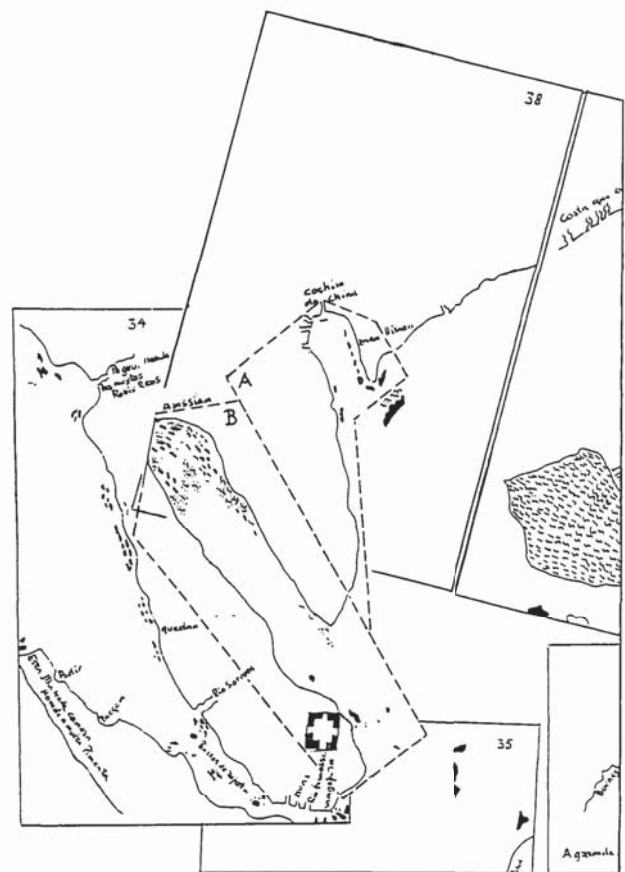


Fig. 2: Correction of the map of folio 34, Gulf of Thailand, and the map of folio 38, Gulf of Tonkin, by interchanging parts of the erroneous cartographic copies (J. Sollewijn Gelpke, 'Afonso de Albuquerque's Pre-Portuguese "Javanese Map"', partially reconstructed from Francisco Rodrigues' *Book*. *Bijdragen tot de Taal-, Land-en Volkenkunde* 151 (1995), no. 1, Leiden, p. 90, fig. 3).

HISTORIOGRAFIA

The letter by Afonso de Albuquerque led to some speculations because of the allusion to Brazil,⁸ but the Portuguese well-known identification in 1500 of the South American territory was surely transmitted to oriental cartographies, pilots and traders as can be witnessed by the famous 1513 map of the Turkish cartographer Piri Reis, displaying Brazil accurately from Portuguese charts.⁹ It was possible that in 1511 in the busy and cosmopolitan trade town of Malacca gathering merchants, sailors and pilots from different Asian regions, from the Middle East to China, had already received cartographic information and concrete maps incorporating the Portuguese 'discoveries' in South America.

A few months later, Afonso de Albuquerque referred to Francisco Rodrigues once more in another letter sent from Cochin, dated 20 August 1512. In this document, the pilot and cartographer is briefly extolled as 'a young man who has been here, with very good knowledge and able to make maps',¹⁰ who stood out from the other pilots who had departed on the expedition sent to the Moluccas. In fact, Rodrigues presents himself on folio 3 of his Book as the 'pilot-major of the first armada to discover Banda and Malucco', reaching, in fact, Amboino, Seram and Banda. Therefore, the most original parts of Rodrigues' Book result from the personal observations he made during this expedition leading to 69 sketches of Eastern Indonesian islands and the cartographic information on Southeast Asia and South China collected from local maps, mainly the referred map of a Javanese pilot but probably also some Chinese epochal charts.

In the month of December 1512, Rodrigues and his companions on the first adventure to the Moluccas had returned to Malacca, where they met Tomé Pires, who had been sent in the middle of that year by Afonso de Albuquerque to occupy the position of registrar and supervisor (*contador*) of the settlement, as well as 'drugs' inspector until January of 1515. In January 1513, Rodrigues departed for India, certainly accompanying António de Abreu and Fernão Peres de Andrade, where they were to meet with Afonso de Albuquerque. The governor was then organising a fleet of some twenty ships to explore the Red Sea and attack Aden. Francisco Rodrigues was among the 1,700 Portuguese who, in February 1513, departed from Cochin with Afonso de Albuquerque and sailed

for the cape of Guardafui, and proceeded onwards to Socotora and Aden, the city he tried to conquer without success on 27 March 1513. Frustrated by this attempt, Albuquerque ordered the exploration of the Red Sea through an expedition that reached the islands of Okban, Kotame and Entufash, after passing Cameroon Island. It was to the latter island that the fleet returned at the beginning of June 1513. In his *Book*, Rodrigues described the voyage made on that occasion to Dalacca and Massua (fls. 5v.-7r.), between June and July of that year, in the caravel sent by Albuquerque to explore the Ethiopian coast,¹¹ and compiled a rutter of the Red Sea included in his *Book* (fls. 5r-5v.)

Nevertheless, albeit the lack of direct influences in the 16th century Portuguese cartography of the East, Francisco Rodrigues' Book is a paradigm of the paramount appropriation of local knowledge, Asian cartography and maritime information.

In 1515 Francisco Rodrigues was most certainly in India when, that year, he copied the *Suma Oriental* with direct access to the original that was still in Tomé Pires' possession at the time. The copy of the *Suma Oriental* included with Rodrigues' manuscript was completed in Cochin that same year, the same date on which Tomé Pires returned to Goa. Among the activities accomplished by the latter in Southeast Asia, worthy of note is his role as factor (*feitor*) of an armada to Japara in Java, commanded by João Lopes de Alvim. This mission, which took place between 14 March and 22 June 1513, is mentioned in the chart of folio 30 of Francisco Rodrigues' *Book*. In 1515, Tomé Pires intended to return to Portugal the following year with his *Suma Oriental*, but his plans were thwarted because, upon orders by the governor Lopo Soares

HISTORIOGRAPHY

de Albergaria, the renowned apothecary was to be commended with a diplomatic mission ordered by King Manuel to the Emperor of China.

Even though we have no documental data between 1516 and 1519 that may contribute to Francisco Rodrigues' biography, we have to consider the hypothesis that, as a pilot specialised in the Southeast Asian region, he also accompanied Tomé Pires and Fernão Peres de Andrade when they departed, perhaps in April 1516, from Cochín to Malacca and from there to China. What we do know is that Rodrigues was in Malacca in 1519, from where he set off as captain of one of the four ships of Simão de Andrade's fleet heading for China, reaching Tamon in August of that year.¹² The fleet stayed there for some months, during which time many Portuguese died,¹³ including quite possibly Francisco Rodrigues, as in fact no further references to the pilot and cartographer are found after 1519.

FRANCISCO RODRIGUES' *ATLAS*

The manuscript *Book* of Francisco Rodrigues offers a very incomplete *Atlas* of the world, gathering in consecutive individual folios 26 maps clearly divided into two different groups which present diverse styles, techniques, scales and geographical details. These two groups merge and even overlap in the chart from Ceylon to West Java (fl. 29), stressing the use of Portuguese charts along with local Southeast Asian cartography. The maps from folio 18 to 30 extend from Scotland to the Sunda straits while the charts from folio 114 to 116 display information on the Mediterranean and Black Sea regions; this collection of charts is from evidently Portuguese cartographic production. In contrast, the charts from folio 33 to 42 are copies of Asian maps, sketched in a complete different style, lacking scales of latitudes and/or a scale of leagues, drawing islands in profile as was usual in Arabic cartography and displaying only panoramically the main continental lands poorly highlighted through scarce legends and lacking any detailed toponymy. In this second group, the maps from folios 38-42 are concentrated in the maritime itineraries, continental and insular identification of China generating a coherent original collection.

This collection of new maps on Southeast Asia, South China Seas and lands are surely copies of

the referred map of a Javanese pilot collected in the aftermaths of the Portuguese conquest of Malacca, but it is also possible that the group of five maps concentrated on China received influences from maritime and territorial Chinese charts unknown today.

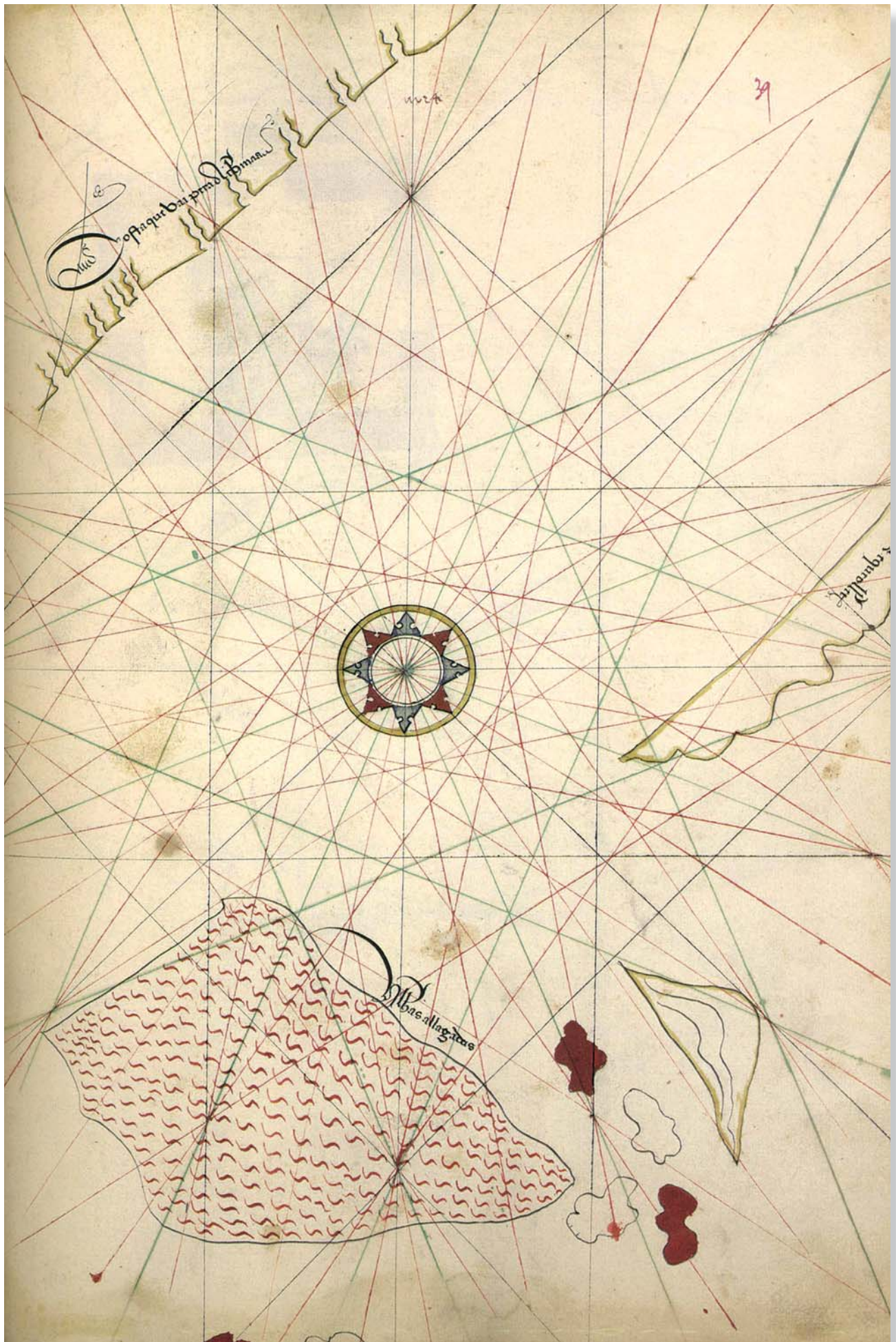
THE RUTTER OF CHINA

The five maps of folios 38-42 are the first Portuguese and European copies of Asian maps on the maritime itinerary from Malacca to Canton defining the general position and some boundaries of China, namely with Korea, according to Albuquerque's description of the grand chart of the Javanese pilot, 'the end of the navigation of the Chinese, the direction it takes, and how they do not navigate further'. These five maps were introduced by a summary rutter of China, the very first in Portuguese documents, written by Francisco Rodrigues in the verso of folio 37 which contained a chart on Eastern Indonesia, including Maluku and Timor islands. The 'Route to China'—as the rutter is entitled—was probably added to the group of maps on Southeast Asia from nautical information gathered among diverse Asian traders in Malacca. The rutter functions as a brief introduction to the five maps on the South China Sea, islands and continental territories, although these maps are also an illustration of the text, following up the textual framing suggested by the referred 1512 letter of Albuquerque to the Portuguese King.

The China Rutter explains briefly:

'From Malacca to *Pulo Param* it is five *jãos*, and from there to Pisang another five, and from Pulo Pisang to Karimun it is three *jãos*, and from Karimun to Singapore it is five, and from Singapore to Pedra Branca five, and from [Pedra Branca to] Pull Tingi five *jãos* to the north-east, and by this route another five *jãos* to Tioman, and from Pulo Tioman to Pulo Condore it is forty five *jãos* going north and a quarter north-east, and from Pulo Condore to the *Terra de Champara*, *Terra Vermelha*, it is fifteen *jãos* to the north-east, and from this *Terra Vermelha* along the coast to Cape Varela it is fourteen *jãos* to the north-east, and from Varela to Pulo Canton twelve *jãos* along the said route, and from Pulo Canton to Hainan twenty-five *jãos*

Fig. 3: Map of folio 39.



HISTORIOGRAPHY



Fig. 4: Reconstruction of the map of folio 39.

to the north-east, and from here to Pulo Canton twenty *jãos* to the north-east. And to go from Pulo Canton straight to the bar of *Timon* you must go to the north-east and always keep to the east so that the currents do not carry you into the gulf of *Cauchy*.¹⁴

The rutter organises the maritime itinerary in *jãos* (*jauh* is the Malay word for distance) which suggests its local use among Javanese sailors, although following a quite patterned and simple route: from Malacca the ships attended *Pulo Param*, the islands of Pandang and Bangkalis in the east coast of central Sumatra, then sailed in the direction of the Singapore Straits until reaching the islet of *Pedra Branca*, which still keeps this designation. From Singapore, the suggested itinerary reaches *Terra Champaral*/*Terra Vermelha*, the Phan Ri bay off the coast of Ainam then sailing up to *Cauchy*,¹⁵ the Tonkin gulf, approaching Hainan to

turn eastwards to the Pearl River Delta islands pointed out in *Timon*, probably Lintin near Macao and Hong Kong. There are in this short rutter three main geographical interconnected structures: the Singapore Straits, the Tonkin gulf and the South China Sea islands from Hainan to the Pearl River Delta. These main structures are also responsible for the panoramic options decided by Francisco Rodrigues for this group of five maps which, in general, are vague and probably incomplete, at least unable to illustrate Albuquerque's excited description of that famous map of the Javanese pilot:

'I also send you a piece of a chart taken from a large map of a Javanese pilot, containing the Cape of Good Hope, Portugal and the land of Brazil, the Red Sea and the Sea of Persia, the Clove Islands, the navigation of the Chinese and the *Gores*, with their rhumbs and direct routes followed by the ships, and the hinterland, and how the kingdoms border on each other.'

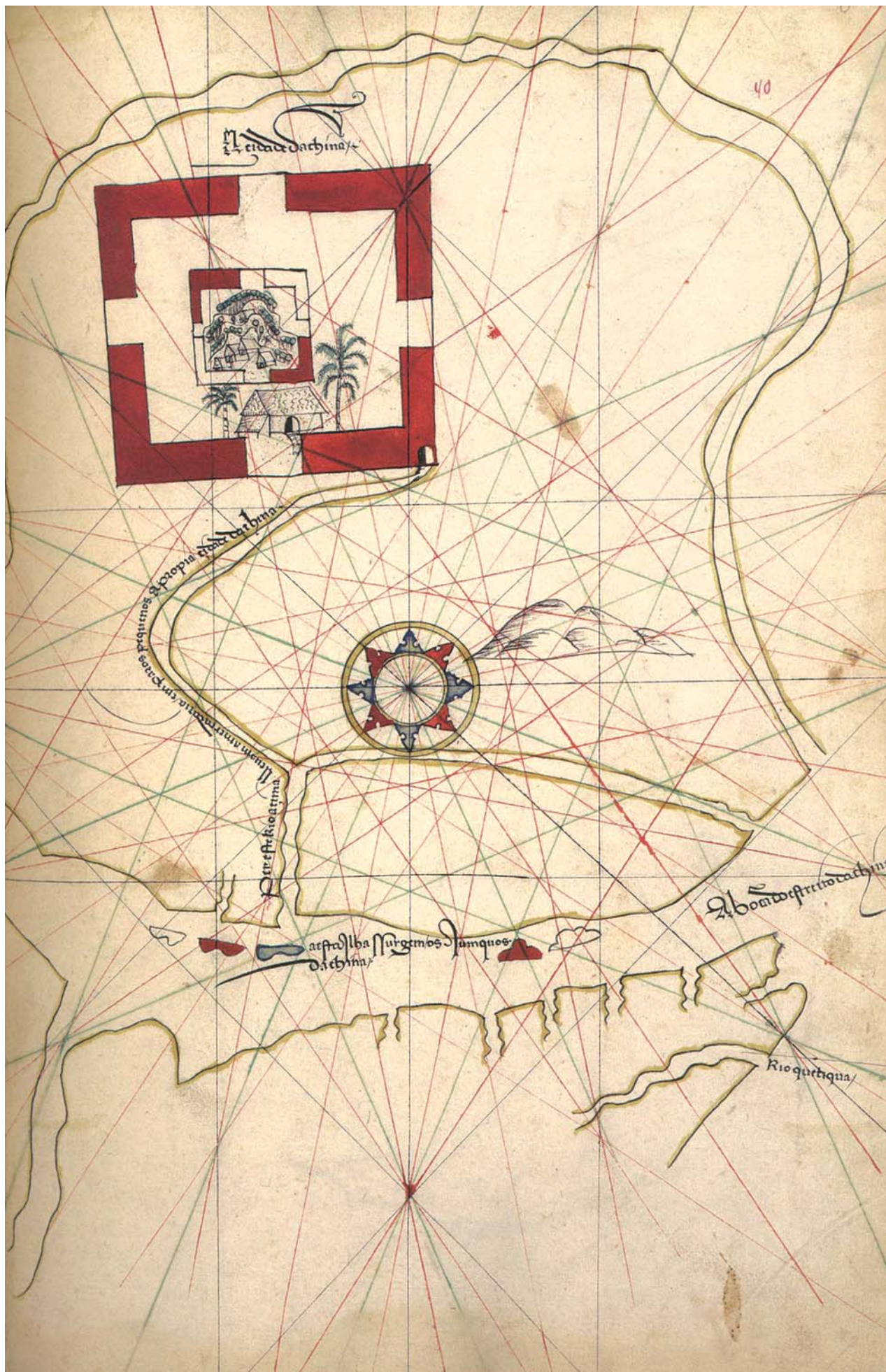
MAP OF FOLIO 38: GULF OF TONKIN

This map (Fig. 1) represents incorrectly an exaggeratedly large Gulf of Tonkin (*Cauchy*) deeply invading the continent and ending up in a myriad of small islets under the legend 'coçhim da china' (Cochin of China). On the north peninsula, near a central wind-rose, the legend 'anam llimon' probably refers to Ha Nam island (Đảo Hà Nam, in Vietnamese) and not to the Chinese large island of Hainan as is normally suggested.¹⁶ In the south of the mainland, the map represents a city in 'Chinese' style, a small red square with four entrances. This suggests that this chart was probably wrongly copied and confused with the map on folio 34 representing also inaccurately the Gulf of Thailand as a brief maritime accident. The maps should probably be revised and interchanged as suggested by Gelpke. (Fig. 2)

MAP OF FOLIO 39: COAST WHICH GOES TO CHINA

This typical maritime map (Fig. 3) shows a short segment of a coastal line labelled 'coast which goes to China', stressing a kind of fluid boundary between North Vietnam (*Cochin of China* or *Cauchy*) and the Chinese large but still unidentified continental

Fig. 5: Map of folio 40.



HISTORIOGRAPHY

empire. The mass of shoals under the legend 'Ilhas Allagadas' (Flooded islands) may represent the Spratly Islands west of Palawan, while *Lequeoller* and the smaller islands southward, drawn in profile, could be Mindoro and/or Luzon as seen from the north-west, a probable general identification of the archipelago that would become the Philippines.¹⁷

MAP OF FOLIO 40: PEARL RIVER DELTA

This is the most important and informative map (Fig. 5) in the collection of five charts on China and its maritime itineraries to Southeast Asia. The chart represents the Pearl River Delta region centred around Guangzhou, displaying coastlines and islets, drawn probably between the Xijiang (*Rio Quitiqua* in the legend) and Pearl rivers. The entry of the large delta, displayed confusedly through the confluence of these and several other unidentified rivers, is assigned with a simple legend: 'The mouth of the Strait of China' (*A boca do estreito de china*). Five islets, two painted in red, frame another legend indicating that 'at this island the junks of China call' (*a esta Ilha ssurgem os Jumquos da china*). The singular suggests the general localisation of the *Timon* on Rodrigues' rutter of China, an island that the Portuguese also identified as *Timon* and, later, *Veniaga*, normally identified as Lintin, located thirty kilometres northeast of Macao.¹⁸

The sinuous river drawn on this chart, reaching up to Guangzhou, presents the largest legend of this group of five maps, stressing that 'by this river the merchandise arrives in small *paraus* at the very city of China' (*Per este Rio açima lleuam a mercadaria em Paros pequenos a propria çidade da china*). This 'city of China' (*a çidade da china*, in the original legend), Guangzhou, is schematically sketched through two squares with four entrances, the large external walls enclosing a primitive house with two palm-trees on either side, while the smaller internal walls defend a set of small houses surrounded by countless miniature trees. The drawing symbols, houses or palm trees, are very similar to the astonishing 69 sketches that Rodrigues produced on the islands between Alor and Java, therefore highlighting his complete visual ignorance of Chinese towns, urbanism and cultures.

This chart poses several problems. It is not linked directly to the precedent (fl. 39) and following (fl. 41) charts and uses a different, much larger scale.

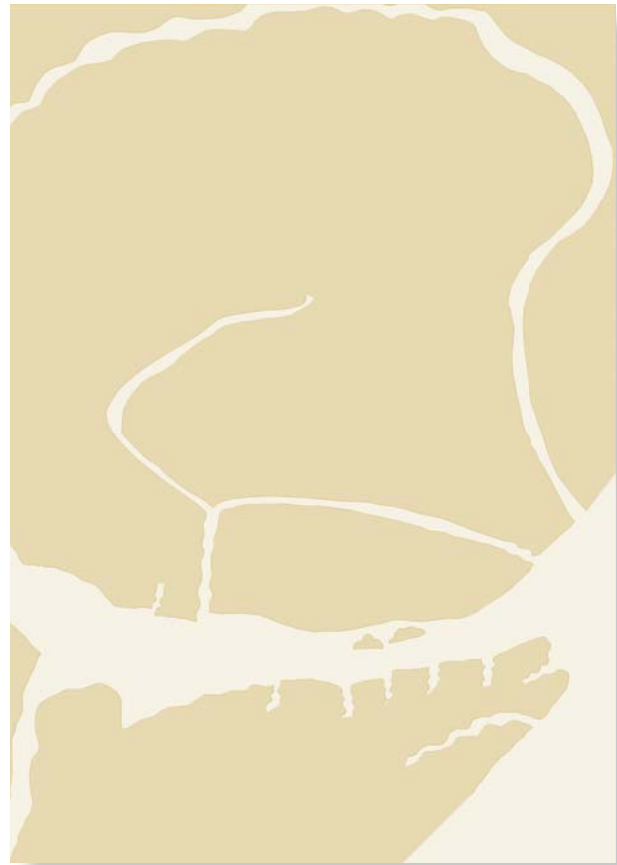
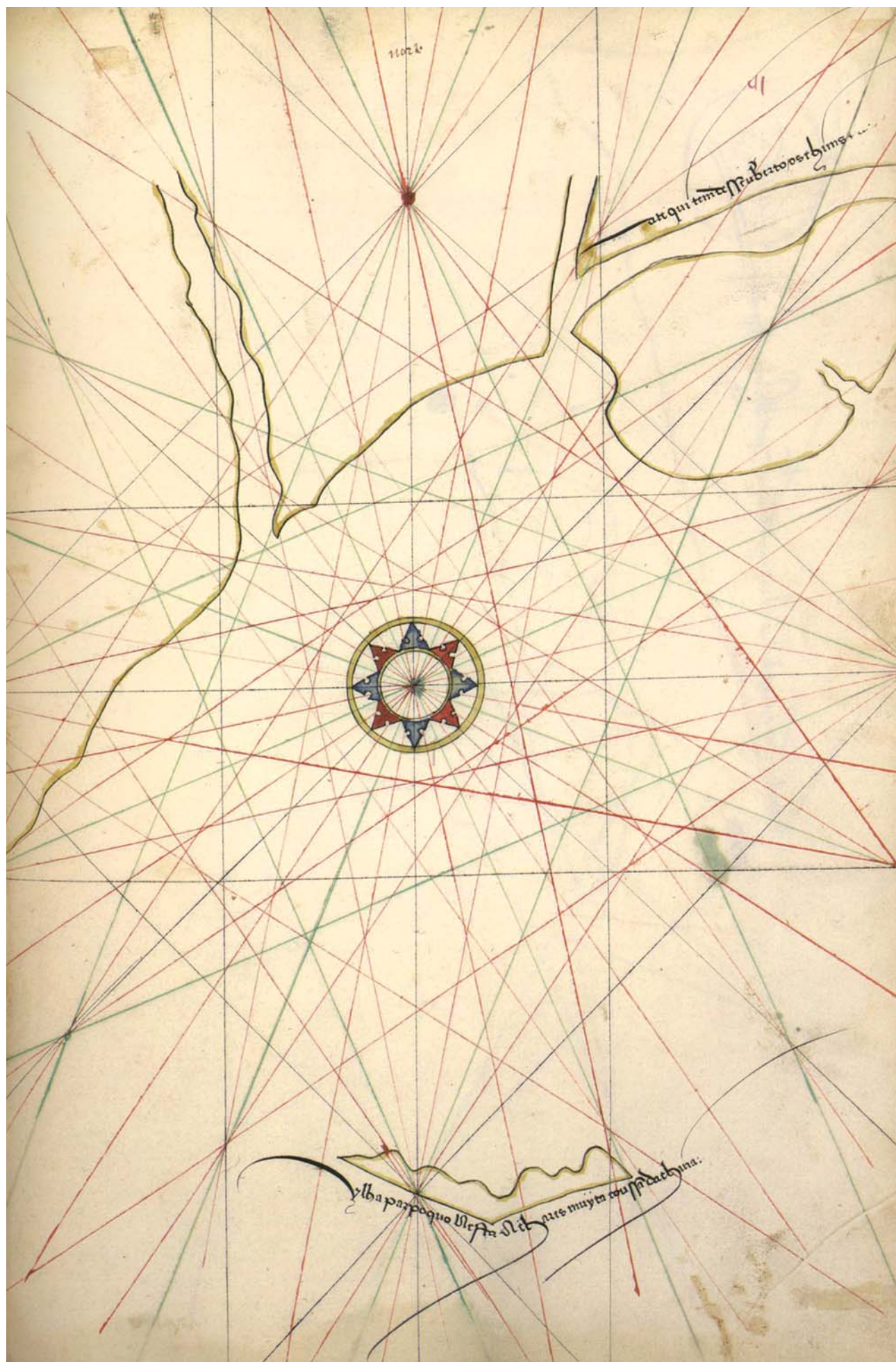


Fig. 6: Reconstruction of the map of folio 40.

At the same time, it has much more informative and detailed legends, being the only continental map of a group widely centred in the identification of the South China Sea and its maritime itineraries. The large, but fictional and primitive, representation of Guangzhou stresses a territorial map that was probably inspired in Chinese provincial charts of the Southern imperial provinces unfortunately unknown or lost. Nevertheless, the amplification of this Southern Chinese region represents the true first Portuguese 'discovery' of China: the commercial wealth of the Pearl River Delta and Canton echoed through maps and traders in the main harbour towns of Southeast Asia. Tomé Pires was able to understand the strategic commercial position of Guangzhou in the Chinese overseas maritime trade, presenting in his *Suma Oriental* the town as 'the largest of all and the trading centre for these parts' and 'where the whole kingdom of China unloads all its merchandise, great quantities from inland as well as from the sea'.¹⁹

Fig. 7: Map of folio 41.



HISTORIOGRAPHY

MAP OF FOLIO 41: NORTHERN COAST OF CHINA

This summary map (Fig. 7) returns to a panoramic style, shorter scale, humble drawing, and offers only two legends. The first, in the north coastal line, states briefly that 'up to here the Chinese have discovered' (*até aqui têm descoberto os chins*). This is information already known from the previously quoted Afonso de Albuquerque 1512 letter to the Portuguese King, explaining that the famous map of the Javanese pilot founded in Malacca showed 'the end of the navigation of the Chinese, the direction it takes, and how they do not navigate further'. Francisco Rodrigues was summarily copying this map to mark the boundary of the lands navigated and known by the Chinese. A boundary which could only point north to a territory which, sketched confusedly

Fig. 8: Reconstruction of the map of folio 41.



as an island or peninsula, suggests Korea, the land of the Gores.

The second legend in this chart highlights an island, drawn in profile, identified as *Parpoquo* island. You will find in it many aspects of China (*Ilha parpoquo. Nesta achareis muita cousa da China*). Its identification is uncertain and the source of several controversies, although one cannot completely exclude the possibility of it being Japan. In Portuguese sources, Brás de Albuquerque, based on information from his father's time (Afonso de Albuquerque died in 1515) states that the gold brought by the Gores to Malacca 'comes from an island which is close to theirs; it is called Perioco, and in it there is much gold'. A *Parioco Insula* appears also at the end of the *Magnus Golfus Chinnarum Maris* in Lopo Homem's atlas of 1519. If the two legends are able to suggest the territorial and maritime limits of China 'discoveries' (to use Rodrigues' and Albuquerque's concept) in Korea and Japan, any historian would immediately recall the powerful long-term logic of this geographical frontier, nowadays as in the past facing the contradictions of all the areas of fluid and disputed boundaries.

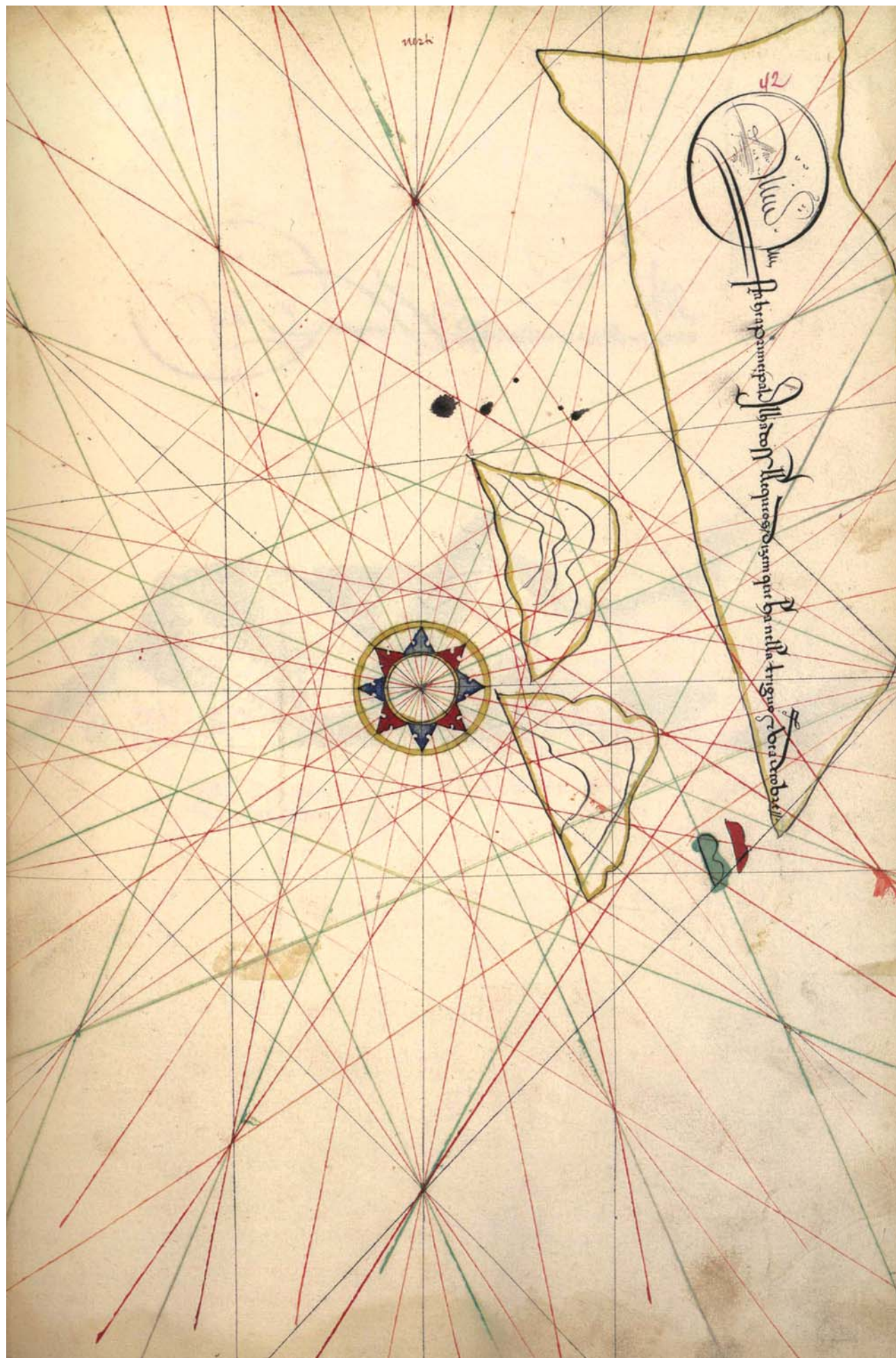
MAP OF FOLIO 42: TAIWAN

This final map (Fig. 9) is the most general and brief in this group of five charts based on the identification of China in Francisco Rodrigues' unfinished manuscript *Book*: three islands and two islets painted in red and blue, as well as some random drops of ink. The legend in the largest island, drawn in profile, explains that 'This is the principal Island of the *Lequeos*. They say that there are wheat and copper works' (*Esta he a principal Ilha dos Llequeos dizem que ha nella trigo e obra de cobre*). The *Suma Oriental* written by Tomé Pires also mentions wheat and copper among the main trade goods brought by the *Lequeos* to Malacca. The island represents Taiwan, while the two other islands and small islets off its south-west coast, drawn again in profile, correspond probably to the 'Pescadores' (Fishermen) group of islands.

CONCLUSION

The group of five maps from folios 38 to 42 in Francisco Rodrigues' *Book* as well as the China rutter in folio 37v. are the first Portuguese cartographic and

Fig. 9: Map of folio 42.



HISTORIOGRAPHY

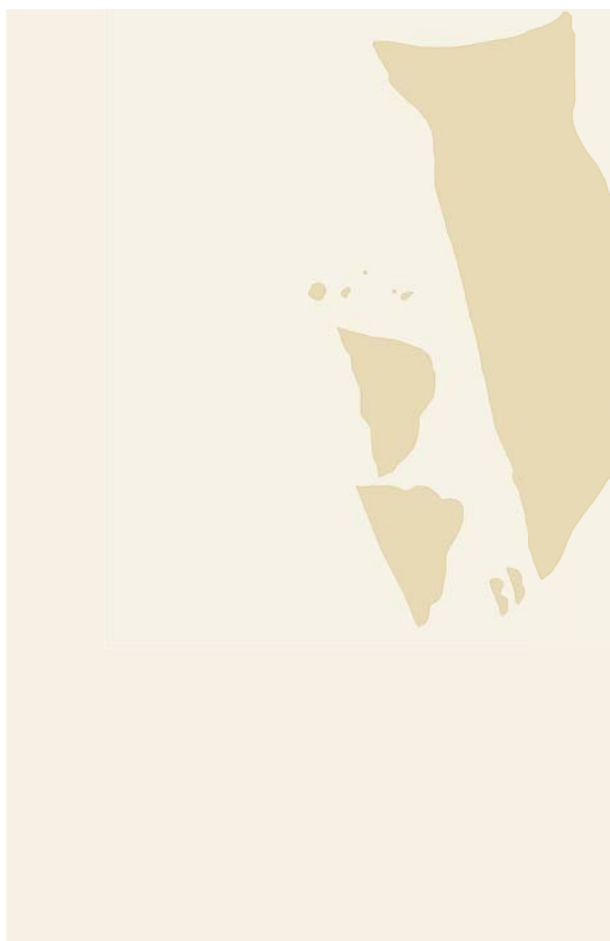


Fig. 10: Reconstruction of the map of folio 42.

that, at least, the map of folio 40 on the Pearl River Delta region was able to convoke information from Chinese pre-European maps, nowadays unknown and lost. In this perspective, Francisco Rodrigues' unfinished manuscript *Book* represents an important bridge for the acknowledgement of the key role of Chinese nautical and cartographic information at the beginnings of the Portuguese maritime circulation in Southeast Asia and South China. Finally, it seems quite clear that this group of five maps is widely accepted in the cartographic amplification of the role of the Pearl River Delta and Guangzhou as the leading external commercial area of China. In 1519, as Rodrigues witnessed himself, the Portuguese attempts to achieve a political and trade agreement with China failed; it took almost four decades to find in South China a small peninsula able to awake the Portuguese trade dreams in the middle Empire: Macao. **RC**

nautical documents on China gathering maritime itineraries and panoramic territorial information. These maps and the rutter were probably produced at the end of 1511 or at the beginning of 1512, in any case prior to the first Portuguese expedition that reached the South China coasts in 1513. Therefore, this collection of charts is not related to any real observation of the geographical regions mapped, coming instead from Asian cartographies, namely that chart of a Javanese pilot collected by the governor Afonso de Albuquerque after the conquest of Malacca, in 1511, and copied by Francisco Rodrigues. The Portuguese young pilot and cartographer made probably several copies of the map, some sent to Portugal and others for the maritime expeditions in Southeast Asia, namely the 1512 first voyage to the Eastern Indonesian Spice Islands. It is not impossible



Malacca and China

HISTORIOGRAFIA

NOTES

- 1 The other two known versions of the *Suma Oriental*, dated from the 1520's (version of the National Library of Lisbon, and which come to be translated and published by Ramusio in 1550), present greatly reduced versions of the original text (Rui Manuel Loureiro, *O Manuscrito de Lisboa da 'Suma Oriental' de Tomé Pires*. Macao: IPOR, 1996, pp. 37-43).
- 2 We follow the edition by Armando Cortesão, *The Summa Oriental of Tomé Pires. An Account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515, and the Book of Francisco Rodrigues, Rutter of a Voyage in the Red Sea, Nautical Rules, Almanack and Mapos, written and drawn in the East before 1515*. London: The Hakluyt Society, 1944, 2 volumes.
- 3 Cortesão, *The Summa Oriental of Tomé Pires*, I, p. xcv.
- 4 A much more detailed research on this subject can be followed in J. Sollewlín Gelpke, 'Afonso de Albuquerque's Pre-Portuguese "Javanese Map", partially reconstructed from Francisco Rodrigues' Book'. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 151 (1995), no. 1, Leiden, pp. 76-99.
- 5 Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), Corpo Cronológico, parte I, maço 11, no. 50, published in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, edited by Raimundo António Bulhão Pato. Lisbon: Academia Real das Ciências de Lisbon, 1884, vol. 1, p. 66
- 6 In Tomé Pires' *Suma Oriental*, *Gores* and *Lequios* (Ryukyuan) were synonymous, but the description of the country suggests that *Gores* referred to Korea (Gelpke, 'Afonso de Albuquerque's Pre-Portuguese "Javanese Map"', p. 77, n. 5).
- 7 Cortesão, *The Summa Oriental of Tomé Pires*, I, pp. lxxviii-lxxix.
- 8 Gabriel Ferrand, 'A propos d'une carte javanaise du XVe siècle'. *Journal Asiatique*, II, Julho-Agosto de 1918, pp. 158-170; Francisco Maria Esteves Pereira, 'Uma carta marítima do século XV e o descobrimento do Brasil'. *Boletim da Classe de Letras*, Academia das Ciências de Lisboa, vol. 13, fasc. 2, Março-Julho 1919 (Coimbra, 1921), pp. 665-673.
- 9 Max Justo Guedes, 'O mapa de Piri Reis (1513): um quebra-cabeças histórico'. *Revista Marítima Brasileira*, vol. 114, 1994, pp. 115-136.
- 10 ANTT, Corpo Cronológico, parte I, block 22, doc. 66, published in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, edited by Raimundo António Bulhão Pato, vol. 1, p. 68.
- 11 ANTT, Corpo Cronológico, parte 1, block 14, doc. 15, published in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, edited by Raimundo António Bulhão Pato, vol. 1, pp. 220-221.
- 12 João de Barros. *Ásia*, Lisboa, 1563, 3, book 5, chap. 1, fol. 155 v.
- 13 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no Século XVI*. Lisbon: Fundação Oriente, 2000, pp. 248-252.
- 14 Cortesão, *The Summa Oriental of Tomé Pires*, vol. 1, pp. 301-302.
- 15 The Portuguese *Cauchy* used both in Rodrigues' *Book* and Tomé Pires' *Suma Oriental* is probably a direct phonetic transcription of the Cat Hai island at the mouth of the Tonkin Gulf.
- 16 Cortesão, *The Summa Oriental of Tomé Pires*, vol. 2, p. 523.
- 17 Ibid., vol. 2, pp. 523.
- 18 Ibid., vol. 2, pp. 523.
- 19 Ibid., vol. 1, pp. 119-121.



Francisco Vieira de Figueiredo

Um “Fidalgo” no Extremo Oriente

ANTÓNIO RODRIGUES BAPTISTA*

Há cerca de vinte anos, na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, a propósito das contas do Colégio de São Paulo de Macau, encontrei um documento com o nome de “Franc.º Vieyra de Figueiredo, natural de Villa de ourem”.

Não tive dúvidas. Na altura apenas notei que se tratava de um importante mercador e benfeitor da Cidade do Nome de Deus na China.

Uma vez que era professor na Universidade de Macau, tive ocasião de ler, depois, no *Boletim Eclesiástico* desta diocese, uma investigação estimulante sobre Francisco Vieira de Figueiredo. O estudo fora publicado, em 1940, pelo capitão Charles Boxer.

Mas o tempo foi passando. Nesse momento eu estava mais interessado no estudo da epopeia dos Jesuítas na China. E sobre esta temática pude concluir três ou quatro dezenas de trabalhos.

Curioso é registar que, no estudo de 1940, Boxer não refere a naturalidade de Francisco Vieira de Figueiredo. Daí a minha decepção. Boxer só o fará, de facto, 27 anos mais tarde, por ocasião do 3.º centenário da morte de Vieira de Figueiredo. Mesmo assim, em 1967, o catedrático de Londres só indicará, em rodapé, a terra de origem de Francisco Vieira. E faz tal anotação a partir de uma informação transmitida, de Lisboa, por

Frazão de Vasconcellos, que refere textualmente “ser natural da vila de Ourem e de hum lugar aly junto que chamão o Azambujal”.

Após o meu regresso do Oriente, no Verão de 2000, tive ocasião de ler vários apontamentos publicados por João Madeira Martins no semanário *A Voz do Domingo*, de Leiria. Foi a partir desta leitura ocasional que pude consultar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, o processo completo de Francisco Vieira de Figueiredo requerendo a sua admissão para familiar do Santo Ofício.

No processo encontram-se todos os elementos sobre a família e os anos juvenis de Francisco Vieira, “natural de Villa de ourem”.

Vejamos tudo isto por partes.

NATURALIDADE E FILIAÇÃO

Francisco Vieira nasceu, portanto, na pequena aldeia do Azambujal, hoje Zambujal, junto ao castelo de Ourém, por volta de 1610. Digamos, com mais rigor, entre 1610 e 1612. Passam agora 400 anos!

Seu pai chamava-se João Vieira. Era um agricultor ou “lavrador” no Zambujal. Sua mãe, Madalena Nunes, era natural do Regato. Um documento da época reza assim: “aldeia da Crus freguesia da See de Ourem”.

Os avós paternos de Francisco Vieira foram Estêvão Vieira Esteves, também “lavrador”, e Francisca Manuel Henriques, esta natural de Peras Ruivas. O avô materno chamava-se Simão Nunes, “oficial de pedreiro”, e a avó materna tinha o nome de Maria Henriques.

* Doutor em Filologia Hispânica (Literatura), pela Universidade de Santiago de Compostela. Leccionou Língua e Cultura Portuguesa nas universidades de Toulouse, Montpellier, Santiago de Compostela e na Universidade de Macau.

Ph.D. in Hispanic Studies (Literature) from Santiago de Compostela's University. He has lectured Portuguese Language and Culture at the universities of Santiago de Compostela, Toulouse, Montpellier and at the University of Macau



HISTORIOGRAPHY

Todos estes nomes são simples e as suas profissões igualmente muito simples e muito vulgares na região de Ourém.

Sobre o apelido “Figueiredo” cremos que foi reunido mais tarde, na Índia, ao nome de Francisco Vieira. E temos uma data plausível: 9 de Dezembro de 1647.

De facto, neste dia, na Sé de Goa, o chantre e vigário-geral do arcebispado, Doutor Francisco de Figueiredo, lançou o “Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo” ao nosso Francisco Vieira, natural do Zambujal, da Vila de Ourém.¹

Por conseguinte, presumimos que, como homenagem ao seu patrono, Francisco Vieira, a partir de 1647, passou a ser conhecido, sobretudo na documentação oficial, por Francisco Vieira de Figueiredo.

Tratá-lo-emos, doravante, pelas duas denominações: Francisco Vieira ou Francisco Vieira de Figueiredo.

DE OURÉM PARA A ÍNDIA

Pela consulta ao processo do Tribunal do Santo Ofício verificamos que Francisco Vieira de Figueiredo requereu, em 1648, a nomeação para “familiar da Inquisição de Goa”. Transcrevemos a própria petição:²

Francisco Vieira de Figueiredo, que tem muita vontade e deseja muito de servir nesta Sta. Casa do Sto. Off.^o e porque tem as partes necessárias para servir de familiar, P. a V. S.^a faça mercê de o aceitar. ERM. [Espera Receber Mercê]

Natural de Ourem da sua freguezia nasceo no Azambu[j]al, que he hu(m) calzal de seu pai, que está ao pé da villa de Ourem, seu pai se chama João Vieira, sua may Magdalena Nunes, seu avo pai de seu pai se chama Estevão Vieira Esteves, sua avo Francisca Manoel Henriques. Sua may nasceo na aldea da Crus freguezia da See de Ourem, seu avo pai de sua may se chama Simão Nunes e sua avo Maria Henriques, todos da mesma terra. O suplicante he casado com Jacinta da Costa filha do padre Fernão dal[var]es, portuguez, vig.^o confirmado que foi nesta cidade da Igreja da Santissima Trindade, e as testemunhas darão razão donde era natural, e de Maria da Costa,

mulher da terra, natural desta cidade, e dos pais darão razão as testemunhas.

O despacho de Goa é assinado, entre outros, pelo notário Domingos Rebello, em 2 de Janeiro de 1648.

No alto da folha podemos ainda ler a nota seguinte: “Informações da limpeza do sangue de Francisco Vieyra de Figueiredo, n.al da Villa de Ourem, m.or na cid.e de Goa partes da India. E do mesmo modo: “Carta de Familiar da Inq.cão de Goa. a 15 de Março de 1650.”³

Digamos que, habitualmente, as grandes personalidades indicadas para os altos cargos, solicitavam esta graça à Coroa, sendo tal concessão muito importante mormente nos encontros e recepções diplomáticas.

Depois, pela leitura do longo processo, constatamos de forma clara que o pequeno Francisco Vieira contava então entre 10 e 12 anos quando foi para “as partes da Índia”, com autorização de seu pai, João Vieira.

Afirmam esta ocorrência, em Ourém, sob juramento, nas primeiras semanas de Fevereiro de 1650, nada menos do que dez testemunhas. Estas foram ouvidas pelo comissário António Henriques, cônego da Colegiada de Ourém, que presidiu ao inquérito não só na residência paroquial de Ourém, mas também na capela de São Bartolomeu de Atouguia, por motivo de algumas testemunhas serem bastante idosas, e, não poderem, por isso, deslocar-se facilmente ao castelo de Ourém.

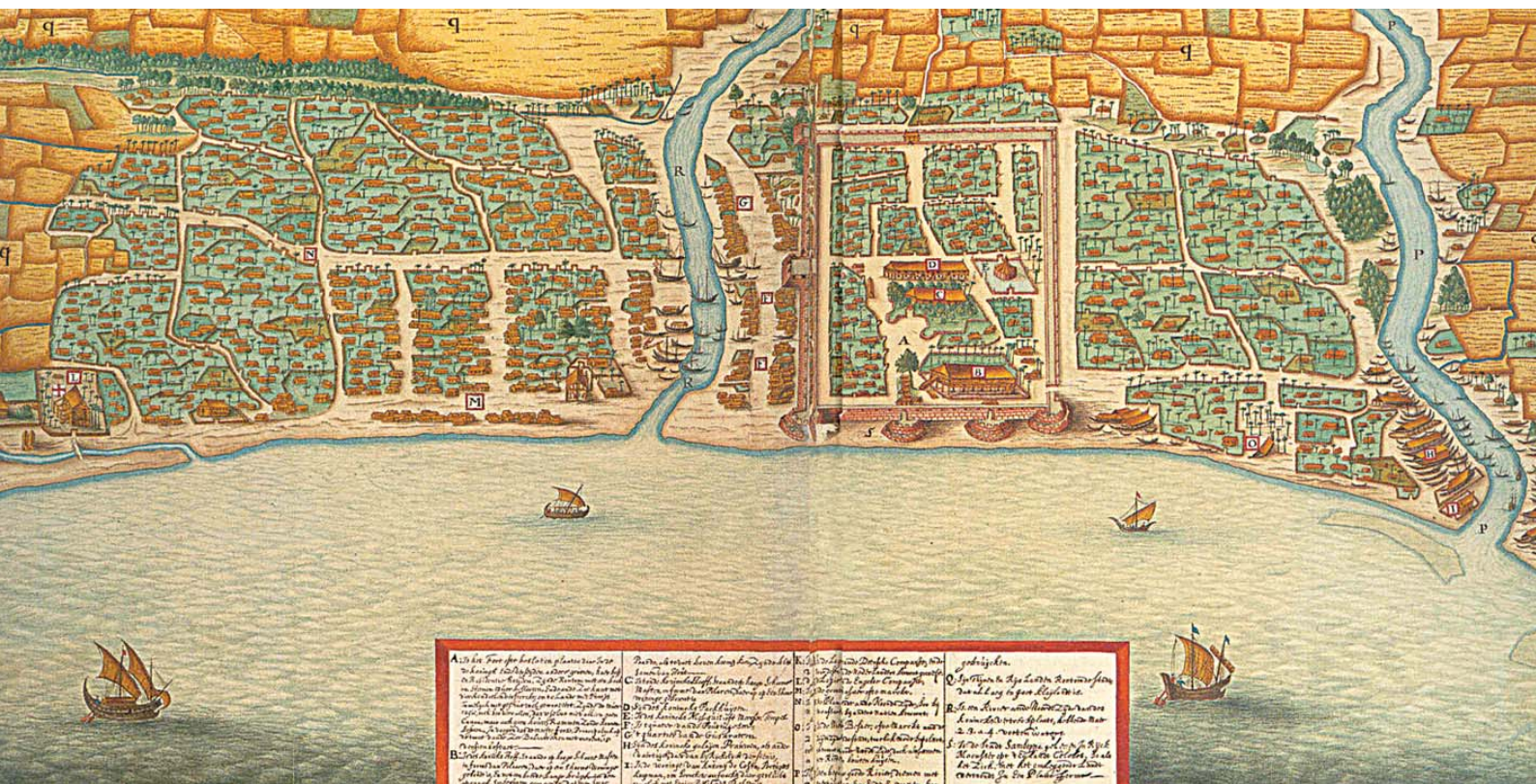


TESTEMUNHAS DE OURÉM

No processo podemos verificar, claramente, os nomes das testemunhas e ver os seus depoimentos. Em Ourém, contamos as testemunhas seguintes, pela sua ordem de apresentação: António Martins, de 76 anos, trabalhador, de Touguia; Pedro João, de 80 anos, lavrador, da Várzea; Diogo Martins, de 82 anos, carpinteiro, de Touguia; António Lopes, de 82 anos, lavrador, do Murtal; Domingos Vieira, de 62 anos, lavrador, de Touguia; Aleixo Vieira, de 83 anos, lavrador, das Fontainhas; Manuel Dias, de 70 anos, trabalhador, do Azambujal; Manuel Mendes, de 82 anos (sem menção da profissão e naturalidade); António Jorge, de 80 anos, lavrador, do Azambujal; João Vieira, de 65 anos, sapateiro, do Murtal.

O Sudeste Asiático numa carta de António Sanches, 1641.

HISTORIOGRAFIA



Anónimo, Macaçar, ca. 1660. In Kees Zandvliet (ed.), *The Dutch Encounter with Asia, 1600-1950* (Amsterdão: Rijksmuseum & Waanders Publishers, 2003).

Em “Apêndice”, damos as respostas completas de Manuel Dias, de 70 anos, trabalhador, do Zambujal. São as respostas que, no manuscrito do processo, oferecem uma leitura mais fácil, pois os demais depoimentos encontram-se geralmente bastante fragmentados pelos picos de traça.

Igualmente, em apêndice, indicaremos as oito testemunhas de Goa, ouvidas em 1648, com alguns extractos dos seus depoimentos. Nestes manuscritos, ofendidos igualmente pela traça, encontramos elementos importantes para conhecermos mormente os pais de Jacinta da Costa, com quem Francisco Vieira casou em primeiras núpcias.

As respostas obtidas, tanto em Ourém como em Goa, têm muitíssimo interesse para o nosso fim em vista.

Em Ourém, interrogava-se a testemunha acerca do seguinte:

- Se sabe ou suspeita e para que foi chamado...
- Se conhece a Francisco Vieira de Figueiredo residente na cidade de Goa...se sabe donde é natural...
- Se conhece João Vieira e Madalena Nunes... pais de Francisco Vieira de Figueiredo...

- Se conhece os avós paternos de F. V. F...
- Se conhece os avós maternos de F. V. F...
- Se Francisco Vieira de Figueiredo é filho legítimo...
- Se tem ele declarante algum parentesco, ódio ou inimizade com as ditas pessoas ou com alguma delas...
- Se o dito F. V. F., seus pais e avós, paternos e maternos... foram legítimos e inteiros cristãos velhos, limpos e de sangue limpo, sem raça de cristão-novo, judeu, mouro, mourisco...
- Se sabe ou ouviu dizer que o dito F. V. F. ou algum dos seus ascendentes fosse preso ou penitenciado pelo santo Ofício...
- Se F. V. F. era casado antes de ir para as ditas partes da Índia... era cá casado, e com quem, e se tem filhos.

Pelo que pudemos apurar nos depoimentos das dez testemunhas de Ourém, os dados fornecidos não diferem substancialmente uns dos outros. Outrossim, na primeira parte do mesmo processo do Santo Ofício vimos e recolhemos os depoimentos das oito testemunhas de Goa. Ambas as partes se completam.

HISTORIOGRAPHY

FRANCISCO VIEIRA NA ÍNDIA

Tendo chegado a Goa por volta de 1624, Francisco Vieira cresceu e terá feito, possivelmente, alguns estudos nalgum colégio local, talvez no famoso Colégio dos Jesuítas.

Poucos anos depois, ainda moço, entrou Francisco Vieira como “pajem” ao serviço de dois senhores da Índia: André de Vasconcellos e Francisco Dias Bocarro.

Conhecemos estes nomes através das declarações feitas por duas testemunhas, altamente qualificadas, ouvidas em Goa, aquando da inquirição ali realizada em 1648.

FRANCISCO VIEIRA E JACINTA DA COSTA

São, pois, duas das oito testemunhas, D. Mariana de Lima de Faria e o capitão-mor Manuel de Sousa Cabral, que declaram e atestam, de forma singular, que Francisco Vieira veio a casar com Jacinta da Costa. Esta jovem era filha do padre português Fernão Álvares, vigário da freguesia da Trindade de Goa, e de Maria da Costa, natural de Bengala. A pequena Jacinta havia sido acolhida como órfã no Recolhimento da Madalena, onde a jovem Mariana de Lima também crescera, pois que sua mãe, D. Mariana de Lima, era “regente” no dito Recolhimento.

Igualmente declara D. Mariana de Lima de Faria que, tanto ela como sua mãe, D. Mariana de Lima, “casaram a dita Jacinta da Costa, com o dito Francisco Vieira de Figueiredo pelo conhecimento que dele tinham”.

Idêntico testemunho deu o fidalgo Manuel de Sousa Cabral, capitão-mor de artilharia.

Ainda sobre Jacinta da Costa, é interessante o testemunho do capelão e confessor do Recolhimento da Madalena – o Pe. André de Almeida –, pois refere que Jacinta da Costa ficava no Recolhimento da Madalena quando o marido, Francisco Vieira, “estava ausente em suas viagens”.

Por outro lado, pela testemunha António da Costa, “homem da terra, casado”, sabemos que D. Jacinta da Costa seguira, por volta de 1646, com seu marido, para Macaçar.

Ademais, depõe nesta inquirição, Madalena de Jesus, viúva de Manuel Jorge, sendo neste momento (1648) uma simples “Irmã, da terceira Ordem de S. Francisco”. Precisamente, Madalena de Jesus havia sido a madrinha de baptismo de Jacinta da Costa, por

ser vizinha de sua mãe e de Tomé de Sousa (“aonde a Jacinta da Costa nasceu”), sendo vizinhos “na freguesia de Nossa Senhora da Luz”.

TESTEMUNHO DO CASAL VIEIRA DE FIGUEIREDO

Da vida de D. Jacinta da Costa, em Macaçar, pouquíssimo achámos nos vários documentos compulsados. Todavia, encontrámos um belíssimo passo no 5.º volume dos “Documentos” sobre a Insulíndia, publicados pelo Pe. Artur Basílio de Sá. Trata-se, efectivamente, de um relatório dos frades dominicanos aquando da fundação da Casa de S. Domingos Suriano, em Macaçar.

Assim, em 1651, um dos frades estava com enormes dificuldades para construir uma habitação necessária no trânsito dos religiosos dominicanos para Solor e Timor.

O texto reza assim: “em taes apertos, foi necessário ao padre apresentado escolher para padroeiros daquella caza a Francisco Vieira de Figueiredo e sua molher D. Jacinta da Costa, para que, como tão valido do rey da terra, socegasse estas borrasças, como fez e com isso continuou a obra”.⁴

É, pois, um pequeno registo muito significativo, pelo poder e pelo prestígio diplomático que possuía Francisco Vieira de Figueiredo.

Quinze anos mais tarde, os frades dominicanos de Solor e Timor esquecê-lo-iam.

Outros elementos fornecidos pelas testemunhas de Goa, poderão ser vistos no respectivo Apêndice.

FRANCISCO VIEIRA NAS CELEBES E MACAÇAR

A acção mercantil de Francisco Vieira de Figueiredo na Insulíndia é conhecida sobretudo após 1640. Antes desta data, o nome de Francisco Vieira raramente aparece na documentação conhecida.

Todavia, no ano de 1634 aparece uma referência a Francisco Vieira, no “Diário” do 3.º conde de Linhares. Este menciona “em espessial hum Francisco Vieira que mais comunicação tem com os gentios que com Christãos”.⁵

Francisco Vieira deveria ser, por então, um jovem de 22 anos de idade, acompanhando, decerto, alguns mercadores, devidamente equipados.

Sulcava, por esses anos, a esquadra holandesa da VOC (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, Companhia Holandesa das Índias Orientais) os mares do Sudeste Asiático, tentando dominar as principais posições no

HISTORIOGRAFIA

arquipélago malaio. Por conseguinte, só actuando em grupo é que os mercadores privados (como era o caso de Francisco Vieira), conseguiam levar a bom termo os seus intentos.

Depois, com decorrer dos anos, foi necessário que Francisco Vieira estivesse igualmente equipado com vasto saber e uma coragem indomável, além de muita diplomacia e uma boa intuição comercial, para vir a encontrar os mercados apropriados e os melhores entrepostos, desde a costa de Coromandel aos enclaves de Malaca, Macau, Manila, Macaçar e, em última instância, Larantuca.⁶

O PATRIOTISMO DE FRANCISCO VIEIRA

Quando, em 1641-1642, chega ao Oriente a notícia da Restauração de Portugal, Francisco Vieira encontrava-se, por essa altura, no Camboja como embaixador do governador de Manila, para negociar a construção de alguns navios. A notícia da Restauração foi-lhe transmitida pelos mercadores holandeses que operavam naquela região da Indochina, alargando os seus domínios.

Francisco Vieira não hesitou. Imediatamente se colocou ao serviço do rei D. João IV. Abandonando, por isso, a rota que o levaria a Manila, fixou-se na ilha de Celebes e no porto de Macaçar. Como presente, ofertou ao sultão de Macaçar os dois pequenos elefantes que havia adquirido para o governador (espanhol) de Manila. A política mudara!

Ora, Macaçar era por esses anos um entreposto não distante do arquipélago das Molucas. Daí vir a ser também um centro importantíssimo na rota das especiarias. Além do mais, mantinha a liberdade do comércio, colocando-se acima de credos políticos e religiosos.

Francisco Vieira pôde estabelecer-se aqui sem grandes dificuldades. Obtendo a confiança dos sultões de Macaçar, veio a ser o principal patrocinador das centenas ou milhares de portugueses foragidos pela queda de Malaca, em 1641. Simultaneamente, veio a incrementar a rota do comércio das Celebes com Manila e com Macau após a expulsão dos portugueses do Japão. Estas foram as razões basilares que Vieira soube aproveitar, beneficiando, da mesma sorte, dos conhecimentos e amizades que mantinha junto dos vice-reis de Goa.

Mas... foi sobretudo o sultão de Macaçar (Alaudin) e o ministro (Patingloan) que notaram

as excelentes qualidades comerciais, diplomáticas e humanas que enriqueciam a forte personalidade de Francisco Vieira.

E foi mormente a partir dos contactos com o nosso Vieira que os governantes das Celebes reforçaram o seu apoio e permitiram que os portugueses recém-chegados, principalmente de Malaca e Macau, pudessem reorganizar as suas vidas, habitando num bairro da periferia de Macaçar denominado “Borrobos”.

FRANCISCO VIEIRA, EMBAIXADOR

Entretanto, Francisco Vieira seria nomeado pelo sultão seu embaixador junto dos vice-reis da Índia. Poucos anos depois, seria o próprio sultão de Macaçar a solicitar ao vice-rei de Goa a atribuição do hábito de Cristo ao embaixador Francisco Vieira. Esta distinção veio a ter a real consagração na Sé de Goa no dia 9 de Dezembro de 1647.

Ora, tudo isto se desenvolve, de facto, a partir de 1644. Para podermos verificar tudo isto cabalmente, temos hoje abundante documentação disponível, publicada não só por Charles Boxer, em 1940 e 1967, como também por Humberto Leitão, em 1948. Por fim, em Roma, em 1988, saiu a colectânea *The Jesuit Makasar Documents*, da responsabilidade de Hubert Jacobs.

Foi assim que, nos últimos anos, por exemplo, Maria do Carmo Borges, pôde compulsar e trabalhar sobre a documentação disponibilizada principalmente por C. Boxer e por H. Jacobs.

É, pois, nestes investigadores que encontramos as opiniões e as análises pertinentes, com a transcrição dos principais documentos, para podermos entender a personalidade ímpar de Francisco Vieira de Figueiredo nos mares da Insulíndia.

A “SEGUNDA MALACA” E OS APUROS DE MACAU

Transformado em “segunda Malaca”, após a queda desta praça nas mãos dos holandeses em 1641, Macaçar ficou a ser, por conseguinte, o “eixo nas rotas comerciais” entre a Índia, a China e as Filipinas, pelos portos de Macau e Manila.

Efectivamente, foi em Macaçar que os Portugueses vieram a criar uma praça-forte para a concentração dos seus negócios, sendo o sultanato um “porto seguro” e uma “escala obrigatória” nas ligações comerciais e religiosas dos portugueses de Malaca e Macau no trânsito para as ilhas do Sul – Flores, Solor e Timor.

HISTORIOGRAPHY

Desta feita, Macaçar virá a concentrar o comércio dos mercadores particulares ou privados, pois sendo um “porto livre”, não se encontrava subordinado às autoridades de Goa. Daí poderem escapar muitos “casados” e outros “aventureiros independentes” ao pagamento dalguns direitos.⁷

Com o passar dos anos, os vice-reis de Goa foram legitimando os cargos que o nosso Francisco Vieira foi chamando a si, fortalecido nas amizades mantidas com os sultões macaçares, principalmente o sultão Alaudin e o seu primeiro-ministro Patingalao.

Segundo Maria do Carmo Borges, Patingalao exerceu funções de chefe de governo no sultanato durante entre 1639 e 1654, tendo falecido com 54 anos. Além do mais, era um grande humanista, muito interessado pela ciência ocidental e até pela teologia cristã. Apesar de muçulmano, mantinha boas relações de amizade com os portugueses e com os missionários cristãos.⁸

Francisco Vieira, senhor da situação, tudo orienta quanto ao estabelecimento dos três ou quatro mil portugueses que se foram instalando. Inclusive, chega a denunciar, em 1653, numa carta enviada ao vice-rei da Índia, a existência no sultanato de “muitos vadios da nossa gente”.

Com muito saber de experiência feito... e, decerto, muita diplomacia, Vieira consegue, deste modo, impor-se em Macaçar entre 1640 e 1665. São duas décadas e meia de esforços, também com guerras e tréguas, quebradas sobretudo pelo assédio constante dos holandeses naquelas paragens da Indonésia.

Os novos conquistadores dos mares tinham como meta principal alcançarem o monopólio do comércio, com o domínio dos mares da Insulíndia. Isto, aliás, muito em contradição com a sua filosofia política da liberdade dos mares e da livre circulação dos produtos...

Para além de cobiçarem as especiarias correntes, como a pimenta, a noz, a maçã, o arroz e o cravo – “nervo e alma do comércio” – punham o seu interesse na transacção de outros produtos como a seda, a canela, o algodão, além dos escravos e dos metais preciosos, como o ouro, a prata e o cobre, para além dos perfumes mais raros como o almíscar, ou ainda o cobiçado elixir da longa vida – o âmbar-cinzentos –, extraído das entranhas do cachalote nos mares do Índico.

Porém, notemos, que, acima de tudo, era o comércio do sândalo, sobretudo na rota de Macau-

-Timor, aquele que, nesses tempos, bons lucros dava, pois tinha na China um mercado assegurado.

Nos diversos estudos, os autores supracitados sublinham a importância do comércio com Macau. Efectivamente, com os ataques constantes provocados pela pirataria dos mares e com a ocupação por parte dos holandeses dos estreitos marítimos asiáticos, a partir dos inícios do século XVII, as embarcações que faziam o trato ou comércio em Malaca deixaram de poder aportar aqui. Donde resultou ter Macau sofrido terrivelmente por tal motivo, sendo obrigado a encaminhar os seus navios para Macaçar.

Foi principalmente por isso que os vice-reis de Goa, aflitíssimos com a situação de Macau, sobretudo em 1647 e em 1655, decidiram enviar missivas ao rei de Portugal, acentuando que a acção calamitosa de Macau passava pela ajuda a Macaçar.

CARTA DRAMÁTICA E “REGIMENTO” ORIENTADOR

Na colectânea de documentos publicados por Boxer em apêndice ao estudo dedicado a Francisco Vieira de Figueiredo, em 1967, existe uma longa carta, muito dramática, dirigida por Francisco Vieira, em 12 de Junho de 1656, ao governador da Índia, Manuel Mascarenhas Homem, que nos convém destacar.

Começa Vieira por saudar o novo governador (Mascarenhas Homem), após a morte do anterior vice-rei, D. Rodrigo Lobo da Silveira. Apresenta parabéns pela nomeação e refere, seguidamente, a chegada de dois navios a Macaçar, com a partida de quatro navios para Macau.

Na continuação, Vieira expõe ao governador a problemática situação de Amboíno, onde não havia nem comida nem munições, visto que os macaçares até comiam “raízes de árvores pisadas”. Relata, depois, as grandes dificuldades na troca de embaixadas entre Batávia e Macaçar para se alcançar a paz em Amboíno, onde se lutava sobretudo pelo comércio do cravo.

Vieira acentua nesta carta – paradigma de outros relatórios para Goa – as “negras pazes” em que andava “afligido”. Ao mesmo tempo, refere a “grande victoria” dos timores sobre os holandeses e as perdas destes em efectivos, munições e despojos. Por outro lado, Vieira censura Francisco Carneiro pela sua crueldade na morte do rei e da rainha de Mena. Insiste nos contínuos problemas criados pelos holandeses para fazerem a paz e chega a confessar que, por tal facto, o povo lhe ganhara ódio, culpando-o pela guerra.

HISTORIOGRAFIA

Esta carta impressiona deveras. Demais, Vieira de Figueiredo descreve a perda dos galeões da Índia que vinham em socorro dos portugueses com “pólvora, munições e gente”. E, como consequência disso, já os holandeses se encontravam a construir suas casas em Macaçar. Conquanto acrescente: “não mastiga bem o macassá a olandes”, todavia Francisco Vieira confessa que vivia com “grande receio”.

Em reforço da sua opinião, Vieira escreve que de Jacatara (Batávia) o avisavam para não se fiar nos holandeses e não aceitar os seus “brindes”... Mas, além do mais, pede a atenção do governador de Goa para o estado lastimoso em que se encontrava a cidade de Macau.

Nesta carta lancinante, Francisco Vieira sugere que era necessário enviar de Goa “alguma cousa” para o rei de Macaçar para “quebrar com o olandes”, pois se tratava de “gente tão infame”... E conclui, reiterando que fará quanto puder “com traça e com dinheiro” para “não perder o serviço de sua magestade”.

Com datas de 10 e 12 Janeiro do mesmo ano de 1656, conhecemos, não obstante, em certa medida, o “Regimento” dado, respectivamente, por D. Rodrigo da Silveira e por Mascarenhas Homem, ao piloto Gaspar Pereira dos Reis para viajar de Goa para Macaçar.

Tal “Regimento”, ou “Instruções”, contém ordens muito claras para que o piloto Gaspar Pereira, ao chegar ao reino de Macaçar, se encontre e fale, antes de mais, com Francisco Vieira, para se orientar na visita a “Sua Alteza” com “zello e afecto”. Por outro lado, recomenda-se a Gaspar Pereira como proceder na entrega do saguate (presente), apresentando ao mesmo tempo os devidos pêsames ao novo príncipe (Krarung) pela morte do pai (Patingaloan).

Estas “Instruções” enumeram também as vitórias na ilha de Ceilão e, sobretudo, no Brasil, pelos portugueses sobre os holandeses. Além disso, no Regimento, o vice-rei recomenda ao piloto para “assistir ao capitão Francisco Vieira de Figueiredo para socorrer as christandades de Solor e as mais visinhas”, prometendo enviar “sincoenta barris de pólvora e quinze quintais de chumbo”.

Por fim, é recomendado a Gaspar Pereira dos Reis que não se demore em Macaçar, prosseguindo a sua viagem para ir em “socorro” de Macau. Mas sempre “comunicando todos os particulares com o capitão Francisco Figueiredo”.⁹

FRANCISCO VIEIRA NA DEFESA DE MACAU

Poucos anos mais tarde, ou seja, em 1660, quando os holandeses invadiram o sultanato de Macaçar, encontrava-se aqui uma embarcação de Macau. Porém, já dez anos atrás, Francisco Vieira havia chamado a atenção das autoridades de Goa para a ameaça de Macaçar cair na posse dos holandeses e, daí, as consequências desastrosas para os moradores da Cidade do Nome de Deus na China.

Tudo isto levou, depois, em 1662, o governador da Índia, Melo de Castro, a transmitir para Lisboa que havia sido Francisco Vieira a pagar do seu bolso a “infantaria para a defesa de Macau”.¹⁰

De facto, era extremamente vital o comércio de Macau com Manila realizado através de Macaçar. Uma vez que mantinha relações amistosas com as duas cidades, Macaçar pôde funcionar como ponte de ligação entre elas para as trocas comerciais.

Por outra parte, o conhecimento e as boas relações de Francisco Vieira com os ingleses na costa de Coromandel, que aqui exploravam os têxteis indianos, foram igualmente importantes para a presença de muitos mercadores portugueses, que puderam aí permanecer ainda depois da tomada de Negapatão pelos holandeses, em 1657.

SOBRE O SÂNDALO DE TIMOR

O comandante Humberto Leitão e a investigadora Maria do Carmo Borges referem-nos, com alguma insistência, a importância do comércio do sândalo na colonização de Timor, cuja exploração os frades dominicanos também reclamavam para si.

Humberto Leitão chega a escrever que “do negócio do sândalo provinha a seiva que alimentava Macau”. E vale a pena, inclusive, citar do mesmo comandante a cultura do sândalo. Assim a descreve: “As árvores são muito parecidas com as nogueiras, e dão um fruto que se assemelha às cerejas, que é primeiramente de cor verde, depois preta, caindo logo a seguir. Não tem gosto nem préstimo algum. Só a madeira é estimada”.¹¹

Simplificando, podemos dizer, com alguns tratadistas, que havia três espécies de sândalo: o amarelo, o branco e o vermelho. Na Índia, o sândalo amarelo e o branco eram esmagados para obter um pó fino e poder untar o corpo contra o calor. Na Europa, o sândalo misturava-se geralmente com água de rosas, contra as febres e as dores de cabeça. Quanto ao sândalo vermelho (considerado um falso sândalo), era aplicado sobretudo

HISTORIOGRAPHY

na construção de templos e estátuas dos ídolos, em especial na China.

Por isso, não só os portugueses, mas também os macaques e os holandeses, disputavam a posse da ilha de Timor que produzia o sândalo da melhor qualidade... Daí a grande ambição pela posse exclusiva no comércio rendoso do sândalo timorense...

Desta sorte ou má sorte... a exploração do sândalo de Timor irá ser o grande pomo de discórdia também entre os padres de S. Domingos e o capitão-mor, Francisco Vieira de Figueiredo.

Por isso, o nosso grande mercador, igualmente ambicioso, certamente num excesso de indignação, chegou a dizer que os cristãos que os frades dominicanos baptizavam eram somente os “paus de sândalo”.¹²

Daí, outrossim, as guerras do famoso “Francisco da Guerra”, como os holandeses apelidavam o seu poderoso rival, Francisco Vieira de Figueiredo. E, daí, presumivelmente, também, a morte do valoroso capitão-geral Vieira de Figueiredo, por instigação, crê-se, dos próprios padres dominicanos.

Amboíno, século XVII.



HISTORIOGRAFIA

FRANCISCO VIEIRA E OS CAPITÃES DE TIMOR

Conhecendo como ninguém a situação, Francisco Vieira, em 1664, chegou a expressar a ideia de conquistar Timor. Antecipava-se, de algum modo, às pretensões holandesas e até inglesas. Para tal empreendimento, terá pedido, inclusive, à Coroa Portuguesa “duzentos soldados”, que seriam pagos inteiramente à sua custa. Mas a resposta foi desoladora para Vieira, pois só viria a receber um “galeão podre” com dezasseis soldados, após um ano de espera.

Por outro lado, controlando, de certa forma, o comércio do sândalo, Francisco Vieira interferia, do mesmo modo, na nomeação dos capitães de Timor. Tal aconteceu no apoio que deu, primeiramente, a Simão Luís e, após a morte deste capitão-mor, a António de Hornay. Este era filho de um desertor holandês, tendo casado com uma nativa timorense. Mas Hornay tinha um grande rival: o capitão Mateus da Costa, que fora educado e era apoiado pelos frades dominicanos.

Daí uma guerra, sem tréguas nem quartel, entre os dois valentões à qual o próprio Francisco Vieira ainda assistiu nos derradeiros anos da vida e de cujos confrontos e revoltas também viria a resultar a morte do capitão-geral, segundo se presume.

Contas feitas, parece-nos que Vieira lá teria suas razões na preferência dada a António de Hornay. De facto, quando Mateus da Costa sai da cena em 1673, é António de Hornay que assume o poder para nunca mais o largar, durante duas décadas – tal a ambição, o poderio e as manhas que o envolviam... que nem os próprios vice-reis da Índia, apesar de várias diligências, conseguiram destronar.

Francisco Vieira veio a consagrar, portanto, os últimos anos de vida aos problemas de Timor. Para isso, informou as autoridades portuguesas de Goa sobre a situação da ilha que havia socorrido em diferentes ocasiões.

Por outro lado, e como acima referimos, Vieira procurou limitar a acção dos frades dominicanos, pelos conflitos permanentes que ocasionavam, como terá sido no levantamento dos “Larantuqueiros” em Maio de 1666.¹³

RIVALIDADES ENTRE OS MEMBROS DO CLERO

Sejam religiosos ou leigos, os diferentes historiadores acentuam nos seus estudos as difíceis relações mantidas entre os jesuítas e os dominicanos nestas paragens orientais, onde os interesses económicos eram manifestos.

Era notória a rivalidade entre estas duas ordens e, aparentemente, Francisco Vieira apoiava sobretudo os padres da Companhia de Jesus, mantendo, inclusive, na sua casa, o conselheiro espiritual, António Francisco, um jesuíta natural de Tomar, terra vizinha da sua Vila de Ourém.

Por outra banda, notaremos que o Pe. Luís da Gama, visitador da China e do Japão, justificava, neste momento, as actividades comerciais dos padres da Companhia de Jesus na Ásia Extrema. Fazia-o não somente pela escassez de rendimentos dada a falta do comércio com o Japão, mas também pela falta das habituais ajudas dos portugueses e, inclusive, pela falta da esmola habitual do Papa. Só assim poderia acudir, de algum modo, à manutenção do Colégio dos Jesuítas de Macau.

Como quer que seja, existem referências muito elogiosas dos missionários jesuítas a respeito de Francisco Vieira de Figueiredo. Podemos encontrá-las, sem custo, e com larga abundância, nas cartas dos vários missionários, como Pêro Francisco, João Cabral, André Ferrão, Matias da Maia, André Gomes, João Baptista Maldonado, António Francisco, e outros, que circularam e estagiaram, por esses anos, em Macaçar.

Tais cartas encontram-se hoje publicadas na mencionada colectânea do Pe. Hubert Jacobs e dariam, decerto, um estudo muito estimulante para algum investigador capacitado. Mais adiante, a propósito dos membros do clero, ainda voltaremos a tais referências, dignas de uma breve menção.¹⁴

EVANGELIZAÇÃO DE MACAÇAR

Na dissertação de Maria do Carmo Borges, à qual temos aludido, há diversas referências à evangelização das ilhas vizinhas de Macaçar.

Neste ponto, podemos notar que não foi fácil a missão dos missionários cristãos, pois os muçulmanos se tinham antecipado por causa da demora, segundo parece, dos padres de Malaca enviados (tardamente) para Macaçar e outras regiões limítrofes.

Quem nos dá conta disto, com bastante fidedignidade, é precisamente o Pe. António Francisco Cardim que nasceu em Viana do Alentejo, em 1596, e que veio a falecer em Macau, em 1659.

Com efeito, António Cardim terminou em Goa, em Maio de 1650, como refere na dedicatória ao rei D. João IV, o minucioso estudo intitulado “Batalhas da Companhia de Jesus na Sua Gloriosa Província do

HISTORIOGRAPHY

Japão”. Este texto muito valioso, escrito no Oriente, só veio a ser publicado na Imprensa Nacional de Lisboa, em 1894, por diligências de Luciano Cordeiro.

O capítulo XLI é consagrado precisamente à “Missão na ilha de Macassa”. Nele, o Pe. Cardim relata em várias páginas, muito expressivas, a boa vontade havida por parte do sultão (“Carraim Patim Galoá”) para receber o Evangelho. Contudo, o Pe. Manuel de Azevedo “chegara tarde”! – razão pela qual, na aparência, o sultão abraça o Alcorão.

Segundo consta, nos anos em que Francisco Vieira permaneceu em Macaçar, os sultões terão sido sempre muito liberais e magnânimos para com os cristãos, parecendo até jogar nos “dois tabuleiros”, isto é, no plano das intenções e na prática da vida.

Tenhamos em vista o exemplo manifesto, aquando da passagem por Macaçar, em 1646, do conhecido jesuíta francês Alexandre de Rhodes (1593-1660). Após a sua libertação da prisão em Malaca, onde esteve detido durante vários meses, Alexandre de Rhodes, viajando por Macaçar com destino à Europa, estabeleceu amizade e trocou diversos conhecimentos matemáticos com o sultão durante cinco meses. Simultaneamente, Rhodes procurou, sem sucesso, a adesão do célebre governador de Macaçar (Patingaloan) ao Cristianismo.

Contudo, na despedida para a Europa, o sultão, muito cortêsmente, agradeceu ao dinâmico missionário francês a sua ajuda, salientando apenas o bom trabalho realizado pelo jesuíta...

Também o missionário agostinho Sebastião Manrique, no seu *Itinerário* publicado em Roma, em meados do século XVII, aponta algumas situações similares em que os reis da Insulíndia eram mais favoráveis à religião muçulmana pelo facto de lhes parecer “mui duro el الجو christiano”.¹⁵

ACÇÃO DIPLOMÁTICA DE FRANCISCO VIEIRA

Abrimos uma alínea especial para referir as actividades comerciais e diplomáticas de Francisco Vieira de Figueiredo, sobretudo em Macaçar, desde 1644.

Fazemo-lo à vista da documentação disponibilizada por Hubert Jacobs e ainda, neste ponto, com as análises elaboradas pela autora que nos tem acompanhado (Carmo Borges) bebendo esta, outrossim, em boa medida, na colectânea do Pe. Jacobs.

Como notámos, Vieira de Figueiredo esteve envolvido durante largos anos nos principais conflitos

da Ásia do Sudeste. E, consoante a expressão do próprio Conselho Ultramarino, em 1661, Francisco Vieira manteve uma intensa actividade diplomática numa altura em que tinha de “guerrear mais com política do que com armas”.¹⁶

Por isso, tanto os vice-reis da Índia, como os sultões de Macaçar, e ainda o próprio embaixador de Macaçar e da Índia (no caso, Francisco Vieira de Figueiredo), chamavam repetidamente a atenção de Lisboa para a necessidade da atribuição a Francisco Vieira de títulos apropriados. De facto, arrastava-se, indefinidamente, a confirmação de tais pedidos feitos à Corte de Lisboa, por uma ninharia aparente, ou seja, pela verificação de que, na família de Francisco Vieira, natural da Vila de Ourém, o avô materno “havia exercitado o officio de pedreiro no lugar do Azambujal”.¹⁷

Digamos, neste caso, que o avô materno de Francisco Vieira, Simão Nunes, era um simples pedreiro de officio, residente no Regato, ao pé da Vila de Ourém. Para confirmá-lo, até estava, também em Lisboa, desde 1650, a inquirição exaustiva levada a cabo pelo cônego da Sé de Ourém, António Henriques, comissário do Tribunal do Santo Officio.

Porém, o que importa realçar aqui é que, em 1653, Francisco Vieira pedira ao vice-rei da Índia o cargo de “Embaixador Assistente”. Com efeito, era este um título verdadeiramente apreciado pelos sultões de Macaçar, que já haviam concedido, anteriormente, ao mercador português idêntico estatuto diplomático.

Normalmente, Francisco Vieira era designado por “capitão” ou capitão-mor do Sul ou, mais tarde, por capitão-geral (há quem escreva “general”) do Sul, abrangendo assim toda a região a leste de Malaca até às Filipinas.

E, já que vem a propósito, registemos outros títulos atribuídos ao nosso Francisco Vieira: governador das Ilhas do Sul, juiz supremo das Partes do Sul, Cavaleiro Fidalgo da Ordem de Cristo, e, mais tarde, Familiar do Santo Officio.

São estes os títulos, altamente honrosos, que se encontram registados, por exemplo, na obra do citado historiador Hubert Jacobs.¹⁸

FRANCISCO VIEIRA E OS MEMBROS DO CLERO

A este propósito são relevantes os modos como alguns padres de renome encararam a personalidade de Francisco Vieira. Já referimos alguns, mormente os

HISTORIOGRAFIA

padres da Companhia de Jesus. Porém, avançaremos algo mais, conquanto os respectivos textos possam vir a ser consultados em apêndice.

Sobre Alexandre de Rhodes, procurador da Província do Japão, ao qual acima já fizemos uma alusão, a propósito da referência inserta nas suas “Viagens” relativas a Macaçar, diremos que, em 1646, o missionário, discutindo matemáticas com o governador de Macaçar, veio ao mesmo tempo a conhecer e a despedir-se do capitão Francisco Vieira, segundo a melhor interpretação do texto.

João Cabral, que ocupou, em Macau, o cargo de provincial do Japão, em carta escrita em Goa para o patriarca da Etiópia, realça, em 1655, a influência e a importância que Vieira de Figueiredo tinha junto do sultão, mormente quando este fazia a guerra aos holandeses nas ilhas de Amboíno. Sobre a guerra, segundo Cabral, os holandeses afirmavam que “só os dous Vieiras lha fasem, um no Brasil, outro na Índia”. Aqui, tratava-se, efectivamente, de Francisco Vieira de Figueiredo a quem os holandeses denominavam “Francisco de guerra”.

No Brasil, seria, segundo parece, João Fernandes Vieira, que, em 1645, dirigiu uma revolta em Pernambuco.¹⁹

Além de outras referências a Vieira de Figueiredo, escreve ainda João Cabral que “a rainha que ainda hé menina e tem o mesmo Francisco Vieira por pai, requereo a el-rei que ou a levasse consigo à guerra ou a deixasse entregar a elle”. Claro, Vieira ficou com a menina.

Por sua vez, o jesuíta André Ferrão, numa interessantíssima “Relação de viagem”, dá-nos conta que estivera em Macaçar de 21 de Maio a 17 de Junho de 1658. Aqui terá observado a opulência e simultaneamente a modéstia de Francisco Vieira. Por outro lado, anotou o mesmo jesuíta, a oferta da companhia segura da embarcação do capitão Vieira na viagem do missionário para Macau.

Cabe também aqui uma palavra especial sobre o famoso dominicano espanhol, Domingo Fernández Navarrete. Nascido em Peñafiel (Valladolid), em 1619, Navarrete emigrou para o Extremo Oriente e, tendo regressando mais tarde ao Ocidente, veio a falecer em 1686, como arcebispo da ilha de São Domingos (América Central).

De facto, o activíssimo religioso, por motivos de saúde, deixou as Filipinas, onde foi professor na

Universidade de S. Tomás. No regresso à China, fez uma estadia em Macaçar, desde Novembro de 1657 até Junho do ano seguinte, altura em que embarcou para o sul da China. Aqui missionou durante dez anos, chegando a intervir com algum ruído na questão dos “ritos chineses” em confronto com o jesuíta português António Gouveia.

Ora, no porto de Macaçar, Fernández Navarrete veio a conhecer e a conviver também com o capitão Francisco Vieira. Este, por exemplo, em certo dia, acompanha-o, numa visita particular ao sultão local. Navarrete nunca mais esquecerá essa visita, de tal modo que, anos depois, descreve o encontro, com muita simpatia e apreço pela figura relevante de Francisco Vieira, a quem designa por “*un Portugues grave, y poderoso*” a quem dedica um passo cativante nos *Tratados historicos, politicos, ethicos, y religiosos de la monarchia de China*, publicados em Madrid, em 1676.

As passagens mais frisantes destes quatro missionários vão igualmente transcritas no final do nosso estudo.

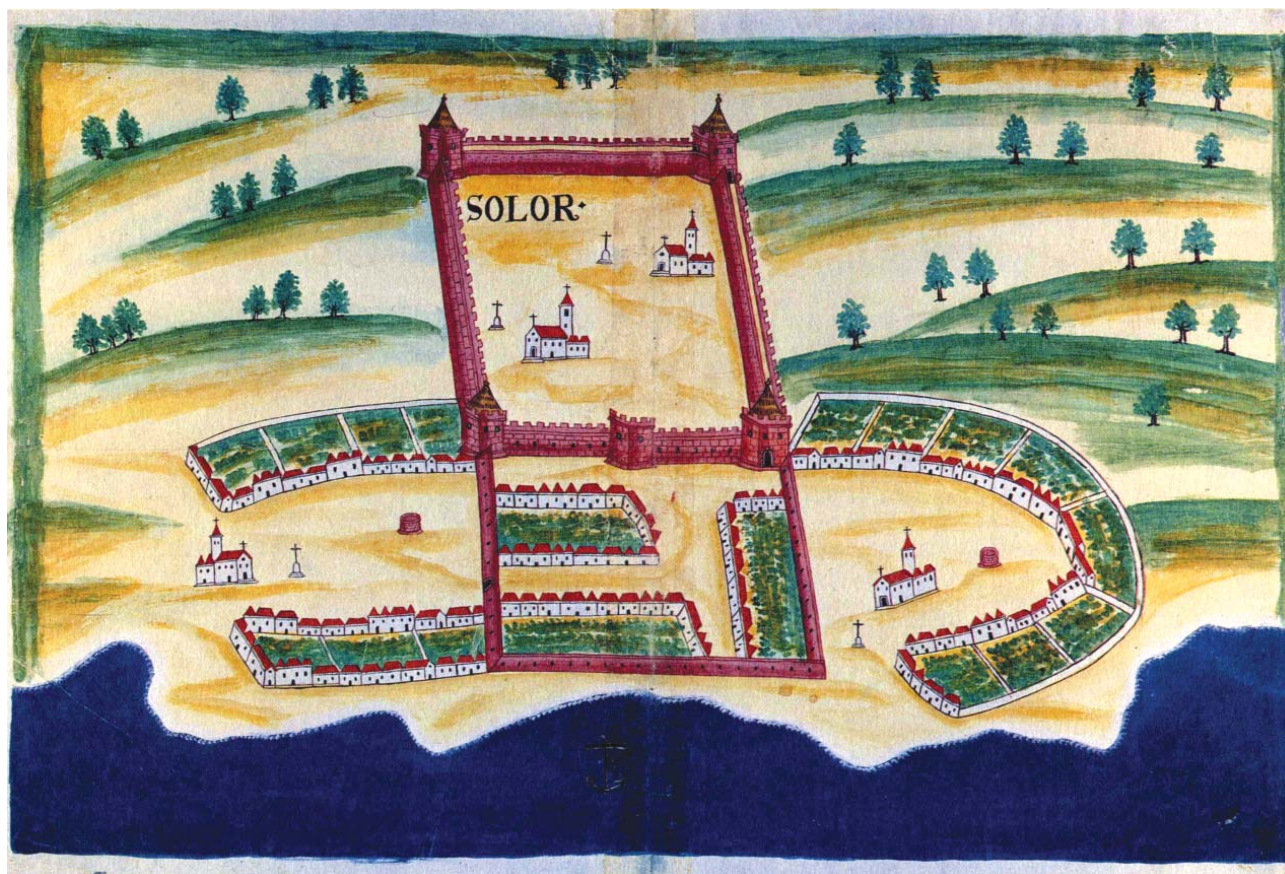
PROBLEMAS NO TERRENO DAS OPERAÇÕES

Como reparámos, a forte personalidade de Francisco Vieira era tão respeitada por todos quantos com ele privavam quanto era temível para os holandeses que o apelidavam “Francisco da Guerra” como vimos numa carta do Pe. João Cabral para o patriarca da Etiópia, em 1655.²⁰

Sendo assim, podemos até facilmente chegar à seguinte conclusão: se Francisco Vieira não conseguiu expulsar o “inimigo comum” dos portugueses no Oriente – os holandeses – foi, quem sabe, pelo facto dos reforços pedidos para Goa nunca chegarem a tempo e nas melhores condições.

De facto, Vieira de Figueiredo havia gizado, em 1653, um projecto para quatro anos, que nunca seria levado a cabo. Tal “projecto geral” consistia em travar, de vez, a passagem das naus holandesas em Meca, na Pérsia, em Batum, no Tonquim e no porto do Sião.

Porém, não eram só as naus dos holandeses que causavam dificuldades a Francisco Vieira. Já em 1649, Vieira confessava que os frades dominicanos eram inimigos dos portugueses. Por tal motivo, e durante duas décadas, Vieira viria a ter conflitos com estes religiosos, acicatados depois, em 1666, por Mateus



Fortaleza de Solor, in António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental* (1635). Lisboa: INCM, 1992.

da Costa e cujo resultado esteve à vista: a saída, anos mais tarde, dos dominicanos levados para as prisões de Goa.²¹

Notemos, ainda a propósito, que, quando Vieira de Figueiredo achava necessário zurzir nalguns membros do clero, por comportamentos indignos, não deixava de o fazer. Isto aconteceu, por exemplo, aquando da passagem pela ilha de Celebes, do jesuíta italiano, Martino Martini. Não só em Macaçar como na China, Martini andou “espalhando o descrédito da Coroa de Portugal”, mormente a respeito de D. João IV e D. Afonso VI.

Sobre tal jesuíta, Vieira foi duro, mas justo. Como implacável o foi para um certo vigário de Macaçar, “idiota” e “escandaloso” que levava uma “vida depravada”, vivendo longe dos preceitos da Igreja. Vieira chega a escrever deste vigário que “pera rellatar suas couzas hera necessário fazer grande volume”.

Pelo próprio punho, Francisco Vieira não deixa, portanto, de fustigar assim, duramente, tais religiosos,

em carta de 10 de Julho de 1662, dirigida ao vice-rei da Índia.²²

VIEIRA NAS FLORES E EM TIMOR

Em Julho de 1665, Francisco Vieira teve de partir de Macaçar para a ilha das Flores. Aqui fixou residência, em Larantuca. Mas bem conhecia que, de há muito, sua vida corria sério perigo.

Desde 1658, Vieira continuava à espera duma provisão de Goa para poder utilizar a licença régia que lhe fora concedida para regressar, definitivamente, a Portugal. Daí ter apoiado, entretantes, nas Flores, diferentes régulos da sua confiança: primeiramente, João Teles e Sebastião Teles; mas depois, com destaque nas ilhas de Solor e Timor, o capitão-mor Simão Luís.

Ocorrendo, entretanto, a morte deste Simão Luís, para o qual Francisco Vieira havia pedido em Goa o hábito de Cristo, seria António de Hornay o capitão preferido para o substituir, com uma

HISTORIOGRAFIA

oposição de Mateus da Costa, conquanto fossem todos eles, aparentemente, leais servidores do rei de Portugal.²³

Uma vez em Larantuca, e agora com o prestígio bastante abalado pela nova situação criada, Vieira com alguma dificuldade consegue impor-se perante as lutas tribais travadas pelos dois “figurões” em presença – Hornay e Costa – os quais disputavam o lugar de “capitão-mor” nas ilhas de Solor e Timor.

Pela documentação hoje disponível, podemos constatar que Francisco Vieira chegou a ser bem recebido em Batávia para as questões de segurança no arquipélago malaio, aquando das suas missões como embaixador do Estado da Índia e como embaixador do sultão de Macaçar.

Todavia, desde 1653 Vieira não deixa de registar na sua correspondência que os holandeses ofereciam prémios avultados para o liquidarem.

Por outro lado, Vieira refere que os próprios amigos o avisavam para não aceitar convites dos capitães holandeses, como referimos. De facto, estes não desarmavam nos seus intentos assassinos, chegando a atacar a residência de Vieira em Macaçar. Assim o escreve, em carta de 1655, o Pe. João Cabral: “As mais das ballas que tirarão forão à casa de Francisco Vieira que ficava na praya”.²⁴

FRANCISCO VIEIRA E O REGRESSO À PÁTRIA

Terá sido, por conseguinte, a partir desta altura que Vieira requereu a necessária licença à Coroa para regressar a Lisboa, pretensão que o Conselho Ultramarino despachou favoravelmente em Abril de 1659. Vieira poderia assim, de forma especial, “vir da Índia com toda a sua casa, família e fazenda”.

Só que o regresso à mãe-pátria não veio a ter lugar em qualquer dos anos seguintes, pois que, em 1664, era solicitado pelo vice-rei de Goa a Francisco Vieira para que continuasse em Macaçar e na região do Sul, incluindo Timor. Nesta ocasião, Goa unicamente pedia ao rei alguma compensação para Vieira permanecer no arquipélago indonésio.

Sobre a confirmação do hábito de Cristo a Vieira de Figueiredo, conforme observamos pelo despacho régio de 12 de Abril de 1664, após a primeira solicitação de Francisco Vieira em 1647, notamos, feitas as contas, que haviam passado 17 anos após o primeiro pedido formulado por Francisco Vieira. Só agora é que o rei de Portugal confirma a Francisco

Vieira de Figueiredo o hábito de Cristo, ao mesmo tempo que lhe concede quarenta mil réis de pensão anual.

Ora, tudo isto prova pelo menos duas coisas: em primeiro lugar, o desprezo que a nobreza em Portugal tinha pelas classes modestas (Francisco Vieira era neto de um “pedreiro”); em segundo lugar, põe em evidência o papel político altamente influente que Francisco Vieira exercia naquela região do Extremo Oriente, guerreando sempre, de preferência, “mais com política que com armas”.²⁵

*Francisco Vieira havia
chamado a atenção
das autoridades de Goa
para a ameaça de Macaçar
cair na posse dos holandeses
e, daí, as consequências
desastrosas para os moradores
da Cidade do Nome
de Deus na China.*

Porém, acrescentemos o seguinte: dadas as dificuldades e o peso dos anos, com as responsabilidades familiares inerentes, Vieira dirigiu-se directamente ao rei, salientando que se achava “muito velho e cansado, e é justo que venha para a sua pátria”. Solicitava apenas, desta forma, a provisão para usar da licença que lhe fora concedida anos atrás.²⁶

CONSELHO ULTRAMARINO E PARECER
DE PEDRO SECO

Mas, curioso é notar, tristemente, que, num parecer de Fevereiro de 1669, e, por conseguinte, mais de um ano após a morte de Francisco Vieira, ainda o Conselho Ultramarino reafirmava as exigências impostas por Goa quanto à presença de Vieira de Figueiredo ser imprescindível em “Macaçar, Solor e Timor onde assistia [...] e que o dito Francisco Vieira dê conta de tudo o que por aquelas partes suceder”.²⁷

E podemos juntar mais o seguinte: as razões para o regresso de Francisco Vieira chegaram a impor-se de

HISTORIOGRAPHY

tal maneira que, em Março de 1669, um conselheiro (de seu nome, Pedro Seco de Macedo), apoiava a petição de Vieira de Figueiredo no Conselho Ultramarino. De facto, tal conselheiro protestava indignado por “parecer impossível que querendo Vieira descansar dos trabalhos que tinha padecido, o seu regresso dependesse da vontade do vice-rei ou governador permitir ou impedir-lho, quando, se alguma coisa se tinha feito naquelas partes, tinha sido à custa de sua fazenda”. Mais acrescentava Pedro Seco que “não é justo que em lugar do prémio por ter grandes serviços experimente castigo e desterro”.²⁸

O despacho régio de 26 de Março de 1669, decide, então, que Francisco Vieira possa regressar, acrescentando, porém, ainda, o seguinte: “entenda se pode sem prejuízo de meu serviço vir para o Reino”.²⁹

Ora, neste momento, Francisco Vieira já havia falecido, como já notámos.

PERSONALIDADE DE FRANCISCO VIEIRA

Todos estes depoimentos manifestam, à evidência, a personalidade e a capacidade de liderança que Vieira de Figueiredo imprimia no Sudeste Asiático. E não somente na esfera política como ainda no domínio económico, pela ajuda substancial e pelo socorro que Vieira levava aos portugueses estabelecidos em Solor e em Timor e também aos residentes de Macau.

Podemos, em síntese, dizer que, desde a perda de Malaca, em 1641, até ao fim da sua vida, em Dezembro de 1667, Francisco Vieira veio a ser um pilar fundamental na ponte estabelecida entre Goa e o Extremo Oriente.

Neste ponto como noutros, historiadores e estudiosos da craveira de Charles Boxer, Humberto Leitão, Hubert Jacobs ou Maria do Carmo Borges, não escondem palavras da mais elevada consideração pela obra realizada e pela acção benemérita do capitão-geral do Sul, Francisco Vieira de Figueiredo.

De facto, ao longo de várias décadas, Vieira manifestou ser um “político hábil” ao serviço do Estado Português da Índia, sendo, ao mesmo tempo, em momentos cruciais, um embaixador de “carisma e autoridade” no sultanato de Macaçar, além de ter sido um poderoso mercador.

Sublinhe-se, por outro lado, que Vieira era o verdadeiro chefe da comunidade portuguesa nas Celebes, não tendo, em determinada altura, participado na expedição de Macaçar a Amboíno,

para ficar junto da rainha, ainda menina, que tratava Vieira como pai.

Frisemos finalmente, pois já o indicámos, que Vieira era, outrossim, um cavalheiro culto e religioso, tendo a seu lado, durante os últimos sete anos de vida (1660-1667), o conselheiro e capelão, António Francisco, para além de ter convivido com religiosos de cultura invulgar, como atrás salientámos.

TESTEMUNHO DO PE. ANTÓNIO FRANCISCO

De feito, foi o jesuíta António Francisco que melhor veio a conhecer Vieira de Figueiredo, tendo assistido, inclusive, aos seus últimos momentos. Além do mais, António Joaquim escreve, com data de 5 de Dezembro de 1670, já em Macau, um longo relatório, em latim, enviado ao padre geral da Companhia de Jesus.

No extenso relatório com uma dezena de páginas, na colectânea editada por Hubert Jacobs, em 1988, são exarados os maiores encómios às duas figuras de grande generosidade que foram Francisco Vieira de Figueiredo e sua esposa, D. Catarina de Noronha, mormente em relação à Companhia de Jesus.

Neste relatório podemos ver expressões tais que, de um grande amigo da Sociedade de Jesus, não se poderá dizer melhor. Assim, para além de outras expressões, escreve o capelão António Francisco: “*Francisci Vieira de Figueiredo, qui semper magnus nostrae Societatis pater fuit*” (Francisco Vieira de Figueiredo, que sempre foi um grande pai da nossa Companhia).

Mais adiante, o mesmo capelão reitera idêntico elogio de forma lapidar: “*Dignissimus Franciscus Vieira de Figueiredo, noster magnus pater et defensor*” (Digníssimo Francisco Vieira de Figueiredo, nosso grande pai e protector).³⁰

Ninguém bem situado poderia, por conseguinte, escrever melhor!

D. CATARINA DE NORONHA

Digamos agora algumas palavras sobre a nobre figura de D. Catarina de Noronha, a segunda esposa de D. Francisco Vieira de Figueiredo.

Na verdade, quem melhor do que alguém escreveu sobre esta senhora macaense foi, nos últimos anos, a antiga professora no Liceu de Macau, Maria Helena do Carmo.

Esta investigadora e escritora, após a apresentação da dissertação de mestrado realizada na Universidade

HISTORIOGRAFIA

de Macau sobre os interesses portugueses na Cidade do Nome de Deus na primeira metade do século XVIII, veio a elaborar um notável romance histórico, intitulado *Uma Aristocrata Portuguesa no Macau do Século XVII, Nónha Catarina de Noronha*.

Segundo Maria Helena do Carmo, D. Catarina de Noronha era filha de D. António Manuel da Câmara de Noronha e de D. Paula Fragosa. Sem embargo, idêntica filiação podemos constatar no “Elogio dos Fundadores” do Colégio de Macau.³¹

CASAMENTO DE FRANCISCO VIEIRA COM CATARINA DE NORONHA

Segundo Helena do Carmo, terá sido por volta de 1660 que Francisco Vieira de Figueiredo, viúvo de D. Jacinta da Costa, ao fazer escala em Macau, no trânsito de Goa para Macaçar, veio a conhecer a jovem Catarina de Noronha.

Embora com uma diferença de cerca de trinta anos, vieram a casar em Macau, embarcando depois para o porto de Macaçar na companhia do capelão António Francisco, que haveria de acompanhá-los por largos anos.

Tendo renunciado ao governo de Macau, segundo consta, Francisco Vieira não teve outra alternativa senão retomar o seu posto nas ilhas do Sul, por ordem expressa dos vice-reis de Goa, para continuar a ajudar os seis mil portugueses em aflições de sobrevivência, os quais, em Macaçar e nas ilhas vizinhas, tinham organizado suas vidas.

Uma vez nas Celebes, a partir de 1662, D. Catarina terá vivido, aqui, em constante sobressalto pela paz sempre precária que os holandeses impunham aos portugueses aí residentes, liderados por Francisco Vieira de Figueiredo, seu marido.

Em Macaçar, terá nascido, entretanto, a sua filha Ana Maria. Mas, após três anos no entreposto das Celebes, toda a família, capelão e criadagem, tiveram de partir para Larantuca, na ilha das Flores, situada mais a sul.

Sendo assim, a vida não foi fácil para a jovem esposa de Vieira de Figueiredo, pois passados dois anos aconteceu a morte de seu marido. Precisamente a 5 de Dezembro de 1667.³²

GENEROSIDADE DE D. CATARINA DE NORONHA

Apesar da cruel adversidade, com grande decisão e coragem D. Catarina procurou assumir a direcção

empresarial oriunda do marido, permanecendo também a seu lado o conselheiro António Francisco.

Contudo, dois anos mais tarde, impelida pelos ataques constantes dos holandeses e outras forças adversárias, como os religiosos de S. Domingos ou os apaniguados do capitão Mateus da Costa, D. Catarina teve que sair de Larantuca, em 1670.

Regressou então a Macau, deixando os restos mortais do marido na capital da ilha das Flores, decerto entregues à vigilância do seu enteado, Tomás de Figueiredo.³³

Tendo em conta o diário do Pe. Luís da Gama, D. Catarina chegou à Cidade do Nome de Deus na China, em 29 de Junho de 1670, desembarcando, no dia seguinte, no navio *Nossa Senhora do Rosário e Almas do Purgatório*. Eram as “nove ou dez da manhã” de 30 de Junho.³⁴

Conservando a viuvez, D. Catarina haveria de reorganizar em Macau a sua frota de cinco embarcações que continuaram a sulcar os mares do Sul, transaccionando os vários produtos correntes: arroz, seda, cravo, noz e sândalo, e, decerto, também, os perfumes e os metais preciosos. Assim colaborava também na economia macaense em dificuldades permanentes.

No desenvolvimento do estudo sobre a aristocrata macaense elaborado por Helena do Carmo, observamos que D. Catarina manteve sempre uma postura digna de senhora nobre durante o último terço do século XVII, dedicando uma parte da sua vida à prática das obras de caridade e assistência social, no prosseguimento das melhores intenções do seu falecido marido, Francisco Vieira de Figueiredo.

ELOGIOS A FRANCISCO VIEIRA E À SUA ESPOSA

Sobre Francisco Vieira de Figueiredo e sua esposa, notaremos, outrossim, que, em Junho do ano 2000, no Arquivo Histórico da Companhia de Jesus, em Roma, encontrámos vários documentos redigidos em latim.³⁵

Verificámos, então, tratar-se de documentos importantes e comprovativos das várias doações feitas por D. Catarina de Noronha ao Colégio de Macau, constando em tais documentos, expressamente, o nome de Francisco Vieira de Figueiredo, ao lado da sua segunda esposa, no rol dos benfeitores da Companhia de Jesus.

Noutro local poderemos verificar os elogios feitos, em Macau, a Vieira de Figueiredo e sua

HISTORIOGRAPHY

mulher, Catarina de Noronha. Tais documentos estão conservados na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa.³⁶

CONCLUSÃO

Foi há cerca de dez anos que encontramos na Torre do Tombo, em Lisboa, a documentação básica para traçarmos o primeiro ensaio biográfico sobre Francisco Vieira de Figueiredo. Para o nosso estudo, utilizámos também as pesquisas realizadas por Charles Boxer e por Maria do Carmo Borges. Do mesmo modo, vimos os trabalhos de Humberto Leitão, Hubert Jacobs e Maria Helena do Carmo. Principalmente.

Todavia, notaremos que foi o professor Charles Boxer – mestre dos mestres na História da Expansão Portuguesa no Mundo – o arauto que tirou do pó do olvido o nome de Francisco Vieira de Figueiredo, quase ignorado durante trezentos anos nos anais da História de Portugal.

De facto, o titular da “Cátedra de Camões” em Londres, para estudar a figura singular de Vieira de Figueiredo, compulso, além de outra, alguma documentação ignorada nos arquivos holandeses, colocando assim nas páginas da História da Civilização o nome do mercador-diplomata Francisco Vieira, natural do Zambujal.

Porém, conforme verificámos, nenhum dos autores atrás mencionados viu o processo de Francisco Vieira de Figueiredo nos arquivos da Torre do Tombo (Santo Offício, maço 6, nº 260). Fica, assim, a descoberto, connosco, para sempre.

Permitimo-nos acentuar tanto mais esta descoberta quanto é certo que, ainda no ano de 1987, o conceituado jesuíta de Macau, Benjamim Videira Pires, punha em causa a filiação de Jacinta da Costa e de Catarina de Noronha, pois as julgava irmãs dos sultões de Macaçar, considerando duvidosas as afirmações do Professor Boxer.³⁷

Ora, a nossa contribuição afasta todas as dúvidas!

Concluindo, anotemos ainda duas observações de Charles Boxer.

No termo do seu estudo de 1940, era tal a veneração do capitão Boxer pela figura extraordinária Vieira de Figueiredo que chegou a sugerir “que o seu nome fôsse perpetuado por qualquer largo ou rua em Díli, metrópole da ilha de Timor, cuja permanência no império colonial Português lhe é devida em grande parte”. Terá isto acontecido?

Mais tarde, no estudo de 1967, o mesmo professor da Universidade de Londres salienta também a religiosidade de Francisco Vieira de Figueiredo. Por outro lado, Boxer não hesita em colocar à vista, as notas dominantes da personalidade de Vieira: a sua capacidade de persuasão e amizade com os holandeses; a perseverança no meio das adversidades; a agressividade na competição comercial; e, acima de tudo, a sua presença nobre e fidalga, em paralelo com outras figuras relevantes como D. Francisco de Lima ou Lopo Sarmiento de Carvalho.

Como quer que seja, na sua análise pertinente, e sempre crítica e judiciosa, Boxer nunca perde de vista a sua personagem de excepcional envergadura: Francisco Vieira de Figueiredo.

Trata-se, efectivamente, de um gigante, com dimensão universal, ao mesmo tempo, herói e mártir, este ouriense chamado Francisco Vieira, que nasceu, justamente, há 400 anos, de uma família modesta, sendo natural “da vila de Ourem e de hum lugar aly junto que chamão o Azambujal”. **RC**



HISTORIOGRAFIA

CRONOLOGIA

- 1610-12 Francisco Vieira nasce na aldeia do Zambujal, junto ao castelo de Ourém (Portugal).
- 1623-24 Partida de Francisco Vieira para a Índia, na companhia de um irmão mais velho.
- 1632-33 Por esta altura, Francisco Vieira casou com Jacinta da Costa, “órfã e filha da misericórdia do Recolhimento da Madalena de Goa.
- 1634 Referência a Francisco Vieira no “Diário” do conde de Linhares, D. Miguel de Noronha, vice-rei da Índia.
- 1635-41 Estabelecimento de Vieira como mercador em Negapatão, na costa de Coromandel, Sudeste da Índia.
- 1642 Os holandeses transmitem a Vieira, que estava no Camboja, a notícia da Restauração de Portugal. Francisco Vieira centraliza e desenvolve o comércio no porto de Macaçar (ilha de Celebes), onde se torna “amigo privado” do rei e da maioria dos grandes do reino.
- 1646 A esquadra de bloqueio holandesa toma perto de Manila um paraxo de Vieira e do rei de Macaçar. Este envia Francisco Vieira como embaixador, antes de mais, a Batávia para a restituição do navio e sua carga; depois, Vieira é enviado ao vice-rei de Goa, onde é bem recebido, o qual o envia também como seu embaixador ao rei de Bantam (Java), e ao rei de Macaçar (Celebes).
- 1647 Em 9 de Dezembro, Francisco Vieira recebe na Sé de Goa, pelo vigário-geral, Doutor Francisco de Figueiredo, o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Doravante, passa a ser conhecido por Francisco Vieira de Figueiredo.
- 1648 Na Primavera deste ano, Vieira chegou a Bantam, onde é bem recebido e causa “admirável impressão pelos seus magníficos trajes e grande séquito”, presenteando o rei com dois anéis de diamante, da parte do vice-rei da Índia. Depois segue para Batávia, onde igualmente é festejado pelos holandeses.
- 1649 Vieira encontra-se em Macaçar.
- 1650 Vieira foi mais uma vez a Goa.
- 1652 As boas relações de Vieira com os holandeses são interrompidas pela tomada de seus dois navios (*N.^a S.^a de Nazaré e São João Baptista*), perto de Japara, ao norte de Java.
- 1653 Vieira pede ao vice-rei de Goa, conde de Óbidos, que lhe seja dado o título de “Embaixador Assistente”. Ao mesmo tempo, recomenda para Francisco Martins, tio e secretário do rei de Macaçar, o hábito de Cristo.
- 1654 D. Brás de Castro, vice-rei da Índia, escreve ao príncipe Patingaloan (primeiro-ministro) a queixar-se de os holandeses terem tomado as naus de Francisco Vieira. Envia por Vieira um “mimo” para lhe manifestar o “muito amor” pelo príncipe e pede inteira “justiça que tão violenta acção merece”.
- 1655 Numa Relação publicada em Lisboa, com data do ano precedente, consta que o rei de Macaçar foi ajudar a expulsar os holandeses das ilhas de Amboíno, deixando a Francisco Vieira o cuidado de guardar a rainha que ainda era menina e tinha a Vieira como pai.
- 1656 Vieira, em carta dirigida ao novo governador de Goa, D. Manuel de Mascarenhas, refere, entre o mais, a difícil situação de Amboíno, mas também a “grande vitória dos timores” sobre os holandeses; lamenta a perda dos galeões da Índia que vinham em socorro, escrevendo também que de Jacatara o avisam para não de fiar nos holandeses nem aceitar os seus brindes. Salienta, por fim, o estado lastimoso de Macau e diz que tudo fará, inclusive com o seu dinheiro, para “não perecer o serviço de sua magestade”.
- 1659 Os holandeses tomam um navio de Vieira perto de Timor; o rei de Macaçar pede a sua restituição, mas nada consegue.
- 1660 Os holandeses determinam pôr termo às suas questões com Macaçar. Para isso, enviam uma grande expedição contra aquele país. Na batalha travada, as embarcações portuguesas tiveram imensos danos, o que obrigou o rei de Macaçar a pedir a paz, celebrada em Batávia, a 19 de Agosto. Uma das condições foi a expulsão de todos os portugueses, para sempre.
- 1661 Ao longo do ano, centenas de portugueses partiram de Macaçar para Macau, Timor e Sião, em navios de Francisco Vieira. Este, “com 10 ou 12 mais ricos” conseguiram ficar em Macaçar, apesar dos esforços holandeses para induzir o rei a expulsá-los. Esta recusou tal medida radical, visto que, para o seu reino, os portugueses eram “os mais importantes e hábeis negociantes”.
- 1662 Em carta de 10 de Julho, Vieira dirige-se ao vice-rei da Índia para lhe manifestar o respeito e a consideração que tem pelos membros da religião católica; acrescenta, porém, que era seu dever denunciar o mau comportamento de dois membros do clero: o jesuíta Martino Martini e o padre vigário de Macaçar, António Homem de Azevedo (?)
- O vice-rei, em carta de 29 de Dezembro, reafirma que Vieira deve permanecer em Macaçar para ajudar a restabelecer a paz, antes de “usar da licença que tem” da Coroa para voltar para o reino.
- 1663 O vice-rei, Melo de Castro, transmite para a Coroa as impressões sobre Vieira, frisando o zelo deste capitão ao serviço do reino; pede providências para os maus exemplos de vários membros do clero, os quais, sendo “homens da Índia” têm “pouco de Portugueses” operando “como quem nasceu mais longe do bafo da Igreja Romana”.
- 1664 Em 27 de Março, o Conselho Ultramarino respondendo à carta do marquês de Niza, de 6 de Agosto de 1662, considera que havia sido pelos favores de Vieira, em três ocasiões, que os holandeses tinham sido “rechassados” de Timor por causa da cobiça do sândalo – que era o “remédio da cidade de Macau”. O Conselho agradece e insiste que Vieira continue ao serviço da Coroa no Oriente. O despacho do rei, em 12 de Abril, concede o hábito da Ordem de Cristo a Francisco Vieira e ainda “quarenta mil réis de pensão”. Em 28 de Junho, Vieira, num extenso relatório, relata a sua ida a Timor para apoiar o capitão-mor Simão Luís. Escreve que a ida a Timor fora feita “com repugnância e lágrimas de D. Catarina de Noronha minha esposa”.
- 1666 Em 28 de Maio, é assinada uma petição pelos “larantuqueiros” contra as actividades de Francisco Vieira sobretudo pelo apoio dado a António de Hornay, e não a Mateus da Costa, sendo este apoiado pelos religiosos dominicanos.
- 1667 A 26 de Maio, de Larantuca, Francisco Vieira dirige-se directamente ao rei de Portugal. Agradece as mercês atribuídas que lhe deram ânimo para “fazer dos impossíveis possíveis”. Manifesta suas angústias por haver pedido 200 soldados, pagos à sua custa, para acudir a Timor, mas que, dos 30 soldados enviados, só haviam chegado 16, um ano depois, e num “galeão podre”. Além disso, refere a falta de qualidade dos religiosos que operavam nessas paragens, sendo “grandes os escândalos”. Vieira vem a falecer a 5 de Dezembro de 1667, em circunstâncias estranhas.
- 1670 Em 15 de Março, o Conselho Ultramarino dá um parecer para que o vice-rei de Goa mande retirar os religiosos que assistem em Timor.
- A viúva de Francisco Vieira, após tentativas para reorganizar o comércio em Larantuca, retira-se definitivamente para Macau com sua Casa, assistida pelo conselheiro espiritual António Francisco.
- 1680 Em 27 de Junho, em Macau, o padre visitador da China e do Japão, Sebastião de Almeida, traça um elogio à pessoa de Francisco Vieira e sua esposa, enquanto fundadores beneméritos de um Colégio em Macau, para estudantes japoneses.
- 1701 Falecimento de D. Catarina de Noronha, em Macau. A filha Ana Maria, de saúde precária, vem a falecer doze anos depois.

NOTAS

- 1 Para completa informação, transcrevemos, em apêndice, a leitura do “Processo de atribuição do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo a Francisco Vieira de Figueiredo”.
- 2 Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Santo Ofício, maço 6, n.º 260.
- 3 Além de várias ordens e despachos, com numerosas assinaturas, sucedem-se no processo os interrogatórios e as respostas dadas por oito testemunhas ouvidas em Goa. Depois seguem os depoimentos de dez testemunhas de Ourém. Registamos os seus nomes, idade, profissão e naturalidade.
- 4 Artur Basílio de Sá, col. e anot., *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*. Lisboa, 1955, vol. 5, p. 532.
- 5 C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, pp. 1-2.
- 6 Com grata satisfação, vimos uma excelente dissertação de mestrado defendida por Maria do Carmo Mira Borges na Universidade Nova de Lisboa, em 1995. Este trabalho académico veio a ser premiado e editado s em 2005 com o título de *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar no Século XVII*. O volume, de 268 páginas, contém, para o fim que nos importa realçar, dois importantes subcapítulos dedicados a Francisco Vieira de Figueiredo, como mercador e como diplomata. A autora parte sobremaneira dos estudos realizados pelo professor Charles Boxer (*Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*) e pelo jesuíta Hubert Jacobs (*The Jesuit Makasar Documents*). Na parte final, a investigadora apresenta uma copiosa documentação extraída dos principais arquivos nacionais portugueses
- 7 Cf. M. Carmo Mira Borges, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar no Século XVII*, pp. 139 ss.
- 8 *Ibidem*, pp. 136-138.
- 9 C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer...*, pp. 62-68, 68-70.
- 10 Ver Apêndice II, doc. 3.
- 11 Humberto Leitão, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, p. 173.
- 12 Cf. M. Carmo Mira Borges, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar...*, p. 162.
- 13 C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer...*, pp. 92-95.
- 14 Cf. H. Jacobs, *The Jesuit Makasar Documents, 1615-1682*. Além de outros, ver em Jacobs sobretudo os documentos: n.ºs 39 bis (Pêro Francisco), 40 (João Cabral), 46 (André Ferrão), 62 (Matias da Maia), 65 (André Gomes), 67 (João-Baptista Maldonado), 73 (António Francisco).
- 15 Cf. A. Rhodes, *Divers voyages et missions...*; Sebastião Manrique, *Itinerário*; Maria do Carmo Mira Borges, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar...*, pp. 77 e 138.
- 16 M. Carmo Mira Borges, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar...*, p. 170.
- 17 Cf. ANTT, *Hab. da Ordem de Cristo*, letra F, maço 38, doc. 32.
- 18 Cf. H. Jacobs, *The Jesuit Makasar Documents...*, p. 239, nota 14.
- 19 Cf. Maria do Carmo Mira Borges, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar...*, p. 123, n. 17.
- 20 Cf. H. Jacobs, *The Jesuit Makasar Documents...*, p. 136; Maria do Carmo Mira Borges, *ibidem*, p. 172.
- 21 H. Jacobs, *The Jesuit Makasar Documents...*, pp. 243-244.
- 22 Ver Apêndice II, doc. 2.
- 23 C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer...*, pp. 83-91.
- 24 H. Jacobs, *The Jesuit Makasar Documents...*, p. 138.
- 25 Maria do Carmo Mira Borges, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar...*, p. 170.
- 26 *Ibidem*, pp. 124-125.
- 27 *Ibidem*, p. 125.
- 28 *Ibidem*, p. 126.
- 29 *Ibidem*, p. 126 e nota 33.
- 30 H. Jacobs, *The Jesuit Makasar Documents...*, pp. 238, 242.
- 31 “Elogio dos Fundadores (do Colégio de Macau) – Foi o Snr D. Franc.º Vieyra de Figueiredo natural de Villa de Ourém nobre por geração e depois na Índia Cavalleyro Fidalgo da Caza de Sua Magestade do habito de Cristo por espaço de 30 annos foi Capitão Geral, e Juiz Supremo das partes do Sul dos estreitos para dentro, tirando Macao por elle não querer aceitar este governo; foi homem dotado de todas as boas partes porque tinha grande valor, muito animo, era muito Liberal, e sobre tudo foi sempre muito grande Cristão. A Senhora D. Catarina de Noronha nasceo em Macao de Ant.º de Câmara de Noronha Fidalgo da Caza de Sua Magestade bem conhecido por seo sangue e general desta praça, e de D. Paula Fragoza sua molher senhora muito grave de Macao. He a senhora D. Catarina de Noronha ornada de muitas excelentes virtudes como a toda esta Cidade he notório, e por assim passar verdade fiz este assento e me assiney. Coll.º 27 de Junho de 1680. Sebastião d’Alm.da João Álvares”
- 32 Maria Helena do Carmo, *Uma Aristocrata Portuguesa no Macau do Século XVII. Nôha Catarina de Noronha*, pp. 9-10, 17. Ao traçar o perfil de Dona Catarina de Noronha, a professora Maria Helena do Carmo, deixou-nos, ao mesmo tempo, um precioso retrato da sociedade macaense nos séculos XVII e XVIII, havendo páginas admiráveis referentes aos usos e costumes de Macau e da China.
- 33 Diremos também que, na década de 1990-2000, igualmente conhecemos, de perto, o modo de ser e proceder dessa franja da sociedade portuguesa e chinesa que é a comunidade macaense. Sendo assim, tivemos ocasião de mergulhar um pouco na história dos portugueses na China, entre o século XVI e o século XX. Daí reconhecermos quão interessante e exacta é esta indagação e análise realizada pela distinta professora e escritora, a quem felicitamos vivamente. De facto, quem quiser hoje saber algo acerca da sociedade macaense, nas suas formas de ser e de estar, não pode deixar de ler a notável biografia.
- 34 H. Jacobs, *The Jesuit Makasar Documents...*, p. 244, n. 36.
- 35 M. Helena do Carmo, *Uma Aristocrata Portuguesa...*, pp. 67, 91, 147.
- 36 C. R. Boxer, *ibidem*, 49; M. Helena do Carmo, *Uma Aristocrata Portuguesa...*, pp. 165 e ss.; M. Carmo Mira Borges, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar...*, pp. 128-129.
- 37 Cf. Instituto Histórico da Companhia de Jesus, Roma, *Jap. Sin.*, cód. 23, ff. 172 e 344 e ss.
- 38 Estes manuscritos são, por sua vez, apenas cópias realizadas no Colégio de S. Paulo em Macau, sob os cuidados do jesuíta João Álvares, diante dos originais ali existentes até à expulsão dos Jesuítas, em 1761-1762. Digamos também que estes originais se encontram, hoje, nos arquivos de Madrid, para onde foram transferidos no século XVIII, via Filipinas. Para aqui foram enviados, cautelosamente, pelo dito João Álvares, antes da prisão e saída dos jesuítas de Macau para o forte de S. Julião da Barra, na foz do Tejo. Cf. António Rodrigues Baptista, *A Última Nau. Estudos de Macau*. Macau: [s.n.], 2000, pp. 212-213.
- 39 B. Videira Pires, *A Viagem do Comércio Macau-Manila, nos Séculos XVI a XIX*, p. 33, n. 74.

HISTORIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Habilitação nas Ordens Militares/Ordem de Cristo, maço 38, doc. 32;
- Tribunal do Santo Ofício, maço 6, n.º 260.

Borges, Maria do Carmo. *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar no Século XVII*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2005.

Boxer, Charles R. *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na Época da Restauração (1640-1668)*. Macau: Escola Tipográfica do Orfanato Salesiano. 1940

———. *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1967.

———. *Fidalgos no Extremo Oriente*. Macau: Fundação Oriente/ Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau 1990.

Carmo, Maria Helena do. *Uma Aristocrata Portuguesa no Macau do Século XVII. Nónha Catarina de Noronha*. Lisboa: Fundação Jorge Álvares; Mem Martins: Editorial Inquérito, 2006.

Jacobs, Hubert, S. J. *The Jesuit Makasar Documents, 1615-1682*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1988.

Leitão, Humberto. *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1948.

Manrique, Sebastião. *Itinerário de Sebastião Manrique*. Edição de Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946.

Fernández de Navarrete, Domingo. *Tratados históricos, políticos, éticos, y religiosos de la monarchia de China*. Madrid, 1676.

Pereira, J. F. M. (dir.). *Ta-Ssi-Yang-Kuo. Archivos e Annaes do Extremo-Oriente Português*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura/Arquivo Histórico de Macau, 1984. Fac-símile da edição de 1900.

Rhodes, Alexandre de. *Divers voyages et missions du P. Alexandre de Rhodes en la Chine, & autres royaumes de l'Orient, avec son retour en Europe par la Perse & l'Armenie*. Paris: Sebastien and Gabriel Cramoisy, 1653.

Teixeira, Pe. Manuel. *Macau e a Sua Diocese*, vol. 4: *A Diocese Portuguesa de Malaca*. Macau: Boletim Eclesiástico de Macau, 1957.

Pires, Pe. Benjamim Videira. *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX*. Macau: Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987.

Fernandes, Pe. Francisco Maria. *D. António Joaquim de Medeiros*, dissertação de mestrado, Universidade de Macau, 1994.



APÊNDICE I

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

1 – HABILITAÇÃO DA ORDEM DE CRISTO (letra F, maço 38, doc. 32)

Este processo contém 8 folhas, com algumas páginas em branco. Algumas folhas estão numeradas. Parece parte de um processo mais completo. Contudo, dá para entender as enormes dificuldades que teve Francisco Vieira para ver confirmado, em Lisboa, o hábito de “Cavaleiro da Ordem de Cristo”, o qual lhe havia sido concedido, em 1647, pelo vice-rei da Índia, D. Filipe de Mascarenhas.

Documento 1

Snor.

Fazendose as habilitações necessárias a Francisco vieyra, de figeiredo, para se lhe lançar o habito da Ordem de Nosso Snor Jezuchristo, que o Vizo Rey da Índia Dom feliipe Mascarenhas lhe nomeou, em virtude da permissão que tem de V. Mag.de para poder nomear doze habitos das três ordens militares em pessoas que naquellas partes se assignalarem mães particulamente em couzas nottaveis da Guerra, como se deu conta a V. Mag.de por consulta de 22 de Outubro do anno passado, que vay inclusa) constem ter as partes necessárias, mas que seu Avo materno havia exercitado o officio de pedreiro no lugar do Azambujal donde viveu de que se da conta a V. Mag.de para como mestre da mesma Ordem na forma dos Novos deffinitorios dispensar com o dito Francisco vieyra de figeiredo como V. Mag.de costuma fazer em semelhantes deffeitos. Lx. 30 de M.co de 649

Documento 2

Pertendendo Francisco vieyra de figeiredo que V. Mag.de lhe confirmasse a nomeação que o Vizo Rey da Índia Dom feliipe Mascarenhas nelle fez de hum dos habitos de nosso senhor Jesu Christo, dos que por merçe de V. Mag.de pode nomear nas pessoas que naquelle Estado se signalarem com mayores ventagens no serviço de V. Mag.de E vendosse como o dito Vizo Rey procedeo e mandou proceder, para effeito de se habilitar a pessoa do mesmo Francisco Vieyra, se deu conta a V. Mag.de por consulta de 27 de Outubro do anno de 648. Lembrando este Tribunal a V. Mag.de quoam justo seria mandar V. Mag.de estranhar a Dom feliipe o modo com que nisto se ouvera, e advertillo para o adiante, por ser tudo o que neste particular se havia obrado contra o que dispoem os diffinitorios como maes particulamente se conthem nelles na consulta que nesta vay incluza com a qual V. Mag.de ouve por bem conformarse mandando escrever nas instrucções do anno seguinte ao Vizo rey para que se abstivesse deste e de outros semelhantes procedimentos.

E pedindosse depois a V. Mag.de em nome de Francisco vieyra que se lhe mandassem fazer sua provanças para effeito de se habilitar e poder receber o habito, e lhe forão fazer a villa de Ourém, e lugar do Azambujal, e por constar dellas por ter seu Avo materno exercitado o officio de pedreiro se desconta V. Mag.de do defeito de sua nobreza em consulta de 30 de Março do anno passado de 649 a que V. Mag.de foy servido responder q. emquanto não constava a V. Mag.de mais por extenso dos merecimentos de Francisco vieyra, não diffiria a dita consulta, pelo [?] que também vay inclusa nesta.

E vendosse ora hua pettição do dito Francisco vieyra feita a V. Mag.de e V. Mag.de por decreto seu de 17 [4 linhas ilegíveis] com que aquelle requereo a Merçe referida. se sattisfaz com elles ao que V. Mag.de manda, que he o mesmo que na ditta pettição se pede.

Lix. 22 de Março de 650

Dom Leão de m.za

Diogo Afonso

André Francisco

Documento 3 (fl. 218)

Snor.

No anno de 648. mandou V. Mag.de remeter a este Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, com decreto de 9. de Outubro do dito anno para que se visse e consultasse a copia de hum papel em que se continhão as razões que Dom Feliipe Maz, visorrey que foy do Estado da Índia, teve para nomear em Fran.co vieyra de Figueiredo, o habito da Ordem de Christo, dos que em vertude da faculdade que V. Mag.de para isso lhe deu, podia nomear em pessoas que se assinalassem na guerra tão avantejadamente que lhe parecesse os tinham bem merecido. A forma em que na Índia se fizerão ao mesmo Fran.co vieyra as provanças de sua pessoa, e a dos despachos que o visorrey lhe mandou passar para se lhe lançar o habito; E sendo visto o dito papel, ponderandosse muito aquella matéria, e o grande prejuizo que de se consentir aquelle modo de habilitar as pessoas para haverem de entrar nas Ordens, e o danno que se lhe segue, e a jurisdição que he concedida insolidum a VMag.de como Mestre das mesmas Ordens, pellos summos Pontifices, que senão pode estender a nenhuma outra pessoa, se fez consulta a VMag.de em 27. de Outubro daquelle anno de 648, em que se representou a VMag.de o grande excesso que o visorrey naquelle acto cometeo, contra o serviço de VMag.de e contra o estilo que nas materias desta quallidade se tem, e athe oje se teve, sem alterassão alguma, e que por estas mesmas razões devia VMag.de advertir ao visorrey do modo com que daly em diante se devia haver nestes negoçios, e se elle estranhasse muito o refferido, porq. inda que a causa maez principal, que se dizia ter para isto, fora a de enviar a Fran.co vieyra por embaxador a alguns Reis do Sul, e lhe dera o habito, e o ouvera por habil para o receber só para esse effeito, e para hir maes autorizado àquella missão, tudo se pudera suprir com o mesmo visorrey eleger para ella outra pessoa de differente quallidade, ou hum dos muitos cavaleiros que hã na Índia,

HISTORIOGRAFIA

quando parecesse, que convinha com o habito; a esta consulta mandou V. Mag.de responder que assy o mandou ordenar; Tendo do refferido noticia Fran.co vieyra, e do reparo que se fazia naquelle seu despacho, e no modo com que se inquirio na Índia de sua limpessa, e quallidade, por não ser a que era necessário para nelle ter effeito o habito que nelle nomeou o Visorrey, requereo a este Tribunal se lhe mandassem fazer suas provanças na forma costumada, declarando ser nattural e seus pais, e avos Paternos, e Maternos da villa de Ourém, e de hum lugar aly junto que chamão o Azambujal,

Lx.^a 5. de jan.ro de 1655

Diogo de Sousa

André Gomes

George da Silva

Gonçalo Alvo D.do

Antonio de Mendoza

Luís Delgado de Abreu

Documento 4 (fl. 217)

Snor.

Por Decreto de 23. do passado, manda V. Mag.de que neste Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, se veja e consulte huma petição de Fran.co vieyra de Figueiredo, ausente nas partes da Índia, na qual se refere que havendo elle feito a V. Mag.de particulares serviços hindo de mandado do V. Rey Dom Felipe Máz com embaixadas ao Rey de Macata, e outras partes, lhe fez Merçe, em nome de V. Mag.de, do habito da Ordem de Christo, a qual Merçe veyo a este Reyno para V. Mag.de lha confirmar, como confirmou, mandando V. Mag.de que se lhe fizessem suas provanças, nas quais se lhe achou deffeito de nobreza por parte de hum avo, e fasendosse deste Tribunal consulta a V. Mag.de para V. Mag.de lhe fazer mrece dispensar com elle, foy V. Mag.de servido resolver que apresentasse seus serviços, os quaes elle não tem enviado por estar no Macata em serviço de V. Mag.de assistindo à quelle Rey para que não admita em seus portos os Holandeses, os quaes serviços e os mães que tem feito, devem ser presentes a V. Mag.de plas cartas do V. Rey, e geralidade com que todos he presente o muito que obra em serviço desta Coroa, arriscando sua vida pello grande desejo que os Olandeses tem de o collerem, e matarem, como intentarão tomandolhe uma não de que elle milagrosamente escapou no Batel; e porq. estes serviços são merecedores de esperar da grandesa de V. Mag.de grande sattisfação. Pede a V. Mag.de lhe faça Mercê de o honrar, dispensando com elle no dito deffeito, para com issi lhe hirem as provisões para tomar o habito, e com elle se authorisar nas ocasiões no serviço de V. Mag.de em que se occupa.

Sobre o que conthem a petição de Fran.co vieyra de Figueiredo, que fica referida, se não offerce a este Tribunal que dizer de novo em seu requerimento, maes que o que se vê na consulta que vay inclusa nesta, em que se fez a V. Mag.de relação de tudo o que neste negocio se avia obrado, em ordem ao qual mandará V. Mag.de resolver o que tiver por maes conforme a seu serviço. Lix.^a 5. de M.co de 655.

Diogo de Sousa

M George da Silva Marq.´

Luís Delgado de Abreu

Gonçalo Alvo G.do

Documento 5 (fl. 355)

Tendo respeito aos serviços que Francisco Vieira de Figueiredo me tem feito nas Ilhas de Solor e Timor do estado da Índia, onde assiste e por esperar delle os continuará daqui em diante, com toda a satisfação, e desejar por estas razões fazerlhe merçe. Hey por bem fazerlha do habito de Christo, com vinte mil´os [?] de pensão de huma Comenda da mesma Ordem, para hum sobrinho que Elle nomeará, e constando por sentença de justificação da Índia, que realmente he seu sobrinho, a pessoa em quem elle fizer a dita nomeação, e estando naquelle estado, hey outrosim por bem, que na parte delle em que haja noticia de sua qualidade e limpeza, se lhe tirem primr.º suas provanças, ainda que seus Pays e Avos fossem deste Reino, pla pessoa que nomear o meu V. Rey, que sendo possível será do habito, as quais julgará no dito estado, o juiz da segunda instancia; e porque tenho também feito M.e ao dito Francisco Vieira do habito de Christo, para elle. Hey p. bem, que não no tendo ainda recebido p. falta de provanças, se lhe façao naquelle estado, na mesma forma, que mando se façao ao dito seu sobrinho, e que tendo hum e outro necessidade de algum´a dispensação, das que posso dispensar, lha concedo. Pella Mesa da Consciência e Ordens, se passem os despachos necesarios assi, para o que fica apontado, como para receberem os hábitos, sem emb.º do que dispõem os novos definitorios da mesma ordem, em que tomo [...] c´ perpetuo administrador, que dellas sou, dispenso, porque os serviços de Fran.co Vieira merecem que elle e o sobrinho em quem nomear a m.e do habito, [...] sem precedere´ as dilações q. haverá de se proceder no effeito desta merçe ordinariam. te Em Lisboa ao prim.º de Abril de 1665

(Assinatura régia [?] “A” tendo dentro uma espécie de clave de sol. Será “f”, que dará AF[ONSO]?)

2 – TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO (maço 6, n.º 260)

Conselho Geral. Habilitações. Francisco.

NB: Este processo contém 44 folhas (2+18+5+19). Uma parte é uma cópia oriunda de Goa (18 folhas); as outras folhas (2+5+19) são originais, respectivamente, de Lisboa e de Coimbra (instruções) e sobretudo de Ourém (18 folhas de inquérito).

Transcrevem-se as partes mais relevantes das oito testemunhas ouvidas em Goa.

HISTORIOGRAPHY

A - INTERROGATÓRIOS DE GOA

1. O **Pe. Andre dAlmeyda** natural de Baçaim, m.or nesta Cid.e há m.tos annos Capellão e confessor do Recolhm.to da Magdalena [...]

Ao 2. dise que conhece m.to bem ao dito Fr.co Vieira de Figueiredo embaix.or que foi há poucos dias p.^a o Macassar, e ouviu dizer que era natural da Villa de Ourém, e outrosi conhece muito bem ao dito Fr.co Vieira de Figueiredo, embax.or que digo, e outrosi conhece a dita Jacintha da Costa sua m.er de doze ou treze annos a esta p.te por estar recolhida no dito recolhim.to donde elle test.^a he capellão e confessor, sendo já cazada co' o dito Fr.co Vieira de Figueiredo por elle andar auz.te em suas viagens, e a deixar recolhida por haver cazado com ella do dito recolhim.to por orfam e f.^a da miz.^a

Ao 3. dise que conheço m.to bem ao Pe. Fernão dal [...] Vig.^o confirmado da S.ma Trind.e porq. Se dizia ser da dita Jacintha da Costa, e era português não sabe donde natural, o qual houve da dita Jacintha da Costa, de hua m.^a da Costa m.er da terra, não sabe se natural desta Cid.e e que conheço o dito Fernão dalvrz' da era de seis centos e seis a esta p.te por vir então Elle test.^a de Baçaim tomar ordens a esta Cid.e e pouzar em sua caza, e a noticia que tem da dita m.^a da Costa he do dito tempo que há conhece a dita Jacintha da Costa pella razão que dito tem, de a achar no dito recolhim.to, e por outrosi lhe dizer Andre da Costa, home' da terra m.or que foi nesta Cid.e, ter a dita m.^a da Costa, da qual lançou mão a miz.^a por falecimento do dito Andre da Costa, e a fez orfam e f.^a da dita caza. [...]

2. **Magdalena de jezus** Irmam da 3.^a ordem de S. Fr.co m.er da terra costa Canará nat. da outra banda m.ra nesta Cid.e viúva de M.el Jorge [...] dise ser de id.e de setenta annos, pouco mais ou menos. [...]

Ao 2. dise que não conheço a Fr.co Vieira de Fig.do mas conhece a Jacintha da Costa, nat. desta Cid.e e ouviu dizer que era cazada co' hum portuguez a que não sabe o nome, e a razão do C.to [conhecimento?] he por ser sua madrinha de baptismo e a conhecer desde menina ategora que está auz.te co' o dito seu marido não sabe aonde.

Ao 3. dise que conheço ao pay da dita Jacintha da Costa a que' não sabe o nome mais [?] que chamarem-lhe o Pe. Pira e era Vig.^o da Trindade freg.^a desta Cid.e e outrosi conheço a m.^a da Costa m.er da terra natural de Bengala, da obrigação de Thome da Costa, aonde a dita Jacintha da Costa nação e que este c.to tem ella test.^a de trinta e cinco annos, por razão de ser vizinha das sobreditas na freg.^a de N. Snra. da Luz, aonde todos moravão.

3. **Ant.^o da Costa** home da terra nat. desta Cid.e nella m.or e cazado em caza de Ruy Glz. De Castel Br.co a quem serve, [...] de mais de sincoenta annos.

4. **Dona Mariana de Lima** [...] de **Faria** m.ra e cazada nesta Cid.e com Fr.co Diaz Soarez portuguez a quem o snr. Inq.or m.dou vir ante si [...] de idade de quarenta annos. [...]

Ao 2. dise que conhece m.to bem ao dito Fr.co Vieyra de Fig.do cavalr.o da Ordem de Xto. de que há pouco tempo o proverão Embaix.or que foi p.^a o Macassar aonde tem sua caza, portuguez não sabe donde natural, e outrosi conhece a Jacinta da Costa sua m.er, natural desta Cid.e, e conhece o sobredito desde ainda moço, servindo de pajem a Andre de Vasconcellos, cunhado que foi de Fr.co Diaz Bocarro, pr.o marido que foi della test.^a ategora [?], que vindo a esta Cid.e falou co' ella test.^a co'a qual e co' o dito Fr.co Diaz Soarez seu marido sempre tratou e correo co'amizade, e á dita Jacinta da Costa conhece tão bem do tempo desde menina a esta p.te em rezão de se recolher por orfam da Miz.^a a dita Jacinta da Costa no Recolhi.to da Magdal.^a, aonde ella test.^a estava tão bem por orfãda mesma Miz.^a, recolhida co; sua may D. M.^a de Lima Regente do dito Recolh.to, do qual ella test.^a e a dita sua may cazaram a dita Jacinta da Costa co;o dito Fr.co Vr.a de Fig.do pello c.to que delle tinhão. [...]

5. **M.el de Souza Cabral** portuguez fidalgo da caza de S. Mg.de do habito de Xto Cap.m mor da artilheria deste Estado, natural da Cid.e de Lx.^a m.or e cazado nesta de Goa a que o dito Snr Inq.or m.dou vir ante si e sendo prezente lhe foi dado juram.to falar ver.de e ter segredo de id.de de trinta e seis annos. [...]

Ao 2.^o dice que conhecia a Fr.co Vieira de Fig.do portuguez cavaleiro da Ordem de Xto. Embaix.or que foi p.^a o R.no de Macassar e ouviu dizer que era natural da villa de Ourém e o conhece de vista e comunicação de três annos a esta p.te mas que já m.to dantes corria por cartas co'elle, estando auz.te desta Cid.e pella noticia e c.to que tinha do sobredito haver sido pajem de Fr.co Diaz Bocarro sogro delle tet.^a [?] depois de haver sido de seu genrro André de Vasconcellos cunhado delle test.^a e outrosi conhece a dita Jacinta da Costa de doze p.^a treze annos a esta p.te por se criar no Recolhim.to da Magdal.^a aonde era Regente dona Mariana de Lima sogra de Fr.co Diaz Bocarro cunhado delle test.^a, no qual recolhim.to cazou co' o dito Fr.co Vieyra de Fg.do por ordem dos ditos seus parentes de cuja obrigação era.

Ao 9. Que o dito Fr.co Vieira de Fig.do não sabe que fose cazado com outra m.er mais que co'a dita Jacintha da Costa da qual não tem f.os nem sabe que os tenha de outra alqua m.er

Ao 10. Sabe que o dito Fr.co vieira de Fig.do he pessoa de bom procedi.to, de talento e capacidade p.^a se lhe poder encarregar qualqr' negocio de importancia, e que delle dará intr.^a satisfação, ainda que sejam materias do S.to Off.^o, e que vive rico e abastado sem nota ou scandalo algu'.

6. **P. Thome Frr.^a** natural da villa de Linhares familiar do S.to Off.^o, cidadão e Escrivão da Chancelaria deste estado ... de idade de quarenta e dous annos. [...]

Ao 2.^o dise que conhecia a Fr.co Vieira de Fig.do cavalr.^o da Ordem de X.to Embaix.or que foi p.^a o R.no do Macassar nat. da villa de Ourem e outrosi conhece a Jacintha da Costa, sua m.er natural desta Cid.e, e conhece ao sobredito de quatro annos a esta p.te, por falar e tratar

HISTORIOGRAFIA

com elle e conheceo dantes do tempo que esteve neste recolhim.to da Magdalena a dita Jacintha da Costa por rezão de elle test. ser então da meza da miz.^a e ir ao dito recolhim.to m.tas vezes por rezão da vizita que a dita [...] o que foi no ano de seis centos e quarenta e quatro, em que o dito Fr.co Vieira de Fig.do veio do dito Reyno do Macassar a pr.^a vez, e tirou do dito recolhim.to a dita Jacintha da Costa aonde a tinha deixado por resp.to de haver sido antes de cazada arfam e f.^a da dita caza da miz.^a como elle t.^o ouvio dizer.

7. **Fr.co Teix.^a Leitão** portuguez nat. da Cid. de Leiria m.or e cazado nesta Cid.e [...] de sessenta anos. [...]

Ao 2. dise que conhecia m.to bem a Fr.co Vieira de Fig.do portuguez, natural da villa de Ourém; residente no R.no do Macassar, aonde foi por Embaix.or, e conhece sua m.er Jacintha da Costa co.a qual reside no dito Macassar, e o conhece de dous ou trez anos a esta p.te vindo buscar a dita sua m.er e se deu aconhecer com elle test.^a por serem quaze patricios, e conhecer seus parentes, e por este respeito conheceo a dita sua m.er que estava no recolhim.to aonde a deixara fazendo auz.^a desta cidade.

8. **Inácio Sarmento de Carvalho** fidalgo de S. Mg.de [...] da cidade de Macau [...]

Ao 2. dise que conhecia Fr.co Vieira de Fig.do [...]

B - INTERROGATÓRIOS DE OURÉM

São dez as testemunhas nos interrogatórios de Ourém. Estes foram levados a cabo pelo cônego licenciado da Colegiada de Ourém, António Henriques, natural da aldeia da Charneca, e teve, como escrivão, o Pe. Domingos Fernandes.

Apresentamos o depoimento da 7.^a testemunha, na ordem apresentada, por ser esse testemunho aquele que se lê sem maiores dificuldades. Digamos, entretanto, que os dez depoimentos são bastante semelhantes nas diversas respostas expressas.

7.^a Test.

Manoel Dias homem trabalhador e morador no lugar do Azambujal testemunha notificado, e apresentada na ermida de S. Bertolameo cyta do lugar da Touguia, por não poder hir testemunhar a Villa de Ourém, diante o dito comissário, ao qual deu o juramento dos Santos Evangelhos em que pos sua mão sob cargo do qual encarregou dissesse verdade em tudo o que soubesse acerca do que lhe fosse perguntado o que elle testemunha prometeo fazer assi e eu sobredito o escrevi

E perguntado elle testemunha pello primeiro interrogatório do ditto mandado se sabia ou suspeitava opera a que hera chamado, ou se lhe falara algua pessoa pêra que testemunhando em negócios tocantes ao santo Officio dissesse mais ou menos o que soubesse dice que não sabia, nem suspeitava para que hera chamado, nem pessoa algua lhe falara que testemunhasse em negócios tocantes ao Santo Officio, dissesse mais ou menos do que soubesse acerca ao que lhe fosse perguntado, e mais não disse a este interrogatório eu sobredito o escrevi

E perguntado elle testemunha pelo segundo interrogatório do ditto mandado, dice que muito bem conheceo a Francisco Vieira de Figueiredo e que he natural do lugar do Azambujal junto da Villa de Ourém e freguezia da Collegiada da ditta Villa de Ourém e que o conheceo acerca mais de trinta annos por ser natural da mesma aldeia e freguezia e mais não disse, e eu sobredito o escrevi.

E perguntado elle testemunha pello terceiro artigo do ditto mandado, disse que muito bem conheceo o João Vieira, e Magdalena Nunes, mulher deste, e pais do ditto Francisco Vieira de Figueiredo, e que forão sempre moradores depois de cazarem no ditto lugar do Azambujal e que do ditto lugar fora natural o ditto João Vieira, e a ditta Magdalena Nunes fora natural do Regato, junto da Villa de Ourém, e que o ditto João Vieira fora lavrador e que por sua fazenda e industria vivia, e que os conheceo haverá mais de sincoenta e seis anos e por viverem todos na mesma aldeia do Azambujal, e serem da mesma freguezia e mais não disse ao interrogatório, e eu sobredito o escrevi.

E interrogado elle testemunha pello quarto interrogatório do ditto mandado dice que muito bem conheceo a Estêvão Vieira Esteves e Francisca Manoel Henriques mulher deste, e avos paternos do ditto Francisco Vieira de Figueiredo e que foi o ditto Estêvão Vieira Esteves lavrador e que forão naturais e moradores no ditto lugar do Azambujal junto da Villa de Ourém e freguezia da Colegiada da ditta Villa, e os conheceo haverá mais de cincoenta e seis annos, pouco mais ou menos, e por serem todos moradores na ditta Aldeia e da mesma freguezia os conheceo muito bem e mais não dice deste interrogatório e eu sobredito o escrevi

E perguntado elle testemunha pello quinto interrogatório do ditto mandado dice que muito bem conheceo a Simão Nunes, e Maria Henriques mulher deste avos maternos do ditto Francisco Vieira de Fig.do e que forão naturais, e moradores no Regato, junto da Villa de Ourém, e que o ditto Simão Nunes foi official de pedreiro, e os conheceo haverá mais de sincoenta e seis annos, pouco mais ou menos, e por serem conhecidos e viverem perto huns de outros, e por serem todos da mesma freguezia, e mais não disse e eu sobredito o escrevi.

E perguntado a testemunha pello sexto interrogatório, do ditto mandado disse que o ditto Francisco Vieira de Figueiredo he filho legitimo dos dittos João Vieira e Magdalena Nunes, e netto das sobreditas pessoas, e por tal está tido, e avido, e reputado de todos em commum nesta terra, e mais não dice, e eu sobredito o escrevi.

E perguntado elle testemunha pello sétimo Interrogatório do ditto mandado dice que não sabia que entre elle testemunha, e as sobreditas pessoas ouvesse parentesco algum, nem ódio, nem inimizade e dice elle testemunha dice ser de idade de setenta annos pouco mais ou menos e mais não dice, e eu sobredito o escrevi.

E perguntado elle testemunha pello oitavo interrogatório do ditto mandado dice que o ditto Francisco Vieira de Figueiredo, e seus pais, e avos paternos, e maternos, todos, e cada hum por si são, e forão legitimos e inteiros christãos velhos, limpos, e de limpo sangue, sem raça de christão novo, judeu, mouro, mourisco, mulato, infiel, nem outra algua seita de gente novamente convertida a nossa santa fé, e por tais são, e forão sempre tidos, e avidos e reputados de todos commumente nesta terra, sem haver fama, nem rumor em contrario, porque se a

ouvera elle testemunha tinha razão de o saber por serem todos naturais, e viverem perto huns de outros e todos da mesma freguezia e o dicera e manifestara aqui e mais não dice e eu sobredito o escrevi.

E perguntado elle testemunha pello nono interrogatório do ditto mandado, dice que não sabia nem ouvira dizer alguma hora que o ditto Francisco Vieira de Figueiredo, nem algum dos seus ascendentes fossem prezos, nem penitenciados pello santo Officio, nem que incorressem em alguma infâmia, nem pena vil defeito nem de direito, nem dito ouve, fama, nem rumor em contrario, por qual se a ouvera tinha elle testemunha razão de o saber por ser do natural das sobreditas pessoas, e serem todos da mesma freguezia, o dicera e manifestara aqui neste seu testemunho e mais não dice e eu sobredito o escrevi.

E perguntado elle testemunha pello decimo Interrogatório do ditto mandado, dice que o ditto Francisco Vr.^a de Figueiredo não foi cazado nesta terra porquanto o levou João Vieira pai deste para as partes da Índia sendo menino de dez ou doze annos mais ou menos, e mais não dice e eu sobredito o escrevi.

E dice elle testemunha que tudo o que tem testemunhado aos Interrogatórios do ditto mandado que todos lhe forão lidos, e declarados pello ditto Comissario, passa na verdade, e he publico a todos nesta terra de que por verdade assinou com o ditto Comissario, e eu sobredito o escrevi.

Ant.^o Eriques

NB: Todas as transcrições referentes a este Apêndice I foram feitas directamente dos manuscritos originais pelo autor.

APÊNDICE II

Documento 1 – De uma carta de Francisco Vieira de Figueiredo para o vice-rei, conde de Óbidos, em 4 de Julho de 1653

Francisco Vieira reafirma ao novo vice-rei da Índia a necessidade do envio de “mostras de amor”, com “alguns mimos e armas” e “alguma pólvora boa”. Para si próprio, pede o título de “embaixador assistente” para vir a obter “grande respeito” e poder expulsar “muitos vadios”. Por outro lado, pede o hábito de Cristo para Francisco Mendes, secretário do rei de Macassar.

O Senhor Dom Phelippe Mascarenhas levou muito a sua conta a fazer com Sua Magestade que Deus guarde, a que mandasse embaixada a estes Reys, com grandes mostras de amor acompanhada de mimos. Se eu sou tão ditoso que venha a efeito, será grande dita minha, porque me tenho empenhado que Sua Magestade que Deus guarde lhe hade mandar embaixada; e quando por este anno não aja efeito e o senhor Dom Phelippe Mascarenhas tiver algum ruym secesso na viagem, que Deus não permita, convem que Vossa Excellencia escreva a Sua Magestade mande embaixada a estes Reys e se corra com amizade, que [elles] são de muita importancia neste Sul, poderosos, temidos, e muito afeiçoados nossos. E quando, como digo, a de Sua Magestade que Deus guarde não tenha efeito por este anno, importa muito que Vossa Excellencia lha mande com alguns mimos e armas em companhia dos mimos e alguma pólvora boa, e as cartas principais de cumprimentos e agradecimentos, a boa amizade e correspondencia de sempre tiverão e tem com os Portuguezes, porque estas cartas de embaixada se leem em publico; e logo mande Vossa Excellencia outras particulares em que lhe peça com grande encarecimento siga as couzas de Amboino com todo o poder que for possível, que Vossa Excellencia e todo esse Estado saberá agradecer a Suas Altezas, e em particular El-Rey nosso Senhor que Deus guarde.

Na embaixada que Vossa Excellencia mandar se sirva de me nomear em segundo lugar e que fique com titulo de embaixador assistente; porque suposto que estes Reys me fazem tanta merce, não conhecem nestas partes mais que a embaixador e lhe tem grande respeito, e como são terras largas se acolhem muitos vadios da nossa gente, para que eu os possa mandar para donde mais convir ao serviço del-Rey nosso senhor, juntamente como os Holandezes tem prometido doze mil patacas a quem me matar e agora prometerão sincoenta mil que darão de boa vontade; e eu tive avizos de Jacatra me não fiação nem dos nossos nem sahiçe fora de noite, nem comesse cousa fora de minha casa; e para tudo hé bom ter nome de embaixador, porque os naturais por nenhum interesse se atreverão arriscarçe.

O Senhor Dom Phelippe Mascarenhas levou muito a seu cargo a pedir a Sua Magestade um habito de Christo para Francisco Mendes, primo e secretario deste Rey de Macassar. Sendo caso que viesse, Vossa Excellencia se sirva de lhe mandar com ordem que cá se lhe possa botar, e ainda que não ha aqui cavaleiro do habito mais que eu só, está o Padre Governador e dous prelados, hum de Sam Domingos e outro da Companhia, que poderão suprir em falta de cavaleiros se Vossa Excellencia assy ordenar, e será gosto particular para estes Reys, porque tendo-lhe dado as honras do seu Reino como seu primo, o desejão ver mais honrado com o habito de Christo e não querem outro. Guarde Deus a Vossa Excellencia com muita saude e larga vida para augmentação do Estado da India e destruição dos herejes olandezes. Desta enseada dos Malayos do Reino de Macassar, a onze de Julho de 653 annos. *Francisco Vieira de Figueiredo.*

(Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, pp. 58-59)

Documento 2 – Carta de Francisco Vieira de Figueiredo para o vice-rei de Goa, em 2 de Julho de 1662

Francisco Vieira, muito incomodado, manifesta ao vice-rei de Goa a grande amizade pelos padres da Companhia de Jesus. Censura o comportamento do jesuíta italiano, Martim Martini, que no Oriente espalhava más notícias sobre os reis de Portugal. Vieira censura também a conduta doutros

HISTORIOGRAFIA

religiosos, como o vigário de Macaçar, que levava vida dissoluta como “clérigo, idiota, escandaloso”. Apela para o testemunho do fidalgo Manuel de Sousa Cabral. Por fim, Francisco Vieira reitera que tudo fará para não permitir as “bofetadas” desse clérigo no “zello de serviço de Deos e credito da nossa sagrada e santa fee”.

Hê me força fazer esta com minha mão, e sou ruim escrivão, e estou maltratado dos olhos, mas o zello de christão, e de bom Portugues me faz fazer esta.

Sou muito amigo dos padres da companhia, não quizera tellos por Inimigos; em primeiro lugar digo que o padre Martim martins Italiano que na China andou annos foi para Europa com os olandeses deste Macassar com tenção com elles e muitos companheiros, não lhe derão licença em olanda, passou a Portugal a donde sube que a Raynha nossa senhor lhe fizera merçes e veyo com seus companheiros a este macassar a donde teve entrada com os Reys. Depois de se elle hir me disserão os ditos Reys que o dito padre dissera que elRey nosso senhor Dom Afonso que hera aleijado de huma perna, e hum braço, e que nem asinarç podia e mais que não hera Rey por direito que seu Pay usurpara o Reino a elRey Phellippe, e hum padre por nome Manoel Jorge que assiste na China escrevera huma carta ao padre Antonio francisco que aqui assiste comigo em que lhe pedia que o avizaç se elRey nosso senhor morrera excomugado e se se enterrara em sagrado porque o padre Martim Martins assy o dizia pello Reino da China; outro padre Italiano que assistio muitos annos em camboja e se chama João Marleria nunca fizera comemoração na missa delRey Dom João que Deos tem nos çeos, senão de Phellippe, e por hum padre Portugues seu subdito o fazer huma vez lhe dera penitencia [e] dizia que hera Rey intruso; isto não se compadece, sofrerçe tal nas conquistas da Coroa delRey nosso senhor haver Inimigos que o desautorizem com as nasções estranhas; e aqui me socedeo com padre françes que se chama Germano mabrete dizerme, ou para melhor dizer reprenderme porque eu havia de fazer guerra aos olandezes por via de mouros, sendo elles chistãos; que se eu podia a fizesse com meu braço, e não dos mouros, de sorte que todos os estrangeiros se mostrão nossos Inimigos; ja na provincia da China, não me parece que hã dez Portugueses, todos os estrangeiros os vão botando huns para huma parte, outros para outra, parece querem ser senhores absolutos da Provincia da China, e Japão com descredito da Coroa de Portugal, e dos padres da companhia Portugueses.

Tambem me pareço advertir a Vossas Senhorias como está aqui hum clérigo por vigairo, o qual, o foi hã muitos annos, nos quais lhe vierão da China huma quantidade de pães de ouro, e outras pessas pera mandar a Negapatão, e se foi com tudo pera essa cidade em tempo do conde d’Aveiras, parece repartio o que levou com os ministros, e com mais alguns papeis fantasticos que levou, alcançou esta Igreja em vida, e a mais a ouvidoria, Provedor dos defuntos, depozitorio de seus bens, procurador dos auzentes, Juis das justificações; no tempo que pessiio estes cargos, não se acha no cartorio papel nem inventario nenhum porque o escrivão hera hum homem preto quasy tonto e dizem lhos dera bem baratos, veyo aqui o governador [do bispado] de Mallaca Paullo da Costa, e depois de estar na terra alguns dous annos parece que por ver seus procedimentos lhe tirou a Igreja, parece que teve que mandar a essa Cidade veyo lhe restetuydo e ainda mais que não fosse o Governador seu Juis que o fosse o superior que aqui assiste da companhia e como o dito Governador se foi o anno passado pera Camboja, e levou tudo o que havia na Igreja por o mesmo vigairo lho dar com pretexto de se hir pera Jacarata com genro, filha e nettas a qual viagem, eu lhe estrovei; agora está teymoso a se querer hir pera Ja[catara] hã dous meses que não diz missa a seus freguezes que há mais de quinhentos e diz que [tem] Jurado de a não dizer nunca; no Macassar está reteudo os benezes dos que morrem sem sacramentos diz que não importa, basta confeçaremse, os cazamentos manda por os chitos na porta da igreja a donde não vay ninguém por não haver missa nella e conforme diz o ouvidor que pellos inventarios tem muitas missas dos defuntos por dizer; diz que são já poucos fregueses, e que a Igreja lhe não rende pera se sustentar, eu lhe mandey dizer que alem da missa que são dous cupões que he meo Bulay que lhe daria hum bulay cada dia; riosse disso, mas que a renda da Igreja havia de ser pera mym; de sorte que tambem estou detreminado a empedirlhe a hida para Jacatara; ja o anno passado tinha o órgão da Igreja em casa dos olandeses, e arpa com que quer hir a ganhar dinheiro como fez em outra ocasião que lhe emportou muito com grande escandalo e descredito da ley de Deos; aqui he necessario hum homem branco de letras, vertude a vista destes herejes e mouros, se Vossas Senhorias forem servidos informe da vida deste clérigo de Manoel de souza Cabral se podem emformar e de todos quantos tem vindo a este macassar; agora me disserão que dandolhe os cargos que lhe deu o Conde de Aveyras e lhos tirou Dom Phellippe mascarenhas que dira missa em consciencia os não pode servir por ser clérigo, idiota, escandaloso, sem hum dia lhe vierem mil pardaos em tres dias, não tera hum sô, pera rellatar suas couzas hera neçessario fazer grande volume macassar aos 2 de Julho de 1662. *francisco vieira de figueiredo*.

Depois de ter a detras escrita, e assinada me vierão dizer fora o padre vigairo queixarçe ao feitor olandez que eu tinha a culpa de os portugueses ficarem outra vez neste macassar que o escrevesse a seu geral a batavia para que mo agradecesse; não se pode ver mais desejos de se hir para Jacatara e ganhar a vontade aos olandezes, eu heide defender que elle não vá the Vossas Senhorias me avizarçem do que heide fazer, e proverem esta Igreja por serviço de Deos; não o digo por mym, porque sempre tive capellão, e o tenho, senão por zello de serviço de Deos e credito da nossa sagrada e santa fee, e não quizera que elle fora dar lhe bofetadas, porque todas as vezes que os herejes vem a hum semelhante athe a seus filhos e escravos mostrão e lhe dizem que os padres papistas não tem molheres, mas tomão as alheas, e vem elles por seus olhos, cuidão que todos são do mesmo modo, Vossas Senhoria farão o que virem que he mais serviço e honra de Deos etr^a. *francisco vieira de figueiredo*.

(Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, pp. 73-76)

Documento 3 - Carta do vice-rei da Índia para a Coroa, em 29 de Dezembro de 1662

O vice-rei dá conta do fracasso dos holandeses perante a cidade de Macau, socorrida “com dinheiro” por Francisco Vieira de Figueiredo. Entretanto, os holandeses, atacando Macaçar, obrigam o seu rei a “lançar fora” Francisco Vieira com todos os portugueses. Além do mais, regista que Vieira é “muito fiel vassalo” que espera usar da licença que tem para regressar ao Reino.

HISTORIOGRAPHY

Os olandeses forão sobre a Cidade de Macao com quantidade de Naos e estando a vista della lhes deu hum temporal que os derrotou e perderão algumas; depois deste sucesso não sabemos que outra vez a intentassem. Francisco Vieira de figueredo que assiste no Reino de Macassar a socorro por veses, com dinheiro pera a paga da Infanteria que tem em sua defença; por esta causa romperão os olandeses a guerra no Macassar e ganhando hum forte que fica na entrada do porto [Panakkukang], fiserão dar a costa dous navios nossos, hum que tinha chegado de Macao pera vir a esta Cidade, e outro de mercadores. O aperto em que se vio ElRey do Macassar o obrigou a fazer pazes, com obrigação de lançar fora de seu Reino ao dito francisco Vieira e todos os portugueses; depois foi dissimulando, e fortificandoçe com intento de se deffender se la tornassem. Este Rey he nosso amigo, e Francisco Vieira muito fiel vassallo de vossa Magestade. A ambos escrevo por hum Pataxo que aqui invernou, e se fica aprestando pera fazer viagem, e lhes agradeço as finesas, e os animo a que as continuem, prometendolhes socorro tanto que ouuer lugar de lho mandar, com a chegada das Naos do Reino. Francisco Vieira espera a pax de olanda pera usar da licença que tem de Vossa Magestade e irçe para esse Reino; por esta mesma via escreverei a Macao pera que se anime aquella gente, e continue com a mesma resolução em sua defença. Deos guarde ett.^a Goa 29 de Dezembro de 1662. *Antonio de Mello de Castro*.

(Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, p. 77)

Documento 4 – Carta do vice-rei António de Mello de Castro para a Coroa, em 4 de Janeiro de 1663

O vice-rei, Melo de Castro, procura desvalorizar a queixa de Vieira de Figueiredo, acentuando, porém, o zelo e o amor de Francisco Vieira ao serviço do seu rei e Nação. Por outro lado, e tendo em conta a “vida tão depravada” do vigário que assiste em Macaçar, o vice-rei não deixa de atenuar o procedimento do cabido da Índia, o qual é constituído, em geral, por homens que “tem pouco de Portugueses” e que operam “longe do bafo da Igreja Romana”. É muito interessante esta informação do vice-rei.

Senhor,

Da macassa escreveo Francisco vieira de Figueiredo ao governo passado a carta cuja copea será com esta, e della entendo que alguma pessoa pouco zelosa do serviço de vossa magestade e mal afeita a religião da companhia lhe deu aquella informação, porque se não pode crer de quem vay a verter o sangue pella fe, que se haja de embarçar com cousas a que se deve tão pouca, nem do dito francisco vieira, cujo zello no serviço de vossa magestade he tão conhecido se pode presumir que o obrigaçe outro respeito mais que o amor de seu Rey e credito se sua nação. Eu determino mandar fazer este negocio as diligências convenientes, e com o padre francisco Barreto da companhia as farey tão bem para que debaixo de outro pretexto recolha estes religiosos com o que cessara a cauza da queixa que faz o dito francisco vieira.

Da mesma carta se vem os procedimentos do vigairo que assiste no macaçar que foi provido pello cabido, delles entendera vossa magestade quais sejam os sujeitos que custuma elleger quando se mandou este a huma igreja curada em terra de mouros, ordinariamente frequentada de herejes, e o exemplo que se dá com vida tão depravada aos novamente convertidos de que há grande quantidade; e seja vossa magestade servido de mandar conciderar que como a mayor parte do cabido são homens da India e tem pouco de Portugueses, obrão neste particular como quem naceo mais longe do bafo da Igreja Romana.

Por outra carta nesta mesma via respondo ao que vossa magestade quer entender sobre o mesmo cabido e sobre a resolução que veyo acerca das missões mande as vossa magestade ver porque me parece que se não derão a vossa magestade as noticias verdadeiras que se as tivera não se consentira perder vossa magestade a jurisdição de seu padroado sem conseguir o fruto que o seu catolico animo pretendia Deos goarde.

Goa 4 de Janeiro de 663. *Antonio de mello de castro*.

(Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, p. 78)

Documento 5 – Extracto das actas da reunião do Conselho Ultramarino, em Lisboa, a 27 de Março de 1664

Em 27 de Março de 1664, os membros do Conselho Ultramarino de Lisboa referem a carta escrita, em 1662, por Francisco Vieira de Figueiredo ao marquês de Nisa, dando conta de que os ingleses e holandeses tentam assenhorear-se da ilha de Timor, para se aproveitarem do sândalo e outros produtos. Ao mesmo tempo, referem que Francisco Vieira acudira à ilha de Timor em várias ocasiões e agradecem o seu “bom procedimento”. Em 12 de Abril de 1664 (após 17 anos de espera), o rei concede a Francisco Vieira o “habito de Christo com quarenta milreis de pensão”.

Havendose visto neste Conselho a copia da carta inclusa, que Francisco Vieira de Figueiredo, estante no Reino de Macassá escreveo ao Marques de Niza em 6 de Agosto de 1662. e considerados os pontos que ella conthem de conveniencia ao serviço de Vossa Magestade, e dano dos vassallos da India, de os Ingleses ou Olandeses conseguirem os intentos de se senhorearem da Ilha de Timor, de que já por tres vezes, (com o favor de Francisco Vieira, e munições com que lhe acodio em aquelas ocasiões) foram rechassados com perda consideravel dos naturaes, que com o Rey seguem a sua parcialidade, pela esperanza que tem de se aproveitar do Sandalo (que he remédio da cidade de Machao), ouro, prata, e tambaca, que botão os Rios, Pareço que não se havendo já representado a Vossa Magestade pelo Conselho de Estado (por a dita carta ser escrita a hum Conselheiro delle), remeterilha, para que averiguandose, por essenciaes os pontos que nella se relatão, mande Vossa Magestade advertir delles ao Governador da India, para que tenha daquella Ilha o cuidado possivel; E agradecer a Francisco Vieira o bom procedimento com que se tem ao serviço de Vossa Magestade, e espera o continue, emquanto se detiver naquella

HISTORIOGRAFIA

Reino, para ter occasião de lhe fazer merce, por poder succeder que ainda o achem nelle estas nãos, e que não tenha usado da Provisão que Vossa Magestade lhe concedeo para vir em huma embarcação sua para este Reino. Em Lisboa a 27 de Março de 1664. *O Conde – Mello – Miranda Dourado – Falcão.*

[Este documento foi aprovado no *verso* como segue:]

A Francisco Vieira mando agradecer este serviço, e encomendar a continuação delle. E lhe faço merce do foro de fidalgo da minha casa, com a moradia ordinaria, E do habito de Christo com quarenta milreis de pensão em huma comenda, que se haja de pensionar da mesma ordem. E disto se escreveo ao Governador da India, e ao mesmo Francisco Vieira pela Secretaria de Estado, por mayor brevidade. Lisboa, 12 de Abril de 1664. *Rey.*

(Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, pp. 82-83)

Documento 6 – Relação de Francisco Vieira de Figueiredo “Das Cousas Próximas deste Sul”, em 28 de Junho de 1664

Transcrevem-se alguns excertos de um longo relatório, por vezes obscuro, parecendo escrito em circunstâncias turbulentas. Importa realçar a ida de Francisco Vieira de Figueiredo a Timor em duas ocasiões – “com repugnância e lágrimas de D. Catarina” – para apaziguar os ânimos, após a morte do capitão Simão Luís, e a eleição posterior de António Hornay para o governo de Timor, no meio da grande confusão de espingardas.

Em primeiro lugar o China *Cohosim*, poderosissimo, que avia de dar muito a entender aos olandezes morreo; o seu poder se dividio porque o filho que lhe ficou paareçe que não imitou ao Pay: sua morte foi causa de não passar o seu poder a Manilla; dizem que se la pasara a tomara sem duvida; com tudo suposto o seu poder se devidiçe ainda dá que fazer aos olandezes que tem la ido estes dous annos atrazados e sempre perderão Naos; suposto que se ayuntarão com os tartaros: e ajudarão a recuperar algumas povoacoens que o china alevantado pesohia; e duas Ilhas na Costa do chincheo de pouca emportancia; contudo na Ilha fermoza não puzeram ainda os pes; e pello que dizem não porão.

Os Tartaros lhe offereçem comercio, mas não me parece que continuarão porque os Tartaros sam insolentes de soberbos; e os olandezes não sam menos; [...]

No que toque às Ilhas Molucas, estão os olandezes absolutamente senhores dellas, porque apertarão tanto com os Castelhanos que lhe não deixarão nenhuma só arvore de Cravo thé dentro as suas hortas e aserca dos Padres da Companhia lhe forão cortar algumas que tinhão; com que os Castelhanos com achaque de que hera necessario accudir a Manilla per respeito do china Cohosim largarão tudo, mas ia com novas que o China era morto [...]

Vamos aos Negocios de Timor: o anno passado fui la a compor ao Capitam Mor Simão Luis, que estava desconfiado de lhe não vir o Habito, a avia embusteiros, e emveiozoes que lhe disserão e escreverão que nao se fiasse de my que o enganava foi necessario hir minha pessoa, couza que em muitos annos que ando nestas partes nunca o fis; fui no cabo da monção em hum paro de remos e estive só oito dias, dexeio satisfeito e me vim logo no mez de Mayo [1663], chegou o mez de Novembro começou o Meu Coração a dar na vontade hir a Timor, porque chegarão novas que tinhamos pazes com os olandezes; e que o meu Pataxo que Esperava de Goa passara pera Macao por lhe não dar o vento Lugar de chegar a este porto, e que vinha o Habito ao Capitam Mor Simão Luis, fis conta de lhe hir botar; e se havia de hir no tarde, hir no cedo, e assim o detriminey ainda que com repugnância e lagrimas de D.Catharina minha esposa: comtudo DEUS me inspirou que tudo dei de Mão por me parecer hia fazer grande serviço a el Rey e a DEUS. E me parti a derradeiro de Dezembro [1663]; logo em solor encontrey hum barco que vinha de Jacatara com Miguel Nogueira valente que foi prezioneiro na Nao que tomarão em Timor [...] de sorte que me fui a Timor; E este Miguel Nogueira tambem [...]

Havia pertenciores naquella Ilha que por morte do Capitam Mor [Simão Luís] avião de fazer ranchos e as espingardas ganhar a Capitania Mor (isto dito por todos) e assim que todos me davão os perabens da minha hida em tal occazião atreboindo tudo a Milagre e detriminei eu por contentar a todos por nos mais votos e assim o fis, sahirão os mais pelo Capitão e Tenente Antonio Hornai, empregado e não avia outro; com tudo não deixei de ter grandes desgostos, e ainda ouve motis causados por que se não pode dizer; emfim ficou tudo quieto, deixo à descreição do leitor em que a occazião morreo o Capitam Mor e os nosos avião de fazer ranchos e jugar espingardas, e ainda fiados Em pazes, E a traça estava orrida e couza sabida por elles, porque o Capitam Mor avia tres mezes tinha tomado tres Timores de Amanubão que vinhão de Cupão e lhe deo tratos ao que la forão, e o confessarão, e vião sinais evidentes nos Timores, e os olandezes caio lhe a sopa no mel; porque conforme se entende todos avião de morrer, se DEUS la me não leva; isto he evidente te pella traça dos ollandezes com os naturais; e isto feito em Vida de Simão luis que o sonhavam quanto mais com sua morte, e que todos avião de andar com espingardas huns com os outros [...] Muito mais tinha que dizer mas não tenho tempo de o fazer nem quero emfadar aos leitores de Macassar – 28 de Junho de 1664.

(Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, pp. 83-91)

Documento 7 – Carta de Francisco Vieira de Figueiredo para a Coroa de Portugal, em 26 de Maio de 1667

Francisco Vieira escreve directamente ao rei de Portugal. Na carta, escrita em 26 de Maio de 1667, agradece as mercês recebidas que o irão “dispor a fazer dos impossíveis possíveis”. Lamenta que, para defender Timor, não tenha recebido da Índia, atempadamente, um navio em boas condições,

HISTORIOGRAPHY

com 200 soldados pagos à sua custa, pois só haviam chegado 16 soldados num “galeão podre”. Ressalta também, nesta carta de Vieira, a denúncia feita sobre os religiosos de São Domingos por darem maus exemplos e maus conselhos aos naturais da ilha, expulsando capitães-mores e querendo matá-los, como lhe “pretendem fazer [...] por eu zelar o serviço de Vossa Magestade”. Esta carta de Vieira mais parece um dobre de finados. De facto, Francisco Vieira morreria seis meses mais tarde.

À carta que Vossa Magestade, que Deos guarde, foi servido mandar me escrever em 8 de Abril de 1664, tenho feito reposta, e beijado a mão de Vossa Magestade pellas mercês que nella me fes, e dobrarão o animo a me dispor a fazer dos impossiveis possiveis no serviço de Vossa Real Magestade, cuja vida felicissima e dobrados aumentos de sua Real coroa dê Deos a Vossa Magestade segundo a medida de seu desejo.

Antes da dita carta tinha Eu escrito ao Vizo Rey da India, e pedido me mandasse hum navio de Vossa Magestade com 200 soldados pagos à minha custa, e para isso lhe mandava dar 10 mil xerafins para as ditas pagas para metter a ilha de Timor debaixo da protecção e dominio de Vossa Real Magestade, que Deos guarde, não devia de poder ou como fosse; não mandou se não no anno seguinte com 30 soldados, desses, chegarão cá 16 em hum galleão podre, que aqui fica, e servio mais de opprobrio dos Estados da India, que de serviço de Vossa Magestade; porque se os de Timor estavam rebellados, mais o ficarão com a vinda do Galleão tão falto de gente, que, por milagre, chegou cá, depois de hum anno de viagem, por ter invernoado em Java, e foi cauza o ter partido mui tarde de Goa.

Tenho tido aqui muitos gastos em sustentar a gente do dito galleão que me ficou às costas, porquanto o galleão não pode fazer viagem para a China, para donde avia de ir por ordem que trazia do Visorei. Mandeí pedir mineyros, não veo nenhum; a ilha de Timor geralmente dizem, que tem minas de prata, ouro, tambaca; bem solictada dos olandezes, e perderão muita gente pella querem conquistar; foi muitas vezes defendida com meus soccorros; Agora he defendida pello Religiozo de São Domingos (cujas christandades são de nome); defendem, digo, e não querem que o nome de Vossa Magestade entre nella, e assim tem irritado aos naturaes destas partes, que na dita Ilha assistem, que não obedeção, nem consintão entrar o braço de Vossa Magestade nella. Ja em outras occazioens botarão daqui Capitaens môres, querendo matallos; o mesmo pretendem fazer a mim por eu zelar o serviço de Vossa Magestade, que Deos guarde.

Tambem me pareço dizer a Vossa Magestade que como Rey tão Catolico mande acudir a estas christandades porque se perdem muitas almas por falta de ministros, e que estes religiozos não vivem como taes, são grandes os escandalos que dão a estes naturaes, os quaes podendo ser grandes christãos, o não são, mais que de nome, pello mau exemplo que os sobreditos lhe dão.

Guarde Deos a Vossa Magestade para augmentação de seu Reyno, e emparo de seus vaçallos. Larantuca, terras de Solor aos 26 de Mayo de 1667.

Fr.co Vr.ª de Figrd.º

Esta carta tem à margem o seguinte despacho do Conselho Ultramarino:

Que se faça presente a Sua Alteza o que contem esta carta no tocante ao procedimento destes Religiozos para que se ordene ao Viso Rey que comonicando tudo com o seu provincial faça tirar daly aos ditos Religiozos pello seo mau procedimento e que mande para aly outros de boa vida e costumes e obedientes a Coroa; e que constando que os Religiozos que aly assistem são desobedientes às ordens de Vossa Alteza na forma que refere esta carta os faça embarcar e remeter a este Reino, e avendose o provincial remiso neste negocio lhe faça pôr verbas nas suas ordinarias em toda a India e dê conta para Sua Alteza mandar o que fôr servido. Em Lisboa, a 15 de Março de 1670. (Com cinco rubricas dos conselheiros).

(Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, pp. 95-97)

Documento 8 – Processo de atribuição do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo a Francisco Vieira de Figueiredo

Neste processo, que inclui várias peças minuciosas, podemos observar os principais trâmites por que passou Francisco Vieira de Figueiredo para poder ascender a Cavaleiro da Ordem de Cristo. No processo encontramos o local e a data: Sé de Goa, 9 de Dezembro de 1647.

Dom João per graça de deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África Senhor de Guine e da conquista navegação comércio de Etiópia e Arábia Pérsia e da Índia et cetera, como governador e perpetuo administrador que sou do mestrado cavalaria e ordem de nosso Senhor Jesus christo, a todos os meus corregedores ouvidores Juizes justiçaes oficiais da dita ordem de meus Reinos e senhorias a que esta minha carta testemunhável for apresentada e o conhecimento dela com direito pertencer, faço saber que a mim, e ao meu Juiz dos cavaleiros das três ordens militares que em estas partes da Índia tenho enviado a dizer por sua petição frei Francisco Vieira de figueiredo que a ele lhe era necessário o traslado dos papeis da mercê que o Viso Rei lhe fez do hábito de cristo com o mais a ele concernentes pera mandar ao Reino em carta testemunhavel pedia mandasse que se lhe desse como pedia, e o traslado de tudo de Verbo ade Verbum é o seguinte:

frei Francisco Vieira de figueiredo que a ele lhe é necessário o traslado dos papeis da mercê que o Senhor Viso rei lhe fez do hábito de christo com os mais dele concernente pera mandar ao Reino em carta testemunhavel P. a Vossa mercê mande que se lhe dê pelas vias & RM.

Desse lhe como pede frei Luís mergulhão.

Dom Filipe Mascarenhas et cetera, faço saber aos que este alvará virem que Sua Majestade que Deus guarde quando me nomeou por Vice-Rei deste estado foi servido mandarme escrever uma carta em des de Abril do ano de 644 para poder dar doze hábitos como governador e perpetuo administrador que é do mestrado cavalaria e ordem de nosso senhor Jesus christo cujo traslado é o seguinte: Dom

HISTORIOGRAFIA

Filipe Mascarenhas amigo eu ElRei vos envio muito saudar, Pela grande confiança que faço na qualidade expara e valor que concorrem em vossa pessoa, e no bem que vos houvestes nos negócios do meu serviço que se vos encarregarão principalmente nesse estado da Índia em que me servis e a coroa destes Reinos ha tantos anos com particular satisfação minha houve por bem de vos fazer mercê do cargo de Vice-Rei desse estado assim e da maneira que o forão os que ocuparão posto tão grande como este é, E vos faço mercê de vos tomar por do meu conselho de estado, e de vos conceder os foros e hábitos que se concederão aos Vice Reis vossos predecessores que podeis dar e prover em virtude desta minha carta as pessoas que se sinalarem na guerra tão aventuradamente que vos pareça o tem bem merecido e espero eu de quem sois e do acerto com que sempre soubestes que as cousas desse estado se melhorem tanto em vosso poder que torne a cobrar a reputação que tiveram em tempo dos Senhores Reis meus progenitores, ao menagem desse cargo dareis nas mãos do Conde de Aveiras como lhe escrevo, e pelas cartas que vão entenderéis as ordens que por ora fui servido enviar a esse estado que se vos não repete; porque se satisfaz com se enviarem a ele escrita em Lisboa a 10 de Abril de 644. Rei, para Dom Filipe Mascarenhas terceira via, E Por quanto Francisco Vieira de figueiredo tem servido a Sua Majestade em ocasiões de muita importância como forão, estando em Manila ter dissuadido ao governador Sebastião furtado de Corcoera não mandasse socorro a Solor como pretendia por alguns moradores daquele porto o haverem pedido com promessa de o entregarem aos Castelhanos, e haver pelejado com uma nau olandesa, vindo da China em um cho the o meterem a pique resgatando aos Portugueses que nele ião a sua custa e o haver também aclamado a sua Majestade no macassa com grandes festas muito a custa de sua fazenda, oferecendo a em outras muitas ocasiões ao serviço do dito senhor e o ano 645 ter ido por minha ordem por embaixador ao Macassa onde cumpriu o que levava a cargo tendo outrossim respeito a mandar de presente a Jacatora e com embaixada a alguns Reis do sul muito em serviço de Sua Majestade, em consideração de tudo, e conformando me com a carta acima encorporada. E em virtude dela. Hei por bem de fazer mercê ao dito Francisco Vieira de figueiredo, do hábito da ordem de Nosso senhor Jesus Cristo dos que Sua Majestade me concede pela referida carta com a tença ordenaria de que lhe mandei passar este para efeito de lhe fazer suas provanças na forma das definições daquela ordem e este será passado pela chancelaria, das ordens e pagou quarenta xefarins de meã anata pelo honorífico que ficam carregados ao Thezoureiro Belchior, de Matos a p.165 do Livro do Recebimento como constou da certidão do escrivão Domingos da Silva de Mendonça Bartolomeu Lobo o fez em Goa a 8 de Novembro de 1647, eu o secretario Duarte de figueiredo de Melo o fiz escrever Dom Filipe Mascarenhas.

Valha sem selo escrivão Domingos Rebelo.

Dom João per graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África Senhor de Guine e da conquista navegação comercio de Etiópia Arábia Pérsia e da Índia et cetera como Governador e perpetuo administrador que sou do mestrado cavalaria, e ordem de nosso senhor Jesus cristo faço saber a vos o Doutor Francisco de Figueiredo Cardoso do meu Desembargo, chantre da santa sé Primacial desta cidade de Goa que Francisco Vieira de Figueiredo me pediu por mercê que por quanto ele desejava, e tinha devoção de servir a Deus e a mim na ordem e cavalaria de nosso senhor Jesus Cristo houvesse por bem de o receber e mandar lançar o hábito dela de que foi provido por Dom Filipe Mascarenhas, do meu conselho de estado Vice-Rei e capitão geral da Índia, e em meu nome lhe fez mercê em um dos que lhe tenho concedido para o que tinha habilitado sua pessoa pelos deputados da mesa da 2ª instancia, E porque me constou pela dia habilitação feita segundo forma das definições estatutos da dita ordem, conforme a elas para poder ser recebido e provido do hábito da dita ordem, e por esperara que nela podera fazer muitos serviços, a nosso senhor e a mi e havendo outrossi respeito a ir o sobre dito por ordem do dito Vice-Rei a Jacatora por embaixador, a alguns Reis do sul a tratar negócios, importantes a meu serviço e ser conveniente ir mais autorizado com o dito hábito, Hei por bem e me pras de o Receber a dita ordem, e por esta vos mando dou poder e comissão para que lhe lançais o hábito dos novicios dela segundo forma das ditas difinições para cujo efeito hei por supridos as mais diligencias nessessarias que pelas ditas difinições estatutos se requere com obrigação de mandar fazer os despachos nessessarios do Reino em termo de três anos para efeito de fazer profição na dita ordem conformandome nisto com o parecer dos ditos Juizes deputados da meza da 2ª instancia esta carta remeteréis a meza da 2ª isntância para se guardar no cartorio e arca dela e lhe passareis vossa certidão com o traslado desta carta pera sua guarda a qual assim se cumprira sendo passada pela chancelaria da dita ordem, dada em Goa sob o selo dela em os sete de Dezembro de 647 ElRei nosso senhor, como governador e perpetuo administrador da dita ordem o mandou por Dom Filipe Mascarenhas do seu conselho destado, seu Vice-Rei e capitão geral da Índia Luías de Quental o fiz escrever no Juízo dos Cavaleiros, Dom Filipe Mascarenhas.

Carta que Vossa Majestade como governador perpetuo administrador do mestrado cavalaria e ordem de nosso senhor Jesus cristo manda passar a Francisco Vieira de figueiredopara se lhe lançar o hábito de nosso senhor Jesus cristo na forma declarada Para Vossa Majestade ver toda, Por consulta do Juizo da 2ª instancia de seis de Dezembro de 647 Domingos Rabelo Lobo, Bras Henriques da Veiga, valha sem selo escrivão Domingos Rabello Registrada no Livro dos registos que serve neste Juizo dos cavaleiros. Ao f. 149 Luís de Quental de Paiva.

Certefico eu o Doutor Francisco de figueiredo chantre desta santa sé Primacial de Goa, provizor, e vigário geral do Arcebispaço que em vertude da carta atrás lancei o hábito dos noviços a Francisco Vieira de figueiredo na dita sé Primacial a nove de Dezembro de 647 e por assim passar na verdade passei esta por mi feita e assimnada em Goa aos 27 de Dezembro de 647 Francisco de figueiredo cardozo.

Eu ElRei como governador e perpetuo administrador que sou do mestrado cavalaria/da ordem de nosso senhor Jesus Cristo etcetera, mando a qualquer cavaleiros profeçoda dita ordem a que este meu alvará for apresentado que dentro da igreja de sé ou são Francisco ou outra qualquer que o dito cavaleiro nomear façais cavaleiros a Francisco Vieira de Figueiredo co a quem ora mando lançar o hábito da dirá ordem para o qual acto podereis mandar requerer dois cavaleiros. Mais da dita ordem para seus padrinhos e em ela o ajudarem e de como assim o

HISTORIOGRAPHY

fizerdes cavaleiros lhe passareis vossa certidão nas costas deste alvará que se comprira sendo passado pela chancelaria da ordem e vai assinado por Dom Filipe Mascarenhas do meu concelho destado Vice-Rei e capitão geral da Índia Diogo da Costa o fez em Goa a sete de Dezembro de 647 Luís de Quental o fiz escrever no Juízo dos Cavaleiros, Dom Filipe Mascarenhas.

Alvará para ser armado cavaleiros Francisco Vieira de Figueiredo a quem se há de lançar o hábito de Cristo para Vossa Majestade ver, Por consulta de seis de dezembro de 647 Domingos Rabelo Lobo, Bras Henriques da Veiga, valha sem selo escrivão Domingos Rabelo Registada no Livro dos registos que serve neste Juízo dos Cavaleiros a f. 150 Luís Quental de Paiva.

Frei Dom Bras de Castro comendador da ordem de Cristo do concelho de Sua Majestade certifico armar cavaleiros a Francisco Vieira de Figueiredo com todas as solenidades costumadas na Sé desta cidade de Goa a nove de Dezembro de 647 para o qual acto requeri para nele me ajudarem a fr. Manuel de souza cabral a a fr. Dom Martim Afonso de Melo cavaleiros profeços da dita ordem e por passar tudo na verdade juro plo hábito de Cristo que Recebi e o sinal abaixo meu Goa a 23 de Dezembro de 647 anos frei Dom Bras de Castro.

Os quais Alvarás e carta e o mais aqui incorporado vão aqui trêsladados bem e fielmente dos propios que foi tornado ao dito frei Francisco Vieira de Figueiredo sem acrescentar nem demenir cousa que duvida faça, em esta vai somentes no emendado fol. 2 que diz Melo e no volta dela que diz Vice-Rei que se fizerão por fazer na verdade em esta vai concertado pelos officiaes ao adiante assinado plo que manda as sobreditas minhas justiças lhe de intrra fee e credito em juízo e fora dele quanto com direito deve e pode se lhe dar, e estas se passou por três vias cumprio assim façais dada em esta minha cidade de Goa sob o selo da dita ordem a 28 dias do mes de Dezembro de 647 anos, Eu ElRei nosso senhor como governador e perpetuo administrador o mandou pelo Doutor fr. Luís Mergulhão borges fidalgo de sua caza do seu desembargo e seu Desembargador da caza do porto Juis dos Cavaleiros, das três ordens militares com alçada em estas partes da Índia, Diogo Correa a fez no cartorio de Diogo da Costa pagou desta nada por ora e de asinar vinte xerafins. Luís de Quental o fiz escrever Luís Mergulhão Borges sem selo escrivão Domingos Rabelo, no concerto Luís de Quental de Paiva, no concerto Domingos ferreira.

(Transcrição da leitura feita por Maria do Carmo Borges, incluída em *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar no Século XVII*, pp. 234-238)

Documento 9 – Carta dos governadores da Índia para o rei, em 18 de Dezembro de 1660, sobre Francisco Vieira de Figueiredo
Esta carta trata da quebra das pazes por parte dos holandeses e dá conta das dificuldades em Macau e, o que não é menos, fala da generosidade e da heroicidade de Francisco Vieira de Figueiredo em atrever-se “a passar aqueles mares”. Um alto risco e uma verdadeira epopeia!

Francisco Vieira de Figueiredo nos escreveu de Macassa em 19 de Junho deste ano, que nos 7 dele chegara de Amboíno uma nau Holandesa e um chorrião aquele Reino e fizerão grandes cortesias com as velas, e salvas de artilharia, e pelas nossas antecedenças tivemos por certo, que ião pedir pazes, como o haviam feito os anos passados que lhas não quizeram conceder, e ao dia seguinte se forão aos navios que estavam surtos sem velas, e sem gente, e a bombardas atracaram um de Machao, e o tomarão carregado fazendo varar outro daquela Cidade, que estava para partir para esta, e dois navios pequenos queimou-os uma nau carregada de Francisco Vieira que estava para navegar para a Índia, um pataxo, e uma galé mais do mesmo carregados de sândalo, e que aos doze lhe chagarão outras naus de Amboíno, e fazendo numero de 22 com muitas chalupas, e lanchas e nelas muitos ternates, e Amboineses investirão com um reducto sem fortificação nenhuma, e o renderão, e esbombardearão a povoação, de que aquele Rei, e os mais estavam quebrantados de animo, mostrando se frouxos na restauração da fortaleza e na preparação de quererem resistir, e aos Portugueses, que nele vivem, eram ameaçados dos Holandeses e para que não fossem adiante com o dano que faziam mandarão um Carraim grande a Batavia, pessoa de sangue Real a assentar pazes, e se tinha por certo, seriam como o inimigo quisesse, e muito em nosso dano, em tanto ficavam as armas paradas, e com este sucesso sei, se impossibilita de todo a navegação, poder ser socorrida Machao, de que tanto necessita, ficando a navegação extinta para aquela parte, e também por não sabermos o estado em que está Macassar connosco, Contudo escrevemos a Francisco Vieira de Figueiredo lho mandei todo o que for necessário obrigando-nos a satisfação, como fez os anos passados, pois não há quem se atreva a passar aqueles mares se Deus por sua infinita misericórdia nos não acudir.

(Maria do Carmo BorgesBorges, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar no Século XVII*, pp. 240-241)

Documento 10 – Da carta do Pe. João Cabral, ex-provincial do Japão, escrita em 1665 para o Patriarca da Etiópia
O Pe. João Cabral refere, nesta carta, não somente a importância comercial e militar mas também o alto prestígio de Francisco Vieira de Figueiredo, junto dos reis de Macaçar e da Insulíndia.

1. Vindo agora ao Macassâ, o rei daquela ilha está em guerra viva com os Ollandezes há quatro ou sinco annos. A occasião della foi porque as ilhas de Amboino, não podendo já sofrer as tiranias dos Ollandezes, se levantarão contra elles, e para lhes poderem resistir se valerão do dito rei, prometendo-lhe de se fazerem seus vassallos e dar todo o proveito do cravo que os Ollandezes daly tiravão, que são ao menos tres mil bares delle [...]

HISTORIOGRAFIA

2. Antes de eu chegar ao Macassá lhes tinha el-rei tomado duas chalupas, cada huma com trinta Ollandezes, dos quais sete que escaparão com a vida, estão aly cativos, e bem miseraveis. E logo vierão novas que os de Amboino lhes tinham tomadas outras algumas carcoas de Ternates que ajudavão aos Ollandezes. Com estas novas, a instancia de Francisco Vieira de Figueredo (ao qual os Ollandezes chamão Francisco de guerra, e disem que só os dous Vieiras lha fazem, hum no Brasil, outro na India) se resolveo o rei a passar em pessoa às ilhas de Amboino para aly de huma vês lançar os Ollandezes fora dellas. E convidou para a impresa aos reis de Tolo e da Bima, seus aliados [...]

3. Antes de partir se ajuramentarão os três reis e todos os capitães de ou vencerem ou morrerem na demanda. Eu assistii tambem ao juramento com outros Padres e Portuguezes, o qual foi muito pera ver e o fervor e a raiva com que todos juravão. Francisco Vieira de Figueredo hia tambem em huma sua gallé, acompanhado de quantos Portuguezes quizerão aceitar seu quartel. Porem a rainha, que ainda há menina e tem o mesmo Francisco Vieira por pai, requereo a el-rei que ou a levasse consigo à guerra ou a deixasse entregue a elle. E assy por mais que fes por acompanhar ao rei, não pode ser. Mandou comtudo dizer a todos os Portuguezes que a quem quizesse ir na armada, dava de quartel 25 bulaise de ouro, que são 50 pardaos, e de comer. E alguns o aceitarão, ainda que menos dos que Francisco Vieira queria. [...]

5. As duas naos de Butum, tanto que o souberão o que passava, furtarão a volta a el-rei e lhe vierão esbombardear a cidade, entrando para isso na bahia e dando caça a huma embarcação de Macao que nella acharão; mas sem effeito porque das forças del-rei lhe fizerão tam bons tiros que não puderão chegar à nossa embarcação. As mais das ballas que tirarão forão à casa de Francisco Vieira que fica na praya, se bem nenhuma a acertou por tirarem de longe [...]

8. Alem do referido de Buntum me escreveo Francisco Vieira estando eu já embarcado tres dias de caminho de Macassá, que avia chegado novo recado de Amboino com novas certas que estando os Ollandezes com treze embarcações, entre tingões e chalupas, na cabeça de huma das ilhas de Amboino chamada Seirão, fazendo sagü, que hé o mantimento ordinario daquellas terras e responde à farinha de pao de Brasil, duas povuações que ainda estavam por elles, tendo novas da hida do rei de Macassá, se levantarão de repente e dando nelles os matarão todos e lhes tomarão todas as treze embarcações; e me pedia que desse estas novas com as mais ao senhor Viso-Rey. [...]

9. Este hé o estado em que fica o rey de Macassá com os Ollandezes. E porque eu vinha dar conta delle ao senhor Viso-Rey para que fomentasse esta guerra como tão importante ao Estado, quis primeiro se aquelle rei determinava de fazer pazes ou treguas com elles, porque nos não empenhassemos de balde com descredito e pouco proveito nosso, e fis com Francisco Vieira lhe perguntasse. O rei respondeo que não podia fazer pazes com os Ollandezes porque sua lei lho prohibia, e que assy o escrevia ao senhor Viso-Rei, ao qual mandava o seo sagoate, ettc^a. [...]

11. Entende-sse que se o rei de Macassá passara a aquellas ilhas, lançara de todo dellas aos Ollandezes, elles mesmo o confessão, sem embargo de terem lá 13 naos e a mayor parte da sua gente da guerra, reforçando sempre o campo com a que lhe vem de Ollanda. E tudo lhe hé necessario para resistir a três mil Macassás que lá andão ajudando os naturaes. Mas se em Novembro passar a armada, esperamos este mesmo successo, e que perca o inimigo a mayor mina que tem por estas partes, que são tres mil bares de cravo que daquellas ilhas tirão todos os annos. E por isso fazem tanto polla conservar e ter pazes com o rei do Macassá, que já prometião por ellas pagar em dobro duas naos muito ricas que tomarão, ha tres annos, ao dito Francisco Vieira, e outras muitas couzas em grande proveito del-rei. Mas ategora as não poderão alcançar porque Francisco Vieira tem mão e dis a el-rey que não quer não nem fazenda, mas só que faça guerra com os Ollandezes e os lance de Amboino e Maluco.

(Hubert Jacobs, *The Jesuit Makasar Documents, 1615-1682*, pp. 133-140)

Documento 11 – Da carta-relação do Pe. André Ferrão, S. J., escrita, em Macau, no segundo semestre de 1658 para os jesuítas do Colégio de Coimbra

Neste interessante relatório de viagem, o Pe. André Ferrão fala da riqueza e do apoio prestado por Francisco Vieira de Figueiredo, em Junho de 1658, durante a viagem do mesmo jesuíta de Macaçar para Macau.

1. Temos concluido com Solor, segue-se o Macaçar onde chegamos aos 21 de Maio [...] Aqui concorrem com suas mercadorias portuguezes, castelhanos da Manilla, ingrezes, olandezes e outras mutas nações desta Asia. De sorte que com não ter dentro de si droga de preço, hé hoje hum dos maiores emporios da India.[...]

4. Contudo nunca perderão o amor aos portuguezes. Derão-lhe sitio, e bom sitio para huma povoação. Quando se tomou Malaca, passou para ali a cathedral daquela cidade com sua cleresia e muta parte dos christãos. Á hoje duas residencias no Macassar, huma de Frades Dominicis, outra da nossa Companhia pertencente à provincia de Jappão [...]

6. Não achamos na residência de Macassar mais que hum Padre e hum Irmão. Outros tres que ali estavam, com o desgosto da igreja arruinada erão idos para humas ilhas de gentios não muito distantes a fundar outras igrejas. As cazas da residencia se fossem de pedra, assi como são de bambú, bastavão. Mas os mouros que não querem nas suas terras quem se levante a maiores, não consentem aos portuguezes pôr pedra sobre pedra.

Até Francisco Vieira, que porventura hé o mais rico homem de toda a India, vive em humas palhaças, que isso vem a ser cazas de bambú.

7. Todos nos vinhamos de Solor a qual peor. O Padre Martino quase tolhido de braços com humas dores de colica tão continuas e agudas que nem dormia nem nos deixava dormir. O Padre Dimer com huma febre maligna, o Padre Christiano com huma parotide, os Padres Intorcetta, Dorville e Verbist febricitantes, eu com humas cezons dobres e tal fastio que não appetescia cousa deste mundo [...]

9. Era chegado o tempo da partida [...] Como o Padre Martino me pusesse em minha mão a escolha, escolhi proseguir a viagem por não ficar ali perdendo hum anno. Estava posto ponto e termo da partida em dia de Santo Antonio [...] Para que nunca nos faltassem embarços, chegou neste tempo ao Macassar huma nao olandeza que levava o capitão-mor de Amboino para Betavia ou Surrate. Não sei que tinha contra os olandezes o rei mouro que lhe mandou despejassem a feitoria que ali tinham e que não tornassem mais àquelle porto. Sahio o olandez, e como sabia estavamos para partir, era mui verosimil que nos fosse esperar. Por esta causa se dilatou a partida até os desasete de Junho.

10. Alem do nosso pataixo hião mais outros tres, hum de Francisco Vieira e dous de Machao. E com serem quatro as nossas embarcações, inda não tinham partido com a nao olandeza que jugava 35 peças grossas, não passando as nossas por todas de vinte, asentarão em terra os capitans de ir juntos para asi melhor ressistir a qualquer encontro. E nós mais que todos hiamos interessados na conserva por não ter feito a tal viagem o nosso piloto. Mas que cousa são portuguezes? No 2º dia cada hum foi para seo cabo, o qual avia de chegar primeiro como se por isso ouvesse de levar alguma amenda. Adiantados pois e perdidos já de vista os dous navios de Machao, não porque fossem melhores de vela que o nosso mas porque nos furtarão a volta por entre humas ilhas, forão todos de parecer que esperassemos pelo navio S. Miguel, que era o de Francisco Vieira, algum tanto zorreiro, para saber do capitão se nos queria fazer companhia; visto terem-nos deixado os outros, deo elle sua palavra e goardou-a puntualmente [...]

(Hubert Jacobs, *The Jesuit Makasar Documents, 1615-1682*, pp. 152-157)

Documento 12 – Excerto da carta-relatório, escrita em Latim, com data de Macau, em 5 de Dezembro de 1670

Esta carta foi enviada de Macau pelo jesuíta António Francisco, para o padre geral da Companhia de Jesus, em Roma. Além de vários aspectos importantíssimos, o jesuíta narra os últimos momentos de vida de Francisco Vieira de Figueiredo, ao qual assistiu na qualidade de capelão e conselheiro durante seis anos.

13. *Adversa nobis sors fuit in eo quod iudex supremus et postea totius Austri gubernator, dignissimus Franciscus Vieira de Figueiredo, noster magnus pater et defensor, e vita decesserit. Erat enim quidam honoris Societatis praedicator et hoc illi mortem atulit. Nam gens certae conditionis ac status, quia noverant viri conatus pro mittendis patribus Societatis in missiones illarum insularum, praecipue illius quae est Timor, magna commotione ingentem dynastas et populum in gubernatorem Franciscum Vieira et regalem iurisdictionem concitaverunt: qua in placanda alteratione ingentem mille patacarum numerum consumpsit et in parte sedavit, duosque seditiosos religiosos deteriorisque exempli, rerum capita, per dominicanum visitatorem fecit exulare.*

14. *At cum fomes inter cineres maneret, iterum suscitavit incendium; persistebat enim causa, metus, scilicet, nostri ingressus in missiones. Verebantur enim exemplum nostrum eo quod religiosorum illorum et saecularium deteriori exemplo adversabatur, et haec erat radix malorum praecipua. Cum ergo in zelum gubernatoris nihil proficere intellerint, mortem machinati sunt. Sciebant enim quanti ponderis et valoris essent domini gubernatoris litterae erga lusitanum Regem et Proregem Indiarum. Tandem cum bene valeret Dominus Franciscus Vieira repente cecidit aegrotus, tali modo ut omnes fere venenum esse iudicaverint, contra quod nulla contravenena profuere, cum pretiosa haberet.*

15. *Tandem remedium mors fuit, quae licet repentina, per tres dies animam paeparavit.*

Omnibus sacramentis receptis, a multis iam annis mori paratus, ut angelus limpidissimus praesentem vitam mutavit in meliorem. Iam supra octo in componenda anima consumperat annos in quibus deteriores iuventutis et anteactae vitae mores continuis deflebat lachrimis; quos deinceps assidua oratione, ieiuniis, mortificatione, cum voluntate Dei conformitatae, erga omnes charitate et maxima humilitate assidue castigabat et componebat, omnibusque diebus dominicis et festis confessione et sacra communione animam recreabat. Itaque die tertia post S. Francisci Xaverii diem obiit in Domino, quo etiam die Beatissimae Virginis Rosarii, cuius devotissimus erat, festum celebrabatur.

(Hubert Jacobs, *The Jesuit Makasar Documents, 1615-1682*, pp. 242-244)

Documento 13 – Dos *Tratados Históricos* de Fr. Domingo Fernández Navarrete, O. P., publicados em Madrid, em 1676.

O frade dominicano, Fernández Navarrete, que veio a ser, anos mais tarde, arcebispo de Santo Domingo, nas Antilhas, esteve em Macaçar em 1657-1658. Tal aconteceu no seu regresso das Filipinas, onde foi professor de teologia na Universidade de Manila, estando agora a caminho do sul da China. Em Macaçar, conheceu e acompanhou Francisco Vieira de Figueiredo. Fernández Navarrete salienta, a um tempo, a hospitalidade do “Príncipe Carrim Carrorro” e a importância diplomática do capitão português – “un Portugues grave, e poderoso”.

1 ... *El mesmo dia que llegue, me enviò recado el Principe Carrin Carrorro, era entendido, y mucho, en nuestra lengua, y la Portuguesa. Fue este hijo de aquele gran Principe y amigo nuestro, Carrin Patin Galoa, si bien malogrado. Embiòme a dezir, me queria ver en casa de un Portugues grave, y poderoso, que vivia ia junto a nuestra casa. No quiso ir al Convento, porque avia precedido poco antes ele aver mandado el Sumbanco, y èl, derribar nuestra Iglesia, y la de la Compañia, a petition del Gubernador del Obispado de Malaca, que vivia alli, y del Cura; ora sea, porque la gente se iba a los Conventos, ò porque la limosna de la Parrochia no era tanta, como antes, por repartirse có los Religiosos. Esta es la raíz de todos los pleitos que en estas materias ha avido y avra. Para conseguir la voluntad del Sumbanco, y Principe, les hizieron algunos presentes buenos. Executòse la destruicion de las dos Iglesias por los mismos Moros: pero ni a todos ellos pareciò bien la accion. De suerte, que faltando agua aquel año, que yo estuve*

HISTORIOGRAFIA

alli, dezia Carrin Samana, Moro de grand autoridad, y muy ajustado a la razon: Como ha de dar Dios agua, si le quitan, y queman sus templos? Fui aquella tarde ver al Principe, recibíome muy bien, y hizome varias preguntas de las cosas de España y Manila.

2. No cuidava yo mucho de pagarle la visita, juzgando que no reparava en eso aquella gente. Supe que se avia quexado de ma omission el Principe; pedi al Capitan Francisco Viera, en cuia casa avia sido la visita, me acompañara; hízolo assi, fuimos juntos tres quartos de legua. El Palacio era rebueno; hasta la una nos tuvo alli; enseñònos algunos Mapas, y libros nuestros; guardava la librería de su padre, que era famosa; tenia alli un lindissimo reloj de campana; tratose de Mahoma, y a dos por tres le dixo el Portugues, que era muy Catolico: Que estava en el Infierno. No diga esto v. md. Señor Capitan, le dixo el Carrorro. Alabè el animo de este hóbree; outro lo juzgarà por imprudencia. Si por esto muriera fuera Martir, como lo fue el outro sacerdote, que por lo mesmo le mataron en Damasco. Bolvimos a casa por una calle de palmeras, la mas hermosa, y admirable del mundo. No entrava rayo de Sol; tenia de largo mas de una legua, aunque no la anduvimos toda. Que estima de fuera pera acà y com mucha razon. Diò el Principe en continuar las visitas, mas que yo quisiera. En tomándose la mano, que era la cortesía que se le hazía, dezía: Nuestro Señor sea con V. Paternidad. Un dia traxo al Sumbanco a la casa de Viera, llamaronme luego, acudí, y cierto que me hizieron ambos sobradas honras, y cortesias. El traje era el mas ridiculo, que se puede dezir, iban ambos de gala, llevavon ropillas de paño de nuestra hechura a raiz de las carnes, los braços desnudos sacados fuera por las mangas, y descubierto el vientre, a su usança. Conto el Principe, como su gente avia muerto un Caiman de siete braças de largo, y tres de ancho, y que tenia guardados dentes suyos. Seria el animal mas horrible del mundo [...]

5. Predique en Macasar la Quaresma de 58 [1658]. Carrorro cada dia dezia me avía de oir, pero nunca se determinò: su padre era muy amigo de Sermones, todolos oia; avia leido todas las obras de Fray Luis de Granada; estava convencido a que nuestra Ley era la verdadera; y solia dezir, que muchos von al infierno por razon de estado (esta si que es barbaridad) presumiase por lo que dezia, que queria bautizarse à lo ultimo de la vida: por esta razon le assiò a la ultima enfermedad el Padre Pedro Francisco jesuita, teniendo alli aparejada el agua, para echarla à qualquier insinuacion que hiziesse. Pero como no avia respondido a tantas vocaciones, riose Dios del: Quia vocavi, et renuistis... in interitu vestro ridebo, etc. [Prov., 1, 24-26: Porque clamei e vós recusastes... eu me rierei na vossa perdição, etc.] Quitòsele el juyzio, y acabo sin èl, el que tan grande le avia tenido: hombre infelice por cierto!

(Domingo Fernández de Navarrete. *Tratados historicos, politicos, ethicos, y religiosos de la monarchia de China*, t.vi, c.viii, pp. 329-231)



Reversed Gaze from Southeast Pacific Region Macao in Anglophone Newspapers

VINCENT HO*



INTRODUCTION

The local community of Macao has drawn the attention of the world during the last decade as it underwent the transformation of sovereignty from Portugal to the China in 1999, and then an economic miracle since 2004.¹ To explore the social and cultural histories of Macao in South China, many scholars focussed on its relationships with Portugal, China, and Japan which have generated much excellent research in those areas.² In fact, as an international port city, Macao has a long-term relationship associated with the surrounding Southeast Pacific region, especially British colonies like Hong Kong, Singapore and Australia, which reflected wide press coverage of English-language newspapers since the mid-19th century.³

To a certain extent, its international image, as well as the identities of the people of Macao, have been shaped by those Anglophone outsider's public opinions. Such observations provided important and interesting cross-references to the evolution of Macao during the last century. The author adopted the approach of 'reversed gaze' used by both historians and anthropologists to contrast the imagination and

impressions of those English data of Portuguese Macao.⁴ The selected articles from such historical newspapers dating from the mid-19th century to the 20th century will be cited and examined in this research paper. The value of the press coverage from mass media to the study of Macao's perception in the Anglophone readers will be assessed.

FROM BARRACOONS TO 'MONTE CARLO'

As most of the old newspapers available for historians researching Macao in English from Australia, Singapore and Hong Kong were printed during the mid-19th century, they witnessed the decline of the international status of Macao and the transformation of its economic structure after the Opium War between China and Great Britain. Of course, from a more international point of view, the colonisation of Macao by Portuguese since the arrival of Governor João Maria Ferreira do Amaral from 1846 to 1849 has drawn much attention to Westerners as it brought fundamental change to the nature of this oldest European settlement in China.

Unfortunately, Governor Amaral was murdered, which drew the reader's attention to the unstable political situation of Macao. The reporter of *The Sydney Morning Herald* commented on the incident just five days later to the Australian readers:

I must try and give you an idea of the painful excitement we have been thrown into during the last few days, by the atrocious murder of the

** Ph.D. in History from The Chinese University of Hong Kong; Assistant Professor of the Department of History, University of Macau. His research focuses on Macao and Hong Kong – Macao relations.

Doutorado em História pela Chinese University of Hong Kong. Lecciona no Departamento de História da Universidade de Macau. A sua investigação centra-se em Macau e nas relações entre Macau e Hong Kong.

HISTORIOGRAFIA



'Assassination of the Governor of Macao'. *The Illustrated London News*, 1849.

Governor of Macao. The London papers will give you a passing notice of the catastrophe, to be forgotten, I dare say, before the arrival of the succeeding mail; but were they better informed upon the true bearings of the case, it would assuredly command the serious attention both of Ministers and Parliament....When the English were obliged, during the late war, to retire from Canton, Macao became the only neutral spot in China where property and person were secure, and, consequently, thither all the Europeans removed. During all this period, until the termination of the war, Macao was in a thriving and flourishing condition, notwithstanding the oppressive local duties with which she had to contend.⁵

As the British-established Hong Kong colony took up the commerce-leading status of Macao, it was no longer the only 'thriving and flourishing' 'neutral spot' of China.⁶ Traditional Chinese historians used to accuse the Portuguese government in Macao of encouraging the notorious coolie trade 'to contend' with the adverse economic situation. However, *The Sydney Morning Herald* reported another side of the migration story in 1850:

At the same time, reports of kidnapping and every atrocity, connected with the coolie traffic are again rife. France and Portugal have been most attacked for this, but the French vessel has now sailed, and the Portuguese government has put a stop to the traffic being carried on under its flag. In fact, all the barracoons at Macao are

HISTORIOGRAPHY

now empty, except one belonging to a French emigration agent and from a report of the Procurator now before us was that since the 1st March upwards of eighty coolies who had been kidnapped have been sent back to their friends at the expense of the Macao government, independently of those who have been given up to their families on the spot.⁷

It seems that the Macao government did try to control the coolie trade at this stage. However, with the commercial competition of Hong Kong, the serious social and economic problems forced the Macao government to adopt a new policy to deal with this embarrassing condition. The *Sydney Morning Herald* reported the changes two decades later, the Australian journalist claiming that in 1871:

We find, however, that the first of this band to resort to slave labour is the last to relinquish it.... the Portuguese Government is encouraging the deportation of Chinese immigrants from Macao, in a manner totally at variance with the present state of public opinion, and disgraceful to humanity. These Chinese emigrants are wanted for Peru.... The vessels that are plying between Macao and Peru are not fitted for the free passage of voluntary emigrants, but are floating prisons.⁸

The notorious coolie traders made use of Macao as a base for them to transport the Chinese population to Latin American countries, like Peru and Cuba, for slavery. Macao became a port city notorious for such controversial business. Some Singaporean reporter even criticised the attitude of the Portuguese government to help return Macao back to its former regular trading glory.

The newly organised commercial company of Timor and Macao, with a capital of \$ 1,000,000, whose object is to promote Portuguese commercial enterprise in the Far East, has not received the support of the Portuguese Government. It appears that the Portuguese Government have no intention of assisting Macao to regain that glory which once belonged to premier foreign settlement in the Far East.⁹

Such serious criticism like 'no intention of assisting Macao to regain that glory' would hardly be found in local newspapers. Actually, there was another business that brought good revenue to Macao government: gambling. The nicknames of 'An Eastern Monte Carlo'

or 'Monte Carlo of the East', were commonly found in the newspapers of Singapore and Australia in the early 20th century.¹⁰ As both Singapore and Australia had a significant Chinese population in their countries that had also migrated from South China, some of the men from the working classes at that time were quite addicted to gambling, also. The interest of both the government of Macao and Singapore to promote their tourism by casinos is actually the same as described in *The Straits Times* in 1903. This was a century earlier than the formal liberalisation of casino monopoly in Macao and the arrival of the Venetian Group in Singapore.

Portuguese government officials, in fact, tried their best to restore social order. For example, the *Barrier Miner* reported the suppression of the Chinese pirates in Coloane (Colowan Island) in August 1910. The serious attack even attracted the attention of the Australian mass media as '[t]he Portuguese-gunboat Macao fired 400-shots in one day, and wrecked and shot fire to the pirate-village'.¹¹ Such impressions even reappeared in another Australian newspaper a decade later, when the reporter mocked the economic concession that made the 'ancient Macao to be changed to the Monte Carlo of the Far East. Macao was ceded to the Portuguese by the Chinese in return for their services in suppressing pirates. Now it is the pirates' home nest!'¹² In a word, most of these records on Macao were focussed on the decline of Macao and the rise of the coolie trade, gambling industry and piracy in this Pacific Portuguese enclave. For now, Macao had become 'an Eastern Las Vegas' which relied heavily on its leading gambling industry.

DISTURBANCE YEARS
OF PACIFIC WARS AND RIOT

In the 1930s the threat of another World War was obvious as the rise of aggressive Nazi Germany adopted an expansionist policy. As there was a rumour that the French had tried to buy Macao from Portugal in 1884 during the Sino-French War, and the Portuguese Salazar regime was, to some extent, a pro-fascist one, the rumour of selling Macao had come again from Nazi Germany, which alerted the English media in Hong Kong.¹³

Articles in the German press, suggesting that Portugal might sell Macao to some other power, which the newspapers scrupulously avoided

HISTORIOGRAFIA

mentioning have evoked an indignant denial... The Legation asserts that Portugal does not barter her territory.¹⁴

Unfortunately, the nightmare of Hong Kong came six years later, as the Japanese army, the ally of Nazi Germany, attacked there. Japan occupied both Hong Kong and Singapore after 1941 and 1942 respectively. Australian newspapers played an important role for historians providing valuable data on the war-time Macao as many of the British citizens moved there during those war years. However, the mass media of Australia did not relay much news directly from Macao even though neither of them were to fall into the hands of Japanese during the Pacific War. Under such a disconnected situation, the Australian *Sunday Times* could only express their optimistic concern to South China in an article titled 'Hongkong—Forgotten Bastion of the East' by tracing some early history between Hong Kong and Macao:

One of the most interesting peoples in Hongkong are the so called Portuguese. They are descendants of the early Portuguese garrison and settlers who founded Macao, a short journey by coastal steamer from Hongkong.... In those days white women were scarce, and the Portuguese inter-married with the Chinese. Many migrated from Macao to Hongkong, where as a Catholic community of several thousand strong they formed a hard-working, stable element.¹⁵

The above description of Macao was surely correct, but the reporter might have forgotten one very important fact: most of the Portuguese or Macanese in Hong Kong and Shanghai had fled to Macao or some other places because of the coming of war. In other words, the brave and hard-working Portuguese would hardly have been present to defend Hong Kong at that time in 1943.

Although Macao was not disturbed by the aggression of the Japanese, there was a serious local conflict between the leftists and the Portuguese colonial authority from the late 1940s to the mid-1960s.¹⁶ Just after the Pacific War, the Civil War between Chinese Nationalist and Chinese Communist from 1946 to 1949 created instability to the Portuguese enclave in South China. In 1947, the Portuguese Government gave its official reply to recent agitation in South China for the return of Macao to China. 'Colonel Duarte, Portuguese Minister of Colonies, said that Portugal

did not abdicate her rights in Macao and 'will answer violence with violence'.¹⁷

Portugal could really defend their rule and interest in Macao since neither Chinese Nationalists nor Chinese Communists would be able to reoccupy Macao during the Civil War period. The decolonisation became a major trend after the Pacific War, and the Communists were also among the supporters to encourage the people under colonial rules to rebel against the coloniser. Strangely enough, there was an interesting article from *The Straits Times* dated 17 August 1965, just eight days after Singapore was separated from the Federation of Malaysia and the independence on 9 August 1965, which asked an excellent question on the complicated political situation in the South-East Pacific—'Why China leaves Macao alone'?

The People's Republic of China yields to no revolutionary government in the world in its encouragement of African liberation movements struggling to free Mozambique, Angola and Guinea from Portuguese colonialism. They supply funds and arms for the anti-Portuguese rebels. Why then does it do nothing about Macao, Portugal's tiny colonial possession perched like a pimple on the Chinese mainland?¹⁸

The Singaporeans share a similar colonial experience, so that they were right to predict something would happen in such an atmosphere of decolonisation. They predicted the Chinese might try to achieve their goal of getting back Macao from Portuguese colonial rule. Almost twelve months later, Chinese Leftists in Macao started their anti-Portuguese campaign which was known as the so-called 1.2.3 Incident'.

The riots against Portuguese authorities came suddenly on 3 December 1966, and the Portuguese government might have somewhat underestimated the instability made by the Leftists:

The situation in Macao, the tiny Portuguese enclave adjoining the China mainland, was quiet this morning following two days of rioting by leftist Chinese protesting against alleged police brutality. According to a Radio Macao broadcast early today, there were no further incidents.²⁰

In fact, the incident became an open conflict between the Chinese and the Portuguese community. As the Portuguese colonial government in Macao tried to suppress the negative news from the city, many foreign

HISTORIOGRAPHY

journalists like the Singaporean *Straits Times* might have been misled. The incident ended on 28 January 1967 when the Portuguese government of Macao signed a statement of apology to the representatives of the Chinese Communist Party.

FRIENDSHIP AND 'COMPETITIONS'

Macao and Hong Kong are twin cities of the coastal region of the Pearl River Delta and usually the reporters liked to associate and compare these two cities with Canton (Guangzhou), the capital city of Guangdong Province, also in the Pearl River Delta. For example, an Australian newspaper article stated, 'Macao is an old Portuguese settlement, about 10 hours' steam from Canton, and something less from Hong Kong' in 1878.²¹

As there was a prominent Portuguese community in Hong Kong, Club Lusitano, a club for Portuguese and Macanese, was formed.²² There was quite a lot of press coverage of Club Lusitano in Hong Kong's old newspapers, especially the important events on 'Portugal's Days during the pre-Pacific War years:

The governor of Hong Kong has sent the following telegram to His Excellency the Governor of Macao....It is a source of great satisfaction that the ancient friendship of our countries is so happily reflected in the cordial relations existing between Macao and Hongkong.²³

Governor William Peel, the governor of Hong Kong in 1934, sent a telegram to Macao to re-emphasise the close relations between these two enclaves in the Southeast Pacific. In return, Governor António José Bernardes de Miranda of Macao replied with a message to Hong Kong. This was surprising as it was rare to see a full text Portuguese message in an English newspaper.

The reason for such a presentation might be due to the fact either that the major readers of this message were Portuguese, or they did not have a regular Portuguese-English translator in the editorial office of *The Hong Kong Telegraph* at that time.²⁴ Even on 21 June 1941, almost at the edge of the Pacific War, the close relations between Macao and Hong Kong had not changed:

His Excellency the Governor, Sir Geoffry Northcote, was the guest of the President, Hon. Mr. Leo d'Almada, Jnr, and the Committee of the

PORTUGAL'S DAY

MACAO GOVERNOR'S
REPLY TO MESSAGE

His Excellency the Governor has received the following telegram from His Excellency the Governor of Macao:

"Extremamente sensibilizado pelas amáveis palavras que vossa por si e pela Colónia de Hongkong se dignou enviarme e a Colónia de Macau em seu penhorante telegrama e ainda pelas mais provas de cordialidade com que quiz honrarnos muito reconhecidamente agradeço em meu nome e no da Colónia de Macau tao grande gentileza fazendo sinceros votos pela felicidade do grande povo ingler e em particular da Colónia de Hongkong.—Miranda, Governador."

'Portugal's Day. Macao Governor's reply to Message', *The Hong Kong Telegraph*, 6 October 1934, p. 20.

Club Lusitano yesterday, when a film recording the recent visit of His Excellency Commander G.M. Teixeira Governor of Macao, and the Madame Teixeira was screened.²⁵

Other informal activities of Club Lusitano were also reported which reflected the Portuguese community having its own tradition and history. For example, on 24 July 1937, 'On his way to Portugal after 25 years in Macao Dr. Jose [*sic* - José] Caetano Soares was given a farewell at the Club Lusitano yesterday'.²⁶ The Portuguese community in Macao and Hong Kong was actually closely linked to Portugal by such personal networks.

Surprisingly, besides the description of Macao as a close friend of Hong Kong on such formal occasions, much newspaper coverage from Hong Kong highlighted the 'competition' in sports activities. Titles of articles like 'Macao Team Held to A Drawn Game, Brilliant Defence by Visiting Side' or 'Hongkong Interport Team Wins: Beats Macao by Two Goals' could easily be found in Hong Kong newspapers which showed the community/ies of both enclaves were close playmates in sport grounds.²⁷

HISTORIOGRAFIA

CONCLUSION

In most cases, Macao was described as a place in crisis and with social-economic problems, like the coolie trade, gambling, piracy and riots in the Southeast Pacific, as reported in those Anglophone newspapers. To some extent, such records reflected the reality of historic Macao which encountered a period of hardship during the last century and a half. The comments from the newspapers of Australia, Singapore, and Hong Kong were theoretically interest-free, which made them observe this Portuguese enclave with a relatively neutral attitude. Sometimes, these Anglophone

newspapers could successfully provide a perspective on the Macao situation from a larger regional context, even though there may be some minor mistakes and misunderstandings. For example, *The Straits Times* wrongly stated that '[i]n the past, Macao used to just sit and wait for tourists. In recent years, the tourist authorities of this sleepy little Portuguese enclave on the southern rim of China went a step ahead' which ignored the fact that the Macao government started to promote Macao tourism long before the 1960s! The Anglophone newspapers provided a good reversed gaze perspective to compare with the Portuguese and Chinese newspapers when historians conduct their research. **RC**

NOTES

- 1 Such difference spellings of Macao have long confused many readers and need further clarification. Macao is the Portuguese spelling of this city and sometimes been used in English documents. Macao is the common English name for that city in most of the Anglophone world. For example, according to an Australian newspaper article published in 1941, 'Sir John Bowring, sometime Governor of Hongkong, in a rhapsodical moment once called Macau or Macao...' which showing that the spelling of Macao was never standardised even in the past two centuries. See 'Macau: Oldest Colony in The Far East. Gem of the Orient Earth. City of the Past'. *Barrier Miner*, Thursday 13 March, 1941, p. 5. It was a very common phenomenon for some other port cities of the 19th century to have many difference spellings of their name. For instance, Hong Kong was commonly written as 'Hongkong' or sometimes 'Hong kong' in the 19th century. The term 'Hong Kong' was commonly used or being 'standardised' since 1920s'.
- 2 Some of the examples of this research include: Roderich Ptak, *Portugal in China: Kurzer Abriß der portugiesisch-chinesischen Beziehungen und der Geschichte Macaus im 16. und beginnenden 17. Jahrhundert*. Bad Boll: Klemmerberg-Verlag 1980; John E. Wills, *Embassies and Illusions: Dutch and Portuguese Envoys to K'ang-hsi, 1666-1687*. Cambridge, MA: Council on East Asian Studies, Harvard University, 1984; Lourenço Maria da Conceição, *Macau entre Dois Tratados com a China: 1862-1887*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1988; Armando Cortesão, *Primeira Embaixada Europeia à China. O Boticário e Embaixador Tomé Pires e a Sua 'Suma Oriental'*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1990; Roderich Ptak (with Peter Haberzettl), *Macau im Wandel. Fünf Studien zur Geschichte und Wirtschaft des Territoriums in der jüngeren Vergangenheit*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1990; João de Deus Ramos, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1991; Alfredo Gomes Dias, *Macau e a I Guerra do Ópio*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1993; Camões Chi-keung Tam 譚志強, *Aomen Zhuquan Wenti Shimo, 1553-1993* 澳門主權問題始末: 1553-1993. English title: *Disputes Concerning Macau's Sovereignty between China and Portugal (1553-1993)*. Taipei: Yongye Chuban She, 1994; Ângela Guimarães, *Uma Relação Especial: Macau e as Relações Luso-Chinesas, 1780-1844*. Lisbon: Edição Cies, 1996; João de Deus Ramos, *Estudos Luso-Orientais: Séculos XII-XIX*. Lisbon: Academia Portuguesa da História, 1996; Jorge Manuel Santos Alves; pref. Luís Filipe Barreto, *Um Porto entre Dois Impérios, Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1999; Jorge Manuel Santos Alves (coord.), *Portugal e a China: Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*. Lisbon: Fundação Oriente, 2000; Alfredo Gomes Dias, *Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio (1909-1925)*. Macao: Livros do Oriente, 2004; Jin Guoping 金国平, Wu Zhiliang 吴志良, *Guo Shizi Men 过十字门 (Abrindo as Portas do Cerco)*. Macao: Aomen Chengren Jiaoyu Xuehui, 2004; António Vasconcelos de Saldanha, *O Tratado Impossível: Um Exercício de Diplomacia Luso-chinesa num Contexto Internacional em Mudanças: 1842-1887*. Lisbon: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006; Moisés Silva Fernandes, *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais, 2006; Jorge Dias, *No Adito da Ásia: Episódios da Aventura Portuguesa no Oriente*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1994, João Paulo Oliveira e Costa, *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. Macao: Instituto Cultural de Macau/Instituto de História de Além-Mar, 1995, and many others.
- 3 For the history of those Anglophone regions, Ming Chen 陈鸣, *Xianggang Baoye Shigao (1841-1911)* 香港报业史稿 (1841-1911) (A History of the Press in Hong Kong, 1841-1911). Hong Kong: Huaguang Baoye Youxian Gongsi, 2005; Li Gucheng 李谷城, *Xianggang Baoye Shi Xinlun* 香港报业史新论 (New Studies on History of the Press in Hong Kong. Xianggang: Li Gucheng, 1999); Paul Siu-nam Lee, *National Communication and Development: a Comparative Study of Four British Colonies: Nigeria, Guyana, Singapore and Hong Kong*. Ann Arbor: Unpublished Ph.D. thesis typescript, University of Michigan, 1986, and V. Kirkpatrick, R. Isaacs, *Two Hundred Years of Sydney Newspapers: A Short History*. New South Wales: Rural Press Ltd, 2003.

HISTORIOGRAPHY

- 4 Examples of using the concepts 'reversed gaze' by scholars, see Kum Kum Chatterjee and Clement Hawkes, eds., *Europe Observed: The Reversed Gaze in Early Modern Encounters*. Lewisburg: Bucknell University Press, 2008, Mwenda Ntarangwi, *Reversed Gaze: An African Ethnography of American Anthropology*. Urbana: University of Illinois Press, 2010, and Vincent Ho, "Aocheng" or "Cidade do Nome de Deus": The Nomenclature of Portuguese and Castilian Buildings of Old Macao from the "Reversed Gaze" of the Chinese'. *Portuguese and Luso-Asian Legacies in Southeast Asia, 1511-2011*, vol. 2, *Culture and Identity in the Luso-Asian World: Tenacities and Plasticities*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2012, Chapter 11, pp. 243-256.
- 5 'China Extracts. The Murder of Governor Amaral'. From a Correspondent of the *Colonial Magazine*. *The Sydney Morning Herald*, Monday, 27 August 1849, p. 3.
- 6 For the changing of the status of Macao after the 1840s, please refer to Vincent Wai-kit Ho, 'Duties and Limitations The Role of United States Consuls in Macao, 1849-1869', in Paul Van Dyke ed., *Americans and Macao: Trade Smuggling and Diplomacy on the South China Coast*. Hong Kong: University of Hong Kong Press, 2012, Chapter 9, pp. 145-154 (also notes on pp. 209-215).
- 7 Ibid.
- 8 (This is an untitled article)', *The Sydney Morning Herald*, Monday, 23 October 1871, p. 4.
- 9 'Latest China Share Quotations', *Straits Times Weekly Issue*, 14 May 1884, p. 2.
- 10 'An Eastern Monte Carlo'. *The Straits Times*, 31 March 1903, p. 2 and 'Macao. Monte Carlo of the East'. *The Sydney Morning Herald* Saturday, 20 August 1921, p. 7.
- 11 'Chinese Pirates. Bombarded in their Lair. Strenuous Fighting at Colowan Island'. *Barrier Miner* Wednesday, 10 August 1910, p. 7.
- 12 'Macao. Monte Carlo of the East'. *The Sydney Morning Herald* Saturday, 20 August 1921, p. 7.
- 13 For the rumor of selling of Macao to France, see Wu Zhiliang, 'Aomen Lishi de "Xiang"、"Yan" Lun' 澳门历史的“香”“烟”论, *Administração: Revista de Administração Pública de Macau*, no. 55, 2002, pp. 116-117; For the influence of the Sino-French War to South China, please refer to Lewis M. Chere, 'The Hong Kong Riots of October 1884: Evidence for Chinese Nationalism?' *Journal of the Hong Kong Branch of the Royal Asiatic Society*, 20 (1980), pp. 54-65 and Lewis M. Chere, *The Diplomacy of the Sino-French War (1883-1885): Global Complications of an Undeclared War*. Indiana: Cross Cultural Publication, 1988.
- 14 'Sale of Macao Denied. Berlin Rumours Contradicted. Portugal Indignant.' *The Hong Kong Telegraph*, 29 May 1935, p. 19. For the relations of António de Oliveira Salazar with Nazi Germany, see Glyn A. Stone, *Spain, Portugal, and the Great Powers, 1931-1941*. Houndmills, England/ New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- 15 'Hongkong—Forgotten Bastion of the East'. *Sunday Times* (Supplement to the *Sunday Times*), Sunday 18 April 1943, p. 12. For a more detail account of the early history of Macao, please refer to António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisbon: Fundação Oriente, 1998-2003), vol. 1 Part 1 'Em Torno de Macau' and vol. 1, Part 2 'De Macau a Periferia'.
- 16 For latest excellent scholarship of this period, please refer to Moisés Silva Fernandes, *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas 1945-2005*. Lisbon: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal, 2008.
- 17 'Portugal will fight to Hold Macao, if necessary'. *The Hong Kong Telegraph*, 11 June 1947, p. 1.
- 18 'Why China leaves Macao alone'. *The Straits Times*, 17 August 1965, p. 8.
- 19 José Pedro Castanheira; pref. José Calvet de Magalhães, *Os 58 Dias que Abalaram Macau*. Lisbon: Dom Quixote; Macao: Livros do Oriente, 1999.
- 20 'Macao is quiet as Governor acts on dispute'. *The Straits Times*, 6 December 1966, p. 3.
- 21 'In China'. *The Argus*, Saturday 8 June 1878, p. 1.
- 22 For an illustrated account of the Portuguese (Macanese) community in Hong Kong, please refer to António Manuel Maria Pacheco Jorge da Silva, *The Portuguese Community in Hong Kong: a Pictorial History*. Macao: Conselho das Comunidades Macaenses /Instituto Internacional de Macau, 2007.
- 23 'Portugal's Day. Hong Kong-Macao Felicitations'. *The Hong Kong Telegraph*, 5 October 1934, p. 7.
- 24 'Portugal's Day. Macao Governor's Reply to Message'. *The Hong Kong Telegraph*, 6 October 1934, p. 20.
- 25 'Governor of Macao's Visit Recorded'. *The Hong Kong Telegraph*, 21 June, 1941, p. 2.
- 26 'Dr. Soares Leaves. Popular Macao Physician Retouring to Portugal'. *The Hong Kong Telegraph*, 24 July, 1937, p. 5.
- 27 'Macao Team Held to a Drawn Game. Brilliant Defence by Visiting Side'. *The Hong Kong Telegraph*, 2 May, 1938, p. 8, and 'Hongkong Interport Team Wins. Beats Macao by Two Goals'. *The Hong Kong Telegraph*, 17 April, 1939, p. 32.
- 28 'Sleepy Hollow Macao Woos Tourists'. *The Straits Times*, 16 November 1979, p. 9.





Duplo Olhar de Eça de Queirós sobre a China



YAO JINGMING*



De acordo com Ana Paula Laborinho, “desde o tempo dos Romanos que a China se apresentava como um lugar fabuloso e enigmático, terra feliz e plena de abundância. Mas, a par desta imagem, criou-se o mito de uma sociedade perfeita, reino utópico onde se realizavam as aspirações mais profundas do homem europeu”.¹ E nas narrativas de viagens quinhentistas de João de Barros ou de Fernão Mendes Pinto, a imagem da China era configurada como um espaço utópico e idealizado.

No entanto, a Revolução Industrial, que arrancou na Inglaterra em meados do século XVIII e se estendeu pelos países da Europa Ocidental a partir do século XIX, tornou alguns países europeus em potências mundiais, entre as quais se destacaram a Inglaterra, França, Alemanha e Itália, de modo a alterar profundamente a visão da Europa sobre a China. Depois de ter passado por um período de grande prosperidade, a China vinha a cair em decadência, porém, o imperador e os seus mandarins continuavam a ter uma visão muito limitada sobre o mundo exterior, mantendo o império fechado sobre si próprio, com uma arrogância ignorante e um enorme medo de introdução de quaisquer pensamentos ou conhecimentos novos. Mesmo o comércio com o estrangeiro não era visto com bons olhos. Por isso, os missionários ocidentais tinham muitas dificuldades em penetrar na China,

enquanto que a missão, liderada por MacCarney, de 1792 a 1794, para convencer a China a abrir a porta ao comércio com a Inglaterra, ficou destinada ao fracasso. Em 1840, a comercialização inglesa do ópio na China acabou por provocar a Guerra do Ópio, da qual a China saiu derrotada rapidamente, sendo obrigada a assinar o vergonhoso Tratado de Nanquim. A partir da segunda metade do século XVIII, a China começou a tornar-se cada vez mais depreciada nas narrativas do Ocidente, sendo que a estagnação da sua civilização chegou a ser comparada à “múmia embalsamada”. De facto, a derrota da China na Guerra do Ópio significa uma viragem nas representações imagéticas da China, cuja imagem passou do habitual discurso laudatório para uma série de juízos negativos. Acerca deste império aparentemente forte mas internamente frágil, como um “tigre de papel”, vinha a ser construído um discurso orientalista baseado no eurocentrismo, segundo o qual a China se tornara um país que armazenava todos os males da humanidade. As obras literárias publicadas e distribuídas naquele período, tais como *Les Tribulations d'un chinois en Chine*, da autoria de Jules Verne, *Le Dragon Impérial*, de Judith Gautier, *L'Orient Vierge*, de Camille Maclair, *The Confessions of an English Opium-eater*, de Thomas De Quincey, *Le Jardin des Supplices*, de Octave Mirbeau, *Middle Kingdom*, de Samuel Wells Williams, entre outras, apresentam imagens fortemente depreciativas da China. O império meritório de generosos louvores nos séculos anteriores, passou a ser retratado negativamente, em aspectos diversos de sua cultura e de seus povos, de sua configuração económica e social. O juízo pejorativo de uma China inferior e a descrição negativa sobre as características morais dos chineses começaram a constar, de forma generalizada, em livros referentes à China.

* 姚京明 Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade de Fudan, Xangai. Mestre em Literatura Portuguesa pela Universidade de Macau. Poeta e tradutor, os seus interesses académicos centram-se na tradução literária e na representação da China na literatura portuguesa.

Ph.D. in Comparative Literature (Fudan University, Shanghai); M.A. in Portuguese Literature (University of Macau). Poet and translator, his academic interests are focused on literary translation and representation of China in Portuguese literature.

LITERATURA

Também na literatura portuguesa ocorre, como em toda a Europa, uma degradação da imagem da China. Conforme Manuela Ramos, há “a passagem de uma sinofilia à uma sinofobia, nos termos consagrados de René Étiembre”.² Os louvores entusiasmados nas narrativas de viagens portuguesas quinhentistas sobre a China deram lugar às descrições negativas. Francisco Maria Bordalo, capitão-tenente da marinha, apesar de ter permanecido pouco tempo em Macau, testemunhou o suficiente para confirmar o discurso dominante do Ocidente acerca das características dos chineses:

“Toda esta gente é muito libidinosa, indolente e sofredora; são óptimos marinheiros, péssimos soldados, zelosos patriotas, incapazes de esquecerem a injúria, e não muito lembrados do benefício.”³

A mesma consideração foi partilhada por Camilo Pessanha, que embora se mostrasse apaixonado pela escrita e poesia chinesas, não gostou nada da ideia de ser reconhecido como admirador do povo chinês.

Ao prefaciar o livro *Esboço Crítico da Civilização Chinesa*, do médico J. A. Filipe de Moraes Palha, ele enumerou os males do povo chinês com uma lista incansável de vocabulários pejorativos, evidenciando que “talvez em nenhuma parte do mundo, essa vegetação monstruosa se ostentou tão exuberantemente, irrompendo em um alfobre tão basto e desabrochando em uma tão opulenta floração”.⁴ Em relação à arte chinesa, Camilo Pessanha reconheceu

“que a raça chinesa é, pelo menos em relação a algumas das qualidades cujo complexo constitui o senso estético e a aptidão artística, melhor dotada que a nossa e que a vida chinesa é mais penetrada de arte que a nossa;

que, todavia não existe artista chinês que mereça confronto com qualquer dos nossos artistas de génio, nem obra

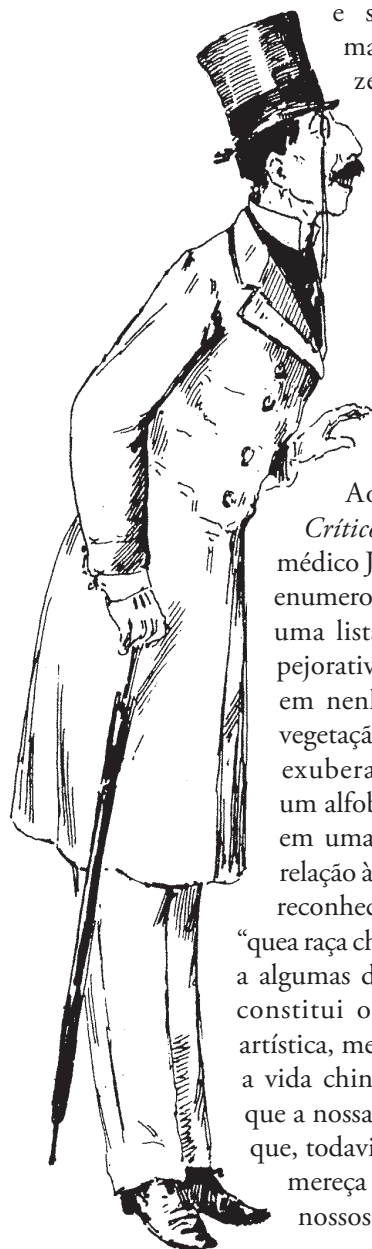
de arte chinesa que mereça ser catalogada de obra-prima”.⁵

Este era o discurso a ser desenvolvido negativamente no Ocidente. A China voltou a ser considerada como um *outro*, que desta vez era inferior, preguiçoso, pouco higiénico, ignorante, astuto, viciado em ópio, tirânico, covarde, supersticioso, cruel, servindo como um espelho para distinguir o *eu*, que representava a superioridade. Era veiculado um largo vocabulário que materializou uma figura negativa da China e dos chineses. A China representava aquilo que era bárbaro, civilizadamente atrasado, o oposto dos valores prezados no Ocidente. A imagem da China, e, em termos genéricos, a imagem do Oriente vai sendo reconstruída por escritores orientalistas a partir de aspectos essencialmente negativos, tal como escreve Edward Said: “O Oriente foi reconstruído, foi montado de novo e habilmente moldado, tendo em resumo, nascido dos orientalistas”.⁶ Essa reconstrução, como se percebe nos exemplos literários, é feita a partir de juízos de valores severos, marcados por nítidos preconceitos. Quanto à caracterização do Oriente e do Oriental, destaca ainda Said:

“O conhecimento do Oriente, porque gerado a partir da força, cria num certo sentido o Oriente, o oriental e o seu mundo. Na linguagem de Cromer e Balfour, o oriental é caracterizado como sendo algo que julgamos (como num tribunal), que é estudado e descrito (como num currículo) e que é ilustrado (como num manual de zoologia)”.⁷

As representações do Oriente que percorrem e alimentam o imaginário colectivo do Oriente, sejam elas advindas de julgamentos de valores, de descrições ou de ilustrações, acabam por construir um discurso estereótipo. Em relação aos livros sobre a China, publicados no século XIX, Manuela Delgado Leitão Ramos conclui:

“O estilo dos livros portugueses publicados então, mesmo os que se destacam pela genuinidade de algumas passagens, é também caracterizado pela generalização e pela superficialidade quando abordam a cultura da China, e as características morais do seus naturais: encontram-se repetidamente, em quase todas as obras, as mesmas ideias, apreciações, conclusões que recriam e reforçam alguns estereótipos negativos”.⁸





Foi neste contexto que Eça de Queirós escreveu *O Mandarim*, um “prato” que não escapou ao discurso orientalista estereotipado, cozinhado com “ingredientes” canónicos que representam a visão e o imaginário colectivo que a Europa tinha vindo a construir em torno da China, ao longo do século XIX. Como nunca esteve pessoalmente na China, Eça de Queirós recorreu à leitura de relatos de terceiros, para “condimentar” a sua imaginação ficcional, o que difere da sua descrição de ambientes do Egipto, em *A Relíquia*, derivada directamente da sua experiência e observação pessoais. *O Mandarim*, através da viagem aventureira de Teodoro, conduz-nos a uma China remota e bizarra, onde encontramos o mandarim corrupto, a pobreza, a fome, a crueldade, a confusão política, a gente ingrata, o bando de mendigos, a tortura desumana, os criminosos amarrados uns aos outros pelo rabicho, etc... No fundo, o tema da obra, que não parece original, consiste em responder a uma questão moral bastante discutida durante o século XIX. Em 1802, Chateaubriand formulou esta pergunta: se você pudesse, com um simples desejo, matar um mandarim na China e herdar-lhe a fortuna na Europa, sem que fosse descoberto por alguém, você realizaria esse desejo? Vários escritores participaram na discussão sobre a questão, a qual deveria provocar igualmente o interesse de Eça de Queirós, visto que ele andava sempre preocupado com o problema moral. Por isso, ele escreveu *O Mandarim*, através do qual lançou críticas sobre as mazelas humanas, com o habitual estilo irónico. Diferente de outras obras queirosianas, que recorreram geralmente a uma observação e narração na terceira pessoa, adequada à análise objectiva, em *O Mandarim* o escritor optou pela primeira pessoa, o que o ajudou a fazer manobras nesta ficção construída entre o real e a fantasia.

Em *O Mandarim*, Teodoro é seduzido e conduzido pelo Diabo para o mal. Na literatura europeia, o Diabo representa as tentações terrestres, e Eça de Queirós também demonstrou, na sua obra, como é que o poder do Diabo funciona em virtude dos aspectos obscuros do homem. Para evitar que este tema caísse em lugar comum, Eça de Queirós introduziu novos componentes, levando o protagonista de Lisboa para a China longínqua. Assim, com a participação do exotismo, o autor fez um enredo mais fantasista e atraente, sem que tivesse qualquer preocupação com o realismo ou naturalismo. Aliás, no discurso imagético

que o Ocidente tinha vindo a desenvolver acerca da China, esse país tinha todos os componentes que caracterizavam um mundo infernal e medonho, uma existência humana degradante. Neste sentido, não haveria outra terra mais aterrorizante do que a China para castigar um pecador como Teodoro.

No século XIX, com a melhoria dos meios de transporte, havia cada vez mais pessoas que visitavam o Oriente, e a narrativa sobre este espaço deixou de ser um privilégio reservado apenas aos poucos aventureiros, missionários, comerciantes ou diplomatas que lá viajavam ou viviam. Mesmo assim, para a maioria dos europeus, o Oriente continuava a ser um lugar misterioso. Não havia outro meio para conhecê-lo senão através dos relatos de terceiros, que culminaram na construção de um discurso superficial e estereotipado. Sobre esta superficialidade, escreveu Eça de Queirós:

“Mas esses povos da extrema ásia, por ora só os conhecemos pelos traços exteriores e excessivos do seu exotismo. Com certos traços estranhos de figura e traje, observados em gravuras, com detalhes de costumes e cerimónias, aprendidos nos jornais (artigo variedades) e sobretudo com o que vemos da sua arte, toda caricatural ou quimérica – é que nós formamos a nossa impressão concisa e definitiva da sociedade chinesa e japonesa”.⁹

Porém, é curioso ver que, sob a pena de Eça de Queirós, a figura do mandarim chinês teve origem neste discurso e apareceu de forma caricaturada: Quando Teodoro vitimou o mandarim com o mágico tocar da campainha e adquiriu a fortuna que tinha ambicionado, viu na sua cama que

“estirada de través, sobre a coberta, jazia uma figura bojuda de mandarim fulminado, vestida de seda amarela, com um grande rabicho solto; e entre os berços, como morto também, tinha um papagaio de papel”.¹⁰

A imagem do mandarim, na imprensa ocidental, era geralmente ridícula, tal como Eça de Queirós descreve: ele era opulento, estúpido, corrupto, perdido em prazeres, rodeado de concubinas, rigoroso em ritual, arrogante face ao subalternos, mas servil e bajulador perante o superior e o imperador. Estes aspectos, tanto físicos como morais, caracterizam uma imagem modelada que circula no discurso ocidental, sobretudo depois da generalização da imagem caricaturada do governador Ye Mingchen,¹¹ preso pelas forças militares

LITERATURA

inglesas, em 1859. Mesmo Teodoro, depois de vestir-se “como um Chinês opulento, da classe letrada, para me ir habituando ao traje, às maneiras, ao cerimonial mandarim”, tinha a sensação de se identificar com um chinês:

“pelas misteriosas correlações com que o vestuário influencia o carácter, eu sentia já em mim ideias, instintos chineses: -o amor das cerimónias meticulosas, o respeito burocrático das fórmulas, uma ponta de cepticismo letrado; e também um abjecto terror do imperador, o ódio ao estrangeiro, o culto dos antepassados, o fanatismo da tradição, o gosto das coisas açucaradas...”¹²

A imagem dos chineses também não escapou ao discurso forjado naquele tempo. Logo no início do enredo, o mandarim Ti Chin-Fu foi morto por Teodoro a conselho do Diabo, que se fumenta em boas razões:

“Agora pondere estes factos: o Mandarim, esse Mandarim do fundo da China, está decrépito e está gotoso: como homem, como funcionário do Celeste Império, é mais inútil em Pequim e na humanidade que um seixo na boca de um cão esfomeado. Mas a transformação da Substância existe: garanto-lha eu, que sei o segredo das coisas... Porque a terra é assim: recolhe aqui um homem apodrecido, e restitui-o além ao conjunto das formas como vegetal viçoso. Bem pode ser que ele, inútil como mandarim no Império do Meio, vá ser útil noutra terra como rosa perfumada ou saboroso repolho. Matar, meu filho, é quase sempre equilibrar as necessidades universais. É eliminar aqui a excrescência para ir além suprir a falta. Penetre-se destas sólidas filosofias”.¹³

O que corresponde à teoria de “luta pela sobrevivência” e de “selecção natural”, lançada em 1859 por Darwin, segundo a qual, a história dos seres vivos, é denominada como uma guerra entre as várias espécies animais, inclusive entre indivíduos da mesma espécie. Nesta competição, acabam por sobreviver apenas os mais fortes e os mais adaptados às circunstâncias, processando-se assim uma selecção natural.

Numa descrição de cenário em *O Mandarim*, encontramos numerosos elementos estereotipados veiculados pelas narrativas dos europeus sobre a China:

“Dos dois lados são - ora terrenos vagos onde uivam manadas de cães famintos, ora filas de casebres fuscas, ora pobres lojas com as suas

tabuletas esguias e sarapintadas, balouçando-se de uma haste de ferro. À distância erguem-se os arcos triunfais feitos de barrotes cor de púrpura, ligados no alto por um telhado oblongo de telhas azuis envernizadas, que rebrilham como esmaltes. Uma multidão rumorosa e espessa, onde domina o tom pardo e azulado dos trajes, circula sem cessar; a poeira envolve tudo de uma névoa amarelada; um fedor acre exala-se dos enxurros negros; e a cada momento uma longa caravana de camelos fende lentamente a turba, conduzida por mongóis sombrios vestidos de pele de carneiro. De repente ergue-se uma gritaria! Corremos: era um bando de presos, que um soldado, de grandes óculos, ia impelindo com o guarda-sol, amarrados uns aos outros pelo rabicho! Foi aí, nessa avenida, que eu vi o estrepitoso cortejo de um funeral de mandarim, todo ornado de auriflams e de bandeirinhas; grupos de sujeitos fúnebres vinham queimando papéis em fogareiros portáteis; mulheres esfarrapadas uivavam de dor espojando-se sobre tapetes; depois erguiam-se, galhofavam, e um cooly vestido de luto branco servia-lhes logo chá, de um grande bule em forma de ave.

Ao passar junto ao Templo do Céu, vejo apinhada num largo uma legião de mendigos; tinham por vestuário um tijolo preso à cinta num cordel; as mulheres, com os cabelos entremeados de velhas flores de papel, roíam ossos tranquilamente; e cadáveres de crianças apodreciam ao lado, sob o voo dos moscardos. Adiante topámos com uma jaula de traves, onde um condenado estendia, através das grades, as mãos descarnadas, à esmola... Depois Sá-Tó mostrou-me respeitosa e estreita: aí, sobre pilares de pedra, pousavam pequenas gaiolas contendo cabeças de decapitados: e gota a gota ia pingando delas um sangue espesso e negro...”¹⁴

Nesta obra, Eça de Queirós mostrou-se como um bom conhecedor das coisas chinesas circulantes no seu tempo, mas também não se esqueceu de “filtrar” quase tudo com o seu estilo irónico: o bacharel amanuense do reino Teodoro, o mandarim Ti Chin-Fu, o general Camilloff e a sua “generala”, os chineses, os *Yanmens* – máquina burocrática do império, a cidade de Pequim, bem como o Diabo que explora o lado perverso do

LITERATURE

homem... No exercício de alteridade, o autor de *O Mandarim* recorreu ao imaginário colectivo e ao discurso dominante acerca da China, apresentando uma China infernal, a qual Teodoro teve de percorrer para conhecer a lição de que “só sabe bem o pão que, dia-a-dia, ganham as nossas mãos”.¹⁵ Neste sentido, pode-se dizer que a China serviu como um cenário fantasista e exótico, apropriado para o desenvolvimento de uma temática, apesar de moralista, isenta de preocupações ou abordagens realistas.

Apesar de adoptar em *O Mandarim* o discurso orientalista estereotipado acerca da China, na realidade Eça de Queirós tomou uma atitude bem distinta em relação à China e aos chineses. Ele teve contacto com os trabalhadores chineses depois de ter assumido o cargo de cônsul de Portugal em Havana, altura em que muitos cules chineses foram vendidos de Macau para Cuba onde trabalhavam em fazendas espanholas. Como vieram de Macau, então colónia de Portugal, estes chineses tinham direito à protecção consular de Portugal. Portanto, durante a sua permanência em Havana, que não chegou a completar um ano, Eça de Queirós teve oportunidade de conhecer a situação dos trabalhadores chineses que viviam em condições desumanas, o que o levou a denunciar a importação de cules em Cuba, acusando os proprietários de Cuba de que “na véspera de perderem os escravos procuram desforrar-se pelos colonos e substituir subtilmente a escravatura importada à escravatura indígena”.¹⁶ Posteriormente, a questão da emigração chinesa ainda foi abordada profundamente no seu artigo *Chineses e Japoneses*.

Catorze anos depois da publicação de *O Mandarim*, Eça de Queiroz publicou, de 1 a 6 de Dezembro de 1894, no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, o artigo “Chineses e Japoneses”, no qual, para além de referir a questão da guerra sino-japonesa, analisando as eventuais causas desta guerra, ainda fez comentários sobre a identidade dos chineses, a emigração dos cules chineses, o futuro da China, bem com a visão tomada pela Europa face à China, etc... Diferente do discurso adoptado na obra *O Mandarim*, Eça de Queirós não poupou louvores à China, defendendo os chineses numa forma simpática, solidária e até idealizante, elogiando assim as qualidades impressionantes dos chineses:

“A China é um povo de quatrocentos milhões de homens (quase um terço da humanidade!), todos

extremamente inteligentes, de uma actividade formigueira, de uma persistência de propósitos e tenacidade só comparável à dos bull-dogs, de uma sociedade quase ascética e inacreditável capacidade de aturar e sofrer”.¹⁷

Ao falar da visão preconceituosa e caricaturizada que os europeus tinham sobre os chineses, Eça de Queirós atribuiu-a ao facto de que os europeus não conheciam a verdadeira China, por causa de terem um contacto periférico, limitado à orla marítima e aos seus portos comerciais, onde fervilhavam “aquela população chinesa, iletrada e grosseira, que se emprega nos misteres inferiores de barqueiro, carregadores, criado, moço de fretes, vendedores ambulantes”.¹⁸ Poucos estrangeiros teriam coragem de se aventurar pelo interior do país, de forma que

“avaliar por esta baixa matula toda a sociedade chinesa, é como julgar a França pelos maltrapilhos que fervilham nos cais de Marselha, ou criticar o Brasil, e a sua educação, e a sua cultura, e a sua força social, pela gente baixa que carrega e descarrega fardos dos trapiches para os armazéns”.¹⁹

Este argumento, embora mal fundamentado, demonstra a atitude simpática do escritor de “Chineses e Japoneses”.

Perante o medo generalizado do “perigo amarelo”, que iria provocar uma mestiçagem oriental, Eça não se mostrou preocupado com esta ameaça. Para ele, não há um perigo de carácter racial, uma vez que o chinês é um trabalhador resistente, que não se queixa de salários baixos e toma o trabalho do europeu, e que depois de juntar algumas economias ainda voltará para a China, com o dinheiro do branco no bolso.

Para além disso, Eça de Queirós criticou a superioridade e o materialismo dos europeus que mediam tudo conforme o progresso material:

“Quando uma civilização se abandona toda ao materialismo, e dele tira, como a nossa, todos os seus gozos e todas as suas glórias, tende sempre a julgar as civilizações alheias segundo a abundância ou a escassez do progresso material, industrial e sumptuário. Pequim não tem luz eléctrica nas lojas; logo, Pequim deve ser uma cidade inculta”.²⁰

Curiosamente, Eça de Queirós assumiu a voz de “nós” ao criticar a civilização da “nossa Europa”. No entanto, por trás desta identificação, existia

LITERATURA

uma angústia: Portugal encontra-se numa posição semelhante à da China, com o império a ser repartido por nações europeias, facto esse que se tornou mais grave por causa do *Ultimatum* inglês de 1890. Em 1891, Eça de Queirós escreveu assim: “Recebendo cada o seu bocado da velha Lusitânia – cada Potência se cala e vai digerir para o seu canto [...]. Nós vamos repetir a história lamentável da Polónia.”²¹ Sendo assim, a China passou a ser um *outro* de referência, pelo qual Eça de Queirós fez “uma crítica do discurso da identidade nacional, servindo-se de idealização do ser chinês como espelho remoto, vago e exótico das

próprias aspirações de recuperar na cultura própria uma nova força prodigiosa”²², como Orlando Grossegeesse analisou ao prefaciар “Chineses e Japoneses”.

No meio das vozes unissonantes a desprestigiar a China, que ecoavam na Europa ao longo do século XIX, Eça tocou uma nota dissonante, mostrando-se como simpatizante da China. Entretanto, a imagem da China, tanto no discurso negativo em *O Mandarim*, como no discurso positivo em *Chineses e Japoneses*, foi sempre construída de acordo com as necessidades que o escritor sentia em termos políticos, sociais e literários. **RC**

NOTAS

- 1 Ana Paula Laborinho, “China: Maravilhoso e Utopia nos Relatos dos Viajantes Portugueses Quinhentistas”, in Ana Margarida Falcão (org.), *Literatura de Viagens: Narrativa, História e Mito*, p. 176.
- 2 Manuela Delgado Leão Ramos, *António Feijó e Camilo Pessanha no Panorama do Orientalismo Português*, p. 42.
- 3 Francisco Maria Bordalo, *Um Passeio de Sete Mil Léguas*, p. 148.
- 4 Camilo Pessanha, “Prefácio ao Livro *Esboço Crítico da Civilização Chinesa*”, in Daniel Pires (org.), *Camilo Pessanha, Prosador e Tradutor*, pp. 125-126.
- 5 Camilo Pessanha, “Estética Chinesa”, *ibidem*, p. 115.
- 6 Edward W. Said, *Orientalismo*, p. 101.
- 7 *Ibidem*, p. 46.
- 8 Manuela Delgado Leão Ramos, *António Feijó e Camilo Pessanha...*, p. 48.
- 9 Eça de Queirós, *Chineses e Japoneses*, p. 33.
- 10 Eça de Queirós, *O Mandarim*, p. 52.
- 11 Ye Mingchen 叶名琛 (1807-1859), governador da província de Guangdong, foi preso pelas tropas inglesas na Guerra do Ópio e a sua imagem foi divulgada de forma caricaturada na imprensa ocidental.
- 12 Eça de Queirós, *O Mandarim*, pp. 87-88.
- 13 *Ibidem*, pp. 33-34.
- 14 *Ibidem*, pp. 92-93.
- 15 *Ibidem*, pp. 154-155.
- 16 Cf. João Guedes, “Macau, Eça, corso e o tráfico de cules”, in *Revista de Cultura*, Macau, n.º 7-8, Outubro de 1988, p. 46.
- 17 Eça de Queirós, *Chineses e Japoneses*, p. 38.
- 18 *Ibidem*, p. 39.
- 19 *Ibidem*, p. 39.
- 20 *Ibidem*, p. 35.
- 21 *Ibidem*, p. 18.
- 22 Orlando Grossegeesse, “O Fantasma do chinês deschinesado”, in Eça de Queirós, *Chineses e Japoneses*, p. 15.

BIBLIOGRAFIA

- Bordalo, Francisco Maria. *Um Passeio de Sete Mil Léguas*. Lisboa: Edição do autor, 1854.
- Falcão, Ana Margarida (org.). *Literatura de Viagens, Narrativa, História e Mito*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.
- Pires, Daniel (org.). *Camilo Pessanha, Prosador e Tradutor*. Macau: Instituto Português do Oriente/Instituto Cultural de Macau, 1992.
- Queirós, Eça de. *Chineses e Japoneses*. Lisboa: Cotovia/Fundação Oriente, 1997.
- . *O Mandarim*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].
- Ramos, Manuela Delgado Leão. *António Feijó e Camilo Pessanha no Panorama do Orientalismo Português*. Lisboa: Fundação do Oriente, 2001.
- Revista de Cultura*, n.º 7-8. Macau: Instituto Cultural de Macau, Outubro de 1988.
- Said, Edward W. *Orientalismo*. Lisboa: Livros Cotovia, 1997.

On Returning to Macao, Greater China, and the Making of Contemporary Postcolonial Narratives

CHRISTOPHER LARKOSH*

*Vivo aqui como se uma vida de empréstimo, que,
mais tarde ou mais cedo, vou ter de, ou querer, devolver.*
[I live here as if it were a borrowed life, one which, sooner
or later, I will have to, or will want to, give back.]

Paulo José Miranda, *O Mal*, p. 58 (my translation).

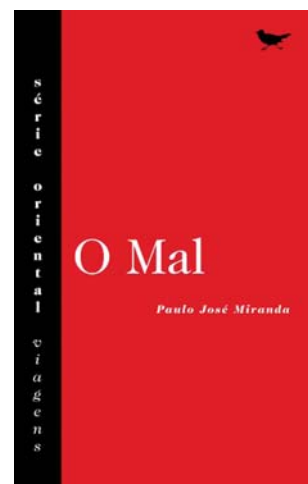
In the already long history of European colonial fiction, perhaps the most durable of travel narratives is undoubtedly that of discovery and exploration, and Portuguese literature is no exception in this regard. I probably do not need to remind most scholars, whether of Portuguese or of world literature, that many of Portugal's main canonical works, from Luiz de Camões' 1572 epic poem *Os Lusíadas* to Fernão Mendes Pinto's 1614 travel narrative entitled *Peregrinação* (Pilgrimage), in spite of their more critical dimensions, can both still be inscribed under this rubric, thus setting the stage for those to come: be it the self-effacing and stylistically modest report of a colonial officer or surveillance agent, or even the hastily scribbled lecture notes of an obscure Portuguese language and literature teacher like myself.

* Assistant Professor of Portuguese at the University of Massachusetts Dartmouth (USA). His research interests include Lusophone and comparative literature, literary and cultural theory, and translation studies. Aside from numerous articles published in journals such as *Translation Studies*, *Portuguese Literary & Cultural Studies*, *Annali d'Italianistica*, *TTR*, *TOPIA*, *Social Dynamics* and *The Translator*, he is also the editor of the recently published volume entitled *Re-Engendering Translation: Transcultural Practice, Gender/Sexuality and the Politics of Alterity* (St. Jerome, 2011). He is currently working on a book project on Lusophone diaspora cultures.

Lecciona Português na Universidade de Massachusetts Dartmouth (EUA). A sua investigação centra-se na literatura lusófona e comparativa, na teoria literária e cultural e nos estudos de tradução. Além de inúmeros artigos publicados em revistas como Translation Studies, Portuguese Literary & Cultural Studies, Annali d'Italianistica, TTR, TOPIA, Social Dynamics e The Translator, é o editor do volume Re-Engendering Translation: Transcultural Practice, Gender/Sexuality and the Politics of Alterity (St. Jerome, 2011). Actualmente prepara um livro sobre as culturas lusófonas da diáspora.

In this essay, however, I wish to ask not how these canonical works might be preserved or maintained, but rather how these and other remnants of the Portuguese colonial empire might be re-imagined, not only through these kinds of canonical chronicles, in which the exploratory pilgrimage invariably ends in colonial domination, but also through a different kind of expedition: one that serves not to exact favours or benefits from the colonial enclave, but rather that has as its main purpose something like what contemporary Portuguese author Paulo José Miranda suggests in his 2002 travel narrative *O Mal* (Evil): no longer an attempt to win anything, be it concrete or symbolic, but rather to return something borrowed, if not taken by force. In this particular case, I refer to the tiny southern Chinese territory of Macao, one occupied and administered by Portugal for close to 450 years (1457-1999), making this Asian outpost an unavoidable point of reference in Portuguese literature for most of the Modern Age.

As Boaventura de Sousa Santos and Conceição Gomes point out in their 1998 study



LITERATURA

Macao: O Pequeníssimo Dragão [Macao: The Tiny Dragon], the return of Macao marks for Portugal 'the end of Empire, the peaceful and negotiated end to a tumultuous, centuries-long and transcontinental colonial presence, one which in other times and places did not know how to pull out in time, peacefully, not recognising the exhausted nature of a relationship between peoples that had already become obsolete' (Sousa Santos and Gomes, p. 5, my translation). At the same time that the decolonisation of Macao is viewed against the backdrop of much more violent and repressive examples of Portuguese colonial power, the two scholars also recognise that there is something about this ostensibly colonial relationship that is not, and perhaps never was, completely colonial: '...while a colony, Macao is one in a very special way, because of its past, its present and its future.

In spite of Portugal maintaining the effective and uninterrupted possession of Macao since the mid 16th century, the exercise of sovereignty was less than complete and carried out with the implicit or explicit consent of China' (Sousa Santos and Gomes, p. 7, my translation). Beneath the surface, this colonial relationship is thus much more complex than it may appear at first glance, allowing for the flow of power emanating from, and transiting, a broad range of different territorial foci, not only in Portugal, but also from local economic elites and across the customs border at Portas do Cerco, both in neighbouring Hong Kong, mainland China and beyond.

Even so, the literary history of Portugal's presence in Macao departs almost invariably from the oft-repeated myths related to the Renaissance epic poet Luiz de Camões. One legend that stands out, which never has been definitely proven (and I am sure never will be, for that matter), is that Camões actually wrote the *Lusiads* in a grotto on a Macao hillside while awaiting his return trip to Portugal. This recurrent desire to re-establish the symbolic points of the colony through literary works in the Portuguese language would continue through other canonical authors, most notably the late 18th and early 19th century Romantic poet and world-traveller Manuel Maria

Barbosa du Bocage. Bocage visited Macao on a world tour of Portugal's other colonial possessions—Goa, Daman, Mozambique, Brazil—although it would be fair to mention that he arrived after deserting from the Portuguese colonial army in Damão, presumably escaping to seek the ultimate poetic inspiration in Camões' hillside grotto.

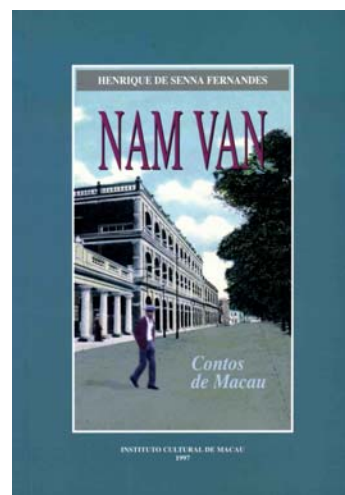
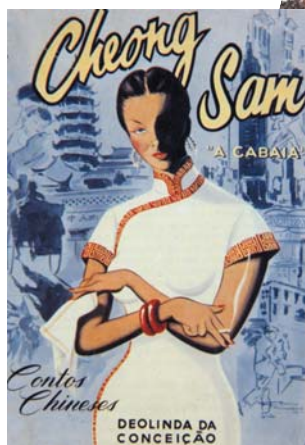
One might say, then, that it is only with the arrival of the *fin-de-siècle* poet Camilo Pessanha that a distinct literary countermodel emerges: a disjointed and decadent view of colonial space that, instead of providing an idealistic canvas on which to paint a

Portuguese vision of the foreign, is consciously lyrical, self-absorbed and tragic in

spite of any change of geographical location.

His collection of poems *Clepsidra* (Hourglass) remains a prism of temporal reference in early 20th century Portuguese poetry, transforming Pessanha himself into a mythical figure both in Macanese colonial cultural history and by extension in the literary history of Portugal as well.

In the mid- to late 20th century, one would do well to add to these the works of native Macanese authors in Portuguese, most notably Deolinda da Conceição's collection of short stories (Conceição 1956) and the novels and short stories of Henrique de Senna Fernandes (1993, 1997). Add to these the works of Portuguese authors in Macao, often doubling as teachers or journalists, such as Maria Ondina Braga and Fernanda Dias. This is the brief, but by now canonical, trajectory that one usually refers to when mapping out the contours of late



LITERATURE

colonial Macanese literature. One example can be found in the 2002 collection of short stories from these four authors translated into English by British academic David Brookshaw (Brookshaw 2002). In his introduction, he juxtaposes these four authors, two native Macanese and two Portuguese colonials, and especially against the by-now recurrent backdrop of Camões and Pessanha, it becomes not too difficult to imagine that these are, in fact, the Final Four, their works the culmination of a centuries-long process of Portuguese literary engagement in a tiny territory at the other end of the world.

Even with this valuable introduction to Macanese narrative in hand, there may still be a few unfinished touches to be made to this late colonial literary history: above all, those that attempt to retrace the closure of certain Western literary approaches to the territory while allowing room for an opening towards others. Meanwhile, the sole survivor of this group of authors, Fernanda Dias, continues to travel back and forth between Portugal and Macao to publish new works that exhibit an ever-greater familiarity and dialogue with traditional Chinese literature, philosophy and culture: most recently, her 2011 rereading of the I Ching entitled *O Sol, A Lua e a Via do Fio de Seda* (The Sun the Moon, and the Way of the Silk Thread).

It is precisely with these continually reappearing possibilities for literary projects of postcolonial closure and reopening in mind that I wish to insert yet another recent travel narrative written in Portuguese into this discussion of a Lusophone canon viewed from the margins: the 2002 novel *O Mal* [Evil] by Paulo José Miranda. Moving past the already common theme of a Portuguese teacher in a late colonial context, the novel revolves around the return of the main character to Macao after its handover to the People's Republic of China in 1999, a political transition that has inspired a veritable flood of memoirs and colonial reminiscences from Portuguese authors and colonial administrators. As for the main character and protagonist in *O Mal*, a return to his longstanding fascination with Pessanha's poetry through a rereading of it as part of the work alternates with details of the anonymous narrator's private life; most notably through a series of sexual

relationships with women not only in Macao but also in Portugal and Hong Kong.

As for Pessanha, he arrived in Macao in 1894 after a crushing rejection by his love interest Ana de Castro back in Portugal, and it is here in Macao, 'um país perdido' or 'lost land' as he describes it in *Clepsidra* (Pessanha, p. 27), that he begins his inexorable decline, one that includes alcoholism, opium addiction, and a definitive withdrawal from the Lisbon literary world, one that appears to prefigure the narrator's own cycle of drug use and romantic disillusionment in the novel

O Mal. Pessanha's work thus serves here as a means of contextualising and articulating the narrator's ambivalent attitudes towards his own life story, his sexual and sentimental encounters in particular: whether of love and hate, honesty and lying, good and evil, not to mention the transitory, if not always decadent, nature of the cultural, linguistic and political environments that help shape human existence. These brutally frank and thus all-too-welcome reflections on human relationships in particular, as well as the continuing discussion of Portuguese literary and

cultural commonplaces in the east Asian context, are perhaps what qualifies this work as a suitable *coda*, both to the Portuguese handover of Macao to China and the attendant rush of literary, cultural, academic and mass media activity that attempts to memorialise this historical moment (e.g., Abreu, Chong, Pina-Cabral), as well as to the corpus of Luso-Asian colonial narrative in general. What is being sacrificed in this perverse pilgrimage is not only the last remnant of a global colonial empire, but also the illusions of which the personal narratives of the primacy of one's cultural linguistic, and sentimental identity are grounded. With this material possession returned, all that is left is to face the remnants of one's own intersubjective memories, in which no existential residuum, however personal, can be left unquestioned.

THIS IS NOT A LOVE STORY

Miranda's novel not only revisits the romantic disillusionment of Pessanha, but also traces the narrator's contact with three women, each with a very



LITERATURA

distinct approach to love and sexual pleasure. First, the narrator's former wife Rafaela, a teacher who derives her sense of purpose not only from her work as a secondary school teacher but in her sincere, if at times naïve and even awkward, efforts to please her new husband sexually through a set of seductive practices that nonetheless appear to the narrator to be not only clichéd but downright silly: brushing her freshly showered hair against him, kissing him all over his body, etc. It is for these innocent sexualised acts that she becomes an object of disdain for the narrator over time.

After all, this is not a love story; indeed, the breakdown of the story that is called love, along with its attendant illusions and narratives of self, can be said to coincide to a great extent with the end of the colonial romance. This is reflected both in the poetry of Pessanha and the eventual handover of Macao, each revolving around a gradual departure from a series of official and established myths about the possibility of mutual understanding and appreciation as equally daunting if not more so, between a love all too often unrequited, and with it the end of all other cherished illusions, including the belief in Portugal, its language, and its continually reiterated historical narratives of exploration and discovery. In the context of this ultimately abusive relationship between the narrator and Rafaela, one might do well to remind oneself that the term exploration in Portuguese also means exploitation, and in this context this dual dynamic of exploration/exploitation is one in which sexuality seems to resurface as a unwitting manifestation of the political, that is, between those committed to maintaining the upper hand to reassert a sense of superiority and their all-too-often subjugated partners.

There are two other women who would enter the narrator's life: first there is Maria, who can only experience sexual pleasure with her lover after first cheating on him and then lying about it, and the other Carlota Joaquina, a unrepentant colonialist and openly bisexual accomplice for the narrator, though they never have sex with one another. You see, Carlota Joaquina only experiences sexual pleasure when she pays for it, and acts as a sort of guide to the seamy sexual underworld of nearby Hong Kong. In so doing the symbiotic economic relationship between Macao and its big sister becomes all the more palpable. In his book, *Hong Kong: Culture and the Politics of Disappearance*, Ackbar Abbas discusses how this city-state's culture

appears precisely at that discursive juncture when there is a perceived danger of disappearance: 'an allegorical reading of space that attends not only to what is there but also to what is no longer or not yet there' (p. 9).

Viewed in this way from across the Pearl River Delta, Hong Kong manifests itself as a sort of reality check, underscoring first and foremost how Macao is by no means, and never has been, an isolated cultural enclave, interconnected to other nearby entrepôts of cultural, demographic and monetary exchange through a shared language and symbolic vocabulary. As scholars of Southeast Asian writing in English begin to include Macao in their discussions of Hong Kong literature at the dawn of this new millennium (Patke and Holden, pp. 188-189), it is also becoming all the more clear that these migrating boundaries of what has come to be called Greater China continue to exhibit new forms of cultural and linguistic, if not always ideological, permeability (e.g., Ngai).

One question still remains, however: can these relationships, whether between people or governments, truly change, and can these entities, whether lovers or institutions, wake up to these divergent ways of interpreting realities?

PORTUGUESE PEDAGOGIES, POSTCOLONIAL INTERROGATIONS

With this example in mind, one particularly pertinent case stands out: that of the Portuguese teacher/teacher of Portuguese as part of this renewed project of *Lusofonia*. In this novel, pedagogy itself is subject to an unrelenting critique, but above all in the form of those well-worn forms of establishing cultural standards for imparting knowledge, ones that not only implicate so many of those who take part in this dimension of Portuguese cultural politics, but also the narrator himself. After all, he too has returned to Macao as a Portuguese language teacher giving lessons to Chinese students from Shanghai and elsewhere in mainland China. What is perhaps most ironic is that his mainland Chinese students are not interested in learning the language in order to speak with the Portuguese or others from the Portuguese-speaking world, but rather as a means to speak with friends and others in public without being understood by those around them. However much we might think that such a desire for privacy is limited to the banalities

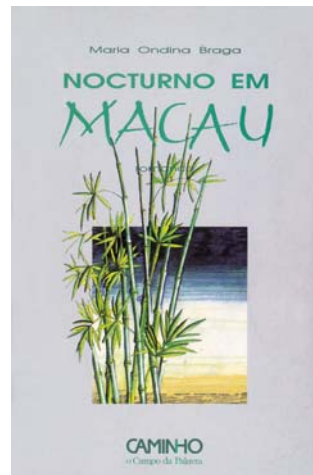
LITERATURE

of one's daily life, it is impossible to ignore the very real persistence of censorship, not only in the PRC but elsewhere, both in the way of limits to access to outside sources of information and other restrictions on free expression.

At the same time, one must also be honest enough with oneself to be able to identify the manifold ways in which European colonialism is also a form of selectively organising cultural information, above all one determined by the choice of language or languages, a process that Dipesh Chakrabarty identifies in the preface to his book *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference* as ones of 'dislodgement from [one's] everyday life that were both metaphorical and physical.' Of course Chakrabarty is also quick to point out the difference in the unequal terms of these displacements between coloniser and colonised:

Did European colonizers ever lose any of their languages through migration? No. Often the native did. Similarly, migrants in settler-colonial or European countries today live in fear of their children suffering this loss (p. xviii).

The best-known example of this late colonial literary-pedagogical figure is not only Pessanha, who taught Portuguese language and literature for years at Macao's Colégio São José to the sons of the Macanese elites, but also the aforementioned Maria Ondina Braga, whose professional and literary trajectory brought her not only to Macao but also to Africa, India and Beijing before returning to Portugal in later life. Many of her teaching experiences became the basis for her literary work, above all the 1991 novel *Nocturno em Macau*, which ends with the tearful departure of the colonial teacher at the boat slip surrounded by her grateful female students, and the words in English, 'We will miss you' (p. 215). Is this not the ultimate colonial fantasy: to depart from one's former pedagogical colony showered with unmitigated adulation and displays of undying gratitude? Then



again, this points at what is perhaps the most basic human defect of how honest any of us can ever be with ourselves, above all, regarding what those we stake our life activity upon (students, colleagues, readers, if not outright critics) actually think of us.

With this in mind, nonetheless, I too must ask: where are the ultimate destinations of this Portuguese postcolonial critique, especially when viewed from other sites in the region on which we continue to congregate: whether a surviving Portuguese creole community in a coastal South or Southeast Asian town; or a mixed Eurasian diaspora community, spread out across not just one, but a network of modern global cities; or even the deserted and decaying ruins of a Portuguese colonial fort, whether on a far-flung island of the Moluccan archipelago or elsewhere.

Other sites may have few immediately visible Portuguese cultural markings: take, for example, the island of Taiwan, one once and still called, whether at its souvenir shops or petrol stations, on its newly reconstructed boulevards or metro stations, time and again (at least in English translation) by the Portuguese name of *Formosa*. To what extent does this repeated Portuguese place name, no longer circulating as an official political designation but as a cultural and economic brand or alternative to its long list of official or unofficial names, only add to the ambiguous and multiple borders of contemporary Taiwanese, and by extension Chinese, political and cultural identity?

And while we are identifying spaces for cultural critique, I would probably do well to recognise explicitly that I too, while not a Portuguese citizen or even of Portuguese ethnic origin, am also implicated here, working as I am as a professor of Portuguese language and culture in the oldest and largest community in its North American migrant diaspora, where I teach Portuguese to the children and grandchildren of Portuguese, Brazilian and Cape Verdean migrants, as well as exchange students from mainland China, and even lecture in Portuguese to students on both sides of the border of the present-day Special Administrative Region called Macao with the Zhuhai Special Economic Zone

The question becomes, then, and perhaps unavoidably: How can we teach 'our own' language or set of languages differently, however obvious or complicated we may imagine that proprietary, colonial or personal relationship to be, perhaps through translating between

LITERATURA

our primary modes of communication and others in a way that critiques and interrupts their imagined limits of power and prestige?

AND, FOR THE TIME BEING:
NO CONCLUSION?

Against this backdrop of humiliation and degradation of the Portuguese and their colonial counterparts, is it possible for a presumably postcolonial cultural linguistic construct such as *Lusofonia* to reorganise itself, not only at its presumed border zones such as Macao, where it can be imagined brushing up against otherness and creating recurrent translational or bilingual encounters, ones inscribed not only in literary texts, but also on the urban landscape of bilingual signs, symbols and other identity markers that remain part of the everyday lived experience of this city-state (Reis, Chan). As we continue to revisit, transit and interpret these spaces, the task nonetheless is inevitably different, becoming one not only of interrogating but perhaps even of overturning thereby some measure of the residual inequality implicit in a broad spectrum of interpersonal dynamics left over from the colonial encounter: whether political and economic, cultural and linguistic, sexual and romantic.

My ultimate, and perhaps deceptively simple, question is: how do we make sense of this life, after the inseparable alternating and often indistinguishable dyads of love and hate, truth and lies, good and evil? How does one reconcile the cynical stance of no fixed meaning in interpreting the emotions of others? Is life, colonial or otherwise, truly comparable to an intimate act with the promise of romantic contact, yet in fact with no strings attached: as part of a story, complete with a beginning and expiration date, a date of return? That may be an unavoidable part of any adult life story, and yet we still go to the encounter, aware of its irreconcilable contradictions and contingent circumstantial coincidence as actors in a disjointed narrative in which there is only translation in/between (not just between languages, but perhaps more importantly in this instance, between behavioural, moral and ethical positions). Our will to interpret and translate others is enjoined to face these questions head on, as openly and honestly as we can allow, regardless of how we ourselves might come to see it differently at any given moment.

After all, we too will change; we will continue to learn each other's languages, whether 'official' or not, gain increasing exposure even to each other's dialects, pidgins and creoles, perhaps even take on new accents, either imagining culturally distinct approaches to life's intractable existential questions, or shrinking from the attendant ethical decisions that these questions pose. That is, unless we are as brutally honest with ourselves as with those who are honest enough with us to lower their social masks, if only for a moment, so that we might see the more intimate narratives behind the final chapter of colonial transition, whether in Macao or in other corners of Portugal's irrevocably lost empire, or in other surviving empires and hegemonic structures at the start of a new millennium: not only the obvious candidates such as the US, China, India, Brazil or Indonesia, but also those neighbouring states or far-flung territories often relegated to a second, third or fourth tier, as well as those often unofficial cultural, linguistic and micro-ethnic spaces, all in various stages of re-emergence or decline.

On nearby Taiwan (to return to just one of any number in this sea of relevant examples) the list of languages that have left some mark there is a long one. Colonial languages such as Chinese, Japanese, English, Portuguese, Spanish and Dutch can no doubt still be used not only to research and communicate with a set of former imperial metropolises, but also, and perhaps more importantly, to share knowledge among a broad grouping of continually decolonising global spaces, in order to reconfigure the unavoidable communicational power dynamics that will continue to emerge between cultures at the start of an increasingly interconnected 21st century.

At the same time, Taiwan's twenty-odd indigenous peoples and their surviving Austronesian languages remind us how the island is not merely a political entity of enduring contested status within Greater China alongside the People's Republic proper and its Special Administrative Regions of Macao and Hong Kong, it also remains the genealogical cradle of a broad swath of global cultures, from Madagascar in the Indian Ocean, through the Southeast Asian archipelagos of Indonesia and the Philippines, all the way to the outer reaches of Polynesia, as far as Rapa Nui in the South Pacific.

In this context of any number of overlapping and ever-expanding transcultural constructs, the continually developing process that Gayatri Spivak identified in

LITERATURE

her book *Other Asias* during a visit to Hong Kong as 'the production of a pluralized continentalism' (Spivak 2008) continues to emerge, one only intensified by migrational, informational and economic flows throughout the region. On the southern edge of Greater China, each of these economic and cultural gateways is still developing its potential to respond to the presence of these often-understudied neighbour languages; whether Tagalog, Cebuano or Chabacano, Indonesian or Tetum, Thai, Khmer or Vietnamese—or even those languages on the other edges of Chinese language such as Zhuang, Tibetan or Uygur, Mongolian, Russian or

Korean—each will set into motion its own unique set of intersubjective challenges, not just academically, but socially and politically as well.

Meanwhile, in the here-and-now, literature remains in all of these invariably politicised spaces: not only as a backdrop for capturing the historical details, but also the personal passions, defects and excesses of other people, which all too often have little or nothing to do with setting a standard of upright behaviour for ourselves, and much less with being an exemplary guest, however overextended one's stay may have been. **RC**

BIBLIOGRAPHY

- Abbas, Ackbar. *Hong Kong: The Politics of Disappearance*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- Abreu, Dinis de. *Macau: Diário Sem Dias*. Lisbon/São Paulo: Editorial Verbo, 2000.
- Bastos, Cristiana, ed. *Parts of Asia*. (PLCS 17/18). Dartmouth, MA: Center for Portuguese Studies and Culture, 2010.
- Braga, Maria Ondina. *Nocturno em Macau*. Lisbon: Caminho, 1991.
- Brookshaw, David, ed. *Visions of China: Stories from Macau*. Providence/Hong Kong: Gávea-Brown/Hong Kong University Press, 2002.
- Chakrabarty, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2000 (2nd ed., 2007).
- Chan, Monica Kitieng. 'Memory Plaza: Encounter and Missed Encounter.' In Bastos, *Parts of Asia*.
- Chong, Fok Kai. 'A Macau-Born Historian's Perspective of the Handover.' *Macau Focus*, Handover Issue, vol. 1, no. 1, March 2000 (2nd ed., 2001).
- Conceição, Deolinda da. *Cheong Sam. A Cabaia* [1956]. Macao: Instituto Internacional de Macau, 2007 (5th ed.)
- Dias, Fernanda. *O Sol, a Lua, e a Via do Fio de Seda: Uma Leitura do Yi Jing*. Macao: Livros do Meio/Instituto Cultural da RAEM, 2011.
- Ngai, Mei Chong (Gary). *Prospects of Greater China in the 21st Century as Seen From Macau*. Macao: Instituto Internacional de Macau, 2002.
- Miranda, Paulo José. *O Mal*. Lisboa: Cotovia/Série Oriental Viagens, 2002.
- Patke, Rajeev S. and Philip Holden, eds. *The Routledge Concise History of Southeast Asian Writing in English*. London/New York: Routledge, 2010.
- Pessanha, Camilo. *A Poesia de Camilo Pessanha*. Macao: Instituto Internacional de Macau, 2004.
- Pina-Cabral, João de. 'Macau's Handover—A Personal Account.' In Bastos, *Parts of Asia*.
- Reis, Jorge dos. *A Letra Instável: O Bilingue Tipográfico de Macau*. Macao: Centro Científico e Cultural de Macau, 2003.
- Senna Fernandes, Henrique de. *A Trança Feiticeira*. Macao: Fundação Oriente, 1993.
- . *Nam Van. Contos de Macau*. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1997.
- Sousa Santos, Boaventura de, and Conceição Gomes, eds. *Macau: O Pequeníssimo Dragão*. Oporto: Edições Afrontamento/Fundação Oriente, 1998.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. *Other Asias*. Malden, MA/London: Blackwell Publishing, 2008.



Del.

J. C. Zeller, sculp. fecit.

CONFUCIUS

Le plus célèbre Philosophe de la Chine.



A Necessidade de Harmonia no Oriente Confucionista e no Ocidente Leibniziano

ANA CRISTINA ALVES*

A HARMONIA FILOSÓFICA

O oriente chinês é conhecido pela vontade de compromisso, de harmonização dos contrários e de integração num todo complementar. Encontra-se esta vontade de pacificação das forças, tantas vezes opostas, no Confucionismo, no Taoísmo e no Budismo Chinês *Chan* 禅. Escolheu-se o Confucionismo para ponto de partida desta viagem meditativa, pelo facto de Leibniz (1646-1716) recorrer nas suas reflexões à escola confucionista e, também, ao *Clássico das Mutações* (*Yijing* 易经), fonte de inspiração igualmente válida para a escola em causa. As afinidades entre o pensamento leibniziano e a escola confucionista são muitas, como poderemos ver adiante.

Confúcio 孔子 (551-479 a.C.) surge nos *Analectos* (*Lunyu* 论语), uma obra dialogada registada pelos seus discípulos directos, imediatamente na abertura do primeiro livro (Xue Er 学而, Parte 1:1) citado no seguinte diálogo:

“Confúcio disse: ‘Não é afinal um prazer praticar em tempo devido o que aprendemos? Não é afinal um prazer ter amigos vindos de longe? Será de Senhor educado ficar ofendido quando os outros não são capazes de o apreciar?’”¹

Confucius, in Jean-Baptiste Du Halde, *Description géographique, historique, chronologique, politique, et physique de l'empire de la Chine et de la Tartarie chinoise*, Paris, 1735.

* Licenciatura, mestrado e doutoramento em Filosofia, este último, em 2005, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com uma tese na área da Filosofia e Cultura Chinesas. Colabora actualmente com o Centro Cultural e Científico de Macau (Lisboa).

Degree, M.A. and Ph.D. in Philosophy, the latter in 2005 from Lisbon University's Faculty of Arts with a thesis in the area of Chinese Philosophy and Culture. Currently working with the Macau Scientific and Cultural Centre (Lisbon).

Nota-se uma imensa abertura mental neste pequeno excerto, pois são bem acolhidos conhecimentos vindos de longe e, sobretudo, outras perspectivas. Não há uma verdade única, um conhecimento absoluto, mas apenas a defesa de valores morais como a benevolência (*ren* 仁), virtude caracteristicamente masculina, já que a principal virtude feminina é a obediência (*cong* 从). Poderemos então defender que, num quadro mental masculinista, reina a harmonia (*he* 和), caso se cultive o conhecimento e as virtudes morais. Também para Leibniz a educação e o conhecimento estão em primeiro lugar, devendo estes ser encarados com perspectivismo e pluralidade, pois cada mónada é a expressão de um ponto de vista divino, de uma ideia de Deus, sendo a harmonia garantida por um acordo pré-estabelecido ao nível divino. Quando estudamos o mundo confucionista, percebemos que reina a maior das harmonias, embora Confúcio pouco adiante em relação à religião (Gongye Chang 公冶长, Parte 5:13):

“Zi Gong disse: ‘Podemos conhecer a literatura antiga que o Mestre nos ensinou, mas nunca ouvimos nada sobre a sua perspectiva em relação à natureza humana, nem ao Caminho do Céu.’”²

Contudo, é um facto que Confúcio defendia o culto e os sacrifícios aos antepassados e aos deuses, não à maneira cristã que conviria a Leibniz para a defesa da religião chinesa no Ocidente, mas ao modo chinês (Ba Yi 八佾, Parte 5:13):

“Confúcio pensava que se devia oferecer sincera e devotamente sacrifícios aos antepassados, tal como se eles estivessem vivos. Que se devia oferecer sacrifícios aos deuses sincera e devotamente como se eles estivessem presentes. Confúcio disse: ‘Se confiarmos aos outros a oferta dos nossos sacrifícios, isso não difere de não oferecer qualquer sacrifício.’”³

FILOSOFIA



Confúcio defendia, de facto, a existência de uma divindade impessoal, o Céu, e de sacrifícios aos antepassados e aos deuses tradicionais, uma vez que não pretendia entrar em ruptura com as

manifestações religiosas tradicionais. De modo que a concepção cristã de um deus pessoal só poderá ser defendida, e não integralmente, por meio da aproximação às noções do neoconfucionista Zhuxi 朱熹 (1130-1200), que Leibniz tem em mente em *Discurso sobre a Teologia Natural dos Chineses*, cujo título original é *Lettre de M.G.G. de Leibniz sur la philosophie chinoise à M.de Rémond* (1716). E esta defesa deverá ser feita com muito boa vontade, já que a noção de *li* 理, defendida pelo neoconfucionista Zhuxi é a de um princípio racional, que governa todos os seres. *Li* presta-se a uma leitura universal e particular, porque é o princípio racional do cosmos e dos seres que nele existem. Adiante voltaremos à questão da harmonia religiosa procurada por Leibniz.

O que nos diz a escola de Confúcio sobre o conceito de harmonia? Para responder é preciso ter em conta, na sequência da chamada de atenção de António Cua em “The Concept of *Li* in Confucian Moral Theory”, que “uma das maiores dificuldades em entender a ética confucionista reside na ausência de uma exposição sistemática das suas ideias básicas.”⁴

Começemos por Confúcio. A harmonia nunca é apenas um conceito interior, para que haja harmonia é necessário pluralidade e companhia, como nos diz nos *Analectos* (Li Ren 里仁, Parte 4:25):

“Confúcio disse: ‘Um homem de virtude nunca deve estar isolado deve procurar companheiros afins.’”⁵

O que são companheiros afins? São aqueles que estão unidos pelo imenso desejo de saber, a principal aspiração que Confúcio se atribui a si mesmo, como se refere nos *Analectos* (Gongye Chang, Parte 5:28)]

“Confúcio disse: ‘Por todo o lado existem pessoas honestas e dignas de confiança, mas nenhuma tem um desejo de saber tão grande como o meu.’”⁶

Numa leitura leibniziana, cada ser expressa um ponto de vista válido que deve poder partilhar com os outros, a fim de cultivar e compreender melhor o mundo em que vive. No entanto, companhia e harmonia não implicam, para o fundador do Confucionismo, dependência, dogmatismo e intolerância. Pelo contrário, os confucionistas representaram perigo para grandes ditadores, como Qin Shihuang 秦始皇, que procedeu à queima dos clássicos confucionistas, pelo facto de terem defendido uma filosofia divergente e a independência mental. O mundo só tem a ganhar com a harmonização das várias perspectivas, segundo a mensagem de Confúcio, através de um diálogo com um dos seus discípulos nos *Analectos* (Gongye Chang, Parte 5:12):

“Zi Gong disse: ‘Não quero que os outros me imponham coisas, nem desejo impor nada aos outros’. Ao que Confúcio comentou: ‘Ci, ainda te encontras muito longe desta prática.’”⁷

Na epistemologia de Confúcio, como na de Leibniz, é possível harmonizar os vários tipos de conhecimento, o empírico e o inato; ainda que o segundo não possua o mesmo estatuto e dignidade do primeiro, considerado superior; mas nem por isso deixa de ser uma forma de se alargar o conhecimento. Veja-se a seguinte passagem dos *Analectos* (Shu Er 述而, Parte 7:28):

“Confúcio disse: ‘Não sou daqueles que pretendem compreender o que não compreendem e sugiro que devíamos escutar diferentes perspectivas e seguir a mais segura; ver diferentes coisas e mantê-las em mente. O conhecimento obtido por este caminho é de confiança, embora não seja tão bom como o conhecimento inato.’”⁸

Há ainda o enaltecimento da música, uma harmonia intuitiva em estrita ligação com os ritos e a organização social [Taibo 泰伯, Parte 8:8):

“Confúcio disse: ‘Encontrem inspiração no *Livro das Canções*, tomem os ritos por base e cultivem a vossa mente pela música.’”⁹



Até à chegada de certas tendências neoconfucionistas, nunca o conhecimento discursivo é colocado acima do conhecimento intuitivo pela escola confucionista. É preciso ter em conta que o conceito de intuição na China, não se liga directamente à experiência como sucede na filosofia ocidental, mas é uma intuição mental, cujo centro é o coração-mente (*xin* 心), como referiu Chad Hansen no seu artigo “Language in the Heart-mind”.¹⁰ É neste centro do coração-mente que residem os principais valores morais da filosofia confucionista, como sejam a Benevolência (*ren* 仁), a Justiça (*yi* 义), os Ritos (*li* 礼), a Sinceridade (*cheng* 诚), a Honestidade (*zhong* 忠), a Confiança (*xin* 信) e a capacidade da realização da harmonia (*he* 和). O coração-mente tem uma dimensão mais pragmática e menos semântica. Por isso Chad Hansen defende que “o conceito de mente se assemelha no Ocidente ao de vontade. É o coração-mente que dirige o corpo.”¹¹

O coração-mente não entra em conflito com o corpo, aloja-se nele e forma um todo harmonioso com ele. Além disso, também a mente forma um todo harmonioso com o Céu, se cultivar determinadas virtudes e especialmente a sinceridade (*cheng*), como nos é dito na *Doutrina do Meio* (*Zhongyong* 中庸), um clássico confucionista atribuído pela tradição mais antiga ao neto de Confúcio (Kongzi 孔伋), Zisi 子思. A *Doutrina* surge integrada no *Livro dos Ritos* (*Liji* 礼记), sendo, a partir do Neoconfucionismo, um dos quatro clássicos¹² que mais influenciou a China até aos finais dos tempos imperiais. O comentador directo da *Doutrina do Meio* é Zhuxi, o neoconfucionista no qual Leibniz se baseia, por via dos conhecimentos transmitidos pelos missionários, para harmonizar a metafísica chinesa com a ocidental. Zhuxi é também o ideólogo dos pés atados para as mulheres, embora o encontremos a defender as mais excelsas virtudes morais para a humanidade em geral e os homens em particular. Zhuxi no Prefácio do seu comentário à *Doutrina do Meio* define *zhong* 中 como meio e *yong* 庸¹³ como o lugar comum. Podendo resumir-se todo o livro, segundo o comentador-filósofo, que adopta uma perspectiva moral, como a “ultrapassagem do egoísmo e a manutenção de uma mente correcta.”¹⁴ Na “Introdução” à obra, Zhuxi adianta que a natureza humana é concedida pelo Céu (*tian* 天) e que para se viver em harmonia é necessário ao Senhor confucionista controlar as emoções, sendo a harmonia alcançada quando se segue a via do Meio:

“Quando a alegria, a fúria, a tristeza e a felicidade não são reveladas, elas estão *zhong*, no meio. Quando são reveladas, elas estão *he*, em harmonia. *Zhong* é a base de tudo e *he* o caminho certo para revelar tudo.”¹⁵

A harmonia é um meio-termo, um equilíbrio entre várias forças em tensão, “é o que permite a identidade na diversidade”, dirá mais tarde Leibniz. É um não ir nem longe de mais, nem ficar alguém como é próprio do cavaleiro, do senhor ou de homem superior. Estes são alguns dos nomes possíveis para o homem cultivado confucionista. No entanto, até mesmo para este se torna difícil praticar o supremo princípio da harmonia fornecido pela *Doutrina do Meio*:

“Confúcio disse: A doutrina do Meio é o supremo princípio, mas infelizmente pouca gente percebe isso.”¹⁶

Sabendo que o universo e o mundo são compostos por forças diferentes, contrárias mesmo, então torna-se necessário encontrar o caminho certo para a complementaridade e harmonia. Logo, percebe-se que ao nível ético-moral seja necessário desenvolver determinadas virtudes para se alcançar a via do Meio, como sejam a tolerância ou o perdão (*shu* 恕) e a paciência ou a fidelidade (*zhong* 忠):

“Um senhor não pede dos outros mais do que pede de si próprio, desde que eles consigam corrigir os erros. Aquele que pratica a tolerância e a paciência não se encontra longe da via do meio.”¹⁷

Da harmonia ao nível individual passa-se para a caracterização da harmonia ao nível familiar, já que a família é a base da sociedade chinesa, logo se esta estiver em harmonia, a sociedade também seguirá a mesma via. A descrição de uma relação familiar harmoniosa segue o caminho da imagem musical, sendo como uma peça orquestrada:

“Uma relação harmoniosa entre marido, mulher e crianças é como uma boa peça de música, tocada por vários instrumentos. Se os irmãos se derem bem, estão felizes. Deste modo a família será harmoniosa e tanto a mulher como as crianças andarão satisfeitas. Então os pais ficarão perfeitamente contentes.”¹⁸

Note-se que a harmonia individual, familiar e telúrica, baseada na via do meio, radica numa outra harmonia, a celestial, já de ordem metafísica, não porque transponha os limites da física, pois nada há sem corpo (a não ser o *li* neoconfucionista), mas

FILOSOFIA



Leibniz

por ser divina. Esta harmonia radica numa ordem pré-estabelecida, no melhor dos mundos à maneira leibniziana, porque como nos diz a *Doutrina do Meio*:

“Aquele que tem as maiores virtudes, deve permanecer nos mais altos postos, obter um belo salário, boa reputação e gozar de longevidade. O Céu estima todas as coisas, tratando-as de acordo com a sua natureza.”¹⁹ Tudo o que valha a pena plantar, deve ser cultivado e tudo o que tende a desintegrar-se, deve ser aniquilado. O *Livro dos Cantares* diz: os cavaleiros bons e felizes, que mostraram as suas boas virtudes serão honrados pelo povo. O Céu dá-lhes salário, protege-os, ajuda-os, fornece-lhe as ordens e admoesta-os. Por isso, todos os homens virtuosos estão seguros de ser imperadores por mandato divino.”²⁰

Todos os seres dependem do Céu, que os estima e os protege, porque o que existe obedece à mais harmoniosa das ordens, a ordem do equilíbrio, a da via do meio. Para que o homem a alcance, deverá ser capaz de expressar a sua natureza divina, Leibniz diria o seu ponto de vista divino. Mas como é possível expressar o que cada um tem de melhor? Ora, se o que cada um tem de melhor obedecer a uma ordem pré-estabelecida, então apenas é preciso cultivar, como nos diz a *Doutrina do Meio*, a sinceridade. Assim ficaremos de acordo com o Céu, poderemos perceber a existência de espíritos e realizar os desígnios divinos na terra.

“O instinto natural permite ao homem compreender o caminho do Céu através da sinceridade. A educação permite-lhe ser sincero por meio da compreensão do caminho do Céu. A sinceridade assegura a compreensão e a compreensão garante a sinceridade.”²¹

O instinto natural, a intuição chinesa, não exclui, ao jeito leibniziano, o concurso do estudo, do aperfeiçoamento e da racionalidade para expressão do melhor ser possível, que cada um de nós já é potencialmente desde o nascimento. Por isso, a sinceridade se caracteriza como uma virtude simultaneamente interior, ou inata, e exterior, susceptível de ser desenvolvida pela via discursiva. Só o sábio é completamente sincero, ou melhor, expressivo, porque apenas ele consegue manifestar integralmente o instinto que traz em si, por meio do desenvolvimento e do aperfeiçoamento. É-nos ainda dito que as pessoas mais

sinceras são como deuses e, por isso, podem prever as coisas boas e más do futuro, elas são absolutamente benevolentes; expressando-se a sua bondade como amor às pessoas: “ser benevolente significa amar as pessoas.”²²

Explica-se então que a suprema benevolência e amor sejam concedidos pelo Céu, que deve ser compreendido não como uma entidade pessoal, mas como um princípio natural, que nada perde em divindade pelo facto de ser imanente e impessoal. O Céu para qualquer das filosofias chinesas só é personalizado nas versões religiosas populares, onde existe um ser supremo, a quem chamam O Imperador do Alto (上帝 *shangdi*) ou Imperador de Jade (玉皇大帝 *yuhuang dadi*).

Há harmonia religiosa entre os princípios da filosofia confucionista e a filosofia leibniziana, se perspectivarmos a ideia de harmonia como uma pluralidade, onde encontramos semelhanças e diferenças, que permitem a obtenção do equilíbrio entre os dois modos de pensar.

Começamos pela própria ideia de harmonia, que a meu ver é a mais valorizada tanto pelo pensamento da linha confucionista da dinastia Han, mas sobretudo pelas escolas racionalistas neoconfucionistas. Para a grande maioria dos confucionistas e neoconfucionistas, o mais importante é a harmonia que o Céu emana, expressada na equilibrada tensão dos dois princípios complementares *yin* 阴 e *yang* 阳, que ao nível humano se reflecte no cultivo de virtudes morais inatas. Estas actuam de modo a equilibrar as emoções fortes e contrárias que cada ser vive. A ordem cosmológica e antropológica é perfeita, tendo sido sabiamente arquitectada pelo Céu, o princípio racional e criativo de tudo o que existe.

A partir dos tempos neoconfucionistas e, sobretudo desde Zhuxi, os neoconfucionistas transformam *li* no princípio de ordem racional que enforma a matéria. O *li* tanto pode ser universal, diria Leibniz, a mente divina, a mónada suprema; como particular, organizando individualmente cada ser, cada mónada, conferindo-lhe inteligência, sabedoria e virtudes, que lhe vão permitir modelar a sua conduta e as relações com os outros seres. Nos racionalistas neoconfucionistas, como Zhuxi, a racionalidade está do lado da mente, que, no entanto, não pode existir sem a força material (*qi* 气), por isso a força material, a matéria e a racionalidade formam um todo inseparável, o que não pode ser considerado, senão num sentido, muito

FILOSOFIA

linear, uma tese materialista da existência. Mas, e mais interessante do ponto de vista dos contactos culturais, é o reconhecimento de uma ordem pré-estabelecida que vai permitindo ao cosmos a melhor organização, e o dar-se como solo fértil para o crescimento de todas as concordâncias e virtudes, desde que se pratique a via do equilíbrio, que é, como se sabe, a do meio.

E o que nos diz Leibniz a respeito da harmonia e da organização do cosmos?

Em *Princípios da Natureza e da Graça* (1714) considera que o cosmos é composto por substâncias, definindo-se a substância como um ser capaz de acção. Estas substâncias podem ser simples, as mónadas, ou compostas a partir destas unidades primitivas simples, que são as “vidas, as almas e os espíritos”.²³ Já os compostos são os corpos ou as multiplicidades. À maneira oriental nada existe de vivo que não tenha corpo. No §4 afirma que “cada Mónada, cada corpo particular, faz uma substância viva”.²⁴ Os animais assim se chamam, porque possuem alma e os seres racionais, as imagens vivas de Deus, são espíritos. E embora não reconheça explicitamente a metempsicose do tipo budista, fala em metamorfose e defende a tese de serem os seres vivos agregados, daí que não se possa falar em geração propriamente dita, porque, tanto ao nível das almas como dos corpos, estamos perante seres “ingeneráveis e imperecíveis” (§5).

Neste aspecto e noutros, Leibniz mostra grandes afinidades com os princípios das principais filosofias chinesas. Embora não defenda a transmigração, fala em transformação, que é uma outra maneira de colocar o mesmo problema. O que é essencial é o reconhecimento da mudança a partir de um monismo primitivo. Não se encontra nem nos confucionistas nem nos taoistas um monismo radical ou mental. Fundamental é a unidade que se vai pluralizando ou diversificando harmonicamente para no final, num movimento cíclico ou reversivo, retornar à unidade, no caso taoista. E quando nos fala de Deus, do grande princípio, caracteriza-o como possuindo onipotência, onisciência e uma bondade soberana. Sendo Deus a suprema bondade, também poderíamos dizer benevolência, segundo o §10 da mesma obra, “decorre da perfeição suprema de Deus, que produzindo o universo escolheu o melhor plano possível, no qual há mais variedade com um máximo de ordem.”²⁵

Então Deus, que é a suprema bondade ou, como nos é dito no §16, “amor puro verdadeiro”, criou a

melhor das ordens, a que se caracteriza pela perfeita harmonia. Esta é descrita na *Confessio Philosophi*²⁶ como “a diversidade compensada pela identidade” ou, numa leitura mais oriental, o equilíbrio da diversidade produzido pela e na unidade. Ainda nos *Princípios*, a enfatizar proximidades com o modo de pensar confucionista, afirma no §13:

“Porque tudo está regulado nas coisas de uma vez por todas e com tanto de ordem e de correspondência quanto é possível, não podendo a suprema sabedoria e bondade agir senão com uma perfeita harmonia.”²⁷



Tal harmonia, tal bondade, recorda-nos imediatamente o segundo maior pensador da escola confucionista, Mêncio (Mengzi 孟子 372-289 a.C.), que defende a bondade inata dos seres humanos, garantida pelo

Céu, como indica a melhor ordem possível, sendo desenvolvida, por meio do saber, a natureza celestial de cada um. Em *Gao Zi* 告子, Primeira Parte, diz-nos Mêncio:

“A qualidade inata dos seres humanos pode fazer a natureza humana boa. Era isto que eu pretendia dizer por natureza humana boa. Se a natureza de alguém não é boa, não é porque essa pessoa tenha nascido má. A compaixão é comum a todos; bem como o sentido da vergonha, o respeito, o certo e o errado. A compaixão suscita a benevolência, o sentido da vergonha, a correcção; o respeito, os ritos. Os ritos e a sabedoria não são concedidos pelos outros; são inatos.”²⁸

Um Céu (*tian*) sumamente bom ou um Deus, que tenha entre os seus principais atributos a bondade, e salvaguardadas as devidas diferenças entre a imanência oriental e a transcendência ocidental, a pessoalidade ocidental e a impessoalidade filosófica oriental, é o que a ordem dos seres mais necessita para ser harmoniosa, tanto no oriente chinês, como no ocidente cristão de Leibniz.

Já na *Monadologia* (1714) continuamos a detectar as afinidades entre o pensamento de Leibniz e o oriental chinês, sobretudo se nos ativermos às

características avançadas por Shi-chuan Chen em “The Organic Tenet of Chinese Philosophy: Comparison of Trends in Western and Chinese Thought”:²⁹ (1) Há uma realidade suprema, que para os confucionistas é a eterna criatividade, para os taoistas, o Tao, e para os budistas da linha Mahayana, o Nirvana. (2) No que respeita aos confucionistas, esta criatividade celestial implica relação, interpenetração e transformação. (3) A verdadeira sabedoria está ao alcance da humanidade, que é o canal de ordem privilegiado do universo. (4) Só o ser humano, como o mais complexo da escala terrena, tem obrigações e a capacidade de conhecer e praticar o bem. (5) Os chineses defendem uma religião natural, baseada no que os confucionistas chamam Céu e os taoistas, Tao.

Num excerto da carta de Rémond, e em nome de um cosmos perfeitamente organizado, que não admite “saltos estranhos”,³⁰ Leibniz rejeita, como já vimos, a metempsicose, se bem que tenha acreditado nela durante os seus tempos de juventude. E embora a negue no §2 da *Monadologia*, depois de ter definido a mónada como uma substância simples, menciona compostos que classifica como agregados, sendo esta definição corrente na filosofia budista da via Mahayana:

“E é necessário que haja substâncias simples, uma vez que há compostos; porque o composto não é outra coisa senão uma acumulação, ou *aggregatum* dos simples.”³¹

Esta ideia de agregado permite-lhe chegar a uma outra muito acarinhada pelo pensamento chinês, que é a da transformação e a da geração e aniquilação apenas de certas partes de cada composto que é um ser vivo. As mónadas são unidades, onde cada uma difere de todas as outras, pressupondo-se uma ordem pré-estabelecida, criada por um Deus sábio, todo-poderoso e bom, que garante ser este o melhor dos mundos, bem como a comunicação da alma com o corpo, uma vez que as mónadas, no dizer do filósofo, não têm janelas. O princípio divino, a mónada suprema, nas palavras de alguns comentadores do filósofo garante a unidade e a pluralidade harmoniosa. No §39 afirma o filósofo que “não há senão um Deus e este basta.”³² Fica-se também a saber pelo §47 que só Deus é a unidade primitiva e que todas as mónadas criadas são produções ou expressões desta divindade. Cada mónada é uma entelêquia na medida em que é dotada de uma certa perfeição, derivada da sua acção interna. As criaturas estão sempre em inter-relação, agem, de acordo com

a sua perfeição, e padecem ou sofrem, por causa das suas imperfeições. No entanto as mónadas, enquanto substâncias simples, possuem apenas uma influência ideal sobre as outras, por meio da intervenção divina, a garantia da harmonia pré-estabelecida, como nos é dito no §51:

“Mas nas substâncias simples, tal não é senão uma influência **ideal** de uma Mónada sobre a outra, que não pode ter o seu efeito senão através da intervenção de Deus.”

O que se torna fundamental na filosofia orgânica de Leibniz, é o perspectivismo, onde cada Mónada surge como um ponto de vista da divindade nas coisas criadas, estabelecendo uma ligação ou acomodação, segundo o §56:

“Ora, esta ligação ou esta acomodação de todas as coisas criadas a cada uma e de cada uma a todas as outras, faz com que cada substância simples tenha relações que exprimem todas as outras, e que seja, por conseguinte, um espelho vivo perpétuo do universo.”³³

E Leibniz no §57 recorre à imagem da cidade para explicar cada Mónada como um ponto de vista sobre uma mesma cidade. A defesa deste monismo pluralista irá permitir o aparecimento de uma outra tese fundamental no pensamento do filósofo, a de uma ciência universal, que radica na postulação no §59 de uma harmonia universal:

“Mas não se pôde alegar razão alguma pela qual esta harmonia universal que faz com que toda a substância exprima exactamente todas as outras através das relações que tem com elas fosse impossível.”³⁴

Detectamos afinidades entre a teoria do conhecimento do fundador do Confucionismo e a de Leibniz. Cada ser vivo é uma perspectiva válida, pois todos são como espelhos, representando a mesma unidade originária, segundo a sua vista diferente de uma ordem perfeita, pré-estabelecida, que só ganha em ser conhecida, porque, ao nível humano, é limitada e parcial, sem deixar de ser uma expressão do divino, como lemos no §63:

“Ora, este corpo de um ser vivo ou de um animal é sempre orgânico, porque sendo toda a Mónada um espelho do universo a seu modo, e estando o universo regulado por uma ordem perfeita, é necessário que haja também uma ordem no representante, quer dizer, nas perspectivas da

FILOSOFIA

alma e, por conseguinte, no corpo, segundo o qual o universo é aí representado.”³⁵

Conhecimento empírico e racional completam-se, porque as almas dos seres são espelhos vivos e, de acordo com o §83, “as almas em geral são espelhos vivos ou imagens do universo das criaturas, mas os espíritos são ainda imagens da Divindade mesma.”³⁶

Tudo o que temos de fazer para alcançar a verdadeira sabedoria e as ciências, é conhecer as verdades necessárias e eternas, que nos chegam pela via do raciocínio, mas também através dos factos; sendo as primeiras superiores e necessárias, ao passo que as segundas são contingentes e possíveis. Posto isto, o mundo, guiado pelo puro amor divino, nas palavras finais do autor da *Monadologia*, é o melhor composto físico e moral possível.

A BUSCA DA HARMONIA RELIGIOSA

1. A HARMONIA RELIGIOSA NO NEOCONFUCIONISMO DE ZHUXI

Nos tempos neoconfucionistas, que se estendem da dinastia Song (960-1279) até finais do século XIX, início do século XX, vigoram do ponto de vista da Metafísica, a que os chineses chamam “Antes da Forma Física” (*xingershang* 形而上),³⁷ em termos filosóficos, duas grandes correntes: uma vincadamente monista, representada pela principal escola filosófica do Budismo Chinês, a *Chan*, e também pelo idealismo neoconfucionista da segunda metade do século XVI; e outra que defende um monismo pluralista, representada pelas escolas taoista e pela confucionista do Princípio (*li*), também denominada escola racionalista, que tem em Zhuxi um dos seus principais representantes. Zhuxi diz-nos a respeito da religião:

“Alguns consideram *tian* (o céu) o céu azul; outros entendem *tian* como *Zhuzai* (o mestre controlador), e outros entendem *tian* como *li*.”³⁸

Zhuxi opta, na sua leitura da religião, por entender o Céu (*tian*) como *li*, o princípio racional que existe antes da física, portanto o primeiro princípio da sua metafísica. O filósofo considera que *li* e a força material (*qi*) se unem para dar corpo a tudo aquilo que existe. E embora seja um facto que possui uma perspectiva dualista ao nível da existência (*xingerxia* 形而下), porque considera que para a realização de todas as formas materiais é necessário o concurso destes dois fundamentos, a verdade é que antes da física apenas

encontramos o monismo de um primeiro princípio, o *li*, que é a base, razão e a natureza ou essência das coisas; ao passo que a força material é o princípio, razão e fundamento da forma física dos seres particulares. A força material divide-se nas forças básicas *yin* e *yang*, que se concretizam no Céu (*tian*) e na Terra (*di* 地) e nos Cinco elementos (*wuxing* 五行): a água (*shui* 水), o fogo (*huo* 火), a madeira (*mu* 木), o metal (*jin* 金) e a terra (*tu* 土). Logo, tudo o que existe, os dez mil seres (*wanwu* 万物), é composto pelo *li*, em que consiste a sua natureza, e pela força material, em que consiste a sua forma física. Para se compreender a teoria metafísica de Zhuxi é preciso ter sempre presente o seu principal axioma: “o princípio é um”, mas “as suas manifestações são múltiplas”. A natureza é a substância da mente e o sentimento a sua utilização. O princípio da natureza compreende, como não podia deixar de ser, as principais virtudes confucionistas: a humanidade (*ren* 仁), a justiça (*yi*), os ritos (*li*) e a sabedoria (*zhi* 智). O princípio da humanidade é o amor, ou como diria Leibniz, o “puro amor”, que cada mónada possui, como imagem de Deus, a Mónada suprema. A substância do homem de Zhuxi é a moralidade, que encontramos nos sentimentos de compaixão, vergonha, justiça e humildade.

Assim, o princípio transforma-se em natureza e a força material em forma, primeiro contendo o *yin* e o *yang*, depois os Cinco elementos e finalmente os dez mil seres. Ao conjunto de tudo o que existe depois da física (*xingerxia*) chama-se Suprema Unidade (*taiji* 太极), coincidindo ao, nível do antes da física (*xingershang*) com o *li* universal.

É ainda em nome do axioma orientador de que “o princípio é um mas as manifestações são múltiplas”, que tanto Zhuxi como Leibniz recusam a identificação com sistemas monistas. Zhuxi afasta-se claramente dos budistas *Chan* e Leibniz do Budismo e do sistema espinosista. Zhuxi distancia-se do Budismo chinês pelo facto de lhe encontrar um vincado monismo e, ainda, por fazer uma leitura superficial da categoria de vazio. Considera que os budistas não conseguem compreender as múltiplas manifestações da unidade suprema e que a postura metafísica da escola, defendendo a aniquilação vazia, inviabiliza uma prática ético-moral social. Ora, como bem nota Charles Wei-Hsun Fu, em “Chu Hsi on Buddhism”³⁹ embora estejamos perante uma leitura distorcida do Budismo Chinês, esta é reveladora dos princípios do filósofo para o qual não é necessário postular uma consciência espiritual incriada e negar a

realidade do ciclo dos nascimentos e das mortes, pois este é o processo natural que advém da existência de uma força material, o *qi*, que ao integrar-se cria a vida e ao desintegrar-se conduz à morte.

Ainda que a equação de Zhuxi entre vazio = irreal ou inexistência não seja a leitura adequada para a ideia de vazio professada pelo Budismo Chinês, entende-se esta à luz da rejeição da metafísica confucionista, orientada para a moral, de uma filosofia onde encontra frequentemente uma postura conceptual amoral ou transmoral.⁴⁰ Também Leibniz, pelos atributos que concede a Deus, como ser dotado de puro amor ou bondade, teria dificuldade em defender os princípios do Budismo Chinês e do Taoismo.

Tanto no neoconfucionismo de Zhuxi como na filosofia leibniziana se destacam a realidade, ou melhor, a pluralidade das manifestações e as virtudes morais, entre as quais se contam o amor (a essência da ideia de humanidade para os confucionistas) e a sabedoria. A vida é em ambas as filosofias um caminho de extensa aprendizagem, onde a razão discursiva e intuitiva se entrelaçam, ainda que com primazia para a última.

2. A QUERELA DOS RITOS E A BUSCA DA HARMONIA EM LEIBNIZ

Na época filosófica em que Leibniz viveu era comum assistir à desvalorização dos princípios de outras culturas, sobretudo dos religiosos. Como Franklin Perkins bem nota em *Leibniz and China. A Commerce of Light*, Leibniz, Descartes, Locke e Espinosa permaneceram eurocêntricos nas suas leituras do Outro,⁴¹ mas Leibniz, devido aos postulados filosóficos da sua filosofia, nomeadamente àquele onde podemos ler “que tudo é um” e, consequentemente “um é tudo em potência”, devido ao seu monismo pluralista e à crença profunda na universalidade das estruturas e numa ciência universal, dedicou muito do seu tempo de reflexão filosófica ao entendimento da filosofia e religião chinesas. Recorde-se que um dos seus últimos trabalhos é uma carta datada de 1716 sobre a filosofia chinesa a M de Rémond, que seria publicada postumamente com o título *Discurso sobre a Teologia Natural dos Chineses*. Neste sentido podemos recordar a correspondência trocada com o Pe. Bouvet.

Leibniz não tem acesso directo à filosofia chinesa, mas respeita-a e procura encontrar afinidades com o pensamento religioso cristão da época, a fim de provar a sua tese da harmonia universal. O mesmo não se poderá dizer de Descartes, que em nome dos princípios

inatos e das verdades eternas da razão, desvaloriza todas as manifestações culturais onde apenas encontra relativismo, solo inseguro, na sua perspectiva para a procura da verdade. Também o panteísmo de Espinosa não contribui para a tentativa de compreensão do Outro. E ainda que o filósofo professe a tolerância e o pluralismo, pois todas as manifestações dependem de Deus, o caminho para a divindade não radica na atenção e observação de outras experiências culturais, que são na sua perspectiva racionalista, contingentes, mas na reflexão sobre o que é universal e comum à natureza humana, que depende do nosso interior. Locke, o autor da *Carta da Tolerância*, embora defenda a tolerância em relação a outras culturas, e se interesse bastante pelos povos das Américas, considera que não há uma ideia comum de Deus e, por isso, devemos apenas cingir-nos à nossa experiência limitada, o que tem como vantagem o respeito por outras manifestações culturais, ainda assim esbatido pelo facto de o filósofo considerar a cultura europeia superior às outras. E o que dizer de Malebranche? O Padre adopta em *Diálogo de um Filósofo Cristão e de um Filósofo Chinês sobre a Existência e a Natureza de Deus* (1708) uma postura integralmente eurocêntrica. Que importância possui o filósofo chinês neste diálogo? Nenhuma, poderia ser outro filósofo de uma outra cultura qualquer no seu lugar, pois o objectivo primeiro de Malebranche é expor as teses da sua filosofia cristã contra o que denomina o ateísmo de Espinosa. Não é então de estranhar que o chinês abra o diálogo com a seguinte questão: “Quem é esse Senhor do Céu que de tão longe nos vindes anunciar?”⁴² E que esse mesmo chinês acabe vincando a sua posição contra o cristão, defendendo que só a “extensão é eterna, necessária, infinita.”⁴³ Ora para que não restem quaisquer dúvidas, na “Advertência a Respeito do Diálogo de um Filósofo Cristão e de um Filósofo Chinês”, afirma que a sua principal intenção foi ser útil aos missionários que trabalhavam na China, mas sem optar pela via mais usual nos missionários jesuitas, que era a da acomodação cultural. E nas “Observações” declara que para atacar o ateísmo, seu objectivo primeiro:

“se pode mudar chinês por japonês ou siamês, ou até por francês. É que ele está de acordo em que o sistema do ímpio Espinosa faz aqui grandes danos e, parece-nos, que há muita relação entre as impiedades de Espinosa e as do nosso Filósofo Chinês. A mudança de nome não alteraria nada no que é essencial ao meu Escrito.”⁴⁴

FILOSOFIA

A aproximação de Leibniz ao pensamento chinês é diferente. Ele é o verdadeiro amante da sabedoria, a aurora do homem enciclopédico do século XVIII.⁴⁵ Pensa até na realização de uma enciclopédia. Estuda metafísica, matemática, lógica, física, química, mecânica, jurisprudência, paleontologia, biologia, história, linguística, psicologia e estratégia. É um luterano ao serviço de príncipes católicos, corresponde-se com missionários jesuítas que acreditam na sua possível conversão e morre sem padre para o confessar. Leva a sério a diversidade cultural e procura através dela comprovar a sua tese da universalidade das estruturas e da ciência.

Além da leitura filosófica, há uma outra histórica, que tem em consideração as circunstâncias da vida de Leibniz, e igualmente nos faz entender a necessidade de harmonia postulada pelo filósofo. Segundo nos diz António Borges Coelho, “Leibniz é um filósofo que se esconde”,⁴⁶ o que explica talvez o pansiquismo de Leibniz não poder ser separado de um certo materialismo,⁴⁷ que muito o aproximou da visão clássica chinesa da existência. Embora Leibniz não professe abertamente que a sua perspectiva é idêntica à dos chineses, mostra-se pronto a encontrar concordâncias, devido também aos tempos difíceis em que viveu. Leibniz nasceu no final da guerra dos trinta anos, tendo por isso sempre presentes as perniciosas consequências das guerras religiosas. Além da Guerra dos Trinta Anos, conheceu a guerra franco-espanhola, a luso-espanhola, a guerra da Catalunha, a revolta de Nápoles, a guerra luso-holandesa, as guerras anglo-holandesas, a Guerra da Sucessão de Espanha, etc.⁴⁸ E embora não tenha horror a guerras,⁴⁹ procura evitá-las sempre que possível e, sobretudo, afastá-las de um pensamento filósofo que considerava valioso e possuía muitos laços com o seu.⁵⁰

Desde cedo se interessa pelas manifestações da filosofia chinesa e consegue descobrir afinidades entre o seu cálculo infinitesimal e as linhas diagramáticas que compõem os trigramas de Fuxi 伏羲, o primeiro imperador mítico chinês, ao qual é atribuída a invenção dos trigramas. Leibniz é, com Newton,⁵¹ o inventor do cálculo infinitesimal, baseado numa aritmética binária que está na base das máquinas de calcular e dos actuais computadores. No entanto, a aproximação que estabelece, por intermédio do padre jesuíta Bouvet (1656-1730),⁵² entre as linhas do *Clássico das Mutações* e a sua própria aritmética tem para muitos



dos comentadores de Leibniz, como Mugello e Adelino Cardoso,⁵³ um alcance metafísico. Mais importante do que a leitura matemática, será a descoberta de uma afinidade, comprovadora da harmonia das estruturas universais, em que a linha quebrada (—) e *yin* do *Clássico* equivale ao 0 do cálculo binário de Leibniz, ou seja, à matéria e a linha contínua (—) representa o 1, ou a mónada, a substância simples, o espírito, a imagem da divindade.

O principal objectivo de Leibniz é pois alcançar a essência da ciência geral, que é a arte do pensar, a lógica.

“O escopo supremo da Ciência Geral estará na descoberta de um alfabeto dos pensamentos humanos, que, no melhor optimismo dos iluministas, nos permitirá penetrar no mais fundo da realidade e obviar polémicas vãs. Estabelecido este alfabeto ou Característica Universal e as regras da Arte Combinatória bastará dizer ao adversário: — ‘Façamos as contas!’ — e decidiremos inequivocamente, a quem caberá a vitória da contenda.”⁵⁴

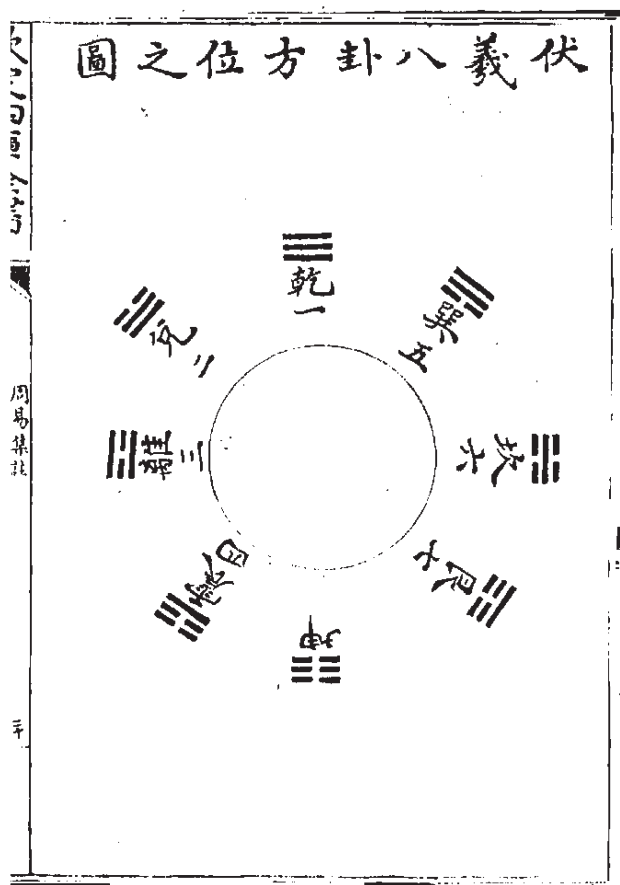
Ora o alfabeto dos pensamentos humanos revelava-se nas afinidades que Leibniz descobria entre o seu cálculo binário e as linhas de Fuxi, que possuíam uma leitura metafísica tão interessante como a física, ou melhor, a aritmética, pois também a partir da matéria (0) e da mónada (1) se podia escrever toda a realidade. Rematamos, então, com o que o filósofo nos diz “Dos caracteres de Fohi,⁵⁵ fundador do Império Chinês, se serviu nos seus escritos e da aritmética binária”:

“Nesta aritmética há apenas duas notas, 0 e 1, com as quais se podem escrever todos os números; e quando eu a comuniquéi ao R. P. Bouvet, ele reconheceu imediatamente os caracteres de Fohi, visto que eles lhe responderam exactamente. Pondo a linha interrupta _ por 0 e a linha inteira _ para a unidade 1. Esta aritmética fornece a maneira mais simples de fazer variações, visto que ela tem apenas dois ingredientes [...] Mas tendo-se perdido completamente esta Aritmética,

os chineses posteriores não estavam preparados para se lembrar dela.”⁵⁶

A posição ecuménica de Leibniz leva-o a defender a filosofia religiosa chinesa, quando tal lhe é pedido por um dos seus correspondentes mais dedicados, o Sr. Rémond. Este solicita-lhe igualmente uma recensão crítica ao *Tratado* do jesuíta Longobardi (1565-1655), intitulado *Traité sur quelques points de la religion des chinois*, que fora publicado postumamente em 1701. Sabemos que Leibniz recebeu, via Rémond, não só o *Tratado* de Longobardi como o *Diálogo* (1708) de Malebranche e, ainda, o livro do padre franciscano António de Santa Maria (1602-1669), intitulado *Traité sur quelques points importants de la Mission de la Chine*, também de 1701. Leibniz assume, desde logo, a missão de defender a teologia natural dos chineses contra a crítica levada a cabo por Longobardi dos ritos chineses e, também, contra as acusações de materialismo, que foram movidas pelos padres Malebranche e António Santa Maria.⁵⁷

Os trigramas de Fuxi.



O clima religioso da época não favorece as tentativas de Leibniz para estabelecer a característica universal (*Scientia Generalis Characteristica*). Viviam-se em plena controvérsia dos ritos. A missão do emissário papal à China, Charles Tournon, foi desastrosa, bem como a dum outro emissário papal, Maigrot, de 1706, para o bom entendimento entre chineses e ocidentais. O primeiro decreto de Tournon de Novembro de 1704, emitido pela inquisição romana e confirmado pelo papa Clemente XI, proibia os cristãos chineses de utilizarem os nomes de Imperador do Alto (*shangdi*) e Céu (*tian*) para se nomear Deus, aprovando apenas o de Senhor do Alto (*shangzhu* 上主). Proibia, ainda, as tabuletas nas igrejas com a expressão “Venerar o Céu” (*jingtian* 敬天) e interditava aos cristãos qualquer papel nos sacrifícios aos antepassados ou a Confúcio e apenas permitia nas tabuletas o nome do morto.

O segundo decreto de Tournon de Fevereiro de 1707, o decreto de Nanjing, reafirma as posições de 1704 e ameaça os violadores com a excomunhão. As bulas papais *Ex illa die* (1715) e *Ex quo singulari* (1742) rematam a controvérsia declarando o estatuto de pagãos para os ofendidos chineses. E pouco depois em 1773 dava-se a extinção da ordem dos jesuítas, tendo os esforços de evangelização na China sido coarctados até à chegada dos protestantes no século XIX, como bem viu David Mungello.⁵⁸

Podemos encarar a defesa da filosofia religiosa chinesa levada a cabo por Leibniz como um apelo à tolerância para com outras culturas; como uma procura da paz religiosa; como a procura das bases metafísicas para uma ciência geral; e, por fim, mas não menos importante na ordem das razões, como a defesa da sua própria filosofia perante a ortodoxia cristã, uma vez que o filósofo encontra muitas afinidades com o ponto de vista chinês. Assim, a um nível mais profundo, a defesa da filosofia do Outro pode ser vista como a dos seus princípios filosóficos.

Numa primeira leitura, Leibniz procura defender os chineses da acusação de materialismo:

“Pode duvidar-se, antes de mais, se os Chineses reconhecem ou reconheceram substâncias espirituais. Mas depois de ter pensado bem, julgo que sim; embora eles não tenham de modo algum reconhecido essas substâncias como separadas e completamente fora da matéria.”⁵⁹

Nem para os chineses, nem para Leibniz, diríamos nós, uma vez que o filósofo defende um mundo cheio

FILOSOFIA

de matéria. Não existem substâncias simples ao nível fenoménico, mas antes seres compostos, agregados, sempre com corpo. E um pouco adiante defende que os anjos têm corpo e que “a alma racional não está nunca inteiramente despojada de todo o corpo.”⁶⁰

Baseando-se via missionários na filosofia do neoconfucionista, Zhuxi defende a aproximação, aqui claramente eurocêntrica, entre a ideia de *li* e a de Deus enquanto suprema inteligência, “supramundana e acima da matéria”.⁶¹ O *li*, a razão, o primeiro princípio dos chineses, caracteriza-se por ser uma substância eterna, incriada, incorruptível, infinita e princípio moral de todas as virtudes, possuindo assim os mesmos atributos da mónada universal e das particulares de Leibniz. O filósofo ao caracterizar o *li*, enquanto “unidade sumária”, fala-nos mais uma vez da sua própria filosofia:

“Mas ela é também o Agregado ou a *mais perfeita multidão*, porque na entidade deste princípio estão encerradas todas as essências das coisas, como no seu germe. Nós dizemos outro tanto quando ensinamos que as ideias, as razões primitivas, os protótipos de todas as essências estão em Deus.”⁶²

Contra a perspectiva do Pe. Santa Maria procura demonstrar que *li*, *taiji* e *shangdi* se referem à mesma realidade divina, suprema inteligência e não à matéria prima como pretendia o Pe franciscano. E continuando a defender os antigos letrados chineses das leituras dos missionários ocidentais, reafirma o *li* como princípio racional, introduzindo a sua ideia do melhor mundo possível:

“Assim, eu creio que sem chocar a antiga doutrina dos Chineses se pode dizer que o *li* foi levado pela perfeição da natureza a escolher de entre vários possíveis o mais conveniente; e que por este meio ele produziu o *ki* ou a matéria, mas com tais disposições que tudo o resto derivou dela por propensões naturais [...]”⁶³ Os chineses, muito longe de serem censuráveis, merecem louvores por fazerem nascer as coisas por meio de propensões naturais e por uma ordem pré-estabelecida.”

Leibniz afirma-se apoiante da filosofia chinesa, invocando as noções básicas da sua própria filosofia: o melhor dos mundos; a ordem pré-estabelecida pela racionalidade divina e a não separabilidade da alma e do corpo, mesmo depois da morte:

“No que creio que eles têm razão e que a ordem das coisas leva a que todos os espíritos particulares

estejam sempre unidos a corpos e que a alma, mesmo depois da morte, não esteja nunca despojada de toda a matéria organizada ou de todo o ar submetido a algum tipo de ordem.”⁶⁴

Voltamos a encontrar ecos da sua filosofia, quando Leibniz procura defender a pertinência da sentença chinesa de que “tudo é um”, que considera recíproca da que “um é tudo”,⁶⁵ o que mais uma vez se harmoniza com a sua concepção monadológica da existência, em que os espíritos emanam de um princípio racional supremo, sendo diferentes, porque suas expressões, mas semelhantes, porque a sua imagem.

Leibniz procura, ainda, harmonizar os princípios da filosofia neoconfucionista da linha racionalista de Zhuxi, com a filosofia cristã e, como já vimos, numa leitura mais aprofundada, com a sua própria filosofia. Considera então que o *taiji*, o todo, a unidade suprema; o *li*, o princípio racional e o *qi*,⁶⁶ o ar primitivo, se podem conciliar num mesmo todo, porque: “o *taiji* é o *li* operando sobre o *qi*”,⁶⁷ E ainda segundo as suas palavras, “o *li* denota o Ser absoluto e o *taiji* denota um Ser respectivo às coisas”.⁶⁸ De facto, esta leitura em nada atraiçoa o espírito neoconfucionista e, simultaneamente, harmoniza a ideia de *li* e a de Mónada; a de *taiji* e a do todo composto pelos fenómenos; a de *qi* e a da força física.

Uma outra luta que o filósofo vai travar prende-se directamente com a nomenclatura de Deus, questão levantada e “regulada” pelos decreto do emissário papal de 1704, que tanto contribuiu para levar a mau porto a questão dos ritos. O objectivo de Leibniz é provar que os chineses quando referem *shangdi*, *tian* e *li* querem dizer o mesmo que os cristãos quando falam de Deus. Esta leitura, obviamente eurocêntrica, tem como principal objectivo harmonizar perspectivas contrárias, concedendo propositadamente a primazia à perspectiva cristã, porque qualquer guerra, religiosa ou não, só se decide quando há um vencedor. Aparentemente vencem os cristãos, mas o que o filósofo quer é mais profundo, ele pretende uma maior abertura do mundo, a fim de chegar aos universais que comporão a sua Ciência Geral. Diz-nos então no §28:

“A coisa que os Chineses falam mais magnificamente depois do *li* ou do *taiji* é o *shangdi*, quer dizer, o Rei do Alto, ou antes, o espírito que governa o Céu. O Pe. Ricci⁶⁹ tendo entrado na China e tendo aí permanecido durante algum tempo, julgou que por este *shangdi* se

poderia entender o Senhor do Céu e da Terra, e numa palavra, o nosso Deus, que ele também chamava *tian zhu*, o Senhor do Céu. E é sob esta última palavra que se entende comumente o Deus dos cristãos na China.”⁷⁰

Leibniz esforça-se, ainda, por encontrar afinidades entre os espíritos e gênios dos chineses e os anjos ocidentais. Procura conciliar a adoração aos espíritos com a doutrina cristã e, sobretudo, o culto aos antepassados, um outro ponto que marcou a ruptura entre o tipo de Cristianismo que os jesuítas autorizavam na China e o Cristianismo católico “ortodoxo” de Roma. O filósofo tenta, mais uma vez, defender a expressão religiosa dos chineses e afastar o culto aos antepassados da acusação de materialismo estóico, que supõe um deus material em todo o universo:

“Mas não vejo nada que nos impeça de aí encontrar um deus espiritual, autor da própria matéria, manifestando a sua sabedoria e a sua potência nas coisas inanimadas e servido por espíritos inteligentes, que se assemelham aos nossos anjos e às nossas almas.”⁷¹

Volta a colocar-se, como não podia deixar de ser, a questão da matéria e de que modo surge ela ligada às

substâncias espirituais. Leibniz argumenta que também na Antiguidade cristã e pagã as substâncias espirituais possuíam corpos subteis.⁷² E se no geral o filósofo pode afirmar a concordância de visões, no particular muito fica por explicar em relação às duas almas chinesas, a material *po* 魄, que vai para a sepultura, e a espiritual *hun* 魂 que sobe aos céus, não sendo tal factor determinante, porque o que lhe interessa é harmonizar semelhanças e não enfatizar diferenças.

“O culto dos antepassados e dos grandes homens instituído pelos antigos chineses pode bem ter por fim marcar a gratidão dos vivos, virtude querida e recompensada pelo Céu e para exercitar os homens a fazer acções que os tornem dignos do reconhecimento da posteridade.”⁷³

Não é por acaso que o *Discurso* termina com uma meditação sobre os caracteres de Fuxi e a sua relação com a aritmética binária. Deste modo compreendemos que a causa profunda de tanta investigação sobre os chineses se prende com a descoberta da harmonia entre os princípios filosóficos defendidos pelo filósofo e pelo Confucionismo chinês, abrindo o caminho à investigação e fundamentação da Característica Universal. **RC**

NOTAS

- 子曰:学而时习之,不亦说乎?有朋自远方来,不亦乐乎?人不知,而不愠。
- 子贡曰:「夫子之文章,可得而闻也;夫子之言性与天道,不可得而闻也。」
- 祭如在,祭神如神在。子曰:「吾不与祭,如不祭」
- Antonio Cua, “The Concept of Li in Confucian Moral Theory”, in R. E. Allinson (ed.), *Understanding The Chinese Mind. The Philosophical Roots*, p. 209.
- 子曰:「德不孤,必有邻。」
- 子曰:「十室之邑,必有忠信如丘者焉,不如丘之好学也。」
- 子贡曰:「我不欲人之加诸我也,吾亦欲无加诸人」子曰:「赐也,非尔所及也。」
- 子曰:「盖有不知而作之者,我无是也。多闻,择其善者而从之;多见而识之;知之次也。」
- 子曰:「兴于诗,立于礼,成于乐。」
- Chad Hansen, “Language in the Heart-mind”, in Robert E. Allinson, ed., *Understanding the Chinese Mind. The Philosophical Roots*, pp. 75-123.
- Ibidem*, p. 85
- Os outros clássicos são os *Analectos*, *O Grande Estudo* e o *Livro de Mencio*.
- Daxue. Zhongyong 大学。中庸. *The Great Learning. The Doctrine of Mean*, pp. 1-5.

- Ibidem*.
- 喜怒哀乐之未发,谓之中。发而皆中节,谓之和。中也者,天下之大本也;和也者,天下之远道也。致中和,天地位焉,万物育焉, *ibidem*.
- 中庸其至矣乎!氏鲜能久矣, *ibidem*, p. 9
- 忠恕违道不远,施诸己而不愿,亦勿施于人。
- 妻子好和,如故瑟琴。兄弟既翕,和乐且耽。宜尔室家,乐而妻孥。子曰:「父母其顺矣乎!」, *ibidem*, p. 39.
- Negrito nosso.
- 故天德,必得其位,比得其禄,必得其名。必得其寿。故天之生物,必因其材而笃焉。故栽者培之,倾者复之。《诗》曰:「嘉乐君子,宪宪令德,宜民宜人,受禄于天,保佑命之,自天申之。」故大德者必受命。», *ibidem*, p. 43.
- 自诚明,谓之性。自明诚,谓之教。诚则明矣,明则诚矣。仁者,人也,亲亲为大, *ibidem*, p. 55.
- Leibniz, *Princípios da Natureza e da Graça. Monadologia*, p. 19.
- Ibidem*, p. 21.
- Ibidem*, p. 26.
- Leibniz, *Confessio Philosophi. La profession de foi du philosophe*, in Prefácio de *Princípios de Natureza e da Graça...*
- Leibniz, *Princípios da Natureza e da Graça...*, p. 28.
- 乃若其情,则可以善矣,乃所谓善也。若夫为不善,非才之罪也。恻隐之心,人皆有之;是非之心,人皆有之。恻隐之

FILOSOFIA

- 心，人也；羞恶之心，义也；恭敬之心，礼也；是非之心，智也。仁义礼智，非由外铄我也我固有之也，弗思耳矣。 Mencius 孟子, *Gao Zi* 告子, p. 353.
- 29 In Hsueh-Li Cheng (ed.), *New Essays in Chinese Philosophy*, pp.149-150.
- 30 Carta incluída em *Die philosophischen Schriften von Gottfried Wilhelm Leibniz*, edição de Carl Immanuel Gerhardt Gerhardt, Berlim 1875-1890; reimp. Hildesheim: Georg Olms, 1978. Leibniz, *Princípios da Natureza e da Graça...*, p. 34
- 31 *Ibidem*, p. 41.
- 32 *Ibidem*, p. 50.
- 33 *Ibidem*, p. 55.
- 34 *Ibidem*.
- 35 *Ibidem*, p. 57.
- 36 *Ibidem*, p. 63.
- 37 Stanislaus Lokuang, “Chu Hsi’s Theory of Metaphysical Structure”, in Wing-tsit Chan, ed., *Chu Hsi and Neo-Confucianism*, p. 58
- 38 Wing-tsit Chan, *Chu Hsi. Life and Thought*, p. 98.
- 39 In Wing-tsit Chan, ed., *Chu Hsi and Neo-confucianism*, p. 382.
- 40 E mais uma vez estamos perante uma leitura apressada do Budismo Mahayana, que se caracteriza por considerar a salvação colectiva realizável por meio de boas acções.
- 41 Franklin Perkins, *Leibniz and China. A Commerce of Light*, p. 199.
- 42 Nicolas Malebranche, *Diálogo de um Filósofo Cristão e de Um Filósofo Chinês*, p. 13.
- 43 *Ibidem*, p. 45.
- 44 *Ibidem*, pp. 53-54.
- 45 Os planos para a elaboração de uma enciclopédia traçados por Leibniz serão realizados por Diderot e pelos enciclopedistas.
- 46 António Borges Coelho, *Leibniz. O Homem. A Teoria da Ciência*, p. 149.
- 47 *Ibidem*.
- 48 *Ibidem*, p. 56.
- 49 Segundo relata António Borges Coelho (*Leibniz. O Homem. A Teoria da Ciência*, p. 29), o filósofo foi enviado a Paris, a fim de propor a Luís XIV um plano de cruzada cristã contra o Egipto (que não foi aceite), de modo a desviar a guerra do continente europeu.
- 50 Havia precedentes históricos que contribuíam para o apaziguamento religioso, no plano político, como o Congresso de Westfália (1648). Este pôs termo a uma guerra religiosa ao declarar que fossem permitidas no Império as religiões luterana, calvinista e católica.
- 51 Os partidários de Newton acusaram Leibniz de ter plagiado o físico inglês. No entanto, crê-se que ambos chegaram à descoberta do cálculo por vias diferentes.
- 52 A correspondência entre Bouvet e Leibniz começa em 1710.
- 53 David E. Mugello, *Leibniz and Confucianism. The Search for Accord*. Ver ainda o comentário de Adelino Cardoso ao *Discurso sobre a Teologia Natural dos Chineses*.
- 54 António Borges Coelho, *Leibniz...*, p. 105.
- 55 Transcrição fonética do sul para o nome de Fuxi.
- 56 Leibniz, *Discurso sobre a Teologia Natural dos Chineses*, p. 86.
- 57 As cópias dos dois *Tratados* e do *Diálogo* entre um filósofo cristão e um filósofo chinês chegam a Leibniz em finais de 1715, datando a resposta do filósofo a Rémond de 1716.
- 58 David E. Mungello, *Leibniz and Confucianism...*
- 59 Leibniz, *Discurso sobre a Teologia Natural dos Chineses*, §II, p. 38.
- 60 *Ibidem*.
- 61 *Ibidem*, §II, p. 39.
- 62 *Ibidem*, §VI, p. 42.
- 63 *Ibidem*, §XVIII pp. 49-50.
- 64 *Ibidem*, §XX, p. 50.
- 65 *Ibidem*, p. 51.
- 66 Princípios que na tradução portuguesa de *O Discurso sobre a Teologia Natural dos Chineses* seguem a fonética do Sul, porque ao *taiki* se chama *taikie* e o *qi* aparece referido como *ki*.
- 67 Leibniz, *Discurso sobre a Teologia Natural dos Chineses*, §XXV, p. 56.
- 68 *Ibidem*, §XXVI, p. 57.
- 69 O Pe. Matteo Ricci (1552-1610) chegou à corte imperial chinesa em 1601.
- 70 Leibniz, *Discurso sobre a Teologia Natural dos Chineses*, §XXVIII, p. 58.
- 71 *Ibidem*, §LV, p. 75.
- 72 *Ibidem*, §LXIII, p. 81.
- 73 *Ibidem*, §LXVI, p. 83.

BIBLIOGRAFIA

- Daxue. Zhongyong 大学。中庸/*The Great Learning. The Doctrine of Mean*.1996. Pequim: Sinolingua.
- Lunyu 论语/*Analects of Confucius*. 1994. Pequim: Sinolingua.
- Mencius 孟子.1999. Pequim: Sinolingua
- Chan, Wing-tsit. *Chu Hsi. Life and Thought*. Hong Kong: The Chinese University Press; Nova Iorque: St. Martin’s Press, 1987.
- ed. *Chu Hsi and Neo-Confucianism*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1986.
- Chen Shih-chuan. “The Organismic Tenet of Chinese Philosophy: A Comparison of Trends in Western and Chinese Thought”, in Hsueh-li Cheng, ed., *New Essays in Chinese Philosophy*. New York, Washington, D.C., Baltimore: Peter Lang, 1997.
- Coelho, António Borges. *Leibniz. O Homem. A Teoria da Ciência*. Lisboa: Livros do Horizonte, [s.d.].
- Cua, Antonio. “The Concept of *Li* in Confucian Moral Theory”, in Robert E. Allinson, ed., *Understanding The Chinese Mind. The Philosophical Roots*. Hong Kong: Oxford University Press, 1991.
- Fu, Charles Wei-Hsun. “Chu Hsi on Buddhism”, in Wing-tsit Chan, ed. *Chu Hsi and Neo-Confucianism*.
- Hansen, Chad. “Language in the Heart-mind”, in Robert E. Allinson, ed., *Understanding the Chinese Mind. The Philosophical Roots*. Hong Kong: Oxford University Press, 1991.
- Leibniz, Gottfried. *Discurso sobre a Teologia Natural dos Chineses*. Introd., trad e notas por Adelino Cardoso. Lisboa: Edições Colibri, 1991.
- , *Princípios da Natureza e da Graça. Monadologia*. Trad. Miguel Serras Pereira Lisboa: Fim de Século, 2001.
- Lokuang, Stanislaus. “Chu Hsi’s Theory of Metaphysical Structure”, in Wing-tsit Chan, ed., *Chu Hsi and Neo-Confucianism*.
- Malebranche, Nicolas. *Diálogo de um Filósofo Cristão e de um Filósofo Chinês sobre a Existência e a Natureza de Deus*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- Mungello, David E. *Leibniz and Confucianism. The Search for Accord*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1997.
- Perkins, Franklin. *Leibniz and China. A Commerce of Light*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

The Luso-Macao Dimensions of Sun Yat Sen's Modern Chinese Revolution

MING K. CHAN*

INTRODUCTION

The year 2011 saw the centenary of China's 10 October 1911 Revolution that occurred exactly one year after Portugal's 5 October 1910 republican revolution. Over and above overthrowing the Qing Dynasty, the 1911 Revolution ended the three-millennia-long imperial tradition of dynastic monarchy in China and ushered in Asia's very first republic, the Republic of China. On 1 January 1912, Dr Sun Yat Sen 孫逸仙 assumed office in Nanking (Nanjing) as Provisional President, the inaugural head of state of this new Republic of China.

In very sharp contrast to the case of nearby Hong Kong, another European enclave on Chinese soil located only 60 kilometres away across the Pearl River estuary, the Macao dimensions of Sun Yat Sen's revolutionary undertakings have so far remained a



* Visiting fellow at the Center for East Asian Studies, Stanford University, where he also took his doctorate. He has lectured at University of California, Los Angeles, Duke University and University of Hong Kong. Member of the International Advisory Council of the Orient Institute, Technical University of Lisbon. Author/editor of numerous academic volumes and articles/book chapters on China history, Macau and Hong Kong.

Professor visitante do Centro de Estudos da Ásia Oriental da Universidade de Stanford, onde obteve o seu doutoramento. Lecionou na Universidade da Califórnia, Los Angeles, Duke University e Universidade de Hong Kong. Membro do Conselho Consultivo Internacional do Instituto do Oriente, Universidade Técnica de Lisboa, é autor/editor de várias obras e artigos/capítulos de livros sobre história da China, Macau e Hong Kong.

ESTUDOS DE MACAU

much less well-known and rather under-appreciated chapter in the chronicles of modern China's tumultuous transformation since the late 19th century. In fact, British colonial Hong Kong's historical role as a vital hub in Sun Yat Sen's quest for a modern China through successive revolutionary movements during the 1895-1925 period has long been widely recognised in both domestic scholarship and international research, repeatedly emphasised in Chinese school textbooks as well as celebrated in popular portrayals and folkloric renditions, ranging from various literary genres, music, plays, operatic performances, radio/television series and movie films. By comparison, the fascinating and no less exciting 'Macao Story' in the narratives of the modern Chinese revolution simply has never enjoyed any similar open acknowledgments and popular acclaims beyond Macao's shores. Indeed, it is justifiable to regard Macao as an important off-shore base for Sun Yat Sen's anti-Qing undertakings that climaxed in the 10 October 1911 Uprising to usher in a new republican era for the Chinese nation.

As a matter of fact, stretching far from the socio-cultural anchorage and functional platform of Macao under Portuguese rule, an interesting and complex web of external linkages, mainly through the Lusophone (Portuguese-speaking) networks garnished with far reaching Ibero-Latino outreach, had enriched Sun Yat Sen's revolutionary movements with ideas, peoples, examples and experiences as well as resources and opportunities from around the globe. Emanating from and through Macao, such interactive dynamics between Sun Yat Sen and the places-and-peoples of the Lusophone spheres on the four continents of Asia, Europe, Africa and the Americas constituted an often overlooked yet nonetheless significant 'unsung' verse that underlined the modern Chinese revolution. These century-old repertoires of Sino-Lusophone interface should provide a very solid historical foundation, background reference and informed context to enhance fuller understanding of the fast-unfolding PRC-Portuguese speaking countries' co-operative relationships as being effectively promoted through Macao, a unique bilingual/multi-cultural agent and transnational exchange hub.

This essay aims to highlight some outstanding facets and selected salient features that buttress the historical significance of the Luso-Macao dimensions of Sun Yat Sen's modern Chinese revolutions. It will adopt

three major over-arching perspectives and distinctive approaches in the following pages:

(1) To focus on Macao's unique locale amid the geo-political and socio-cultural fabrics in China's Pearl River Delta/Guangdong-Lingnan region, as well as the inter-continental Lusophone influences underlining this Portuguese enclave's East-West cross-cultural and trans-national interactive dynamics.

(2) To Look beyond the immediate 1911 events (the successful 10 October 1911 anti-Qing uprisings in Wuhan, China), to view Macao as a significant source of influence on Sun Yat Sen's life and thoughts—his earliest window to the world, cradle of new ideas, initial exposure to Christianity, valuable hub for revolutionary efforts, and a vital transmission belt for Sun's revolutionary visions and missions for a new China.

(3) To draw stronger attention to the real impact of both the Luso historical experience (such as Portugal's 5 October 1910 Revolution) and the Euro-style social democracy ideologies' influence on Sun Yat Sen's revolutionary campaigns for republicanism and to build a new China—an independent, unified, modern, strong, wealthy, progressive and, above all, free and democratic China.

Reference to the relevant Macao-linked military, political and socio-cultural episodes and Macao-related/ based turning points in Sun Yat Sen's revolutionary repertoire will be cited to illuminate the multi-faceted Luso-Macao factor in modern China's transformation. It is perhaps useful to briefly delineate here the geopolitical realities, the historical foundation and pluralistic socio-cultural fabrics of Macao under Portuguese rule during the 1860s to 1910s half century, when Macao, its people, institutions and far-reaching external networks were all important facets that shaped the life and work of Sun Yat Sen in his revolutionary quest for a new China.

MACAO'S GEOPOLITICAL, HISTORICAL, SOCIO-ECONOMIC AND CULTURAL ATTRIBUTES

Despite its minuscule physical and population size on China's periphery, Macao has been at the forefront of the Sino-Luso cross-cultural and trans-continental economic exchanges spanning nearly half a millennium from China's Ming Dynasty to today. Due to its uniquely advantageous geopolitical assets-as a strategically located free port for international trade

at the Pearl River estuary on China's southern maritime frontier—Macao served as the vital partner for Canton (Guangzhou, the provincial capital of Guangdong), which was China's sole legally designated port for maritime foreign trade in the Ming-Qing era until the post-1842 'Treaty Ports' system that opened up other Chinese ports to global traffic. From the mid-16th century to the mid-19th century, the river port Canton and sea port Macao (that were only 68 miles/110 kilometres apart along the Pearl River) had paired in a complementary 'division of labour' collaboration to function closely as a dual-city nexus of late imperial China's key hub for oceanic commerce. Gradually, the Portuguese developed four seafaring global trade routes starting from the Canton/Macao core: 1. Canton-Macao-Goa-Lisbon; 2. Canton-Macao-Manila-Acapulco/ Lima; 3. Canton-Macao-Nagasaki; and 4. Canton-Macao-Makassar-Timor. In a sense, Macao, in an intimate and mutually beneficial partnership with Canton, had played a distinctive and vital role as a major trade centre of China, Asia and the world.

Paralleling the development of these international trade links that fuelled its growth, Macao was also vital to China's early modernisation efforts in the broad context of global exchange between civilisations before the 1839-1842 Sino-British Opium War that opened China to full-scale Western impact. Until then, Macao served as the main conduit for the continuous infusion of Western learning, knowledge, science and technology for three centuries. The 1842 Treaty of Nanking (Nanjing) that settled China's Opium War defeat led to the rapid development of Hong Kong under the British crown and also the creation of the multilateral Treaty Ports system on Chinese soil that lasted a full century until 1942.

Historically, Macao under the Portuguese had once thrived as an important embarkation point for Chinese overseas migration traffic and as a key provisioning supply channel-remittance conduit servicing the widespread global network of overseas Chinese communities. In fact, Macao's Lusophone ties had directly facilitated the massive Chinese migratory traffic to, and trading linkages with, other Portuguese-speaking areas in Asia (Malacca, Goa and East Timor), Africa (Angola, Guinea-Bissau, Mozambique, São Tomé and Príncipe, and Cape Verde) and South America (Brazil). Furthermore, by stretching the Lusophone ties to regions that had long been culturally

and linguistically linked to Portugal-neighbouring Spain, and by extension, the vast overseas Spanish domains in Latin America and the Philippines, a much larger 'Ibero/Luso/Hispanic' world existed for Macao-originated or Macao-processed overseas Chinese migration and settlement. Besides Portuguese-speaking Brazil, the 19th century Chinese coolie traffic to Cuba and Peru, both Spanish colonies, was mainly conducted through Macao's port with its extensive Luso-Ibero ties. Such coolie traffic developed into a massive business on a grand scale and triggered external ramifications beyond the Sino-Luso realm.

In fact, two decades after the British took possession of Hong Kong in 1842 to develop it into southern China's premier international port, a new economic landscape emerged to impact Macao. By the 1860s, this young British colony, endowed with a superior deep-water natural harbour and buoyed by the far larger and more powerful British Empire shipping and commercial networks, began to overshadow Macao and eventually eclipsed and nearly displaced the Portuguese enclave in Sino-global economic links. However, despite upstart Hong Kong's rapid ascendancy and eventual dominance, Macao was still able to retain some of its lucrative functions in the Chinese overseas migration traffic.

For example, in the three years of 1856-1858, at least 19,910 Chinese labourers sailed from Macao for overseas servitude. At its peak in 1872, Macao 'processed' some 21,854 Chinese on the outward-bound coolie traffic, amid an annual average of about 20,000 during the 1859-1873 period. From 1847 to 1875, an immense population of Chinese coolies was exported, numbering at least 250,000 and possibly reaching 500,000. Among them, 99,149 out of the 150,000 Chinese coolies sent to Cuba departed from Macao during these years. In the early 1870s heydays, Macao had some 800 'coolie lodges' that temporarily housed Chinese labourers awaiting embarkation on their overseas voyages aboard ships flying the British, French, Spanish, Dutch, Peruvian and US flags.

The outrageously brutal and cruel abuse, especially in the workplaces, in the bonded labourers system (commonly known as the 'coolie trade' and sometimes involving involuntary abduction) provoked fierce condemnations and protesting outcries from around the world. Under heavy international pressure, the British government was forced to interfere in the atrocities

ESTUDOS DE MACAU

taking place in coolie shipping sites such as Hong Kong and eventually had to take charge and put an end to the abusive and inhumane coolie traffic. In 1874, London prohibited coolie trade in all British territories. Hence, the site of shipping Chinese coolies to Peru and Cuba was relocated to Macao, a free port with much lax control. Such relocation did not help in alleviating the severe problem of coolie abuse. Because of the system's abusive features that resulted in great uprisings by the coolies themselves, by and large the Chinese coolie trade ended around the turn of the 20th century. Zheng Guanyin 郑观应, the prominent Chinese comprador-entrepreneur and moderniser-reform advocate who resided in Macao where he befriended young Sun Yat Sen, severely criticised the coolie trade as 'a great evil' in his writing. Still, Macao had left its significant mark as a major dispatching centre on the historical Chinese diaspora that constituted a core component of the Sino-global interface. The Chinese working and living abroad later became a crucial external source for obtaining ideas, funds, manpower, arms and popular support in modern China's revolutions under Sun Yat Sen's leadership. Indeed, overseas Chinese had often been hailed as the 'mother of the Chinese revolution' by Sun Yat Sen himself.

Until the mid-19th century, besides being the only waterborne entry port to the alluring China Market and a major hub station on the maritime Silk Road for Western traders, Macao performed another crucial function as a long-term soft-power transmission belt for East-West cultural-religious fusions: it was the base for the Jesuits who introduced Catholic Christianity to Japan. Furthermore, from the mid-1500s until the end of 1999, Macao had enjoyed a distinctive legal-administrative status as a Portuguese domain that was different from and beyond the reach of mainland Chinese jurisdiction, thus yielding greater freedom, ample public space with tolerance, and more opportunities for the transmission of Western thoughts, scientific knowledge, technological skills and above all progressive ideas on society and government, and even radical political ideologies. Some of such external cultural-intellectual 'software' imports that entered China through Macao to shape Chinese hearts and minds were naturally of Luso/Iberian origin or stemmed from the doctrines and theological underpinnings of Catholicism as promoted by the Jesuits. Yet this Macao channel also conveyed other secular ideas, including

continental European social and political visions like various schools of socialism, and during the late 19th century the Macao newspapers helped to transmit the more recent experiences of national liberation wars and anti-monarchy revolutions in Europe and Latin America. This software dimension of Macao's unique contribution to Sino-global interface climaxed near the turn of the 20th century, when the enclave's pluralistic cultural hybridity with a tolerant political atmosphere under Portuguese rule had made Macao an attractive asylum and operational hub to progressive Chinese intelligentsia of both the reformist persuasion (as headed by Kang Youwei 康有为 and Liang Qichao 梁启超) and the revolutionary camp (as led by Sun Yat Sen). More than merely coincidental, the fact that Kang, Liang, and Sun were all natives of neighbouring counties on the Pearl River Delta western shore adjacent to Macao seems to confirm a most fortuitous combination of key elements—strategic geopolitical locale, extensive global communication, socio-economic and cultural interface, easy access from mainland China with human links, under the protective umbrella of a non-Chinese jurisdiction—that had enabled and empowered Macao to perform as both an active agent and an effective facilitating platform for modern China's revolutionary transformation during the late 19th and early 20th century. All these constitute splendid chapters in the exciting Macao Story. This essay will offer an impressionistic sketch of some outstanding features and distinctive patterns in the historical roles performed by Macao in China's revolutionary transformation during the late 19th to the early 20th century.

SUN YAT SEN'S LUSO-MACAO CONNECTIONS, 1866-1912

This section will briefly highlight, in a point-to-point summary below, some of the main Luso-Macao connections in the following ten specific areas that impacted Sun Yat Sen's life, his thoughts and work as leader of the modern Chinese revolution.

SUN'S PERSONAL NEIGHBOURHOOD LINKS WITH MACAO

Sun Yat Sen was a native of Guangdong province's Xiangshan county (renamed Zhongshan in 1925 in honour of his memory) bordering Macao, where his father Sun Dacheng (孙达成, 1813-1888) worked as a tailor and shoemaker. The short land distance (37km)

between Macao and the Sun family home village of Cuiheng (where he was born in November 1866) in Xiangshan had enabled young Sun Yat Sen and other family members to make easy visits to his father there. Furthermore, during the nine years (1883-1892) when Sun Yat Sen attended high school and medical college in Hong Kong, his many trips home to visit his folks (including his wife whom he married in May 1884) in Xiangshan always passed through Macao. In a sense, Sun Yat Sen did grow up with a certain 'Macao Factor' in his childhood and youth. Undoubtedly, his early familiarity with Macao the place, its unique hybrid socio-cultural milieu and its people.

THE SUN FAMILY'S EXTENSIVE DIRECT TIES TO MACAO, THEIR SECOND 'HOMETOWN'

To avoid the political turbulence and partisan intrigues inside China, Sun Yat Sen's family (his first wife Lu Muzhen 卢慕贞 (1867-1952) with their son and two daughters) was relocated from Cuiheng village to the safety of Macao in 1913. At that time his elder brother Sun Mei 孙眉 (1854-1915, who encouraged the young Sun Yat Sen at age twelve to attend school in Honolulu, Hawaii) also lived in Macao where he went into business and organised a fishermen's association there until he died in Macao in February 1915, aged 60. In March 1913, Sun Yat Sen's eldest daughter Sun Yan 孙延 (1894-1913) died from illness at home in Macao, a few days after Sun's brief visit there. After Sun Yat Sen's death in March 1925, Mme. Lu continued to reside in Macao with her family (younger daughter Sun Wan 孙婉 (1896-1979, who resided in Macao continuously from late 1949 to her demise in 1979) until her own death in 1952. She was buried in Macao, where the Sun family residence at 1 Rua Silva Mendes has since become, after extensive renovation, a museum, run by pro-Kuomintang (KMT) organs, bearing the name 'Dr Sun Yat Sen Memorial Hall'.

The Sun family was able to enjoy relative tranquillity and security in Macao, even during the 1937-1941 Sino-Japanese War/1941-1945 Pacific War phases of World War II, due to Portuguese neutrality that saved Macao from Hong Kong's sad fate of Japanese military occupation of three years and eight months. The 1946-1949 Chinese civil war and the 1 October 1949 establishment of the PRC in China mainland under the Chinese Communist Party (CCP) did not disrupt the Sun family as long-time Macao

residents. Two Luso realpolitik factors underlined the Lisbon-Beijing diplomatic links that began only in 1976 to replace Portugal's official ties with the Republic of China (in exile in Taiwan since 1949). First, Cold War concerns of the sternly anti-Communist Salazar regime that was a NATO founding member in 1949 and also close to Spain's ultra-conservative Franco regime (which established diplomatic ties with Beijing only in 1973). Second, Lisbon's April 1974 'Carnation Revolution' that collapsed the Salazarian dictatorship and launched a decolonisation process to end the Portuguese colonial empire.

MACAO OFFERED SUN'S EARLIEST EXPOSURE TO THE WESTERN WORLD

It was during his visits to Macao as a child that Sun Yat Sen had his initial direct encounter with the world beyond China. The many new and definitely foreign objects, persons, sights and sounds in Macao, particularly those of Westerners, Western architecture as well as Luso-style institutions, facilities and undertakings, that young Sun Yat Sen saw and experienced firsthand should have impacted his heart and mind. Sun's earliest impression of a major Western religion and its related physical structure as embodied in the Catholic churches and their socio-educational programs also took place in Macao. Such exposure to Christianity in Macao predated Sun Yat Sen's 1879-1883 schooling in Hawaii where he enrolled the Church of England' Iolani School and became attracted to the Protestant faith that led to his 1883 baptism in a Congregational church. As such, the crucial Western influences that shaped Sun, his revolutionary visions and missions, must be traced back to a seldom-acknowledged fact of his childhood's initial Luso-Macao experience of East-West exchange and fusion of cultures, values and norms, 'software' elements and enveloping atmosphere that set Macao apart from other Chinese cities. In a sense, Macao was the starting point for Sun's world journey. In fact, it was from Macao that he sailed to Honolulu in 1879 on his first ever sojourn outside China and Asia.

SUN'S EARLY MEDICAL PRACTICE IN MACAO, 1892-1894

Perhaps the best known among Sun Yat Sen's various Luso-Macao links was his medical practice and pharmacy operation in Macao starting in autumn 1892, soon after his graduation from medical school in Hong

ESTUDOS DE MACAU

Kong. Besides serving his half-day morning duty at the Kiang Wu Hospital (founded in 1871 as a charity by local Chinese elites to offer traditional Chinese medical services to Chinese residents), Dr Sun Yat Sen also ran a private practice in his own clinic located near Macao downtown to offer consultation and treatment to patients, often free of charge. In addition, with a loan of some 1,440 taels of silver from Kiang Wu as approved by its directors in December 1892, Sun also established on 17 July 1892 an Sino-West Pharmacy (Farmácia Chong Sai, *Zhongxi yaoju* 中西药局) to dispense Western medicines, often free of charge (recent efforts have located Sun's clinic at No. 14A Largo do Senado and his pharmacy at No. 80 Rua das Estalagens in Macao today). From such three-pronged professional experience as a physician of Western medicine, the first of any Chinese in Macao, Sun proactively reached out into the local community to establish strong ties with leading Chinese mercantile elites and build friendships with some Macanese intellectuals that were to become very useful human networks and funding sources for his later revolutionary activities, both pre- and post-October 1911.

Lu Muzhen, Sun Yat Sen's first wife.



Despite public acclaim and growing renown for his service, Sun's Macao sojourn as a physician was rather brief, lasting less than two years. Sun ended his medical practice in Macao and left for Canton in January 1894 due to the legal requirement that all Western medical doctors practicing in Macao must obtain official license based on Portuguese-approved professional qualifications. Besides the squeezing pressure from the local Portuguese physicians who ensured local pharmacies would refuse Sun's Western medicine prescriptions, Sun Yat Sen also suffered another rivalry 'jealous factor', that from among Kiang Hu's traditional Chinese medical practitioners who had the support of some more conservative Kiang Wu directors who disliked Sun's ideas for radical changes. A front page article "Hospital China de Macau" appeared in the 19 December 1893 Portuguese and Chinese editions of the *Echo Macaense* weekly strongly faulted Kiang Wu's shortcomings but stressed the major improvements affected by Dr Sun Yat Sen since his recent arrival. This reflected Sun's tensions with the Kiang Wu old guards.

SUN'S PUBLIC AFFAIRS PUBLISHING BEGAN WITH THE *ECHO* IN MACAO, 1893

Paralleling his medical practice, Macao served as the launching site for another milestone in Sun's path toward revolution: that of his vigorous advocacy and public discourse through the press to promote popular awareness of China's survival crisis and the urgent imperative for sweeping changes through reform and revolution. This was manifested in the inauguration of a new bilingual weekly, *Echo Macaense*, that published separate editions in Portuguese and Chinese. This publication was founded in 1893 by Sun's Macanese friend Francisco Hermenegildo Fernandes (1863-1923, born in Macao to a local Portuguese father and a Chinese mother), whose family operated a printing press in Macao (the *Typographia Mercantil*, established by his father Nicolau Tolentino Fernandes who was the long-term printer for the Macao government's *Official Gazette*). Carrying news reports, current affairs commentaries and advertisements, the *Echo* appeared every Wednesday. Its Portuguese edition was published from the first issue on 18 July 1893 to the last issue on 17 September 1899. But its Chinese edition had a shorter run of publishing only 125 issues, from 18 July 1893 to 25 December 1895. Published in

Macao, the actual circulation of the *Echo* reached far and wide, to Hong Kong, cities in mainland China, Dutch East Indies, Singapore, Malaya, the Philippines and Portugal.

Undoubtedly, the *Echo* served as an important public forum for Sun Yat Sen to openly air his views on Chinese affairs from a committed reformist-revolutionary perspective. While the full extent of Sun Yat Sen's actual involvement with the editorial matters of the *Echo* still awaits very clear and detailed confirmation, his collaborative links to this weekly were firmly evidenced in three aspects in the contents of the weekly and its distribution: (a) from time to time it published Sun's articles (under a pseudonym) on various topics; (b) it often carried items related to Sun's medical practice; and (c) Sun's clinic and his Sino-West Pharmacy were both listed as among the weekly's own subscription/distribution points. In fact, the *Echo* did become a very useful medium to publicise Sun Yat Sen's medical practice in Macao. Appearing in the pages of the *Echo* were advertisements listing the address of Sun's clinic and his consultation hours, along with stories lauding his successful treatment of long-term illness and cases of serious disease as well as open acknowledgements of profound gratitude from recovered patients. Whether Sun Yat Sen's departure from Macao in early 1894 had any direct bearing on the termination of the *Echo* Chinese edition's publication at the end of 1895 remains a question to be answered with confirmed facts. Still it should be noted that only six weeks before it ceased publication (on 25 December), the *Echo* Chinese edition's 6 November 1895 issue carried a telegraphy news item from Canton reporting on Sun Yat Sen's first anti-Qing armed uprising there on 26 October, and its brief 702-character text mentioned Su by name as Sun Wen 孫文 and Sun Yat Sen. Also note worthy is the fact that the same date's Chinese edition printed on its front page an essay 'Preface to the Agricultural Studies Association' written by Sun Yat Sen. The *Echo* Portuguese edition had already reported one week earlier in its 30 October 1895 issue news on the Canton uprising.

SUN'S INTERFACE WITH MACAO-BASED REFORMER-THINKER ZHENG GUANYING

Some of the major ideological influences shaping Sun Yat Sen's visions for China's national salvation came from Macao-based entrepreneur-reformer-

thinker Zheng Guanying (1842-1922). A Xiangshan native like Sun, Zheng's family had lived in Macao for generations. Zheng studied in Macao during his youth and mastered the English language before going to Shanghai at age seventeen to learn business. After his service as comprador in major British trading firms' Shanghai offices, Zheng developed a distinguished career in co-founding and managing modern enterprises like telegraph lines, textile plants and a paper mill as parts of the modernisation projects sponsored by senior Qing official Li Hongzhang 李鴻章 (1823-1901).

In late 1886, Zheng returned to his Macao residence (the Mandarin's House) located at N°. 10 Travessa de Antonio da Silva. There, Zheng shared his thoughts in an acclaimed volume of collected essays *Shengshi Weiyan* 盛世危言 (Words of Warning in Times of Prosperity) published in 1894. In this book, Zheng argued that 'a country must create wealth to become strong; and wealth comes from encouraging economic and industrial developments, putting emphasis in education, quicken legislation, respect ethics and political reformation'. Such ideas made strong impact on the Qing Emperor Guangxu 光緒, reformers Kang Youwei and Liang Qichao, as well as revolutionaries Sun Yat Sen and even Mao Zedong 毛澤東. It could be argued that at this 1892-1894 Macao phase of Sun's intellectual exploration and political quest, he was attracted to some reformist ideas and ideals, especially the progressive advocacy of pragmatist reforms as proposed by Zheng Guanying.

In fact, because of his personal rapport with and intellectual admiration for Sun Yat Sen, Zheng included in his volume Sun's penetrative analysis 'On Agrarian Efforts' and other essays. Furthermore, Zhang was instrumental in assisting Sun with the drafting and actual transmission of Sun's June 1894 letter to Li Hongzhang (who was then based in Tianjin) that urged sweeping reforms to rescue China from a national survival crisis due to domestic backwardness and foreign encroachment. Li's dismissive response to Sun's suggested reforms had, in hindsight, the decisive effect of ending in Sun Yat Sen's mind any lingering notions for reforming the Qing regime. This abortive last-ditch attempt at reformism crucially transformed Sun from toying with reformist possibilities into a dedicated revolutionary firmly committed to the overthrow of Qing dynastic rule and the total liquidation of China's

澳門
國父紀念館



traditional system of autocratic monarchy in order to establish a new democratic republican polity. Within a few months of his departure from Macao and his letter to Li, Sun Yat Sen established his first revolutionary organ, the Revive China Society in Honolulu, at the end of 1894. As such, this Macao interlude constituted an extremely significant turning point in Sun's ideological odyssey-revolutionary quest.

SUN'S 'POLITICISATION' OF CHINESE INTELLECTUALS AND MERCANTILE ELITE IN MACAO

The early seeds for Sun Yat Sen's attempt at revolutionary mobilisation in Macao were sowed in the period preceding Sun's medical practice there. While still a medical school student in Hong Kong, Sun often came to Macao, not just during his homecoming trips to and from his family in Xianshan, but for the specific purpose of holding intensive discussions with his fellow radical cohorts who were keen to change China. Among his three close peers, who together with Sun formed the quartet popularly known as 'The Four Desperados', was Yang Heling 杨鹤龄, a young man from a mercantile family that ran a business in Hong Kong's Central district and also kept a residence in Macao. Besides frequent gatherings at Yang's Hong Kong premise, this radical intelligentsia quartet often met at Yang's Macao residence, commonly labelled 'the Yang Four Desperados Hall'. Thus Sun already had some contacts with Macao's Chinese intellectual circles and mercantile elements even before starting his medical practice there in 1892.

As an early advocate of Chinese republicanism, Sun aimed at promoting a China-oriented 'politicisation' with proto-revolutionary tints among Macao's Chinese intellectuals and mercantile elite. In this regard, Sun was several years ahead of the 'constitutionalist-reformers' headed by Kang Youwei and Liang Qichao who were active in Macao during 1897-1903, right before and soon after their abortive 1898 'Hundred Days Reform'. Besides establishing a school to recruit and train potential followers, these reformers also published a Chinese newspaper *Zhi Xin Bao* 知新报 (New Knowledge Journal) (from 1897 to 1901) to publicise their reformist ideas for a modern China under a British-style constitutional monarchy. Such moderate

reformism appealed to some local Chinese intellectuals and conservative businessmen who found Sun Yat Sen's by then advocacy for and actual engagement in armed revolutionary uprisings too radical and violent. Near the turn of the 20th century, Sun Yat Sen had moved beyond the pragmatic reformism proposed by Zheng Guanying. As suggested by some scholars, a key factor behind Sun's 1894 exit from Macao was the lack of support for his proto-revolutionary ideas among many local Chinese community leaders, some of them Kiang Wu directors who were not displeased with the departure of this young Western medicine man from their hospital. Yet there were significant exceptions among local Chinese elites, like the four Lu brothers (sons of gaming mogul Lou Kau/Lu Jiu 卢九 (Lou Wa Sio/Lu Huashao 卢华绍, 1837-1906), especially the eldest one Lou Lim Iok/Lu Lianru 卢廉若 (1878-1927) creator of the Lou Lim Iok Garden, was a very keen Sun supporter) who rallied to Sun's cause with funds and played active roles in his revolutionary undertakings.

SUN'S INTERFACE WITH THE LUSO-MACANESE COMMUNITY IN MACAO

The lesser known record of Sun Yat Sen's interface with the Portuguese-Macanese community in Macao, from the governor, colonial officials and political elites to professionals and common folks, is an area deserving much greater academic attention and documentary efforts. A key fact to keep in mind is that, unlike the British colonial authorities in Hong Kong, the Luso officialdom in Macao had never legally banished Sun Yat Sen from their domain.

Better known is Sun's collaboration with Francisco Fernandes in launching a Chinese edition of the weekly newspaper *Echo* in 1893. They became friends before 1892, when both were in Hong Kong where Sun was a medical school student while Fernandes was working as a court interpreter. As can be seen in his *Echo* articles and commentaries, Fernandes strongly embraced the calls to reform and even drastically change Portugal's policy while he was also critical of Luso-Macao regime misdeeds. His pro-revolutionary stance easily propelled his strong support for Sun's anti-Qing cause. Furthermore, Fernandes was a Freemason, the same as the first Luso republican era Macao Governor Álvaro de Melo Machado (in office 1910-1912). In fact, some of Sun's Western supporters

ESTUDOS DE MACAU

and sympathisers were also Freemasons, whose ranks might even have included Sun Yat Sen himself. Sun's links with such secretive organs and hidden networks in and through Macao remain little known, unlike his extensive ties with many Chinese secret society elements in Hong Kong and in overseas Chinese communities. In 1893, Fernandes, together with another of Sun's Macanese good friends, the lawyer António Joaquim Bastos, interceded with Governor Custódio Borja on Sun's behalf for official permission to practice Western medicine in Macao. While the Governor was sympathetic, he did not grant Sun the desired medical license that required Portuguese professional credentials. Less than a year after he left Macao, Sun Yat Sen established the Revive China Society in Honolulu in late 1894. From its branches in Hong Kong and Macao, Sun and his comrades prepared for their first anti-Qing uprising, an attack on Canton in October 1895. When this insurrection failed, Sun escaped from Canton to Macao. Very soon afterward, with Fernandes' assistance, Sun managed to go to Hong Kong secretly and then from there sailed to Japan. To aid Sun's urgent exit, Fernandes even persuaded Macao Governor José Horta e Costa not to take any action (as demanded by Qing officials) on the 'rumours' that Sun was hiding in Macao after the failed Canton attack.

Sun did not return to Macao until nearly seventeen years later in spring 1912, after he had stepped down as the provisional president of the new Republic of China. On this visit, Sun was very warmly welcomed by the Macao authorities, his Macanese and Chinese friends, and the local mercantile elites. On his triumphant return to Macao, Sun Yat Sen resided in the Spring Grass Pavillion (*Chun cao tang* 春草堂) inside the Lou Lim Iok Garden, testifying to his strong personal bonds with the Lu family (whose brothers were Revolutionary Alliance members and major donors of funds). Sun was officially honoured with a large-scale public reception at the Military Club attended by Governor Álvaro Machado and many local Portuguese, Macanese and Chinese leaders. Sun again stayed in the Pavilion on his next and also last Macao visit in June 1913. It was a very brief stopover to see his ailing daughter Sun Wan while on his way from Shanghai to Hong Kong to campaign against the dictatorship of Yuan Shikai 袁世凱 (Sun's successor as president of the new republic).

MACAO AS ANTI-QING PROPAGANDA/OPERATION HUB AND ASYLUM/ESCAPE ROUTE

From the very start until 1912, Macao had been a vital site for various anti-Qing undertakings sponsored by Sun Yat Sen's principal anti-dynastic organs, the Revive China Society and later, the Revolutionary Alliance that was established in 1905. Among the key sites in Sun's global revolutionary networks, Macao had performed a host of valuable hub functions: (a) a key base, useful sourcing/transmission station and major outlet for Sun's transnational anti-Qing press-propaganda machine; (b) an international clearing house and mobilisation point for Sun's recruitment of anti-Qing partisans and the collection of funds both in the Pearl River Delta (PRD) and from overseas Chinese communities, especially those in Luso-Ibero areas; (c) a useful clandestine transit channel for the smuggling of arms, funds, personnel and information; (d) a strategic cross-border operational centre, launching pad-command post for Sun's various armed insurrection schemes in Guangdong (like the April 1911 Canton 'Yellow Flower Mount' Uprising); and last but definitely not the least, (e) a much-needed asylum, escape route and pausing haven for Sun's comrades in the aftermath of abortive plots and failed insurrections. A key local hub for the Revolutionary Alliance partisans' anti-Qing personnel recruitment and fund raising/transfer activities in Macao was located at No. 21 Rua de Volong.

Worthy of attention is the 'culturalistic and intellectualistic' oriented approach adopted by Sun's comrades in their initial efforts to arouse public awareness of China's plight and to galvanise popular support for their revolutionary cause. Reflecting their own intellectual background and inclination, their earlier attempts at wide-spread dissemination of anti-Qing propaganda in Macao were mainly conducted through the setting up of various 'front' organs for communication-education, like a public reading room, a school, and a newspaper. More ingeniously creative, in view of the relatively high rate of illiteracy among the local Chinese populace, particularly the grassroots, Sun's partisans resorted to spreading the message via live entertainment-style 'oral and visual' performances. For such purposes, some orators-agitators were deployed to deliver arousing speeches on public affairs issues to the passengers on the Macao-Hong Kong ferryboats. Also new-style Cantonese opera companies playing a

current affairs-themed repertoire with revolutionary tints were dispatched to stage performances in cities and towns through the Pearl River Delta. These were indeed revolutionary breakthroughs in mass communication via novel 'info-tainment' delivery for a revolutionary cause.

Another major contribution of Macao to the success of the 1911 Revolution was its vital role as the planning, mobilisation, supply and operational base for the formation of a 3000-strong anti-Qing 'Xiang(shan) Army' from among the county's militia and secret society members to mount armed assaults to liberate the Xiangshan county seat and the provincial capital of Canton soon after the 10 October Wuhan uprising. Xiangshan county's anti-Qing armed uprising broke out in Xiaolan on 2 November 1911. Three days later, on 5 November, the Xiangshan revolutionaries scored a crucial breakthrough when they engineered the defection of 2000 Qing New Army troops stationed in Qianshan, near the Macao border. These ex-New Army soldiers formed the bulk of the Xiang Army that took Xiangshan's county seat. They soon moved north to seize control of Canton. While the Xiang Army's local military campaign lasted only a few days but it was the first anti-Qing armed uprising in Guangdong following the Wuhan 10 October events. The Xiang Army's military victories helped to place the control of Canton and hence the entire Guangdong province firmly in the hands of Sun's Revolutionary Alliance comrades. In a very profound sense, this laid a significant historical foundation for the 'Canton Decade' of 1917-1926 during which Sun Yat Sen thrice (in 1917, 1921 and 1923) established his revolutionary regimes in Canton, where the Northern Expedition that eventually (if only nominally) unified China under his Kunmintang was launched in summer 1926.

MACAO AS A CHANNEL FOR LUSO-EURO IDEOLOGIES AND REVOLUTIONARY EXPERIENCE

Perhaps much less visible but definitely of some significance in the shaping of Sun Yat Sen's thoughts, especially his well-known 'Three People's Principles' (that later became enriched as the KMT's official doctrine and ideological orthodoxy) was Macao's transmission belt and interface platform functions in trans-national and cross-cultural exchange of politico-socio-economic ideas and relevant historical experience. Specifically, it would be of great interest to know the

direct impact and indirect effects of major developments in the early 20th century Portuguese revolutionary repertoire as stimulants to Sun Yat Sen's own revolution for a new China. Two key turning point events in Portugal deserve special attention in this context—the 1 February 1908 assassination of King Carlos and Crown Prince Luis Filipe in Lisbon, and then the 5 October 1910 Revolution that deposed King Manuel II and ended Portugal's monarchy forever. To commemorate Portugal's 5 October 1910 Revolution, a long street in the town centre on Macao Peninsula was named Rua de Cinco de Outubro and another major road along the river front on Coloane Island was called Avenida de Cinco de Outubro. Still bearing the same name, both are heavily trafficked in the Macao SAR today; yet very few local Chinese residents, including those who frequently pass through or walk along them, can tell the story behind the street name. In sharp contrast, most of them know quite well the thoroughfare running along Macao's Outer Harbour/Nape area waterfront 'Avenida Dr. Sun Yat Sen' honours the 'Father of the Chinese Republic' with his ties to the city.

In a similar light, it will be of both academic and realpolitik interests to trace some of the major external ideological inputs that had enriched and buttressed Sun Yat Sen's own notions of, and actionable agenda on, the fundamental question of 'the people's livelihood' which constitutes one of the three key planks in his Three People's Principles.

Contrary to commonly held but not entirely accurate assumptions that Sun's Three People's Principles were akin to US President Abraham Lincoln's three-point dictum (as stated in the final line of his 19 November 1863 Gettysburg Address) on 'Government of the People, by the People and for the People', among Sun's Three People's Principles, only one, the second principle on 'democracy' is directly related to the Lincolnian dictum. The other two of Sun's principles on 'national sovereignty' as actualised in China's full independence and territorial integrity and on 'people's livelihood' as achieved by the creation of commonly shared wealth among all Chinese people through a fair, free, equitable and progressive economic system, cannot be directly linked to the American dictum even after some attempts at over-stretching and re-interpretation. Rather, Sun Yat Sen's main ideas on the 'livelihood' issue clearly contain elements from the teachings of Henry George, a British thinker of political

ESTUDOS DE MACAU

economy and forefather of Fabianism, as well as some key precepts from various schools of social democracy and democratic socialism that enjoyed considerable popularity in Western European intellectual circles and among progressive political partisans in the late 19th and early 20th century. How much and how far had these ideas and theories been able to move from London, Paris, Amsterdam, Brussels and Berlin to reach Lisbon and then be re-transmitted to Macao for diffusion to the Chinese reformers and revolutionaries active in this Luso enclave remain unclear. Yet such a 'travel of ideas' is worthy of further scholarly investigation as this will yield a more informed portrayal of external intellectual-ideological lineage with certain Euro-centric origins and also will provide a much-needed supplement and even counterbalance to the long held over-emphasis on the American influence on Sun Yat Sen's thoughts and visions for China's transformation.

CLOSING OBSERVATIONS: THE LUSO-MACAO FACTOR IN MODERN CHINA'S REVOLUTION

This essay offers a preliminary analytical sketch to illuminate some of the key features and distinctive patterns in colonial Macao's rather complex and layered multiple historical roles in Sun Yat Sen's revolutionary movements during the late Qing era to early 1912 when China entered a new republican era. Macao under Portuguese rule functioned as an early incubation site and an important operational hub in Sun Yat Sen's anti-Qing revolutionary undertaking until up and through early 1912 when the Republic of China was inaugurated. Later on this Portuguese enclave performed dual roles in Sun's continuous revolutionary struggles for a new, independent and unified China, first as a base for anti-warlord manoeuvres and then as an anti-imperialist attack target in the various early 1920s Sino-Luso conflicts amid Sun's National Revolution against imperialism and warlordism until Sun's death in March 1925.

Hopefully, this Macao-focused historical delineation will also add some refreshingly new perspectives to promote a better-informed and more balanced discourse on the core-periphery conceptual construct and the 'regional vs. central' dichotomy narratives as an integral part of a timely academic reappraisal of the modern Chinese revolutions

in this year of the 1911 Revolution centenary commemoration. Located on China's southern coastal periphery far from the central seat of dynastic administration in the late imperial Chinese power locus, Macao has been at the core of the Sino-Luso/Sino-Western cross-cultural exchange. At the other end of this Macao-based external linkage was Portugal situated on the Atlantic shore on Europe's southwestern edge. Yet it was precisely this remarkable long-distance, periphery-to-periphery interface between Macao and Lisbon that functioned effectively for three centuries as the Chinese Empire's main exchange platform and principal maritime pipeline for transnational interactive dynamics with both the Eurocentric Western world and the inter-continental Luso Empire encompassing domains beyond Europe in far away Asia, Africa and Latin America. Thus, this Sino-Luso linkage through Macao became a vastly extensive and genuinely multi-continental Sino-Luso-global network radiating from Macao, which, despite its periphery locale, lies at the very heart of this China-world encounter. Such vibrant functional externality and pluralistic cosmopolitan tolerance enriched Macao and equipped it for extraordinary contributions to modern China's historical transformation at the turn of the 20th century.

In fact, Macao had performed multiple crucial functions in the life and career of Sun Yat Sen as modern China's pre-eminent revolutionary leader, founder of the Kuomintang and 'Father of the Republic of China'. As summarised above in Section III, Macao had served certain meaningful purposes and performed different vital functions in various developmental phases of Sun Yat Sen's life and work as: (1) Sun's immediate, adjacent 'foreign' neighbourhood with early personal links; (2) the Sun family's second 'hometown' with extensive direct and long-term ties; (3) the earliest window for Sun's exposure to the outside world, especially Western ideas and institutions (4) the locale of Sun's early (1892-1894) medical practice and pharmacy operation, with attempts at community outreach; (5) the base for Sun's initial public affairs publishing via the *Echo* in 1893; (6) the venue that enabled Sun's interface with local reformer-thinker Zheng Guanying; (7) a testing ground for Sun's enlistment of local Chinese intellectuals and mercantile elite to his anti-Qing cause; (8) strategic platform for Sun's interface with Luso-Macanese elites to support his revolutionary activities; (9) as an important anti-

Qing propaganda and operation hub as well as an asylum and escape route for Sun's partisanship after failed insurrections; and (10) as a transmission channel for Luso-experience in republican revolution and Euro-style progressive ideologies that impacted Sun's own visions and missions for a new China.

Some aspects of these multiple Luso-Macao linkages with and contributions to Sun's anti-Qing undertakings have been well documented in official Chinese commemorative literature, clearly amplified in domestic and international academic studies, and repeatedly trumpeted in popular patriotic folklores.

Less well known is the fact that in modern China's early republican era, Macao under Luso rule continued to be of direct relevance to Sun Yat Sen's quest for an independent, united, modern, strong, free and democratic China against the twin evils of warlordism and imperialism. In fact, like in the pre-1912 period, Macao again functioned as a highly convenient off-shore mobilisation base and escape asylum for Sun's Kuomintang (KMT) comrades in their struggles against Yuan Shikai's dictatorship during 1913-1916. After their anti-Yuan armed resistance in South China failed in late 1913, many KMT activists took refuge in Macao while Sun fled to Japan (as he was again banned from Hong Kong by the British colonial regime). Upon taking office on 10 June 1914, Macao Governor José Carlos da Maia rejected the Yuan regime's request to extradite the Sun partisans to China mainland. Two years later, soon after Yuan's death on 6 June 1916, Sun Yat Sen expressed (in a letter written in French dated 23 June 1916) his gratitude to Maia for offering safe haven to his comrades in Macao. Sun's letter did not mention his camp's two failed anti-Yuan military campaigns involving Macao. First was the 5 February 1916 expedition from Macao to attack Canton by several dozen armed partisans led by Sun's lieutenant in charge of Guangdong operations Zhu Zhixin 朱执信 (1885-1920), who had operated in Macao (from No. 32 Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida) since autumn 1914. Then the March 1916 plot to capture the Guangdong fleet cruiser *Shao Ho* (*Zhaohé* 肇和, 2640 tons) near Canton as mounted by three dozen 'overseas Chinese braves' who adhered in Macao (at the Teatro Vitória on Calçada Oriental in town centre) three days earlier. At dawn on 7 March, disguised as passengers on board they at first seized a Chinese ferry sailing overnight from Macao upstream to Canton on

the Pearl River but then they failed to steer (amid rapid currents at low tide) the ferry along side *Shao Ho* for the boarding assault.

Even after the Yuan Shikai clique's control over Guangdong ended in October 1916, Sun Yat Sen still very much relied on Macao as a key off-shore mobilisational site for realpolitik manoeuvres on the mainland. For example, in order to regain control of Guangdong province, Sun Yat Sen dispatched his son Sun Ko/Sun Ke 孫科 (1895-1973) in July 1919 to establish a field office in Macao (at no. 10 Rua de Inácio Baptista) to instigate a mutiny among the Guangdong army and navy against the Guangxi warlords who dominated Canton. Sun Ko's efforts in and from Macao led to the mid-1920 defection of the gunboat *Chiang Ta* (*Jiangda* 江大) that sailed south from Canton toward Zhongshan. While pausing in Macao to load coal, it was intercepted by a local Portuguese warship acting on Canton's request to detain the mutinous vessel. In its desperate breakout manoeuvres, *Chiang Ta* beached on the sand bars off Coloane Island. Among the gunboat's officers and ratings who came ashore in Macao, sixteen were shot at and killed by the Portuguese forces. An earlier shelling from the Luso warship hit and killed a single Chinese sailor on the *Chiang Ta*. Among the *Chiang Ta* naval personnel who had survived, over thirty were jailed by the Luso-Macao regime while nine managed to escaped unharmed. The jailed sailors were released in late 1920 after Sun's forces took Guangdong and negotiated with the Macao officialdom. Eventually in 1921, the bodies of the sixteen mariners slain in Macao were buried in Canton's naval cemetery, thus closing a tragic chapter strained with Chinese blood in Sun Yat Sen's Luso-Macao interface. These post-1911 incidents vividly illuminated Macao's strategic value as an operational hub, platform and conduit in Sun Yat Sen's revolutionary undertakings and popular mobilisations long after the Qing dynastic demise.

On the other side of the coin was an equally significant but far less emphasised dimension of the Macao and Sun Yat Sen interactive dynamics—Macao itself as a prime target for Sun's revolutionary struggles in the early republican years. Colonial Macao under Portuguese administration remained very much and always at heart a Chinese community populated overwhelmingly by Cantonese immigrants who constituted over 90% of the populace in the enclave behind the Luso-style veneer of Western architecture.

ESTUDOS DE MACAU

Most of Macao's Chinese residents were not local-born; non-Portuguese and non-Luso citizens who still maintained their intimate and extensive socio-cultural-economic ties with their native place-ancestral home. They were buttressed by their undoubted homeland loyalty, patriotic pride and nationalistic allegiance toward China, the nation, its people and civilisation. Spanning nearly 500 years—from China's Ming-Qing Dynasties, through revolutionary upheavals, World Wars and Cold War, to China's current global ascendancy—these Sino-Luso interfaces involved other players (the Spanish, Dutch, British, Japanese and American) and triggered external ramifications beyond the Sino-Luso realm. Besides being the China market entry port and a major station on the maritime Silk Road for traders, Macao served as a crucial soft-power transmission belt for cross-border cultural-religious fusions.

Building on such moral-political forces and facilitated by kinship links, pan-Cantonese socio-cultural solidarity and PRD-local/Guangdong provincial networks, Sun Yat Sen was able to mobilise many Macao Chinese residents in his anti-imperialism endeavours as frontline vanguards, grassroots enforcers and mass supporters in defending Chinese national interests in various Luso-Macao-mainland China conflicts that punctuated the early republican era. The fact that the China market had been crucial to Macao's economic survival underlined the enclave-mainland relationship.

From the July 1920 Sino-Luso naval incident in Macao water amid Sun's anti-warlord campaigns, the general strikes by Macao Chinese workers in May and October 1922, to the late 1923 Maritime Customs surplus dispute (in which a Portuguese gunboat was dispatched from Macao to Canton to join the five imperialist powers' 'gunboat diplomacy' to exert military pressure on Sun with a combined fleet of twenty foreign warships anchored in the Pearl River facing Canton city), Sun Yat Sen and his KMT comrades did their best to undermine foreign control on Chinese soil, and in the particular case of Macao—the first and most enduring symbol of Western imperialism obstructing modern China's quest for national sovereignty—international equality and territorial integrity. As long as Macao remained under Portuguese rule, it would always become an easy and ready target for Sun's National Revolution

that was headquartered in neighbouring Canton. One might be tempted to argue that Sun Yat Sen felt so strongly for his 'second hometown'—Macao—that he was keenly delighted at the prospect of its liberation from Luso domination, not withstanding the fact that the Portuguese were perhaps, in a relative sense and in comparative terms, the least militant among the Western powers encroaching Chinese national interests at the turn of the 20th century.

Besides its long occupation of Macao, Portugal (unlike Britain, France, Russia or the upstart imperialists Germany and Japan) did not hold any other colony, treaty port concession/settlement or 'sphere of influence' in China during the Chinese 1842-1942 'century of humiliation'. In fact, even at the height of the collective imperialist assaults on China during the 1900 Boxer crisis, Portugal contributed the smallest number of its armed personnel to the eight-nation joint military expeditionary forces that went into China. The Luso contingent dispatched to the China front entailed only a few naval vessels with a few hundred troops mainly to evacuate Portuguese nationals from threatened sites in China. Still these cases of early 1920s enclave-mainland discords, just like the earlier episodes of Sino-Luso armed conflicts involving Macao in the mid-19th century, have vividly testified to the fact that China can survive without Macao, but the reverse is definitely problematic, as later events in 1966-1967 have confirmed. This simple fact had been a significant factor in the Sino-Luso interface involving colonial Macao until the 1999 handover when Sun Yat Sen's dream for a unified China moved a step closer to total fulfilment with the resumption of Chinese rule in China's Macao SAR.

Unfolded in and around Macao has been a significant East-West exchange with global implications during the half millennium from Portuguese explorer Vasco da Gama's 1498 arrival in India to its own 1999 retrocession to Chinese rule that ended centuries of European colonialism in Asia. As a whole, Sun Yat Sen's five-decade long Luso-Macao interface as delineated in the above pages might seem a relatively brief interlude, only a short 10% of the full five-century span in the Sino-Luso relationship. Yet its profoundly rich historical meanings with great complexities, strong realpolitik impact and long-term international implications could not be too lightly overlooked. Indeed, these Luso-Macao dimensions of

MACAO STUDIES

the modern Chinese revolution under Sun Yat Sen's leadership constitute highly exciting and extremely valuable chapters in two interrelated and still unfolding stories—the splendid Macao Story and the fascinating story of Sino-Luso interactive dynamics within the much larger chronicle of China's historical engagement with the world and the contemporary global outreach of an ascending China. By sketching some interesting facets in Sun Yat Sen's Luso-Macao connections, this essay offers a convincing set of solid historical evidence to buttress and reconfirm the vital historical functions and critical strategic roles performed by Macao in the broad horizon of China's intensifying global embrace. Indeed, Macao functioned not only as a historical hub of Sino-Western dynamics, but it has recently assumed new vanguard, bridging and operational functions in the PRC's growing outreach to the Lusophone bloc of Portuguese-speaking countries in Asia, Europe, Africa and Latin America. Informed references to the relevant military, political, diplomatic, economic and socio-cultural episodes and turning points in Macao's

historical repertoire will definitely enhance our current appreciation of and popular support for the multi-faceted Macao factor in China's global embrace with a Luso flavour in the years ahead.

In closing, it will be deeply appreciated by this essay's author and also those interested in the Luso-Macao elements that had impacted on Sun Yat Sen's revolutionary movements if academic experts in the field of Sino-Luso-Macao historical relations are willing to bring forth their learned scholarship, analytical insights, factual knowledge, multi-lingual documentary references, and interpretive capacities toward a more systematic articulation of the following major points in order to advance our collective understanding of the vital but still under-studied areas in the Luso-Macao dimensions of modern China's transformation. More informed scholarly efforts are needed to discover and analyze the four topical areas below:

(1) The direct impact and indirect effects of major developments in early 20th century Portuguese revolutionary repertoire as stimulants to Sun Yat Sen's

The Barrier Gate, 1913.



ESTUDOS DE MACAU

own revolution for a new China. Two key turning point events in Portugal deserve special attention in this context—the 1 February 1908 assassination of King Carlos and Crown Prince Luis Filipe in Lisbon, and the 5 October 1910 Revolution that ended Portugal's monarchy forever.

(2) Fuller details of the early interactive dynamics between the two newly-established republican regimes—the Republic of Portugal's relationship with the Republic of China, especially the changes, if any, in Lisbon's post-1910 policy towards Macao and China.

(3) Macao's function as a 'soft power' transmission belt for Euro-style social democracy ideas and democratic socialism precepts via its Luso lineage to influence Sun Yat Sen's Three People's Principles, especially on the 'people's livelihood' discourse.

(4) The response of overseas Chinese, especially those in the Lusophone or Ibero-linked countries or those whose migratory traffic was processed through Macao, to the late Qing reformist and revolutionaries activities. Of the 86 Revolutionary Alliance partisans killed in the April 1911 Canton uprising, over a third (38) had overseas experience. It will be interesting to find out how many among these 38 overseas returnees were from Luso-Ibero domains.

All further research and documentation efforts on these topics will eventually yield a fruitful harvest to enhance our appreciation of the Luso-Macao factor shaping modern China's revolutionary transformation. Without any doubt, all such new findings will further enrich the historical foundation of the fast unfolding Sino-Luso bloc cooperative dynamics of the 21st century.

Today, 120 years after Sun Yat Sen commenced his medical practice there, a full-length bronze statue of him stands tall at Kiang Wu Hospital's courtyard in

Macao. Two more Sun Yat Sen statues grace Macao, one at the Sun Yat Sen Memorial Hall and the other as the centre-piece in the Sun Yat Sen Park in Macao Peninsula's northwest, near Barrier Gate, the land crossing with Guangdong. Encompassing some 70,000 square meters (17.3 acres), it is Macao Peninsula's largest park. The park first opened in 1987 as the Canal dos Patos Park to commemorate Sino-Luso friendship. (The Sino-Luso Joint Declaration on Macao's 20 December 1999 revision to China was signed in April 1987). Then in 1990, when a full-length Sun Yat Sen bronze statue was placed at the park entrance, it was renamed the Sun Yat Sen Park. In honouring Sun Yat Sen with his much cherished local ties, Macao also celebrates its own unique historical contributions to Sino-global interface and its vital functional role in China's ongoing transformation. Indeed, further efforts are still needed to fully actualise Sun Yat Sen's life-long pursuit of his grand vision for a new China—a China that is independent, united, modern, strong and affluent, and above all, free and democratic. On this score, China's Macao SAR, with its historically significant global heritage and deep-seated, multi-layered linkages to Sun Yat Sen's revolutionary legacy, will definitely have a meaningful role to play. **RC**

Author's Note: Earlier and shorter versions of this essay were previously presented at (1) The Colloquium on 'Sun Yat Sen – A Fundação da República na China e Macau' organised by the International Institute of Macau and hosted by Sociedade Histórica da Independência de Portugal at Palácio da Independência, Lisbon, 22 June 2011; (2) The Second International Conference on Macaology, hosted by Instituto do Oriente, Universidade Técnica de Lisboa, Lisbon, 20 October 2011.

BIBLIOGRAPHY

- Aomen Ribao* 澳门日报.
- Aomen Yanjiu* 澳门研究.
- Aomen Lishi Yanjiu* 澳门历史研究.
- Wenhua Zazhi* 文化杂志 nos. 80, 81 (2011), 82, 83, 84 (2012).
- Bergère, Marie-Claire. *Sun Yat-sen*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- Bessa, Carlos Gomes. *Macau e a Implantação da República na China*. Macao: Fundação Macau, 1999.
- Chan, Ming K. 'Gunboat Diplomacy on the Pearl River: The Canton Customs Incidents and Sino-British Relations in the mid-1920s'. In *Essays on the History of Chinese Maritime Customs*, edited by Alice Ng and P.Y. Ho. Hong Kong: Chung Chi College, Chinese University of Hong Kong, 1997.
- . 'Labor Activism in Early Republican China, 1912-1922'. In *Proceedings of the Conference on the Early History of the Republic of China 1912-1927*. Taipei: Institute of Modern History, Academia Sinica, 1984.
- . 'Limits to Effective National Leadership Aspirations: Cantonese Elites in Republican Era Chinese Political Power Alignment'. In *Political Elites in Republican China*, edited by Fang-shang Lu. Hong Kong: Commercial Press, 2009.
- . 'Nationalism, Localism, and Revolutionary Mobilization: Sun Yat-sen & the Labor Movement in South China'. *Proceedings of Conference on Sun Yat-sen and Modern China*. Taipei, 1986.
- . 'Patriotic Mobilizations of Hong Kong Chinese in the Early Republican Era, 1912-1919'. In *Tradition and Metamorphosis in Modern Chinese History*, edited by Yen-Ping Hao and Wei Hsiu-Mei. Taipei: Institute of Modern History, Academia Sinica, 1998.
- . 'Patterns of Urban Mass Mobilization in Late Qing and Early Republican China'. External Economic Relations and China's Modernization, K.Y. Zhang and Y. Zhu, eds. Wuhan: Central China Normal University Press, 1990.
- . 'A Turning Point in the Modern Chinese Revolution: The Historical Significance of the Canton Decade, 1917-27'. In *Remapping China: Fissures in Historical Terrain*, edited by E. Honig, G. Hershatter and R. Stross. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- ed. *Precarious Balance: Hong Kong Between China and Britain, 1842-1992*. Armonk, NY: M. E. Sharpe, 1994.
- Shiu-Hing Lo. *Historical Dictionary of the Hong Kong SAR and the Macao SAR*. Lanham, MD: Scarecrow Press, 2006.
- Chen Mingqiu 陈明秋. *Xianggang yu Zhongguo Gongyun Huigu* 香港与中国工运回顾 (Perspectives on the Hong Kong & Chinese Labour Movement). Hong Kong: CIC, 1985.
- ed. *Lingnan Jindai Shilun: Guangdong yu Yue Gang Guanxi, 1900-1938* 岭南近代史论: 广东与粤港关系, 1900-1938 (Perspectives on Lingnan Modern History: Guangdong and its Hong Kong Links, 1900-1938). Hong Kong: Shangwu yinshuguan, 2010.
- ed. *Zhongguo yu Xianggang Gongyun Zongheng* 中国与香港工运纵横 (Dimensions of the Chinese and Hong Kong Labour Movement). Hong Kong: CIC, 1985.
- Chen Sanjin 陈三井. 'Liu Ou Zhishiqun yu Sun Zhongshan Geming "Xinhaigeming Bainian Huigu" Guoji Xueshu Taolunhui Lunwen' 留欧知识群与孙中山革命「辛亥革命百年回顾」国际学术讨论会论文 (Chinese Intellectuals in Europe and the 1911 Revolution. An Essay on the International Conference in Centennial Commemoration of the 1911 Revolution). Taipei: Zhongyang yanjiuyuan jindai shisuo and Zhongli: zhongyang daxue renwen yanjiu zhongxin, 2011.
- Chen Xiqi 陈锡祺. *Sun Zhongshan yu Xinhai Geming Lunji* 孙中山与辛亥革命论集 (A Collection of Research on Sun Zhongshan and the 1911 Revolution). Guangzhou: Zhongshan Daxue chubanshe, 1984.
- . *Tongmenghui Chengli qian de Sun Zhongshan* 同盟会成立前的孙中山 (Sun Yat Sen Before the Founding of Tongmenghui). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1984.
- Cheng, Christina Miu Bing. *Macau: A Cultural Janus*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1999.
- Cheng Meibao 程美宝. *Diyu Wenhua yu Guojia Rentong* 地域文化与国家认同 (Local Culture and National Identity). Beijing: Sanlian shudian, 2006.
- Chu Wanmin 除万民. *Sun Zhongshan Yanjiu Lunji: Jinian Xinhaigemin Jiushi Zhounian* 孙中山研究论集: 纪念辛亥革命九十周年 (A Collection of Research on Sun Yat Sen: In Memory of the 90th Anniversary of the 1911 Revolution). Beijing: Beijing tushuguan chubanshe, 2001.
- Clayton, Chathryn H. *Sovereignty at the Edge: Macau and the Question of Chineseness*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2009.
- Coates, Austin. *A Macao Narrative*. Hong Kong: Kong: Hong Kong University Press, 2009.
- . *Macau and the British, 1637-1842: Prelude to Hong Kong*. Hong Kong: Kong: Hong Kong University Press, 2009.
- Deng Kaisong 邓开颂. *Aomen Lishi, 1840-1949* 澳门历史, 1840-1949 (Macao History, 1840-1949). Zhuhai: Zhuhai chubanshe, 1999.
- Lu Xiaomin 陆晓敏 eds. *Yuegang'ao Jindai Guanxi Shi* 粤港澳近代关系史 (Modern Relationship between Canton, Hong Kong and Macao). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1996.
- Ding Shenzun 丁身尊 ed. *Guangdong Minguoshi* 广东民国史 (History of Guangdong in Republic Era), 2 vols. Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 2003.
- Ding Xuguang 丁旭光. *Sun Zhongshan yu Jindai Guangdong Shehui* 孙中山与近代广东社会 (Sun Yat Sen and Modern Guangdong Society). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1999.
- Duan Yunzhang 段云章. *Sun Zhongshan* 孙中山 (Sun Yat Sen). Nanjing: Jiangsu Guji chubanshe, 1984.
- Fei Chengkang 费成康. *Macau 400 Years*. Transl. by Wang Yintong 王寅通. Shanghai: Shanghai Academy of Social Sciences, 1995.
- Feng Ziyong 冯自由. *Zhonghua Minguo Kaiguo qian Gemingshi* 中华民国开国前革命史 (History of the Revolution Before

ESTUDOS DE MACAU

- the Founding of the Republic of China). Guilin: Guangxi shifan daxue chubanshe, 2011.
- Gao Liangzuo 高良佐. *Sun Zhongshan Xianshen Zhuan* 孙中山先生传 (A Biography of Dr Sun Yat Sen). Lanzhou: Gansu renmin chubanshe, 2006.
- Gong Bohong 龚伯洪 ed. *Guangfu Huaqiao Huarenshi* 广府华侨华人史 (History of Overseas Chinese from Guangdong). Guangzhou: Guangdong gaodeng jiaoyu chubanshe, 2003.
- Guangdong Sheng Dang'an guan 广东省档案馆. *Guangdong Aomen Dang'an Shiliao Xuanbian* 广东澳门档案史料选编 (Selected Documents on Guangdong and Macao History). Beijing: Zhongguo dang'an chubanshe, 1999.
- Guangdong Sheng Difang Shizhi Bianzuan Weiyuanhui 广东省地方史志编纂委员会 ed. *Guangdong Shengzhi - Zhengquan Zhi* 广东省志—政权志 (Chronicles of Guangdong Province: Chronicles of Politics). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 2003.
- . *Guangdong Shengzhi - Yuegangao Guanxi Zhi* 广东省志—粤港澳关系志 (Chronicles of Guangdong Province: Chronicles of the Relationship of Canton, Hong Kong and Macao). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 2004.
- Guangdong Sheng Zhengxie Wenshi Ziliao Yanjiu Weiyuanhui 广东省政协文史资料研究委员会. *Guangdong Wenshi Ziliao* 广东文史资料 (Guangdong Literary and Historical Achieves). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe.
- . *Jindai Guangdong Mingrenlu* 近代广东名人录 (Who's Who in Guangzhou), 2 vols. Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1986/1989.
- Guangdong Zhengxie Wenshi Ziliao Yanjiu Weiyuanhui 广州政协文史资料研究委员会. *Guangdong Wenshi Ziliao* 广州文史资料 (Guangdong Literary and Historical Achieves). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe.
- Ho Wai Kit 何伟杰. *Aomen: Ducheng Yiwai de Wenhua Neihan* 澳门：赌城以外的文化内涵. Hong Kong: Xianggang chenshi daxue chubanshe, 2011.
- . *Aomen yu Zhongguo Guomingeming Yanjiu: 1905-1926* 澳门与中国国民革命研究：1905年至1926年 (Macao in the Chinese National Revolution: 1905-1926). Xianggang zhongwen daxue lishi xuexi boshi xuwei Lunwen, 2009.
- Huang Hongzhao 黄鸿钊. *Aomen Shi* 澳门史 (Macao History). Hong Kong: Shangwu yinshuguan, 1987.
- . ed. *Zhong Pu Aomen Jiaoshe Shiliao* 中葡澳门交涉史料 (Historical Data on Negotiation Between China and Portugal on Macao Issues). Macao: Aomen jijinghui, 1998.
- Huang Shuping 黄淑娉 ed. *Guangdong Zuqun yu Quyu Wenhua Yanjiu* 广东族群与区域文化研究 (Research on Guangdong Regional Ethnicity). Guangzhou: Guangdong gaodeng jiaoyu chubanshe, 1999.
- Huang Yan 黄彦. *Sun Zhongshan Yanjiu he Shiliao Bianzuan* 孙中山研究和史料编纂 (Research and Historical Data on Sun Yat Sen). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1996.
- Fok Kai Cheong 霍启昌. *Gangao Dang'an Zhong de Xinhaigeming* 港澳档案中的辛亥革命 (1911 Revolution in Hong Kong and Macao Archives). Hong Kong: Sangwu yinshuguan, 2011.
- . *Jinian Xinhaigeming Chenggong Yibai Zhounian: Mianhuai Sun Zhongshan Aomen Geming Zhiyou Feinandi* 纪念辛亥革命成功一百周年：缅怀孙中山澳门革命挚友飞南第 (Commemorating the 100th Anniversary of the 1911 Revolution: In Memory of Sun Yat Sen's Revolution Ally Fei Nandi). Macao: Aomen guoji yanjiusuo, 2011.
- Jiang Yongjing 蒋永敬. *Sun Zhongshan yu Zhongguo Geming* 孙中山与中国革命 (Sun Yat Sen and the Chinese Revolution). Taipei: Guoshiguan, 2000.
- Jin Chongji 金冲及. *Sun Zhongshan he Xinhai Geming* 孙中山和辛亥革命 (Sun Yat Sen and the 1911 Revolution). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1996.
- Li Changsen 李长森. *Jindai Aomen Waibao Shigao* 近代澳门外报史稿 (Manuscripts of Foreign Newspapers in Modern Macao). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 2010.
- Li Shoupeng 李守鹏. Wang Pengsheng 汪鹏生, Ni Sanhao 倪三好. *Sun Zhongshan Quanzhuan* 孙中山全传 (Complete Biography of Sun Yat Sen). Nanchang: Jiangxi renmin chubanshe, 1996.
- Li Xiangyu 李向玉 ed. *Xinhaigeming yu Aomen Xueshu Yantaohui Lunwenji* 辛亥革命与澳门学术研讨会论文集 (Essay Collections on the Academic Conference on 'The Xinhai Revolution and Macao'). Macao: Aomen ligong xueyuan, 2012.
- Li Zhigang 黎志刚. 'Xiangshan he Xinhaigeming "Xinhaigeming bainianhuigu" Guoji Xueshu Taolunhui Lunwen' 香山和辛亥革命「辛亥革命百年回顾」国际学术讨论会论文 ('Xiangshan and the 1911 Revolution'. An Essay on the International Conference in Centennial Commemoration of the 1911 Revolution). Taipei: Zhongyang yanjiuyuan jindaishisuo and Zhongli: Zhongyang daxue renwen yanjiu zhongxin, 2011.
- Lin Jiayou 林家有. *Sun Zhongshan yu Xinhaigeming shi Yanjiu de Xinsbenshi* 孙中山与辛亥革命史研究的新审视 (New Perspectives on the Researches on Sun Yat Sen and the 1911 Revolution). Guangzhou: Guangdong jiaoyu chubanshe, 2007.
- . *Sun Zhongshan yu Jindai Zhongguo de Juexing* 孙中山与近代中国的觉醒 (Sun Yat Sen and the Awakening of Modern China). Guangzhou: Zhongshan Daxue chubanshe, 2000.
- Lin Tienwei 林天蔚 ed. *Lingnan Wenhua Xin Tanjiu Lunwenji* 岭南文化新探究论文集 (A New Approach to the Studies of Lingnan Culture). Hong Kong: Xiandai jiaoyu yanjiushe, 1996.
- Liu Manrong 刘曼容. *Sun Zhongshan yu Zhongguo Guomin Geming* 孙中山与中国国民革命 (Sun Yat Sen and the Chinese National Revolution). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1996.
- Liu Xianbing 刘羨冰. *Xinhai Bainian Zai Sikao* 辛亥百年再思考 (Rethinking the 100th Anniversary of the Xinhai Revolution of 1911). Macao: Aomen ligong xueyuan, 2012.
- Qiu Jie 邱捷. *Sun Zhongshan Lingdao de Geming Yundong yu Qingmo Minchu de Guangdong* 孙中山领导的革命运动与清末民初的广东 (Sun Yat Sen's Revolutionary Movements and Guangdong during Late Qing Dynasty and Early Republic of China). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1996.
- Qin Xiaoyi 秦孝仪 ed. *Guofu Quanji* 国父全集 (The Complete Works of Dr Sun Yat Sen). Taipei: Jindai Zhongguo chubanshe, 1989.

- Rangel, Jorge A. H. 'Sun Yat Sen e Macau'. *Jornal Tribuna de Macau*, 23 April 2007.
- . 'Sun Yat Sen, Macau e a República'. *Jornal Tribuna de Macau*, 11 July 2011.
- Ren Guixiang 任贵祥. *Sun Zhongshan yu Huaqiao* 孙中山与华侨 (Sun Yat Sen and Overseas Chinese). Harbin: Heilongjiang renmin chubanshe, 1998.
- Saldanha, António Vasconcelos de. *Sun Yat-Sen e a Fundação da República Chinesa Vista de Portugal: Uma Aproximação Política e Diplomática*. Macao: Instituto Internacional de Macau, 2011.
- Shang Mingxuan 尚明轩. *Sun Zhongshan Zhuan* 孙中山传 (A Biography of Sun Yat Sen). Beijing: Wenhua yishu chubanshe, 2008.
- Sharman, Lyon. *Sun Yat-Sen, His Life and Its Meaning: A Critical Biography*. Stanford: Stanford University Press, 1934.
- Shen Feide 沈飞德. *Minguo Di Yi Jia* 民国第一家 (First Family in Republic of China). Shanghai: Shanghai renmin chubanshe, 2002.
- Shen Weibin 沈渭滨. *Sun Zhongshan yu Xinhaigeming* 孙中山与辛亥革命 (Sun Yat Sen and the 1911 Revolution). Shanghai: Shanghai renmin chubanshe, 1993.
- Sheng Yonghua 盛永华, Zhao Wenfang 赵文房, Zhang Lei. *Sun Zhongshan yu Aomen* 孙中山与澳门 (Sun Yat Sen and Macao). Beijing: Wenwu chubanshe, 1996.
- Sun Zhongshan Xiansheng yu Jindai Zhongguo Xueshu Taolunji Bianji Weiyuanhui 孙中山先生与近代中国学术讨论集编辑委员会. *Sun Zhongshan Xiansheng yu Jindai Zhongguo Xueshu Taolunji* 孙中山先生与近代中国学术讨论集 (A Discussion on Sun Yat Sen and Modern China). Taipei: Sun Zhongshan xiansheng yu jindai Zhongguo xueshu taolunji weiyuanhui, 1985.
- Wan Ming 万明. *Zhong Pu Zaoqi Guanxishi* 中葡早期关系史 (History of the Early Relationship Between China and Portugal). Beijing: Shehui kexue wenxian chubanshe, 2001.
- Wang Yunchang 王允昌. *Sun Zhongshan yu Aomen* 孙中山与澳门 (Sun Yat Sen and Macao). Taipei: Yushufang, 2011.
- Wu Xiangxiang 吴相湘. *Sun Yixian Xiansheng Zhuan* 孙逸仙先生传 (Biography of Dr Sun Yat Sen). Taipei: Yuandong Tushu, 1982.
- Yang Hongyu 杨宏雨. *Kua Shiji de Chensi; Sun Zhongshan, Liang Qichao, Zhang Jian Shehui Jingji Gaizao Guan* 跨世纪的沉思; 孙中山, 梁启超, 张謇社会经济改造观 (A Cross-century Ponder; Sun Yat Sen, Liang Qichao and Zhang Jian). Changcuan: Jilin chubanshe, 2005.
- Zhang Kaiyuan 章开沅, Lin Zengping 林增平 eds. *Xinhai Geming Shi* 辛亥革命史 (History of the 1911 Revolution). Shanghai: Dongfang chubanshe, 2010.
- Zhang Lei 张磊, Sheng Yunhua, Fok Kai Cheong. *Aomen: Sun Zhongshan de Waixiang Menbu he Shehui Wutai* 澳门: 孙中山的外向门户和社会舞台 (Macao: Sun Yat Sen's Gateway to the World and Stage to Society). Macao: Aomen Daxue, 1996.
- Zhang Yufa 张玉法. *Qingji de Geming Tuantu* 清季的革命团体 (Revolutional Association in Qing Dynasty). Beijing: Beijing Daxue chubanshe, 2011.
- Zhang Xizhe 张希哲, Chen Sanjing 陈三井 eds. *Huaqiao yu Sun Zhongshan Xiansheng Lingdao di Guomin Geming Xueshu Yantaohui Lunwenji* 华侨与孙中山先生领导的国民革命学术研讨会论文集 (Overseas Chinese and the National Revolution Led by Dr Sun Yat Sen). Taipei: Guoshiguan, 1997.
- Zhongguo Renmin Zhengzhi Xieshang Huiyi Guangdong Weiyuanhui 中国人民政治协商会议广东委员会, Wenshi Ziliao Yanjiu Weiyuanhui 文史资料研究委员会 ed. *Guangdong Xinhai Geming Shiliao* 广东辛亥革命史料 (Historical Data on Guangdong 1911 Revolution). Guangzhou: Guangdong renmin chubanshe, 1981.
- Zhu Xiuxia 祝秀侠. *Yuehai Jiuwenlu* 粤海旧闻录 (Old News Records on Guangdong and Hainan). 2 vols. Taipei: Zhongwai tushu chubanshe, 1980.



Victor Hugo de Azevedo Coutinho

Um Republicano Nascido em Macau

FERNANDO MENDONÇA FAVA*

INTRODUÇÃO

A experiência recente de abordar, historicamente, personagens insígnies que, no passado, tiveram percursos de vida na Cidade do Nome de Deus e em Portugal, revelou-se não só sumamente interessante como potencialmente enriquecedora, no sentido do contributo que assim é dado para uma melhor compreensão do que foi o relacionamento entre uma metrópole – Portugal – e um território sob sua administração, situado no outro lado do mundo: Macau.

Sendo este um aspecto de acrescida importância para a história de Macau, para a história de Portugal e para a história do grande país asiático que é a China, surge, nesse contexto alargado de interesses culturais, o desejo e o propósito de não esquecer esse património comum e, consequentemente, empenhos de no mesmo investir, mormente através da evocação de figuras e acontecimentos que, de forma significativa, tenham marcado tempos históricos que deram substância e razão de ser a esse mesmo contexto.

Ora acontece que neste tempo que corre fazem-se sentir, ainda muito vivos, os ecos das Comemorações dos Centenários da Revoluções que em ambos os países – China e Portugal – possibilitaram a emergência e ascensão de regimes republicanos. Num tal quadro, virá, decerto, a propósito trazer a lume

a vida e a carreira política e intelectual de um vulto republicano nascido em Macau e que, nos palcos e ambiências algo conturbadas da Primeira República Portuguesa, foi titular e intérprete de altos cargos da política e da governação do país. Nessa qualidade, e com essas ocupações e responsabilidades, bastas vezes se viu envolvido em situações de acentuado dramatismo, competindo-lhe tomar decisões, ou de as influenciar, no seio de contextos políticos e sociais assaz complexos. É, pois, acerca dessas situações e contextos que ensaiaremos esta reflexão, procurando, a par do facto histórico, buscar a luz que melhor ajude à compreensão do mesmo. No âmbito dessa intenção, as linhas de escrita que se seguem terão o seu desenvolvimento em torno da figura de marinheiro, republicano, político e académico de Victor Hugo de Azevedo Coutinho, eminente personalidade nacional, nascida em Macau e cuja dimensão de *homo historicus* aparece também consagrada em edições da terra que o viu nascer, designadamente em livros escritos pelo Pe. Manuel Teixeira, um primeiro, editado em 1942, com o título *Galeria de Macaenses Ilustres do Século XIX* e um segundo, editado em 1982, com o título *Vultos Marcantes em Macau*. Igualmente aparece em *Homens Ilustres e Benfeitores de Macau*, de autoria de Leonel de Barros, editado em 2007 pela Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM).

Tendo em conta o facto de os percursos de vida mais activa – pessoal, profissional e política – do nosso biografado se confundirem com a história dos finais da Monarquia e da Primeira República (sobretudo desta) e, desejando-se para esta explanação um fio cronológico, ainda que não muito rígido, optaremos por uma

* Mestre em História Contemporânea de Portugal; investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra.

M.A. in Portuguese Contemporary History; researcher at Coimbra's University Centre for 20th Century Interdisciplinary Studies.

ESTUDOS DE MACAU

narração integrada, não separando aqueles seus diversos planos de vida. Tentaremos, pois, desta forma, dar a entender quem foi Victor Hugo de Azevedo Coutinho e quais os principais aspectos e singularidades dos tempos e dos espaços em que viveu.

O HOMEM, O MARINHEIRO, O POLÍTICO, O ACADÊMICO

Filho de Manuel de Azevedo Coutinho e de Leonor Stuart de Mendonça Azevedo Coutinho, Victor Hugo de Azevedo Coutinho nasceu em Macau, a 12 de Novembro de 1871. Foi a baptizar na igreja paroquial de São Lourenço daquela cidade, sendo seus padrinhos Maximiano dos Remédios Júnior e Maria Bernardina dos Remédios.

Seu pai, Manuel de Azevedo Coutinho, era oficial do Exército, com a patente de capitão, e coube-lhe a honra de ser o primeiro presidente do Grémio Militar de Macau, fundado no ano de 1870 sob proposta e forte impulso de um outro militar residente na cidade, o alferes Rafael das Dores. Durante a sua estadia em Macau, o capitão Azevedo Coutinho colaborou, sucessivamente, com os governadores José Maria da Ponte e Horta e Januário Correia de Almeida (visconde de S. Januário), revelando-se a sua pessoa e os seus conhecimentos de grande valia na execução de plantas (mapas) do território e na escolha e funcionamento de peças de artilharia necessárias à defesa da cidade. Em informação escrita, oficial e de carácter reservado, dirá dele o governador, visconde de S. Januário: “Oficial competente, mas não inspira confiança política, tornando-se mesmo digno de censura”.¹ A explicação residirá na circunstância de Januário Correia de Almeida ser um assumido monárquico, não se eximindo a criticar simpatias que terá notado, em Manuel de Azevedo Coutinho, pelo ideal republicano, essa causa que seu filho Victor Hugo viria a abraçar tão empenhadamente. Facto é que Manuel de Azevedo Coutinho permaneceu, em comissão de serviço no território de Macau, aproximadamente seis anos e oito meses, findos os quais regressou a Lisboa.

Em Novembro de 1888, contando então 17 anos de idade, Victor Hugo Coutinho entrou para a Escola Naval, sendo promovido a aspirante a oficial de 2.ª classe. Feitos esses estudos, passou a fazer parte da tripulação de navios da Armada Portuguesa, entre outros, as corvetas *Vasco da Gama*, *Bartolomeu Dias*

e *Mindelo*; os transportes *África* e *Índia*; a fragata *D. Fernando*; e as canhoneiras *Limpopo*, *Zaire* e *Vouga*. Promovido ao posto de guarda-marinha em 1892 e a segundo-tenente em 1893, participou activamente na chamada “Campanha de Lourenço Marques”, levada a efeito em 1894-1895, contra o régulo Gungunhana e, em 1897, na “Campanha de Gaza”,² também em Moçambique.

Em 23 de Julho de 1898, o então segundo-tenente Victor Hugo de Azevedo Coutinho casou com Aurora Elizenda Ramires Leal, de quem teve dois filhos: João de Azevedo Coutinho, nascido a 22 de Junho de 1904, e Maria Tereza Azevedo Coutinho, nascida a 5 de Abril de 1908.

Tendo entretanto adquirido sólida formação científica em Engenharia Hidrográfica, passou a leccionar matérias relacionadas com essa área do saber na Escola Naval. A propósito destas suas adquiridas competências, deverá dizer-se que já anteriormente havia decorrido sob sua responsabilidade e supervisão, o reconhecimento hidrográfico, feito em 1898, do rio moçambicano Incomati e, alguns anos mais tarde, em 1912, enquanto chefe de gabinete do Ministro da Marinha, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes,³ foi Victor Hugo Coutinho o principal impulsor da Missão Hidrográfica da Costa de Portugal, organismo que fez os primeiros estudos e levantamentos hidrográficos da orla marítima portuguesa e cuja acção perdurou no tempo até 1936, ano em que foi dado como extinto.

Pouco tempo depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910, a 30 de Novembro de 1910, Victor Hugo Coutinho é nomeado administrador por parte do Governo de Portugal na Companhia de Moçambique.⁴ No seguimento dessa sua estadia na colónia africana, encontramo-lo, em 1911, na Assembleia Constituinte como deputado por Moçambique. Os seus muitos afazeres – lente da cadeira de Hidrografia na Escola Naval e professor no Liceu Passos Manuel – obrigaram-no, bastas vezes, a pedir dispensa de comparecimento às sessões, pelo que, e tendo também em conta que os trabalhos parlamentares referentes a este período histórico decorreram entre 15 de Junho de 1911 e 25 de Agosto do mesmo ano, as suas intervenções na arena parlamentar foram então muito breves e esparsas.



ESTUDOS DE MACAU

Em Outubro de 1913 acrescentará às suas funções pedagógicas o cargo de professor do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, prestigiada instituição que, mais tarde, se tornaria mais conhecida pelo nome de Instituto de Odivelas.⁵

No plano da política nacional, a progressiva acentuação das diferenças entre as sensibilidades ou correntes políticas que há muito se vinham desenhando no interior da família republicana haviam levado a que, a 24 de Fevereiro de 1912, António José de Almeida e os seus seguidores se apartassem do Partido Republicano Português (PRP) para criarem o seu próprio agrupamento partidário, o Partido Evolucionista. Dois dias depois, a 26 desse mesmo mês de Fevereiro, seria a vez do médico e jornalista Manuel Brito Camacho e dos seus respectivos apoiantes se separarem também do Partido Republicano e fundarem o Partido da União Republicana, também chamado de Partido Unionista. No novo quadro partidário desenhado por estas clivagens, Afonso Costa ficava à frente do que restava do velho PRP que o vulgo passou então a conhecer por Partido Democrático. O espectro partidário da República apresentava agora três principais partidos, o Democrático, o Evolucionista e o Unionista. O Partido Democrático (oficialmente Partido Republicano Português), era o que maior peso representativo detinha no Parlamento e, assim sendo, qualquer solução governativa teria de por ele passar ou ter a sua aquiescência.

Neste realinhamento das hostes republicanas, Victor Hugo Coutinho, face à amizade que o ligava a Afonso Costa e também por convicções de natureza política, decidiu permanecer no Partido Democrático. Figura de peso institucional, regressa então ao Parlamento, sendo eleito para a presidência da Câmara de Deputados. Sob este seu mandato, a 23 de Novembro de 1914, foi votada e aprovada uma proposta apresentada pelo Executivo de Bernardino Machado, proposta que, tendo em conta a situação de guerra que então se vivia na Europa, visava a atribuição de excepcionais poderes ao Governo. Conhecidos os apetites da Alemanha em relação às colónias portuguesas em África, a decisão estava intimamente ligada, numa primeira fase, à necessidade de mobilizar meios humanos e materiais capazes de defender a soberania portuguesa naquelas paragens. De facto, no âmbito dos seus objectivos bélicos, a Alemanha acalentava a ambição de não só exercer um domínio

efectivo na Europa Central, mas concomitantemente constituir em África um império colonial, desiderato que somente poderia ser feito com o apossamento de outras colónias, nomeadamente as da França, da Bélgica e de Portugal. No caso português, as zonas que, de início, ofereceriam disputa seriam sobretudo a fronteira norte de Moçambique e a fronteira sul de Angola, as quais confinavam com territórios já em poder de alemães, respectivamente o Tanganica (região hoje incluída na República da Tanzânia) e o Sudoeste Africano a sul do rio Cunene até ao Cabo Frio (actual Namíbia).

Perante a gravidade da situação e diante da contingência de também ter de enviar tropas para o *front* europeu, o governo português, chefiado por Bernardino Machado, previu a necessidade de o país vira a efectuar a mobilização de efectivos militares e elaborou a propósito o Decreto n.º 1096 de 25 de Novembro de 1914, diploma que veio a ficar publicamente conhecido por “decreto da mobilização”. Contestados, porém, alguns aspectos da política governamental, por forma considerada insultuosa, o Ministério apresentou a sua demissão ao Presidente da República, Manuel de Arriaga.

Buscava-se então em Portugal um consenso nacional em torno do problema da guerra, qualquer coisa semelhante ao que já vigorava em França, com a chamada *Union Sacrée*.⁶ Face, porém, às profundas divergências existentes entre os líderes dos partidos quanto à participação efectiva de Portugal no teatro de guerra europeu, tal aspiração mostrou-se impossível de atingir, apesar dos muitos esforços feitos no sentido. Somente o Partido Democrático, alguns sectores do Partido Evolucionista e, de uma forma geral, a intelectualidade republicana, se mostravam abertamente favoráveis à entrada directa e activa do país na contenda armada que opunha a *Entente Cordiale*⁷ aos Impérios Centrais.

Gorados assim todos os empenhos para se alcançar um governo de unidade nacional, o Chefe do Estado, Manuel de Arriaga, encarregou então o Presidente da Câmara de Deputados, Victor Hugo de Azevedo Coutinho, de formar governo. A nova equipa governamental ficou constituída a 12 de Dezembro e, com excepção do ministro da Instrução Pública, Frederico António Ferreira de Simas, todos os outros governantes eram do Partido Democrático. Na efervescência política da Lisboa de então, o alarido

foi enorme; sobretudo nos jornais, o novo Ministério foi apodado, com veia anedotística, com o epíteto de *Os Miseráveis*, em clara e jocosa referência ao nome do seu Presidente.

Apresentado no Parlamento a 14 de Dezembro de 1914, o governo de Victor Hugo foi, de imediato, classificado de partidário por parte das oposições evolucionista e unionista, as quais se apressaram a declarar o seu não apoio. Em todo o caso, após intensa discussão, o Executivo obteve aprovação na Câmara de Deputados com os votos do Partido Democrático, derrotando por 63 contra 39 votos uma moção de desconfiança apresentada pelo deputado Brito Camacho, dirigente do Partido Unionista.

Naturalmente que, neste resultado, pesaram decisivamente os votos do Partido Democrático. Já na Câmara Alta, o Senado, a moção de desconfiança foi aprovada por 27 votos contra 26. Tal votação não implicava, contudo, a rejeição do Governo. Mas o vírus do divisionismo estava definitivamente instalado e desse mal se haveria de ressentir o Executivo, cujo tempo de vida, face a tantas vicissitudes, seria curto e difícil.

Logo a 18 de Dezembro dá-se o confronto armado que veio a ficar historicamente conhecido por “Desastre de Naulila”. Animados do intuito de retaliar contra um incidente fronteiriço ocorrido a 15 de Outubro, os alemães empreenderam uma pretensa acção punitiva, atacando o Posto de Naulila. O combate entre portugueses e alemães foi duríssimo, obrigando a uma retirada das forças lusas para a região de Humbe, mais a norte, deixando pesadas baixas. Mas, também do lado alemão as baixas foram de monta, sobretudo entre os oficiais, incluindo o comandante, major Frank, facto que obrigou a também uma retirada das forças alemãs para além do Cunene.

Sendo certo que a Primeira Guerra Mundial, em toda a sua maior dimensão quanto a interesses geoestratégicos e económicos, se travava efectivamente na Europa, outrossim era verdade que estas investidas militares alemãs em África continham bem o significado da importância que aquele continente representava para o expansionismo germânico. Aspecto este bem retratado na *Weltpolitik* empreendida pelo chanceler Bismark, na década de 1880, e que havia levado a poderosa Alemanha a apossar-se de territórios como o Togo, os Camarões, o Tanganica e o Sudoeste Africano.

Agora, as colónias portuguesas de Angola e Moçambique estavam na mira da cobiça da Alemanha imperialista do *kaiser* Guilherme II. Tudo isto a gerar uma situação bem insólita, posto que os portugueses se viam na contingência de travar armas contra um agressor com o qual não tinham oficialmente uma pendência de guerra. Ou seja, Portugal era um país beligerante *de facto*, mas não o era *de jure* e esta situação, algo paradoxal, não deixou de constituir um problema bocado para os poderes instituídos.

Para o Partido Democrático, e para a maioria da intelectualidade portuguesa, a entrada da nação portuguesa na guerra europeia, ao lado dos aliados e sob enquadramento da velha aliança com a Inglaterra, era um projecto eminentemente patriótico que, pressupostamente, traria a Portugal substanciais vantagens, designadamente a garantia de respeito, por parte das grandes potências, pelo nosso património colonial; o afastamento definitivo do perigo anexionista espanhol, perigo de que havia inquietantes indícios na política externa espanhola; a efectiva acreditação e consolidação da jovem República Portuguesa no contexto de uma Europa cheia de cabeças coroadas; e, finalmente, prevendo-se a vitória dos aliados, o direito de Portugal se sentar, de pleno direito, à mesa dos vencedores, exigindo possíveis compensações de guerra.

A esta estratégia política opunham-se aqueles que advogavam uma outra linha de actuação mais moderada, que se ficava pela defesa, por meios militares, das nossas colónias em África, mas simultaneamente repousava na recusa em enviar tropas para a frente de guerra europeia, quedando-se, neste campo, por uma colaboração discreta com a Inglaterra, de forma a evitar uma declaração de guerra a Portugal por parte da Alemanha. Eram, sobretudo, defensores desta linha de pensamento político o Partido Unionista e algumas franjas do Partido Evolucionista, a que se juntavam personalidades como o coronel de engenharia Freire de Andrade, que fora ministro dos Negócios Estrangeiros do atrás citado governo de Bernardino Machado, e o então embaixador em Londres e futuro Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes. Contava ainda com muitos adeptos entre os partidários da monarquia, civis e militares, maioritariamente aderentes à causa germanófila, e também entre grande parte da oficialidade do Exército, bem pouco motivada para se expor aos perigos de uma guerra de dimensão mundial

ESTUDOS DE MACAU

e mortífera como nenhuma outra antes fora. E, embora com diferentes motivações e diferentes alinhamentos, vastos sectores católicos e sindicalistas tendiam também a aproximar-se desta posição.

Estabelecidas assim estas clivagens na sociedade portuguesa, a polémica daí advinda extravasava os círculos do poder e saltava para os jornais e para a opinião pública, tudo a dar forma e conteúdo a uma conjuntura onde se acirravam ódios e antagonismos, levando o país a cindir-se em duas grandes e principais facções: moderados e radicais ou, na feliz expressão de João Medina, “guerristas e antiguerristas”.⁸

Foi, pois, diante desta situação política efervescente que Victor Hugo de Azevedo Coutinho assumiu as rédeas da governação. Compreende-se assim quanto foram fortes, no Parlamento, o obstrucionismo ao Governo e, fora do Parlamento, a campanha de opinião antigovernamental. Tudo valeu, desde a acção colectiva de pedido de resignação do cargo de deputado (dezassete, ao todo) – visando o descrédito dos poderes – até aos mais incendiários artigos, escritos em jornais como *A Luta*, *A República* e *O Intransigente*.

Neste íterim, os contornos da política externa do governo de Victor Hugo Coutinho, gizados sobretudo pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, eram de feição marcadamente guerrista, não dando qualquer satisfação ou resposta às reclamações ou pedidos da diplomacia alemã. Por decisão governamental de 28 de Dezembro de 1914 reforçou-se o efectivo militar em Angola com mais 4 300 homens e, apesar de subsistirem muitas dificuldades, continuava o esforço de constituição da chamada “Divisão Auxiliar Portuguesa”, corpo de tropas que, esperava-se então, seria enviado para a frente ocidental, sendo tal projecto um objectivo declarado do Governo. Os inimigos internos desta política opunham-se por todos os meios, mas, nesse passo, iam perdendo terreno e influência.

Todavia, face a este avanço da política guerrista, começaram a notar-se manifestações, mais visíveis e mais fortes, do descontentamento que lavrava, subterraneamente, entre os oficiais das instituições castrenses. Lisboa fervilhava então de boatos acerca de um aventado pronunciamento militar e de um de golpe de estado, que estariam eminentes.⁹ Face à insistência de tais rumores, o Presidente da República, Manuel de Arriaga, convocou, para uma reunião em Belém, os chefes dos partidos republicanos, o Presidente do

Ministério, Victor Hugo de Azevedo Coutinho, os ministros dos Estrangeiros, da Guerra e das Colónias e outras personalidades da política, designadamente, anteriores chefes de Governo. A reunião, que teve lugar no dia 15 de Janeiro de 1915, não foi muito conclusiva, ficando-se os circunstantes pela opinião de que o Governo deveria continuar firme na sua política e no cumprimento do seu programa, não havendo, pois, que atender a boatos. Sintomaticamente, não compareceram a esta reunião os chefes dos partidos de oposição e os presidentes das câmaras do Parlamento. Esta ausência dos chefes dos partidos bem assim como o desagrado que, se sabia, reinava no seio da instituição militar, eram sinal iniludível de que, na sombra, algo se vinha tramando no sentido do derrube do Governo de Victor Hugo Coutinho.

E, de facto, a 20 de Janeiro desse ano de 1915, a trama viu luz: oficiais das guarnições de Lisboa e do Porto marcharam sobre o Palácio de Belém e, num gesto simbólico, entregaram as suas espadas ao Presidente da República. No ostensivo acto incluiu-se Machado Santos, herói do 5 de Outubro e declarado inimigo de Afonso Costa. O motivo invocado para a eclosão do movimento era, alegadamente, o protesto contra transferências compulsivas e prisões de camaradas de armas que haviam contestado decisões do ministro da Guerra. Em boa verdade, para as forças sublevadas o alvo não era qualquer ministro, mas sim o Ministério. Numa primeira reacção, o Governo mandou prender os insurrectos e suspender os jornais. Notadas, porém, hesitações no procedimento do Presidente da República, em que se entreviam sinais de querer dar abrigo às queixas e pretensões dos revoltosos, o Executivo de Victor Hugo Coutinho entendeu não ter condições institucionais para continuar a sua governação e considerou-se demissionário a 24 de Janeiro.

Seguiu-se um Governo de iniciativa presidencial, chefiado pelo general Pimenta de Castro, particular amigo do Presidente. A governação então empreendida revelou-se tão contrária aos ideais e princípios do regime que acabou por reunir, contra si própria, todas as forças republicanas.¹⁰ Foi uma ditadura que durou 112 dias, acabando por ser derrubada pela sangrenta “Revolução de 14 de Maio de 1915”. Constituiu então governo uma velha figura de republicano, advogado, escritor e grão-mestre da Maçonaria, de seu nome José de Castro.

Na sequência dos acontecimentos, Manuel de Arriaga renunciou ao seu mandato de Presidente da República, sendo eleito para o cargo Teófilo Braga, professor catedrático de literaturas modernas e um dos principais apóstolos do positivismo em Portugal. Braga assumiu então um mandato intercalar, desempenhando funções até 5 de Outubro de 1915, data em que, de acordo com os preceitos constitucionais, veio a tomar posse um novo presidente, entretanto eleito pelo Congresso da República.

Em consequência do resultado das eleições de 13 de Junho de 1915, um Governo inteiramente composto por personalidades do Partido Democrático e chefiado por Afonso Costa iniciou funções em 29 de Novembro desse mesmo ano. Do elenco governamental então instituído fazia parte Victor Hugo de Azevedo Coutinho, como ministro da Marinha, pasta que assumia pela segunda vez na República. Com uma visão sentenciosa da problemática situação político-social que então se vivia, Victor Hugo Coutinho emitiu, várias vezes, em Conselho de Ministros opiniões trespassadas de gravidade, ficando célebre a seguinte frase de sua autoria: “estamos numa rampa e não podemos suspender; chegando ao fundo, veremos o que o destino nos reserva”.¹¹ Vemos, assim, que o entendimento de Victor Hugo era o de que o país descia perigosa e irreversivelmente um plano inclinado rumo ao desconhecido.

Uma das primeiras decisões deste Governo foi continuar e intensificar os trabalhos preparativos para a entrada de Portugal na guerra europeia, designadamente a criação de condições para planificação e organização do necessário corpo de tropas e a aquisição de material bélico e logístico. No âmbito deste esforço, Portugal adquiriu, junto dos estaleiros italianos *La Spezia*, três submarinos, os quais conjuntamente com uma outra unidade já anteriormente comprada nos mesmos estaleiros, o *Espadarte*, constituíram então a primeira esquadilha de submarinos portuguesa.¹² O próprio ministro, Victor Hugo Coutinho, a bordo do *Espadarte*, assistiu à primeira imersão dos submersíveis no Tejo. A estas unidades de guerra competiria, sobretudo, o patrulhamento e defesa da barra marítima de Lisboa.

Na verdade, fazia todo o sentido a tomada de medidas desta natureza, dado que em 9 Março de 1916, a Alemanha declarou formalmente guerra a Portugal, declaração feita na sequência da requisição¹³

feita pelo Governo Português dos 72 navios mercantes alemães que, à data, se encontravam surtos em portos portugueses – continente, ilhas e colónias.

O Congresso da República, reunido a 10 de Março, proclamou formalmente o estado de guerra contra os impérios centrais e pronunciou-se pela necessidade da constituição de um ministério mais amplamente representativo das diferentes correntes de opinião vigentes na realidade político-partidária nacional. Desta posição do Congresso nasceu a formação de um ministério, chamado de “União Sagrada”, a qual, todavia se restringiu a democráticos e evolucionistas, apesar dos esforços feitos pelo Presidente da República, Bernardino Machado, para uma maior representação partidária nos poderes executivos.

Sendo o divisionismo entre os republicanos um facto insofismável, esperava-se que, pelo menos neste campo e face a uma já certa inevitabilidade da entrada do país na guerra, se pudesse, quanto a tão momentoso problema, estabelecer consensos ou, no mínimo, compromissos. Tal não aconteceu e isso não deixaria de ter reflexos negativos para a República e para Portugal. De facto, ficando assim longe de congregar a vontade da maioria dos portugueses, os poderes instituídos viam, assim, a sua missão muito dificultada, mormente ao terem de enfrentar uma série extensa de males, em que avultavam todo o tipo de acusações e de falsidades,¹⁴ faltas de compreensão, manifestações de rua, crimes económicos (escassez de géneros de primeira necessidade, alta de preços, mercado negro), envenenamento da opinião pública, tudo orquestrado por inimigos internos e externos, conluiados.

No Ministério, dito de “União Sagrada”, presidido pelo líder do Partido Evolucionista, António José de Almeida e com Afonso Costa nas Finanças, tomou também assento Victor Hugo de Azevedo Coutinho, mais uma vez como ministro da Marinha. Para fazer face ou minorar algumas consequências directas da guerra, sobretudo a chamada “crise das subsistências” (carência de produtos alimentares, alta contínua de preços, especulações), actuação da espionagem alemã com base em Espanha e tentativas de revoltas militares, o Governo da “União Sagrada” viu-se obrigado a tomar medidas excepcionais de controlo, designadamente a censura prévia da imprensa e a censura postal, dissolução de sindicatos, prisões de militares implicados em golpes e suspensão de jornais.

ESTUDOS DE MACAU

Tudo isso propiciou um natural coro de protestos, mas também ao Governo, nomeadamente ao Ministério da Marinha, chegaram manifestações de apoio vindas das mais diversas entidades: alunos da Escola Naval; juntas de paróquia; oficiais da marinha mercante inglesa. A todos o ministro Azevedo Coutinho teve o cuidado de agradecer.¹⁵

Em 30 de Março de 1916, o ministro da Marinha fez um apelo à unidade da sua corporação em torno da entrada de Portugal na guerra europeia. Traçando, no seu discurso, o quadro das agressões feitas pela Alemanha em Angola e em Moçambique, afirma que a “Pátria está em perigo” e aos marinheiros portugueses, porque herdeiros da “gesta gloriosa dos audazes navegadores dos mares desconhecidos e nunca antes navegados” cabe a missão inalienável de lutar pela do território e da independência nacionais, sendo seu entendimento que à Marinha de Guerra caberá estar na frente primeira desse combate. Termina, dizendo: “Honrai a Pátria, que a Pátria vos contempla!”¹⁶

Entrementes, intensificavam-se os ataques internos das oposições, com destaque para os monárquicos germanófilos que, com apoio dos alemães, conspiravam contra a República e envenenavam a opinião pública, voltando-a contra os poderes instituídos. A isto se somavam as tomadas de posição políticas de Brito Camacho e os comportamentos, nem sempre consequentes, de Machado Santos. Por motivações ideológicas, também os sectores sindicais, dominados pelo anarco-sindicalismo,¹⁷ se pronunciavam contra a política guerrista do governo da “União Sagrada”. Os efeitos da actuação desta frente alargada foram-se fazendo sentir na sociedade portuguesa sob a forma de um generalizado clima de mal-estar, que acabou por chegar ao próprio Governo e por influenciar negativamente alguns dos seus membros. Apesar da firmeza de propósitos dos principais chefes e mentores do programa da “União Sagrada”, o Governo veio a cair, face, sobretudo, à defecção de alguns evolucionistas. Na sequência desta queda, a 25 de Abril de 1917, Victor Hugo de Azevedo Coutinho, exonerado assim do cargo de ministro da Marinha, apresentou-se na Escola Naval.

A governação do país ficava agora a cargo de um ministério inteiramente composto por personalidades afectas ao Partido Democrático e presidido por Afonso Costa, sendo este o seu terceiro governo constitucional. Eram inúmeras as dificuldades com que a acção governativa se defrontava, podendo afirmar-se que

existiam duas frentes: a externa, compreendendo a questão da guerra e todos os problemas dela decorrentes e a interna em que a complicação maior era a já referida “questão das subsistências”, aí se filiando um cortejo extenso de males – falta de géneros alimentícios e energéticos, alta de preços, contrabando, açambarcamentos, mercado negro, novo-riquismo. Entre Maio e Setembro de 1917 o país viveu um ambiente continuado de greves e tumultos e assaltos a padarias, mercearias e armazéns. A repressão, por parte das polícias, a esses actos de pilhagem, causava, invariavelmente, mortos. Degradava-se a imagem do Governo e a de Afonso Costa e eram constantes os rumores de golpe de estado. A nação portuguesa afundava-se e, com ela, o Partido Democrático em cujo interior se começavam a instalar desentendimentos graves.

Em Novembro, Afonso Costa ausentou-se para Paris para participar numa conferência promovida pelos Aliados. Aproveitando a sua ausência, a insurreição militar pôs-se em marcha. À sua frente aparecia uma personagem politicamente pouco conhecida, de seu nome Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais. Militar de Artilharia e lente de Matemática, exercera até Março de 1916 as funções de ministro de Portugal em Berlim. Desde o seu regresso, conspirara activamente contra a “União Sagrada” e contra a política intervencionista, tentando assumir o papel de chefe e guia de todos os descontentes. Uma frente que reunia unionistas, centristas (partido recém-formado pelo médico Egas Moniz), machadistas, monárquicos, católicos e, no sector militar, oficiais de baixa patente, cadetes da Escola de Guerra e alguns sargentos. Os próprios sindicalistas, ideologicamente anti-guerristas e fartos de deterioradas condições de vida e de repressão, concediam a Sidónio, senão apoio, pelo menos benefício da dúvida. Reunindo todos esses empenhos, os cabecilhas da conspiração conseguiram insurreccionar algumas unidades militares da guarnição de Lisboa – Artilharia, Cavalaria e Infantaria – as quais, conjuntamente com os referidos cadetes e alguns populares (poucos), saíram à rua, ao anoitecer do dia 5 de Dezembro de 1917, e assentaram arraiais no alto do Parque Eduardo VII.

A resposta do Governo foi frouxa, própria de um Executivo que se encontrava num estado de grande debilidade. Numa atitude timorata, que contrastava com a firmeza que anteriormente demonstrara possuir, o ministro da Guerra, Norton de Matos, apresentou

o seu pedido de demissão ao Presidente Bernardino Machado. O desânimo e a desorientação instalados no Governo, estando Afonso Costa ausente, acabaram por oferecer a vitória aos revoltosos.

O movimento deزمبرista, assim chamado por ocorrer em Dezembro, dará lugar a uma ditadura personificada pela figura de Sidónio Pais, regime que rapidamente desaparecerá após o assassinato do ditador na noite de 14 de Dezembro de 1918, na estação do Rossio, em Lisboa.

No contexto das perseguições políticas que se seguiram à vitória do “Dezembrismo”, Azevedo Coutinho foi preso e encarcerado na Fortaleza de S. Julião da Barra, local onde deu entrada a 12 de Dezembro de 1917. A passagem de Victor Hugo por este presídio foi de curta duração, sendo solto poucos dias depois, ficando, todavia, numa aparente inatividade política durante todo o tempo do regime sidonista.

Em 7 de Maio de 1919, devolvida já a República aos seus legítimos representantes e estando no poder um ministério de concentração republicana, chefiado pelo democrático Domingos Pereira, o então capitão-de-fragata Victor Hugo de Azevedo Coutinho foi nomeado para representar, em Londres, o governo de Portugal numa Conferência Hidrográfica Internacional, convocada pelo almirantado Britânico e marcada para Junho desse mesmo ano de 1919. Das conclusões e informações desse encontro científico resultou a formulação de uma proposta para a reorganização dos serviços de hidrografia portugueses, sendo então, para o efeito, criada uma Comissão em que tinha assento de destaque a própria pessoa de Azevedo Coutinho.

Nos anos que se seguiram de história da Primeira República Portuguesa, o nosso biografado surge ainda como titular de altos cargos, nomeadamente ministro da Marinha de 6 de Fevereiro de 1922 a 6 de Julho de 1923, em três governos sucessivos, chefiados pelo democrático António Maria da Silva. Nesta fase, alguns sucessos marcaram a sua presença à frente do Ministério da Marinha, sendo justo referir que foi por seu intermédio que foi construído e apetrechado na Noruega o primeiro navio oceanográfico português, o *Albacora*. Por outro lado, um outro acontecimento que marcou positivamente a sua governação foi o feito histórico da Travessia Aérea do Atlântico Sul, ligando Lisboa ao Rio de Janeiro, em Junho de 1922. Tal proeza, cometida por dois dilectos e ilustres filhos da nação portuguesa – Gago Coutinho e Sacadura Cabral –,

somente foi possível pelo entusiástico e decidido apoio dado ao empreendimento pelo ministro da Marinha, Victor Hugo Coutinho. A este propósito, ouçamos as palavras proferidas, ao tempo, pelo próprio ministro, no Senado:

“Sr. Presidente: pedi a palavra para me associar ao voto de saudação proposto por V. Exa. aos dois grandes e arrojadados aviadores que, neste momento, tentam fazer a travessia do Atlântico: Lisboa, Rio de Janeiro. [...] Sr. Presidente: eu acompanhei, e digo isto com orgulho, bem de perto todos os esforços feitos por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, dando, como membro do Governo, todo o carinho a essa iniciativa e prestando-lhe todas as facilidades. Fi-lo porque sei o grande valor de Gago Coutinho; fi-lo porque avalio a grande coragem do Sacadura Cabral.”¹⁸

Mais tarde, em Abril de 1924, lembrando o acontecimento, dizia Victor Hugo, ainda no Senado:

“Por circunstâncias da minha vida política, encontrei-me estreitamente ligado à grandiosa obra que foi a travessia aérea do Atlântico do Lisboa ao Rio de Janeiro. Vivi horas da mais cruciante inquietação, mas também tive horas da mais emocionante alegria quando Gago Coutinho e Sacadura Cabral, depois do bom êxito da travessia, foram a admiração do mundo inteiro. Agora, num novo raid, partiram ontem outros aviadores de Vila Nova de Milfontes no avião *Pátria*. Associo-me à saudação proposta pelo Sr. Pereira Osório, salientando o nobilitante exemplo de abnegação de sacrifício que os aviadores praticaram perante a Nação.”¹⁹

Neste passo, reportava-se Victor Hugo Coutinho a um outro notável feito da aviação portuguesa, o do raid aéreo Lisboa-Macau, conseguido também por três distintos aeronautas lusos, Sarmiento de Beires, Brito Pais e Manuel Gouveia. Os intrépidos aviadores percorreram mais de 16 000 quilómetros em 115 horas de voo e, à chegada a Macau, depois de uma aterragem de emergência perto de Hong Kong, foram entusiasticamente recebidos e homenageados pelos representantes dos poderes públicos, personalidades mais eminentes e pela população em geral. No contexto dessas justas homenagens, o grande poeta que foi Camilo Pessanha escreveu e publicou, no território, um livro com o título *Homenagem aos Aviadores que Completaram o 1º Raid Aéreo Lisboa – Macau*.

ESTUDOS DE MACAU

Da participação e postura tidas por Victor Hugo Coutinho vemos quanto ele foi um entusiasta do pioneirismo da aviação portuguesa, gesta que acompanhou e viveu intensamente, deixando disso testemunho no apoio que, enquanto governante e parlamentar, deu a estes dois momentos maiores desse ciclo histórico. Curiosamente, Macau seria o primeiro território ultramarino sob administração portuguesa a ter uma estrutura aeronáutica, com a inauguração, em 1927, de um Centro de Aviação Naval na ilha da Taipa, sob a égide da Marinha Portuguesa.²⁰

Entretanto, nomeado alto-comissário da República em Moçambique, Victor Hugo Coutinho tomou posse deste também alto cargo em 1923. Sob o seu mandato e autoridade, decorreram na Província, em Dezembro de 1924, as comemorações do 4.º centenário da morte de Vasco da Gama, assinaladas para a posteridade com a

construção de um arco manuelino na entrada principal do Jardim Botânico de Lourenço Marques.

Em 1926, finda esta sua comissão de serviço em Moçambique, embarcou para Lisboa, onde, de imediato, assumiu a direcção da Escola Naval, cargo em que permanecerá até Outubro de 1935. Ainda nesse mesmo ano de 1926 foi convidado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra para reger, na qualidade de professor catedrático contratado, as cadeiras de Topografia e Geodesia do Curso de Engenharia Geográfica. Neste campo, a valia do seu trabalho académico foi ampla e publicamente reconhecida quando a 12 de Junho de 1932, a Universidade de Coimbra, em cerimónia ocorrida na Sala dos Actos Grandes, lhe conferiu o grau de Doutor *honoris causa* pelos “altos serviços prestados à Nação e à Ciência”.²¹ Entrado na situação de reserva em 1933, já no posto de capitão-de-mar-e-guerra, ficará

Praia Grande, ca. 1870. In Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *Álbum Macau. Sítios, Gentes e Vivências* (Macau: Livros do Oriente, 1991).



então adstrito ao comando-geral da Armada Portuguesa até à sua reforma, em 1941.

Quando a morte o surpreendeu, a 27 de Junho de 1955, Victor Hugo de Azevedo Coutinho vivia no recato dos seus 84 anos de idade na sua residência da Rua Rodrigues Sampaio, em Lisboa. O cortejo fúnebre teve lugar no dia seguinte para o cemitério do Alto de São João, nele se incorporando, para além da família, personalidades republicanas, altos comandos da Armada Portuguesa e pessoas de diferentes categorias sociais. O acontecimento veio relatado nos principais jornais da capital.

Saiu do mundo dos homens, mas deixou testemunho da sua passagem pelo mesmo: os préstimos da sua obra pedagógica perduraram, sendo de destacar obras como *Apointamentos para um Curso Elementar de Hidrografia* (1906) e as famosas *Tábuas Náuticas de Fontoura e Coutinho*, de que foi co-autor. Publicadas,

pela primeira vez em 1907, foram utilizadas pela Marinha durante mais de 50 anos. Recentemente, em 2009, com o elucidativo título de *Moçambique Há Um Século, Visto pelos Colonizadores: Campanhas Militares, Ocupação do Território, Conhecimento dos Povos (1895-1910)*, a Comissão Cultural da Marinha Portuguesa publicou um livro de 220 páginas, em que são reunidos os escritos de vários autores, designadamente António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Massano de Amorim e Victor Hugo de Azevedo Coutinho. Um outro aspecto que comprova, por um lado, a grandeza intrínseca da figura aqui retratada e, por outro lado, o apreço com que essa grandeza foi distinguida, é a seguinte lista de agraciamentos e condecorações:

- Medalha de prata comemorativa das expedições a Moçambique (1894-1895)
- Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Avis (1901)
- Medalha Militar de prata da classe exemplar de comportamento (1905)
- Comendador da Ordem Militar de Avis (1919)
- Medalha de ouro de comportamento exemplar
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (1923)
- Grande Oficial da Legião de Honra, concedido pelo Governo Francês em 1923
- Grande Oficial da Ordem Militar de Avis (1930)²²

Neste campo, parece-nos propositada uma referência breve a um Louvor que lhe foi concedido pela República, por Portaria de 15 de Outubro de 1919. No corpo do texto lê-se: “Louvado pelo auxílio ao comando das forças de ataque a Monsanto, mostrando lealdade e dedicação à República”.²³ O acontecimento referido teve lugar a 22 e 23 de Fevereiro de 1919 e deu-se no contexto da chamada “Revolta do Monsanto”, tentativa gorada das forças monárquicas da capital para se apoderarem do poder e dos destinos do país, à semelhança do que na cidade nortenha do Porto havia acontecido dias antes, com a implantação da denominada “Monarquia do Norte”. O episódio é bem representativo do que o próprio louvor afirma, ou seja, a lealdade e dedicação de Victor Hugo de Azevedo Coutinho ao regime republicano.

CONCLUSÃO

Em traço solto retratámos a figura e a vida, nas suas mais significantes facetas, de um português



ESTUDOS DE MACAU

nascido na cidade do Santo Nome de Deus na China. Não um qualquer português, mas um ilustre cidadão de Macau e de Portugal, que, com o seu saber, a sua acção, a sua vontade e as suas opções de homem cívico – político e governante – contribuiu de forma assaz importante para a história desse período tão intensamente rico de factos e de ideias que foi a Primeira República Portuguesa.

Sem dúvida que as realizações práticas do regime que vigorou em Portugal de 1910 a 1926 ficaram muito aquém da República sonhada e propagandeada no transcorrer dos tempos últimos da Monarquia Constitucional. Personalidade cerebral, Victor Hugo compreendeu muito bem essa distância que sempre existe entre as intenções magnânimas e as realizações possíveis e, por isso mesmo, não se deixou deter ou vacilar perante os inúmeros e pesados embaraços e obstáculos que então se colocavam ao exercício da governação. Notemos que ele foi chefe de Governo e ministro durante os aspérrimos anos da Primeira Guerra Mundial, fenómeno que se revelou, para Portugal, uma questão fracturante com consequências profundas a todos os níveis: social, económico, político, militar, diplomático...; de tal forma assim que os dirigentes e governantes republicanos viram na participação portuguesa na frente europeia o meio único que poderia garantir a identidade de Portugal como nação independente e como potência colonial. Numa sociedade que acusava clivagens profundas, justamente pelos efeitos colaterais da guerra, a defesa do património colonial foi a tese que mereceu maior consenso. Daí os trabalhos de preparação da entrada de Portugal no conflito, os quais, como se deixou escrito, contaram sempre com a participação interessada e eficiente do ministro Victor Hugo Coutinho.

No imediato pós-guerra, passada esta, mas não as suas sequelas, a República, fragilizada, teve

de enfrentar outros desafios, desta feita a ofensiva monárquica desejosa de se apoderar das rédeas do poder e, naturalmente, fazer a “Restauração”, ou seja, restabelecer o regime deposto a 5 de Outubro de 1910. Também neste passo, encontramos Victor Hugo Coutinho, terçando armas em defesa dos seus ideais e do regime, o que nos dá nota da inquestionável fé republicana deste homem.

No campo da ciência igualmente se distinguiu, adquirindo conhecimentos e sapiência que ofereceu ao país, sob a forma de realizações práticas e representando-o em areópagos internacionais desses ramos da Ciência.

Terminaremos, dizendo que Victor Hugo de Azevedo Coutinho pertenceu a uma plêiade de homens que, filiados nos valores e no ideário da Terceira República Francesa, imbuídos de anseios de propagação de liberdade, porém atentos às realidades do seu país, tentaram, de forma honesta e eficiente, transportar todos aqueles valores, ideias e projectos para o plano das realizações cívicas, mormente a construção, na sua Pátria, de um regime demoliberal com acrescidas preocupações sociais, voltadas estas sobretudo para os estratos populacionais que se fixavam na parte mais inferior da pirâmide social. Seria a transformação do súbdito embrutecido e passivo no cidadão que, enfim consciente da sua importância, trilharia, na grei, os caminhos da participação cívica e política, rumo a um futuro que se antevia luminoso. Valorizando o indivíduo, valorizar-se-ia a sociedade. Pelas razões já apontadas e também porque o regime entrou num ciclo de tempo adverso,²⁴ todos esses desígnios, intenções e programas ficaram por cumprir, acabando por soçobrar com a queda da própria República.

Ah, a Utopia!... Sempre a divisamos num horizonte permanentemente longínquo. **RC**

NOTAS

- 1 Arquivo Histórico Militar – Caixa 1088.
- 2 Campanha Militar de pacificação, chefiada por Mouzinho de Albuquerque em que morreu o célebre Maguigwana, chefe militar dos povos vátuas. Ver *Campanha contra o Maguigwana nos Territórios de Gaza em 1897. Relatórios Enviados ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar pelo Comissário Régio da Província de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

- 3 Prestou serviço em Macau, comandando a Escola de Pilotagem. No território casou, em 18/2/1882, com Lyllia Carlota Gonzaga de Melo, filha do 2.º barão do Cercal, fidalgo da casa real de D. Maria I, residente em Macau e aí nascido e falecido.
- 4 Na sequência das conclusões da Conferência de Berlim de 1885, que obrigavam a uma efectiva ocupação dos territórios coloniais, o Estado Português, decidiu entregar grandes parcelas de terra à exploração de

- companhias privadas, chamadas Companhias Majestáticas, dado que as concessões eram sob auspício da Coroa. Neste enquadramento, a Companhia de Moçambique obteve a concessão das terras que abrangiam as regiões de Manica e Sofala.
- 5 Ver J. Pintassilgo, “O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942)”, in Joaquim Pintassilgo et al. (org.), *A História da Educação em Portugal*.
 - 6 Designação dada ao movimento político de convergência dos franceses de todos os credos políticos e religiosos, em torno do objectivo eminentemente patriótico que foi a Primeira Guerra Mundial. A expressão foi utilizada pela primeira vez pelo Presidente da República Francesa, Raymond Poincaré, na Câmara de Deputados, nos princípios de Agosto de 1914.
 - 7 Nome dado ao acordo negociado entre a França e a Inglaterra em 1904, visando uma política colonial amigável das duas potências, em África. Este acordo iria funcionar de forma efectiva em situações de crise internacional, mormente no deflagrar da Primeira Guerra Mundial em que dará origem a um bloco político-militar que se oporá à acção belicista dos Impérios Centrais – Alemanha e Áustria. Ver P. J. V. Rollo, *Entente Cordiale: The Origins and Negotiation of the Anglo-French Agreements of 8 April 1904*. Londres: Macmillan; Nova Iorque: St. Martin's Press, 1969.
 - 8 João Medina, *Portugal na Grande Guerra: Guerristas e Antiguerristas, Estudos e Documentos*.
 - 9 Ver artigo de primeira página com o título “Dentro da Lei”, em *A Capital* de 15/1/1915.
 - 10 Ver Rui Ramos, “As guerras da República”, in José Mattoso, *História de Portugal*, p. 441.
 - 11 A H. de Oliveira Marques, (organização, prefácio e notas de), *O Segundo Governo de Afonso Costa, 1915- 1916: Actas dos Conselhos de Ministros*.
 - 12 *Revista Militar* n.º 2512, Maio de 2011 – *Crónicas Militares Nacionais*. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=662> 22/02/2012.
 - 13 Decreto n.º 2229, de 23 de Fevereiro de 1916.
 - 14 Em Lisboa apareceram, com maior incidência no ano de 1917, uma grande quantidade de panfletos clandestinos e não identificados, entre os quais avultava o famoso *Rol da Desonra*, falando de uma pretensa vida luxuosa em França de personalidades defensoras da entrada de Portugal na guerra, sobretudo membros do Partido Democrático e seus familiares. Sabia-se que na origem do aparecimento destes panfletos estavam as organizações monárquicas. Ver Luís Alves de Fraga, *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra a 1.ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010, pp. 224 e ss.
 - 15 Ver *A Capital* de 15/3/1916, p. 2.
 - 16 Arquivo Central e Histórico da Marinha, caixa n.º 1410.
 - 17 Ver Vasco Neno, *Concepção Anarquista do Sindicalismo*.
 - 18 *Diário das Sessões do Senado* de 30 de Março de 1922, p. 10.
 - 19 *Diário das Sessões do Senado* de 8 de Abril de 1924, p. 5.
 - 20 Ver Adelino Rodrigues da Costa, *A Marinha Portuguesa em Macau: Uma Relação Muito Singular*.
 - 21 “Doutoramento de Vítor Hugo de Azevedo Coutinho – Lente da Escola Naval e professor contratado da Universidade de Coimbra”, in *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, vol. 3, n.º 1.
 - 22 Ver Arquivo Histórico da Marinha, *Livros Mestres de Oficiais* n.ºs D-52; I-86; e K-67.
 - 23 Arquivo Histórico da Marinha, *Livro Mestre de Oficiais* n.º K-67.
 - 24 Lembremos que, entrados os anos vinte do século xx, os fascismos estavam então em ascensão na Europa e outras partes do mundo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Histórico Militar – Caixa 1088.
 Arquivo Central e Histórico da Marinha
 – *Livros Mestres de Oficiais* n.ºs D-52; I- 86; e K-67.
 – Caixa n.º 1410.
Diário das Sessões do Senado (1922).
Diário das Sessões do Senado (1924).
A Ilustração Portuguesa (1916).
Jornal A Capital (1915-1916).
O Occidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro (1914).
 Separata da *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, vol. 3, n.º 1.

Estudos

Costa, Adelino Rodrigues da. *A Marinha Portuguesa em Macau: Uma Relação Muito Singular*. Macau: Capitania dos Portos de Macau, 1999.
 Fava, Fernando Mendonça. *Leonardo Coimbra e a 1ª República: Percursos Político e Social de Um Filósofo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

Marques, A. H. de Oliveira (org., pref. e notas). *O Segundo Governo de Afonso Costa, 1915-1916: Actas dos Conselhos de Ministros*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1974.
 Medina, João. *Portugal na Grande Guerra: Guerristas e Antiguerristas: Estudos e Documentos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
 Neno, Vasco. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.
 Pintassilgo, J., “O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942)”, in Joaquim Pintassilgo et al. (org.), *A História da Educação em Portugal: Balanço e Perspectivas*. Porto: Asa, 2007.
 Ramos, Rui, “As Guerras da República”, in José Mattoso, *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 2001, p. 441.
Revista Militar. Lisboa: Europress, Maio de 2011.
 Teixeira, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1966.



A China no Pensamento de José da Costa Nunes

ANTÓNIO ARESTA*



UM TRAJECTO EXISTENCIAL

José da Costa Nunes¹ foi um dos mais ilustres portugueses que viajaram e trabalharam no Oriente e no Extremo Oriente, particularmente em Macau. É uma figura injustamente esquecida² na voragem do tempo do egoísmo e do materialismo da vida quotidiana desta sociedade moderna, que, como ele já intuía, “atravessa uma dolorosa crise moral, cujas consequências deploráveis todos nós apalpamos. Há só um meio de a curar: é recristianizá-la.”³

Mas, que Macau terá encontrado o jovem José da Costa Nunes?

Em Macau, a crise dos valores tornou-se mais patente com a erosão dos poderes e com o declínio dos saberes.

Numa carta particular,⁴ José Gomes da Silva, médico militar, professor e botânico dá-nos, em 1888, esta imagem, pouco lisonjeira, do estado da cultura em Macau: “Afinal, com a partida do governador Tomás Rosa morreu a ideia do Jardim Botânico em Macau. O governador que o substituiu e que já se retirou também, tinha, apesar de coronel de engenheiros, o maior horror possível à botânica e a todas as ciências naturais. Veremos se um dia cai aqui algum governador que dê importância a estes estudos; mas duvido. Eu ofereci-me para abrir um curso livre de botânica em

que pudessem colher algumas noções os alunos do seminário, visto que os nossos missionários são hoje o avesso do Padre Loureiro e dos missionários estrangeiros.

O que eles sabem é doutrina cristã; e os seus expositores científicos limitam-se ao catecismo e, quando muito, à Bíblia. Ofereci-me pois para reger o curso de botânica e dirigir o jardim botânico, sem a menor gratificação ou regalia. Foi inútil. Estou hoje convencido largamente de que em terra portuguesa é impossível fazer-se nada. Paciência.”

Nos finais de 1888, o governador Firmino José da Costa, com inusitada rispidez institucional dissolve o Leal Senado: “Mostrando-se o Leal Senado de Macau por extremo negligente no cumprimento das obrigações que as leis e o código lhe impõem, desprezando ao mesmo tempo judiciosas indicações que a junta de saúde lhe tem sugerido e não acatando, como lhe cumpre, as advertências tutelares do governo superior desta província permitindo-se antes levantar discussões ociosas nas quais aquela corporação evidentemente manifesta falta de tino e capacidade para gerir os negócios do município que lhe foram confiados.”⁵

Uma comissão provisória, constituída pelos antigos vereadores Albino António da Silva, Florêncio António da Cruz, João Euleutério d’Almeida, Joaquim das Neves e Sousa, Lourenço Inocência Pereira e Luís João Baptista, assegurou o normal funcionamento do município até se realizar um novo acto eleitoral. Entretanto, menos de um mês decorrido, era publicado um Relatório⁶ muito meticuloso sobre a administração municipal, notando, por exemplo, que “vários livros

* Professor e Investigador. Doutorando em Filosofia (Universidade do Porto). Autor de diversos estudos sobre a história de Macau.

Secondary school teacher and researcher. Author of various studies on Macao History, he is currently preparing his Ph.D. in Philosophy at Oporto's University.

ESTUDOS DE MACAU

importantes para uma boa fiscalização, faltam ao arquivo da Câmara Municipal de Macau.”⁷ No limite, verificava-se que o antigo conflito jurisdicional entre o governador e o Leal Senado não estava pacificado ou sanado no plano simbólico, visto que em termos jurídico-políticos a legitimidade era do governador. Todas estas alterações induziam preocupações e mal-estar na comunidade chinesa, ciosa da estabilidade e dos equilíbrios diplomáticos entre as diversas instâncias de poder. Para contrariar a onda de boatos, o procurador dos Negócios Sínicos, António Marques d’Oliveira, faz publicar um edital bilingue, onde se diz: “Constando a S. Ex^a. o Governador da província que entre a população chinesa desta cidade tem corrido boatos de aumento nas contribuições predial e industrial, faço saber por ordem do mesmo Exm^o. Sr. que são destituídos de fundamento aqueles boatos, por que não foram elevadas as taxas das ditas contribuições. É igualmente falso que os gerentes, guarda-livros, caixeiros e outros empregados das lojas comerciais tenham de pagar pessoalmente qualquer imposto industrial, devendo somente os respectivos estabelecimentos pagar a taxa de licença como anteriormente pagavam.”⁸

Mas, se a instabilidade política gerava intranquilidade social e convulsões na ordem pública, um novo problema se colocava a curto prazo, a epidemia da cólera-morbo. Um grupo de cidadãos, entre os quais Pedro Nolasco da Silva, Bernardino Senna Fernandes, Carlos d’Assumpção, dirige um requerimento⁹ ao governador, pedindo providências expeditas, ao mesmo tempo que lembra, “actualmente a epidemia vai assumindo um carácter progressivamente assustador, o que causou o pânico geral de todos os habitantes de Macau.”¹⁰ E pelo extenso Relatório da autoria do Dr. José Gomes da Silva,¹¹ chefe dos Serviços de Saúde, se pode aferir da extrema gravidade desse problema de saúde pública.

O curso da vida segue o seu inexorável destino, oferecendo Macau a sua activa e indefectível solidariedade ao rei de Portugal, a propósito da revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 no Porto, a primeira ameaça séria à monarquia portuguesa. Com o conhecimento do governador Custódio Miguel de Borja, o presidente do Leal Senado, Cândio Jorge, enviou uma mensagem a el-rei com o seguinte teor: “A cidade de Macau, embora separada geograficamente por milhares de léguas da mãe pátria, vive contudo politicamente a mesma vida, que faz pulsar os corações dos nossos irmãos na metrópole,

porque são portugueses os que residem nesta cidade, e por isso não pode ela ficar indiferente perante o doloroso incidente que em 31 de Janeiro último enlutou a cidade do Porto. Não é só o sentimento de lealdade e de patriotismo, que Macau timbrou sempre em considerar como o seu mais nobre brasão, mas também a profunda convicção que os habitantes desta cidade, juntamente com todos os bons patriotas, nutrem sobre a necessidade de se unirem todos, na presente crise, ao redor do trono de Vossa Majestade, para conjurar e superar as dificuldades e conflitos, que a cada passo se suscitam contra os direitos e interesses de Portugal, que leva a humilde corporação, representada pelos abaixo assinados, o Leal Senado da Câmara de Macau, a vir por este meio dar um testemunho dos seus sentimentos profundamente portugueses e patrióticos, manifestando a firme e dedicada adesão do povo português deste município à pessoa de Vossa Majestade e às instituições que felizmente nos regem, e protestando solenemente contra a tentativa felizmente malograda, que houve no Porto em 31 de Janeiro, para destruir a forma monárquica do governo, ao qual Vossa Majestade hoje preside tão dignamente com tanta ilustração e devoção cívica.”¹²

Enquanto a comunidade portuguesa seguia com atenção a evolução política metropolitana, o presbítero Estevão Eusébio Situ, missionário na Taipa, começava a ensinar “aos meninos chinas a instrução primária na língua portuguesa”,¹³ porque era “tempo que a vila da Taipa, abandonada sem razão alguma de ser à mais deprimente ignorância, entre no caminho da civilização, começando por se lhe ministrar a acção vivificadora da instrução primária elementar em escola essencialmente portuguesa e na língua da nação sob cuja soberania existe”. Era, assim, assumida no terreno uma das principais orientações da Direcção-Geral do Ultramar, proposta por Ressano Garcia, “dar às missões um carácter confiadamente nacional e eminentemente educador e docente; tornar o missionário, não só apóstolo da fé, mas verdadeiro soldado da cruzada da civilização, e não só sacerdote de uma crença espiritual, mas verdadeiro ministro da religião do trabalho e do progresso.”¹⁴ Coloane terá ainda de esperar uns anos mais para sair da letargia em que vivia. O bispo D. João Paulino de Azevedo e Castro, tomará esta providência em 1903, sobre a ilha de Coloane: “Chegado ainda há bem poucos meses a Macau, apenas tivemos conhecimento de que tão perto

da nossa cidade episcopal havia uma terra portuguesa, com uma população assaz numerosa, pacífica, laboriosa, mas totalmente privada dos benefícios a que tem direito, dependentes da nossa acção episcopal, veio-nos logo à mente a ideia de inaugurarmos aqui um centro de vida cristã, em que, a par do ensino religioso, se ministrasse a instrução literária para aqueles dos habitantes desta terra que livremente quisessem recebê-la para si ou aproveitá-la para seus filhos.”¹⁵

Em Agosto de 1894, e para que conste em todas as comunidades, “para conhecimento das autoridades e de todas as mais pessoas a quem possa interessar se faz público que, em virtude de ordens recebidas do governo de Sua Majestade Fidelíssima, durante o estado de guerra entre os impérios da China e Japão, Portugal manterá neutralidade em todos os seus domínios.”¹⁶ Esta posição era muito mais importante do que à primeira vista parece, porque era um raro sinal de coesão institucional para os governos comprometidos com este melindroso assunto.

Ciente da necessidade de promover um reforço da instrução e da formação contínua dos membros das forças policiais, o governador José Horta e Costa cria, em Outubro de 1894, a Biblioteca Militar da Guarda Policial de Macau, “considerando que as bibliotecas militares por meio de livros e jornais que quotidianamente são publicados colocam facilmente e sem grandes sacrifícios todos os que as frequentam a par dos progressos, transformações e melhoramentos que a ciência militar vai sucessivamente adquirindo, habilitando-os assim a poder desempenhar cabalmente os seus deveres e a manter dignamente a posição hierárquica que ocupam.”¹⁷

O comissário régio Joaquim José Machado, questionava: “mas o que se fez no tempo em que Macau nadava na abundância, a ponto de se não saber como guardar tanto dinheiro? Nem se tratou do porto! Nem ao menos procuramos aproveitar e desenvolver Timor! Decadência nos homens; decadência de princípios; decadência, principalmente, de patriotismos à maneira inglesa, não somente palavrosa mas útil prática real.”¹⁸ Também observava Manuel da Silva Mendes, o “tempo corre propício para materialidades, para patacas, não para exaltamentos a elevadas regiões. A estas, hoje, só em aeroplano um ou outro se abalança...”¹⁹ Isto dá-nos a ideia da forma como a crise de fim de século também afectou a sociedade macaense, uma terra com dois mundos em si, sinalizando-se essas evidências

nos documentos oficiais cujas dissonâncias passam despercebidas.

O primeiro grande sinal de que era necessário mexer na estrutura do incipiente sistema de ensino de Macau foi dado em 1898, pelo governador Eduardo Galhardo, que nomeia uma comissão, composta por Mário Lima, Horácio Poiares, Eduardo Marques, Pedro Nolasco da Silva e Patrício Luz, para estudar a harmonização do “serviço da instrução pública com as leis que o regulam, atendendo-se à necessidade de, dentro das mesmas leis, dar o máximo impulso ao ensino.”²⁰ Os trabalhos revelaram-se infrutíferos, porque a pequena política local cerceou uma tentativa unificadora da instrução pública. O Liceu, com os seus trinta alunos, ainda não conseguia atrair as elites de Macau, receosas que a laicidade e a independência da instituição conflituasse com a percepção que o mercado de trabalho possuía dela.

A participação de Macau na Exposição Universal de Paris, em 1900, constituiu um raro pretexto formal para a internacionalização do Território no seio da constelação colonial portuguesa. Essa iniciativa permitiu à sinologia portuguesa fazer uma prova de vida, quer em termos doutrinários, quer em termos de estratégia política e diplomática.

A Exposição Universal de Paris, com os Jogos Olímpicos a decorrerem em simultâneo, foi inaugurada pelo presidente Émile Loubet, tendo ocupado uma enorme área de 108 hectares. O pavilhão de Portugal, onde Macau se integrou, foi concebido pelo arquitecto Ventura Terra.

No dia 11 de Março de 1899, o governador de Macau, Eduardo Galhardo, faz publicar no *Boletim Oficial* uma portaria onde se nomeava uma comissão que iria preparar a representação de Macau na Exposição Universal de Paris em 1900, cuja nota preambular é bem explícita: “Tendo o governo de Sua Majestade resolvido fazer representar as províncias ultramarinas na Exposição Universal de Paris de 1900 e desejando que tal representação se faça por forma que possamos tomar naquele certame o honroso lugar que nos pertence como nação colonial, incumbe-me de promover nesta província uma exposição preparatória de tudo quanto possa dar ideia do desenvolvimento desta colónia.”²¹

A comissão foi presidida pelo juiz Albano de Magalhães e tinha como vogais Artur Tamagnini Barbosa, António Joaquim Basto, Lourenço Marques,

ESTUDOS DE MACAU

Augusto Abreu Nunes, José Gomes da Silva, António Talone Silva, Leôncio Ferreira, Pedro Nolasco da Silva, Carlos Rocha d'Assumpção, Lu Cao, Chou Sin Hip, Ho Lin Vong, Cuong Fat Ching e Chan Hoc Hin. Como se vê, tudo gente reputada, com influência e reconhecimento social.

Têm o cuidado de escrever no extenso Relatório que entregam ao governador no dia 30 de Novembro de 1899: “Os europeus, tão desdenhosos, cheios de orgulho pelos progressos que tem feito nas artes e nas ciências nos últimos 300 anos, estão continuamente a informar-se como pensam, raciocinam e sentem os chinas, homens que eles olham como sendo-lhes inferiores sob todos os aspectos; e estes não se importam se os europeus raciocinam nem mesmo se existem!”²² Esta notável reflexão é feita em contraciclo, pois o que estava em voga era um eurocentrismo que cavalgava a onda do imperialismo colonial inglês e francês, especialmente activos e dominadores no extremo oriente.

Continuam a desfazer equívocos: “Os chinas tem sido muito diferentemente apreciados no Ocidente; e essa diferente apreciação provém, em geral, do bom ou do mau humor do narrador que descreve os seus costumes, ou do viajante de quem se ouviram as descrições, nem sempre serenas, desapaixonadas, colhidas na observação fria dos seus hábitos e dos seus costumes, da sua moral e da sua religião. Uns estão em perpétua admiração perante este povo colossal no seu trabalho, na sua filosofia, na sua moral; outros não deixam de os desprezar e de os ridicularizar.”²³

No Catálogo dos Produtos, escolhidos e enviados por essa Comissão, constam 600 espécimes (a título de exemplo, quadros bordados a seda, leques de bambu, travesseiros de louça, flores artificiais para o cabelo, cabaia de seda, chapéu para mandarim, toalhas para mesa, altar chinês com dez ídolos, caixa de marfim, escarrador de cobre, latas com frutas de conserva, quadros de jaspe, lanterna para caçar mosquitos, braceletes de prata ou ábaco chinês de prata) e uma valiosa colecção de madeiras (ébano, tamarindo, narra, teca, cânfora, molave, amoreira e entena).

Um símbolo industrial também marcou presença, o cimento da Fábrica de Cimento Portland, “situada na pitoresca Ilha Verde desta colónia, hoje ligada à península por um dique macadamizado que lhe dá fácil acesso, possui uma boa iluminação a luz eléctrica e magníficas residências para o seu pessoal dirigente.”²⁴

Uma prenda especial e simbólica foi concebida deste modo: “mandou a comissão expressamente pintar a óleo em placa de marfim o retrato de Sua Majestade a Rainha D. Maria Amélia para lhe oferecer. Foi a pintura executada por uma fotografia de Reutlinger – Boulevard – Montmartre – Paris – que para esse fim foi pedida de Lisboa por obséquio de S. Ex.^a o Governador desta colónia a instâncias da comissão. A fotografia era já uma bela produção de arte e dava da Nossa Augusta Soberana uma ideia exacta, fidelíssima, não lhe faltando nada na expressão, desde a tradicional meiguice do seu olhar e do seu sorriso até à soberana majestade que irradia do seu rosto encantador. O artista china que foi educado em Macau, no Seminário de S. José, onde aprendeu desenho e pintura, compreendeu-o absolutamente e na pintura que fez por cópia da fotografia foi tão fiel, tão cuidadoso, que a pintura a óleo antes parece a própria fotografia colorida, animada. É um belo retrato em marfim que nada deixa a desejar das produções europeias.”²⁵ Qual seria a identidade do artista e onde estará a obra de arte?

Essa gentileza deverá ser interpretada como uma mensagem da vera harmonia e da convivência entre portugueses e chineses e o símbolo de uma arte cuja multidimensionalidade não confunde o belo como categoria ética.

De resto, e estamos em 1899, a afeição da comissão ao amanhecer das ideias republicanas na China está bem patente no assentimento e aplauso a uma prática revolucionária, já instituída em Macau, a contestação à aristocracia do andar e do calçar: “nesta colónia tem já criado raízes a conhecida seita estabelecida contra os pés amarrados, e muitos dos chinas principais desta cidade nela estão filiados. Os que abraçam as doutrinas humanitárias da seita comprometem-se a não permitir que sejam deformados os pés de suas filhas e a não deixarem casar os seus filhos com raparigas de pés deformados. O Comendador Ho Lin Vong, membro desta comissão, pertence a essa seita bem como Ip Loc San, ambos importantes negociantes desta praça.”²⁶

A plêiade de sinólogos da Procuratura dos Negócios Sínicos, integrando também professores, funcionários públicos, advogados e militares, deixou no Relatório uma marca de erudição, citando, por exemplo, Leibnitz, Humboldt, Voltaire e Montesquieu. O olhar

D. José da Costa Nunes com os pais e irmãs, Ana, Francisca e Isabel.



ESTUDOS DE MACAU

sobre a China é tributário das obras de Du Halde e de Abel Remusat, deixando entrever a influência da sempre actualizada escola francesa do Extremo Oriente. Dos portugueses, apenas são citados Calado Crespo, Wenceslau de Moraes e Bento da França.

Esta corrente sinológica, de raiz administrativa e burocrática, esgotava-se no mister de traduzir e de interpretar, o que, em abono da verdade, fazia bem. Ao não passar esse limiar administrativo não se criou um magistério, não se potenciou um imperativo categórico que obrigasse a um agir cultural. Pedro Nolasco da Silva, com outro apoio, poderia ter refundado a Escola Sinológica Portuguesa de Macau. O comissário régio Joaquim José Machado notava, em 1909, “que é para lamentar é que um homem da competência do Nolasco, verdadeiro sábio da língua chinesa, que o próprio Kau classifica de *três fort*, não tenha sido devidamente aproveitado pelo Governo para dirigir uma escola bem organizada que poderia mesmo atrair estrangeiros. Ninguém, porém, entre nós se importa com tais matérias.”²⁷

Realmente, desde 1884, que Pedro Nolasco da Silva persistia na publicação de estudos, ensaios e outros projectos pedagógicos,²⁸ especialmente interessantes os que direccionou para os alunos da Escola Central de Macau, sem esquecer a tradução, em 1903, da “Amplificação do Santo Decreto”, do imperador Yongzheng. Dos outros membros da Comissão, Carlos Rocha d’Assumpção também publicou obras escolares dedicadas ao estudo da língua sínica, Leôncio Ferreira estava a preparar a sua última obra de filosofia moral cristã e Lourenço Marques, porventura o mais culto apologeta do darwinismo, teve dois livros publicados em Hong Kong. Quase todos antigos alunos e discípulos de Francisco Xavier Rondina, uma figura de referência do pensamento filosófico neotomista em Macau e no ensino da filosofia no Seminário de S. José.

Olhando para o outro lado, também não existiu a fortuna de encontrar um mandarim regional, mesmo um vice-rei, verdadeiramente letrado e com uma visão diplomática para insinuar junto da elite portuguesa uma alfabetização sínica, o gosto pela pintura, pela filosofia e pela fruição da poética. Eram tempos de decadência e de desagregação, como se escreve no Relatório: “os homens de génio, capazes de dar impulso às artes ou às indústrias, ficam paralisados com a ideia de que ninguém premiará o seu mérito, e de que os seus esforços receberão do governo indiferenças em vez de recompensas. Não era

assim nos séculos passados.”²⁹ Contudo, era louvado e reconhecido o esforço de valorização escolar: “a China é com certeza o país do mundo onde a instrução primária está mais vulgarizada. Não há vila nem aldeia, onde não exista um mestre, residente em geral no pagode e vivendo ou dos rendimentos de bens determinados para isso nos testamentos de pessoas ricas ou por uma espécie de dízimo que os agricultores se apressam a pagar-lhe, feita a colheita. Com pequena excepção, todos os chins sabem ler e escrever, ao menos o preciso para as necessidades da vida ordinária e para por si sós fazerem a escrituração dos seus negócios diários e da sua correspondência.”³⁰

A complexa hierarquia do mandarinato civil e judiciário e a do mandarinato militar ocuparam a atenção da Comissão que produziu uma bem elaborada síntese informativa,³¹ decerto muito apreciada pela diplomacia portuguesa e pelos eruditos.

A difusão da cultura merece duas linhas, mencionando-se a Tipografia Mercantil de Nicolau Tolentino Fernandes, a Tipografia Noronha, as tipografias dos jornais *Echo Macaense* e *Lusitano* e a tipografia do Seminário de S. José.³² E “deve dizer-se que a liberdade de imprensa é antiquíssima na China e que os chineses fazem dela um uso moderado, e não estão no hábito de abusar; imprimem coisas que podem recrear ou instruir o público sem faltar às virtudes fundamentais e sociais impostas por Confúcio”.

Um grupo de esclarecidos e filantropos cidadãos chineses funda, na ilha da Taipa, a Associação de Beneficência Ka Sin Tong, cujos objectivos eram os seguintes: “distribuir medicamentos próprios de cada estação sob a forma de pílulas e pós; curar gratuitamente os enfermos; fazer prelecções; distribuir livros; recolher papeis escritos e fazer outras obras pias.”³³

Em 1899, na capital portuguesa, João Feliciano Marques Pereira publica uma revista que tem por título *Ta-Ssi-Yang-Kuo. Arquivos e Anais do Extremo Oriente Português*,³⁴ que “constituirá uma espécie de repositório de documentos antigos, inéditos ou não, relativos à expansão portuguesa nessa parte do mundo, e bem assim de estudos, monografias, apontamentos, sobre a história, civilização, etnografia, filologia, linguística, folclore, usos e costumes de todos esses povos que estiveram ou estão em contacto com os portugueses, como, por exemplo, os chins, os malaios, os siameses,



ESTUDOS DE MACAU

os japoneses, etc.; constituindo, por assim dizer, um arquivo de notícias ou de dados curiosos que ou estão espalhados por diversas obras, algumas raras e difíceis de adquirir, ou por manuscritos, a maior parte inéditos, das bibliotecas e arquivos nacionais”. Foi uma ousada viragem cultural que procurou adicionar ao nacionalismo uma legitimação política com matizes epistemológicos, seguindo o modelo francês. E, se a sinologia ganhou um outro veículo difusor dos seus problemas e das suas necessidades de internacionalização e cooperação, não se libertou, contudo, da incestuosa ligação ao orientalismo.

Macau, entendido como um entroncamento de culturas, não é uma fórmula gasta e entediante, é sobretudo um conceito intemporal que transcende a retórica e cuja inevitabilidade assumimos com a mesma ironia com que Eça falava dos bacharéis. A persistência deste modo de pensar e de agir, flexível como o bambu, acaba por se revelar uma insuspeita superioridade porque evidencia uma diplomacia cultural de filiação aristotélica que faz do agir prudencial a pedra de toque da acção. E na arte de viver, as sucessivas elites portuguesas de Macau foram tão competentes quanto sábias.

José da Costa Nunes veio para Macau em 1902, com 22 anos, ainda estudante finalista do Seminário de Angra,³⁵ na qualidade de secretário do recém-nomeado bispo de Macau, D. João Paulino de Azevedo e Castro,³⁶ ele próprio açoriano. É importante recordar duas iniciativas do bispo D. João Paulino: em 1906 publica uma “Carta Pastoral sobre o Amor da Pátria e o Estudo da Língua Nacional”³⁷ e, em 1910, promove a aguardada reabilitação do coronel Mesquita.³⁸ Ambas, ajudarão a modelar o espírito do jovem José da Costa Nunes que será ordenado sacerdote em 1903, logo integrando como missionário o Padroado Português do Oriente. Exerceu, no decurso do tempo, diversos cargos eclesiásticos, tais como vigário-geral da diocese (1906) e governador do bispado (1907 e 1910). E assim começa o enamoramento com Macau, cujos sortilégios são assim descritos: “Mas se amávamos esta linda terra, bocadinho de Portugal transportado para o sul da China, em que tudo nos lembra a Pátria distante: língua, costumes, religião, lendas, tradições, até as igrejas que são como as de lá, até os edifícios que se parecem com os nossos; se amávamos Macau com os seus outeiros coroados de fortalezas e capelinhas, a sua paisagem é um encanto, os seus jardins, as suas avenidas, os seus monumentos,

o seu passado glorioso, o seu aspecto vetusto, as suas recordações cristãs, os seus habitantes, que herdaram dos antigos portugueses aquela Fé que de nós fez um povo missionário, e aquele patriotismo que nos levou a empresas heroicas – hoje um novo laço nos prende a este formoso rincão da Pátria Portuguesa.”³⁹

Dezassete anos volvidos, em 1920, olha para a comunidade chinesa com muita clarividência: “É certo que ao lado desta sociedade existe outra de hábitos fundamentalmente diversos: a sociedade chinesa. Volitando cada qual dentro da sua esfera, elas caminham a par uma da outra, mas não se misturam, não se fundem, não se identificam, nem tão pouco se entrechocam. Um abismo de ideias e costumes as separa. O chinês é ainda hoje o mesmo do tempo de Confúcio, pouco ou nada tendo assimilado da nossa civilização. A sua casa é chinesa, o seu viver é chinês, a sua educação é chinesa, a sua mentalidade chinesa é, chinesas são as suas comidas, chineses os seus vestidos, chineses são os seus costumes. E é este aspecto heteróclito da vida macaense que nos dá a certeza de estarmos nos confins da Ásia e não em qualquer bocadinho da pátria distante...”⁴⁰

Apona algumas falhas, corria o ano de 1904, na administração municipal e no turismo: “talvez a mais notável ruína de todo o Extremo Oriente, – notável pelas gloriosas tradições que a ela estão ligadas, e sobretudo pelo seu alto valor artístico, é o frontispício do templo de S. Paulo de Macau, e todavia, se ali fosses, choravas ao contemplar aquela majestosa fachada, que atrai anualmente milhares de visitantes a Macau, e ao lado um monturo fétido, que te afugentaria para 10 léguas de distância. Ainda há pouco, vi numa memória francesa sobre este grande monumento do Extremo Oriente, duras, mas justas, acusações no desleixo dos portugueses.”⁴¹

É professor no Seminário de S. José⁴² e no Liceu de Macau.⁴³ Muito mais tarde recordará que do “Seminário de S. José saíram gerações de sacerdotes que tanto se distinguiram pelas suas virtudes e pelos serviços prestados à Igreja. Mais. Foi o Seminário-Colégio de S. José que deu a Macau, a Hong Kong, a Xangai, a Cantão e a vários portos da China, abertos ao comércio estrangeiro, levas de Macaenses que, pela sua boa preparação comercial, os seus conhecimentos e os seus arraigados sentimentos religiosos, grande lustre deram à Casa que os educou.”⁴⁴ Este reconhecimento é justo e não deve ser esquecido.

MACAO STUDIES

A preocupação com o acesso da comunidade chinesa à educação escolar, leva-o, em 1906, a formular as seguintes questões: “não terão, porventura, estes, direito a receberem ensino? Não merecem eles que se faça em seu proveito alguma coisa no sentido de os educar e civilizar?”⁴⁵ A resposta é muito pouco diplomática: “até à data, o elemento chinês tem estado quase completamente abandonado, apesar da densidade da população amarela que sobe a mais de oitenta mil habitantes. Se excluir os estabelecimentos religiosos de Macau onde são educados algumas centenas de chineses dum e doutro sexo, não conheço nesta bem-aventurada terra obra alguma, que mire a instrução destes 80 000 habitantes. Da parte do Governo central ou provincial ou de quem quer que seja que superintende em matéria de instrução desta colónia, a protecção tem sido nula.”⁴⁶ E será a Igreja Católica quem irá liderar o processo de escolarização

da comunidade chinesa, através da abertura de escolas e outras instituições educativas.

Um antigo aluno do Liceu de Macau, Joaquim Paço d'Arcos,⁴⁷ lembra o Pe. Costa Nunes então professor de Português, nas *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, como um “homem de alto nível intelectual e moral; açoriano da ilha do Pico, tinha uma bela figura e uma nobre presença; emoldurava-lhe a face, de feições muito correctas, uma barba negra bem tratada. Tinha uma voz quente e persuasiva; era muito claro e lúcido na exposição; ensinava com bondade e grande interesse. Seria ele quem, primeiro de todos, notaria nos meus exercícios de redacção a facilidade e jeito da minha escrita e me traçaria, com segurança profética, o destino de escritor.”⁴⁸

Em 1911, foi incumbido de visitar as Missões dos Estreitos, Malaca e Singapura, e a de Timor. Eram tempos conturbados, porque o regime republicano

Os fundadores do Instituto de Macau em Junho de 1920. Da esquerda para a direita: Eng. Eugénio Dias de Amorim, Camilo Pessanha, D. José da Costa Nunes, Com. Correia da Silva, Humberto de Avelar, Alm. Hugo de Lacerda Castelo Branco, Morais Palha, Pe. Régis Gervais, José Vicente Jorge, Manuel da Silva Mendes, Telo de Azevedo Gomes e Francisco Pacheco Chedas.



ESTUDOS DE MACAU



Igreja e residência da Penha, onde vivia D. José da Costa Nunes.

mostrava-se assaz intolerante em relação à Igreja. Em Macau, essa radicalização ideológica era sobretudo protagonizada pelos marinheiros que vinham nos navios da marinha de guerra portuguesas. Eram conflitos de torna viagem. José da Costa Nunes impediu, por uma vez, sozinho, a invasão do Paço Episcopal, num lance de temeridade e de valentia. Não compreendia a nova política republicana, dizendo “eu tenho ouvido falar em agentes de civilização, uma espécie de missionários laicos, ou seja um rebento, protestante, que o Governo Provisório da República Portuguesa pretendeu enxertar na nossa obra de civilização colonial. Missionários laicos!”⁴⁹

O novo regime republicano em Portugal, desde 5 de Outubro de 1910, expulsou os jesuítas e esta medida também foi aplicada em Macau. Os jesuítas dirigiam o Seminário de S. José em 1910, que contava com 82 alunos internos e com 95 alunos externos. A comunidade portuguesa protestou, indignada, junto do governador: “o jornal semi-oficial de Peking, num artigo inspirado, acaba de cobrir-nos de opróbrio e não hesitou em dizer que Macau já não tem razão de ser como possessão portuguesa, porque não tem progredido, e diz que aos esforços da China para

entrar na senda da civilização, a República Portuguesa contrapõe o exemplo de transigir com os vícios do jogo, de ópio, de prostituição, sem mostras de querer combatê-los, ao mesmo tempo que expulsa os inofensivos e beneméritos religiosos, fechando o seminário, os colégios e as casas de beneficência, que são os factores do bem. E quem, tendo filhos a educar, não sentirá a perda de tão exímios professores e professoras?”⁵⁰ Anos mais tarde, será José da Costa Nunes quem corrigirá esses excessos republicanos, devolvendo a tranquilidade ao Seminário de S. José que continuou a cumprir a sua missão.

Os problemas diplomáticos com a China ensombravam o desenvolvimento de Macau. O governador Álvaro de Melo Machado recorda, em 1913, que “as grandes dificuldades vieram sempre a Macau, dos mandarins e dos vice-reis da província de Cantão; mas se soubermos ser políticos, e andarmos avisados, não é crível que a nossa existência no oriente termine antes de começar a ser instável para outras potências estrangeiras. Para as outras nações todo o interesse está na política geral da China, e no seu modo de proceder. Para Portugal, embora não possa ser-lhe indiferente a situação geral, é especialmente importante tudo o que

diga respeito à província de Cantão, onde se encontra situada, de cujos territórios, comércio e indústrias vive, e de cuja população e capitais precisa.”⁵¹

José da Costa Nunes fundou, em 1915, a revista *Oriente*, uma publicação efémera que terminou ao fim de uma dúzia de números. Manteve também uma colaboração regular na imprensa de Macau e dos Açores.

Após o falecimento de D. João Paulino de Azevedo e Castro é nomeado bispo de Macau e Timor (1920-1940).

Em Março de 1922 fez uma breve visita a Lisboa, em trânsito para Roma, não gostando de observar o (des)governo de país à beira da guerra civil: “Cercada por vinte e cinco mil soldados e meio anarquizada por greves com bombas à mistura, deixei Lisboa no dia 10 do corrente. Faz pena ver um país tão lindo, de clima tão suave, com paisagens que são um encanto, com tradições tão honrosas, com uma história que é uma das mais gloriosas histórias do mundo, assim trabalhado pelo espírito revolucionário...”⁵² Estes traços de um certo conservadorismo monárquico desaguarão, com alguma naturalidade, no Estado Novo que até poderia configurar uma solução de compromisso histórico entre dois mundos antagónicos: “Lloyd George, sem ser um génio, nem um sábio nem coisa que se pareça, passando mesmo por um homem regularmente ignorante, quero dizer, falho de cultura geral, exerceu, até ainda há poucos meses, uma influência extraordinária sobre a Europa e conquistou para o seu país uma situação preponderante na política mundial. Lenine, dotado dum espírito arguto e possuidor de conhecimentos vastos, arruinou o colosso moscovita, reduzindo à miséria o povo que o tem como ditador.”⁵³

Efectua uma visita pastoral a Timor em 1937 e reporta ao Ministro das Colónias a sua visão cristã e humanista sobre a missão educativa portuguesa: “eu entendo que toda a nossa actividade colonizadora e educativa deve reverter em benefício directo do indígena e não em benefício do branco.”⁵⁴ Continua a desenvolver a ideia: “conheço colónias, que se dizem muito desenvolvidas, muito progressivas, muito ricas. São-no, de facto. Mas as riquezas estão nas mãos dalguns europeus, ao passo que a população nativa vegeta no mesmo desconforto e ignorância dos tempos primitivos. Isto não é colonizar; é explorar. E mal vai às nações coloniais, que marcham num tal caminho, numa época, como a que estamos vivendo hoje”. Via na educação um verdadeiro motor do desenvolvimento

da sociedade: “as nossas escolas, em número de 46, são frequentadas por 2424 alunos e tendem a desenvolver-se num ritmo que poderia classificar-se de acelerado, caso dispuséssemos de mais pessoal ensinante e mais meios pecuniários”.

O Pe. Manuel Teixeira publicará um número especial do *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, do qual era director e editor, dedicado a essa visita pastoral a Timor. É um impressionante testemunho de tudo quanto se fez, incluindo um precioso registo fotográfico. Uma parte significativa de toda essa obra será destruída pelos japoneses na segunda guerra mundial, quando invadiram Timor. Mas, qual era na realidade o trabalho de um missionário? O missionário “é, antes de tudo, um pregoeiro do Evangelho, mas, sem descuidar este ponto principal do seu santo ministério, pode também ocupar-se no estudo de outros assuntos, como os costumes dos povos com quem está em contacto, a sua índole, a sua mentalidade, a sua língua, a sua história, lendas, tradições, religião, superstições,

D. José da Costa Nunes, bispo de Macau.



ESTUDOS DE MACAU



folclore, etc. São assuntos na maior parte desconhecidos, e vulgarizá-los é colaborar numa obra de civilização, que se liga intimamente ao apostolado religioso. E ninguém melhor do que o missionário pode estudar a vida íntima, doméstica, social, religiosa e histórica das populações indígenas, dada a convivência de anos que é forçado a manter com elas.”⁵⁵ A melindrosa temática da superioridade moral e civilizacional do colonizador e as políticas assimilacionistas, educativas e assistenciais, não devem ser retiradas ou desfocadas desse enquadramento político, das relações internacionais do seu tempo ou de um pensamento filosófico e jurídico legitimador dessas teses eurocêntricas e imperiais.⁵⁶

As preocupações com a educação e com as escolas acompanham-no sempre. Basta mencionar que quando saiu da diocese de Macau, em 1940, o número de escolas era de 96 (em 1920 existiam 47) e os professores eram 331 (em 1920 eram apenas 124).⁵⁷

A sua carreira eclesiástica será invulgarmente vertiginosa, porque D. José da Costa Nunes foi de facto um homem de raras qualidades humanas, pastorais, intelectuais e cívicas.

É nomeado arcebispo metropolitano de Goa e Damão (1940-1953), primaz do Oriente e patriarca das Índias Orientais (1940) e arcebispo titular de Cranganor (1940). Foi para Roma com o título de arcebispo titular de Odessa e vice-camerlengo da Santa Sé. O Papa João XXIII fê-lo cardeal em 1962, passando a residir no Vaticano.

Todos estes cargos, adornados de pompa e brilho é certo, pouco mexeram com a sua maneira de ser, com o seu patriotismo e com a fraternidade cristã de que deu sobejas provas ao longo da sua vida. Diziaque se “quisermos ser grandes, façamo-nos pequenos, confessemos a nossa total dependência do poder absoluto de Deus e reconheçamos que, sem Ele, nada somos, nada podemos e nada conseguimos.”⁵⁸

Em 1964, é-lhe atribuída a distinção de Cidadão Benemérito de Macau, por iniciativa do Leal Senado de Macau. Recebeu a Grã-Cruz do Império Colonial em 1946 e a Grã-Cruz da Ordem de Cristo em 1953.

A pensar na cisão violenta, mas inexorável, do Império, que começou exactamente na Índia, poucos anos após a sua saída, dirigiu uma mensagem, no jornal *Diário Popular*, em 1967, aos portugueses de Goa,

Damão e Diu, incutindo-lhes uma dose suplementar de patriotismo e assegurando que a espiritualidade cristã e as raízes telúricas estão sempre onde há portugueses: “quem viaja pelo Oriente tropeça a cada passo com recordações do Velho Portugal, na sua maioria marcadas de cunho religioso. Se as fortalezas de Goa, Damão, Diu, Malaca, Japara, Macáçar e tantas outras falam da heroicidade da gente lusa, mais falam do nosso espírito cristão as igrejas que por lá erguemos; mais acentuam a nota religiosa os descendentes das numerosas cristandades que semeamos pela Índia e Ceilão, pela Birmânia e a Malásia, pela Tailândia e o Camboja, a China e o Japão, as Celebes e as Molucas, as incontáveis ilhas da Pequena Sonda e outras terras da chamada Índia Meridional”.

Estava firmemente convicto de que “Diu, Damão e Goa, parcelas do território nacional arrancadas à força, conservarão sempre, através de gerações e gerações, entranhado afecto à Religião e à Nação Portuguesa”,⁵⁹ até porque o “hinduísmo indianiza, ao passo que o cristianismo forma o homem integral que se move à vontade em todos os climas sociais. A Igreja, por isso mesmo que respeita todas as culturas, não impede que seus filhos abracem a que mais lhes aprouver.”

Mas não deixa de reflectir no sentido pessimista de alguma historiografia: “Ah! Se Oliveira Martins e outros demolidores do sentimento patriótico por aqui tivessem andado, certamente que rasgariam a sua obra destrutiva, que a minha geração leu de sorriso escarninho nos lábios! Daí veio este cepticismo e esta espécie de neurastenia nacional, que acometeu o país.”⁶⁰ Para além de atacar violentamente o anticlericalismo de Pinheiro Chagas, diz que “é forçoso confessar que a nossa história anda muito *falsificada*, mercê duma espécie de daltonismo intelectual, que atacou os espíritos liberais do século passado e os levou a cometer graves erros de visão.”⁶¹ Porque esta visão imperial da história não induzia o patriotismo, desvalorizava o papel da Igreja e desconfigurava toda a arquitectura das certezas religiosas e morais. O governo português, em 1932, através do ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, faz uma efectiva campanha de nacionalismo e de nacionalização, lembrando que “o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista. Péssima foi a semente que lançou no



ESTUDOS DE MACAU

espírito da nossa mocidade escolar a obra histórica de alguns escritores, mais artistas e filósofos do que críticos e historiadores, nada mais fazendo que desgostar os portugueses de serem portugueses”⁶² pelo que tudo quanto seja “elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura”. Por isso, o sistema escolar sempre foi olhado com alguma atenção, especialmente os leitorados em universidades estrangeiras.⁶³

É o patrono do Jardim Infantil D. José da Costa Nunes, desde 1945, em Macau e nos Açores, na ilha do Pico, da Escola Básica e Secundária da Madalena.

Em vida, já tinha doado a sua casa de família, na Candelária, para nela ser instalada uma Escola Infantil e uma obra de assistência. Nessa ocasião, em 30 de Agosto de 1970, disse: “ao inaugurar-se hoje, oficialmente, a Casa de S. José, começo por dizer-vos que considero este dia um dos mais felizes da minha vida. É que na minha longa existência, passada quase toda em terras distantes, nunca esqueci o lugar onde nasci, onde viveram meus pais, onde aprendi a ler, onde colhi as primeiras noções morais, que estruturaram toda a minha vida.”⁶⁴

Esquecida tinha ficado a sua obra doutrinária, a obra ética e moral, a obra pastoral, histórica e apostólica, avultando entre elas as “Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa”, publicadas em 1947. José da Costa Nunes foi um prosador de fôlego, um pedagogo esclarecido e um pensador da existência e da acção humana.

A sabedoria adquirida ao longo da sua mundividência intercontinental pode ser uma motivação para o estudo e para o ensinamento dos seus concidadãos e também uma fonte de inspiração para uma moral kantiana do dever.

Surge a figura providencial do Pe. Tomás Bettencourt Cardoso, em Macau, que se ocupa da edição dos textos do Cardeal Costa Nunes, isto é, da Obra Completa, que se alargou em 17 volumes, a saber: *Estudante/Jornalista; Escritos; Cartas da China; Documentos Oficiais; Pastorais; Conferências; Viagens; Crónicas; Entre Chineses e Entre Malaio; Cartas ao Padre Ernesto Ferreira; Documentação Oficial; Magistério do Patriarca; Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa; Cartas aos Jovens Goeses; Cartas aos Católicos de Goa; Cartas de Roma; Últimos Escritos*. Faltou apenas uma fotobiografia. A benemérita Fundação Macau foi a editora deste grande empreendimento cultural.

O Pe. Tomás Cardoso idealizou o projecto dos Missionários Açorianos em Macau, “cozinhado nos começos de 1994 e submetido, oportunamente, aos Bispos de Macau e de Angra, ao Governador de Macau, ao Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude e ao Presidente da Fundação Macau – não teríamos ficado tão longo tempo no Oriente, onde chegamos a 30 de Dezembro de 1989, sem nunca ter deixado de dar o nosso possível contributo pastoral à Igreja, nesta Diocese, em especial, ao serviço dos Portugueses na Taipa e Coloane.”⁶⁵

Ao seu labor devemos igualmente a organização das reedições ou edições fac-similadas das obras de D. João Paulino de Azevedo e Castro, Pe. José Maria Fernandes, D. José Alvernaz, D. Jaime Goulart e D. Arquimínio Rodrigues da Costa.

Jorge Rangel publicou um importante estudo, *D. José da Costa Nunes, Cidadão Benemérito de Macau*,⁶⁶ e dele retiro o excerto de um artigo do Prof. Vitorino Nemésio, publicado no dia 15 de Novembro de 1955 no *Diário Insular* de Angra do Heroísmo: “A nós outros, que não temos nenhuma das respeitáveis inibições de situação e de cargo que nos limitariam à atitude protocolar e arquimedida diante de um prócere nacional e príncipe da Igreja, o que nos move e comove, ao falar do Senhor D. José da Costa Nunes, é o padre exemplar, o amigo longânimo, o português de ténpera e, de tanta sacralidade e honraria, poder ficar chão e indulgente como quem nasceu e é. Interessa-nos o chefe espiritual que pôde, num homem de acção chamado a altos destinos, conservar a cordura da gente da ilha do Pico, o seu espírito de modéstia, de justiça e de valentia, a sua patriarcalidade nativa, generosa e robusta : o homem dos doze quilómetros a pé pelos trilhos asiáticos e europeus, tão diários como a missa matinal, o vigilante de colégios, descobridor de vocações, tutor de meninos órfãos – e, por cima de tudo isto, homem do mundo sem o deixar de ser de Deus.”

Palavras sábias, comovidas e verdadeiras.

Mons. Manuel Teixeira, admirador confesso da vida e obra de D. José da Costa Nunes, aponta-lhe uma falha que reputa de imperdoável, não ter escrito as suas memórias: “A vida do Cardeal Costa Nunes daria um grosso volume. Pena é que não tivesse escrito as suas *Memórias* como tantas vezes lhe pedimos oralmente e por escrito. Cinquenta anos de missionário no Oriente

D. José da Costa Nunes na Gruta de Camões em Macau.

MACAO STUDIES



ESTUDOS DE MACAU

(1903-1953) constituem um *record* de que bem poucos se podem gloriar. Quantos episódios ignorados, quantas facetas novas, quantos caracteres, surgiriam nessas *Memórias!*⁶⁷

Faleceu aos 96 anos de idade em Roma, a Cidade Eterna, em 1976.

UM OLHAR SOBRE A CHINA

“... mas não sabes que a China é uma esfinge?”
José da Costa Nunes, 1909

“Na África, no Brasil, na Índia e na Malásia nacionalizamos;
na China, porém, jamais conseguimos assimilar chineses”
José da Costa Nunes, 1932

Nos alvares do século xx a China continuava a exercer um enorme fascínio sobre a Europa, em particular sobre os portugueses, dada a continuidade do estabelecimento de Macau.

Viajantes e aventureiros, comerciantes e missionários, professores e militares, magistrados e funcionários públicos com o respectivo universo familiar constituíam esse espectro populacional especialmente talhado para a mobilidade, uma mobilidade que frequentemente consumia a vida.

O que se podia ler, em língua portuguesa, sobre a China⁶⁸ era diversificado e pouco sistematizado, obedecendo a impulsos individuais de curiosidade e de deleite intelectual, à burocracia dos relatórios oficiais ou a critérios ditados pela oportunidade jornalística. O que não terá cismado a imaginação criadora após a leitura de uma lista de presentes para o vice-rei de Cantão onde, entre diversos objectos, figurava um “homem selvagem que veio de Bórneo”?⁶⁹ Agustina Bessa-Luís formula esta pergunta sibilina, “até que ponto a Enciclopédia e o espírito voltairiano não teriam entrado pela Porta do Cerco, de Macau?”⁷⁰ Nunca se saberá com rigor factual, mas é uma hipótese verosímil.

A imagem social e cultural de Macau e da China difundida pela literatura⁷¹ seria, porventura, de bastante menor impacto do que aquela que era veiculada pelas enciclopédias que se dirigiam a públicos⁷² com interesses heterogêneos e com diferentes apetências culturais.

Manuel Pinheiro Chagas⁷³ coordenou o *Dicionário Popular, Histórico, Geográfico, Mythológico, Biográfico, Artístico, Bibliográfico e Litterario*, um empreendimento de grande tomo, com vários volumes, servida por colaboradores com reputação intelectual,

científica, política ou literária. Os artigos dedicados a Macau⁷⁴ e à China,⁷⁵ e também a Ferreira do Amaral e a Vicente Nicolau de Mesquita, não se encontram assinados, mas tudo leva a crer que tenham sido redigidos pelo antigo governador de Macau, Carlos Eugénio Correia da Silva, visconde de Paço d’Arcos e capitão-de-fragata da marinha de guerra.

O público leitor ficaria a saber que os “chineses são polidos, muitíssimo trabalhadores, venais, ladrões, e em geral fracos. Têm um intolerável orgulho nacional. [...] A cozinha dos chineses é odiosa o mais possível a estômagos europeus, considera como manjares dos melhores os cães, os gatos, os ratos, os sapos, os bichos de seda, os bichos da terra; mas estes só se comem em ocasião de fome, e os ninhos de salangina que é uma andorinha do mar. O pior é que os chineses foram antropófagos até uma época muito adiantada de civilização.”⁷⁶ A informação aparecia descontextualizada, quiçá preconceituosa e poderia favorecer juízos apressados ou asserções pouco rigorosas, repelentes de outros caminhos informativos.

José da Costa Nunes, aos 29 anos publica no semanário de Macau, *Vida Nova*,⁷⁷ em 1909, uma muito interessante e invulgar série de artigos sobre a China, sob a forma epistolar,⁷⁸ de resto, um género com grande tradição na nossa cultura. Nesse mesmo periódico macaense, e no ano em apreço, Manuel da Silva Mendes publica dois importantes estudos,⁷⁹ o que denota um grande pluralismo opinativo e a consequente liberdade concedida aos colaboradores. Também em 1909, Paul Claudel⁸⁰ terminava o seu ciclo diplomático chinês, iniciado em 1895 no consulado francês em Xangai, que foi determinante para a sua evolução estética e literária e decisivo na formação do seu pensamento sinológico.

Em Macau, era de todo invulgar que um sacerdote português ousasse escrever sobre a China, facto que revela muita coragem, coragem para discorrer sobre os impensados, para afrontar os interditos e os mal-entendidos decorrentes da instabilidade política e diplomática, sobretudo quando as ideias republicanas estavam a fazer o seu caminho, quer em Portugal, quer na China.

Este é um ensaio maior da sinologia portuguesa, de pendor ético e filosófico, prenunciador e precursor de novas abordagens. Estranha-se que tenha passado despercebido, desvalorizado mesmo, durante tanto tempo.

José da Costa Nunes seguirá uma metodologia inovadora na sua abordagem à China, lembrando que “o desprezo, a que se votou durante muitos anos, nos meios científicos europeus, o estudo das civilizações orientais, fez conceber ideias erróneas sobre essas civilizações e sobre os homens que as encarnaram e lhes imprimiram um cunho da própria personalidade.”⁸¹ Por outro lado, salienta que a “alma chinesa é para nós, os ocidentais, um paradoxo, uma coisa feita de absurdos e incoerências, de fantasias e superstições. É difícil penetrar na psicologia deste povo e defini-la em traços precisos e claros.”⁸² Refere, com bastante ironia, que os “viajantes, ávidos de informar a Europa do que se passa no grande Império do Meio, pintam-nos uma China *sui generis*, feita à imagem e semelhança das impressões subjectivas, colhidas, a esmo, neste ou naquele ponto, por onde passaram *à vol d’oiseau*. Compara dois livros de *touristes* e receberás a impressão de que a China será tudo [...] menos o que eles escreveram.”⁸³ Contudo, a advertência aí fica: “a China não é bem o que hoje presenciamos no litoral em contacto com os *amarelos*, cujos costumes, mais ou menos, se hão modificado com a aproximação da civilização ocidental. A verdadeira China esconde-se, cuidadosamente, aos olhares curiosos do estrangeiro, vivendo tranquila no centro do Império, aonde não pode chegar a vista perspicaz do europeu.”⁸⁴

Vamos procurar seguir o seu raciocínio, delineado com uma clareza cartesiana e com um fôlego de prosador.

A biblioteca do Seminário de S. José gozava da reputação de ser vasta e actualizada e José da Costa Nunes começa nessa instituição a sua primeira formação sinológica⁸⁵ nas línguas francesa e inglesa, não descurando a história e a tradição portuguesas, “é sestro meu, este de vagamundear pelas páginas da nossa história antiga”,⁸⁶ notando com orgulho que “aqui na China eu vim ler uma dessas páginas gloriosas da nossa história – não uma página salpicada de sangue, como essas escritas pela espada valorosa dos guerreiros lusitanos. Uma página muito mais bela, muito mais amorosa! Escreveram-na os missionários portugueses no coração deste bom povo chinês. Aquelas admiro-as, esta amo-a.”⁸⁷

Equacionando a história da China enquanto problema de cultura e de política, não deixa de reflectir: “mas será bem orientado este movimento de ideias, que se debuxa na mentalidade chinesa? O primeiro

defeito está em o reformismo chinês pretender rasgar descriteriosamente todo um passado, onde há belas coisas, que merecem ser respeitadas e conservadas; o segundo, nos excessos, que acompanham sempre a modificação de um modo de ser, consagrado pelos séculos. Estes excessos já os coçamos a ver na guerra travada entre o governo imperial de Pequim, mais ou menos defensor do conservantismo chinês, e os reformistas, que se apressam, demasiadamente a tocar a meta dos seus desejos, sem notar que um povo não pode, de repente e sem preparação, sair de um estado de coisas, sobre que repousa toda a engrenagem do seu viver íntimo, para um meio completamente diferente e hostil ao seu passado. *Evolucionar* e não *revolucionar* devia ser o lema dos reformistas chineses. Esperemos que eles se orientem neste sentido e que – conjugando todos os seus esforços numa acção comum – consigam fazer ressurgir dos escombros do passado uma China nova, moderna, civilizada, cõscia dos seus direitos e dos seus deveres e capaz de cumprir a missão histórica, que a Providência lhe destina.”⁸⁸

Confúcio é uma figura nuclear, para o bem e para o mal: “refiro-me ao isolamento dos *amarelos* e às doutrinas de Confúcio, o *grande mestre*, que ainda hoje, a quase xxiv séculos de distância, ilumina, como meteoro brilhante, as vastas regiões da Ásia Oriental. A civilização chinesa é incompreensível, medonhamente escura, sem o conhecimento do confucionismo e da sua influência sobre a sociedade chinesa. Confúcio não domina apenas uma época, domina uma civilização muitas vezes secular. É um vulto de proporções hercúleas, que se descobre facilmente, sempre que tentamos estudar o Extremo Oriente. Os costumes e as ideias do povo chinês, a forma e a fisionomia desta grande nação são o resultado lógico da doutrina confucionista. Desde já devo dizer-te que Confúcio não foi o fundador de uma religião, como muitas vezes se supõe. Foi um filósofo, um moralista, um especulativo, que, elevando-se nas lucilações do seu génio brilhante e ajudado dos seus sentimentos de rectidão e justiça, de bondade e amor, conseguiu superiorizar-se, subir muito acima da craveira vulgar dos outros homens. Eu creio que poucos filósofos da antiguidade pagã conseguiram descobrir verdades de tão sã moral, como Confúcio, Lao Tze, Mêncio e outros moralistas chineses.”⁸⁹

Não obstante todos os solavancos da história “pode dizer-se, de um modo geral, que tanto os filósofos chineses, como os artistas, políticos, literatos,

ESTUDOS DE MACAU

sociólogos, etc., que exerceram certa influência sobre os seus concidadãos, olhavam para trás, isto é, não trabalhavam por introduzir uma inovação no *modus vivendi* chinês, por alterar, aperfeiçoando, a orientação seguida pelos antepassados. Só era bom o que estava sancionado pela antiguidade e quem tentasse modificá-lo corria o risco de se ver só, isolado, quando não fosse perseguido como um elemento perturbador do bem estar social. Desta sorte, a China imobilizou-se e tornou-se mesmo incapaz de progredir. Além disso, como consequência do *isolamento dos amarelos*, a China nunca experimentou, de uma forma directa e eficaz, a acção civilizadora do Cristianismo, que transformou os povos do Ocidente. Como sabes, a Europa foi civilizada pela Igreja, cujo Fundador foi o primeiro a ensinar aos homens a Liberdade, Igualdade e Fraternidade, essa trilogia admirável, que 18 séculos mais tarde a Revolução – atribuindo-se a inventora destas três fontes de bens para a humanidade – havia de escrever em letras de sangue no famoso livro dos *Direitos do Homem*, deturpando-lhe o sentido e transformando-a em arma de guerra contra o seu verdadeiro Autor.”⁹⁰

Em termos particulares, nacionais, “quando perpassamos pela mente a longa lista de serviços que Portugal prestou à Igreja na China, sentimo-nos orgulhosos de ver o nome da nossa pátria assim aureolado de glória. Pena foi que, quando se assinou o primeiro tratado anglo-chinês em 1842, já se tivessem retirado de Pequim os padres portugueses da Missão de S. Vicente de Paulo, que tinham ido substituir os missionários jesuítas.”⁹¹

Na sua qualidade de clérigo é particularmente sensível à dimensão pessoal e social da religião, “nota-se no povo chinês um facto, que não é muito vulgar entre os outros povos. Não é sectário, religiosamente falando, como são, por exemplo, os muçulmanos. Basta ser medianamente lido em coisas chinesas para se chegar à seguinte conclusão: o chinês tolera todas as religiões, contanto que estas não contrariem os seus hábitos, as suas tradições, as suas velhas instituições familiares, políticas e sociais. Um deus de mais ou de menos, vindo da Europa ou da Índia, da América ou da Oceânia, é questão a que não liga a menor importância.”⁹²

Realça que foi o budismo “que, em grande parte, contribuiu para o amortecimento do sentimento religioso dos chins, fazendo-o substituir pela baixa e degradante superstição tão radicada na alma deste povo

– outrora tão religioso e moral, hoje tão indiferente e materializado.”⁹³

Entendia a arte como uma afirmação de sentido entre o humano e o divino, considerando chocante “ver o que sucede num *pagode*. O chinês entra aí sem nenhum respeito, sem o mínimo sinal externo de reverência, ri, conversa, graceja, fuma, come, negoceia, discute, questiona, como se estivesse numa praça pública. Os seus templos, frios como os gelos do norte e materializados como a alma do incrédulo, não lhe falam ao sentimento, não lhe aquecem o coração, não lhe elevam o espírito à consideração de uma ordem de coisas sobrenaturais. Mudo como uma estátua e árido como um deserto, o *pagode chinês* é uma criação fantástica dum cérebro doentamente supersticioso. Nem arte – essa arte que materializa na pedra ou no mármore o Bem e o Belo; nem sentimento – esse sentimento que fala, que seduz, que atrai, que se comunica às almas, transformando-as; nem majestade – essa majestade que se impõe pelo *quid* de espiritual que ressumbra de toda a sua grandeza; nem devoção – essa devoção que dignifica e comove, que espiritualiza e eleva! O *pagode chinês* é o resultado lógico do indiferentismo religioso dos Celestes.”⁹⁴

Confúcio parece estar no centro de todos os problemas: “sou um admirador de Confúcio, mas essa admiração não me leva a calar as impressões de desagrado, que recebi ao ler a sua obra.”⁹⁵ Porque “se Confúcio não fosse um homem superior, o seu nome não teria atravessado os vinte e quatro séculos, que nos separam do seu nascimento. O esquecimento é o prémio que a história concede às vulgaridades.”⁹⁶

Procura acentuar algumas divergências, “acerca de Confúcio, que é a mais viva personificação do espírito chinês, correm, como verdades axiomáticas, ideias perfeitamente inaceitáveis que não repousam absolutamente sobre dados certos e incontroversos e que têm levado várias escolas a emitir julgamentos injustos acerca da doutrina do moralista chinês. Foram esses juízos – que passam como teses demonstradas que criaram em volta de Confúcio uma atmosfera de menosprezo, de desdém, que muito tem contribuído para depreciar a memória do sábio chinês.”⁹⁷

Mas, apesar de tudo “não deixa de ter graça o facto de Hegel classificar de *vulgar*, no sentido depreciativo do termo, a moral confucionista – Hegel que afirma que a moralidade é a harmonia do homem com a natureza, que negou a imortalidade da alma, que

destruiu os princípios de moralidade, não admitindo nem liberdade, nem diferença real entre o bem e o mal, que confundiu Deus com o mundo, dizendo que ele era a vida, o espírito e o movimento universal, que atribui ao homem colectivo as prerrogativas da Divindade, que ensinou enfim um panteísmo, se não materialista como o de Spinoza, um panteísmo espiritualista, que leva também à negação de Deus. Tais erros nunca os ensinou Confúcio.”⁹⁸

José da Costa Nunes reconhece que “é sobretudo no *Lun U*, que mereceu o desprezo de Hegel, onde estão compendiados os seus ensinamentos morais. Não se pode ler essa obra sem se sentir um profundo respeito de admiração por Confúcio. É ali que se revela bem a alma do moralista chinês, o culto que ele prestava à virtude e os sentimentos de bondade que procurou inculcar nos seus discípulos. Que belas máximas sobre o amor do próximo, sobre os deveres morais do homem, sobre o modo como cada um se deve ir aperfeiçoando gradualmente até chegar a possuir a sabedoria e a virtude!”⁹⁹

E, com alguma indisfarçável superioridade moral, assevera que “pelo estudo que tenho feito dos sentimentos deste filósofo, eu estou convencido de que ele, se vivesse alguns séculos mais tarde e se tivesse conhecimento do cristianismo, havia de abraçá-lo com todo o fervor de um crente e propaga-lo com todo o entusiasmo de um apóstolo. Poucos pagãos observaram tão bem a religião natural, como o grande moralista chinês. Quem não admirará, por exemplo, esse belo trecho da moral mais pura, onde Confúcio traçou a um dos seus discípulos o caminho que devia seguir para alcançar a virtude e a sabedoria? ‘Pratica o bem, diz o mestre, em todo o tempo, em todos os lugares e em todas as circunstâncias possíveis, e serás, sem dúvida, virtuoso e sábio.’”¹⁰⁰

Pensando bem, “mas qual foi o resultado de Confúcio se abster de pisar um terreno que lhe era defeso? Os discípulos, à vista do seu silêncio sobre assuntos religiosos, materializaram a sua doutrina. O mestre não lhes explicara o que lhes sucederia depois da morte, não lhes dera ideias precisas e claras sobre os mistérios da vida presente e de além-campa, não lhes ensinara dogmas nem doutrinas especulativas, não lhes precisara os deveres que tinham a cumprir com o Ser Supremo, e eles tiraram uma conclusão, bem oposta às ideias do próprio Confúcio, conclusão, que de forma alguma está contida nas premissas do

Confucionismo: Não existe uma vida futura, ninguém sabe o que seja o Céu, logo ... tratemos de auferir desta vida a maior soma de bens materiais, pautando o nosso procedimento pelo interesse pessoal. Daqui nasceu o egoísmo, um dos maiores defeitos da raça chinesa, e em grande parte o indiferentismo religioso, que se nota na população do Celeste Império – indiferentismo, que é um dos maiores obstáculos à penetração do cristianismo na China.”.

Confúcio “não foi um filósofo no sentido rigoroso do termo. Foi simplesmente um moralista prático, que procurou adaptar ao meio social chinês os princípios de moralidade bebidos no estudo da antiguidade”,¹⁰² sendo legítimo perguntar “onde foi ele buscar esses alicerces? À *piedade filial*. Foi aí que julgou ver a fonte de todas as virtudes, o fundamento de todo o edifício social. E aqui está o grande, o maior erro de Confúcio. Sem se justificar, o facto tem uma explicação. Confúcio procedeu assim, porque, sendo a

Escudo de S. Exa. Revma., reproduzido na pasta oferecida pela comunidade portuguesa de Hong Kong.



ESTUDOS DE MACAU

piedade filial a instituição que mais fundas raízes havia lançado na alma chinesa, que melhor base – julgou ele – poderia encontrar para impor ao povo chinês a prática da virtude? Que mais sólido esteio para a sua doutrina do que essa velha instituição nacional, que ele, com os seus ensinamentos, ainda procurou revigorizar e desenvolver entre os seus concidadãos?”¹⁰³

Confúcio “levou, pois, o povo chinês a desconhecer praticamente, o que fosse a virtude, no sentido religioso do termo, desde o momento que escolheu para base dessa virtude não a ideia da Divindade, mas a *piedade filial*, bela, sem dúvida, no seu aspecto fundamental, mas perniciosa pelas terríveis consequências e abusos a que tem dado lugar entre a população deste Império. A mais terrível destas consequências foi o infanticídio, uma das mais horrorosas chagas que corrói o organismo da sociedade chinesa.”¹⁰⁴

No limite do absurdo, “chegou a perversão a ponto do pai se julgar com direito a vender os próprios filhos ou a riscá-los do número dos vivos, se qualquer motivo assim o aconselhasse. Este direito de morte exercia-se sobretudo nas recém-nascidas, porque estas, além de não poderem perpetuar o nome de família, são incapazes de continuar o *culto dos antepassados*. Por isso o pai deseja deixar muitos descendentes varões para que estes, logo que o seu espírito se desprenda do corpo, lhe ofereçam sacrifícios a fim de que a sua alma não venha a sofrer, no outro mundo, os castigos das suas faltas. E aqui está a razão principal do amor egoísta que os pais têm aos filhos e do ódio ou desprezo que nutrem pelas filhas – ódio que, como disse, os leva a tirar-lhes a vida apenas nascem, ou a criá-las até à idade em que as possam

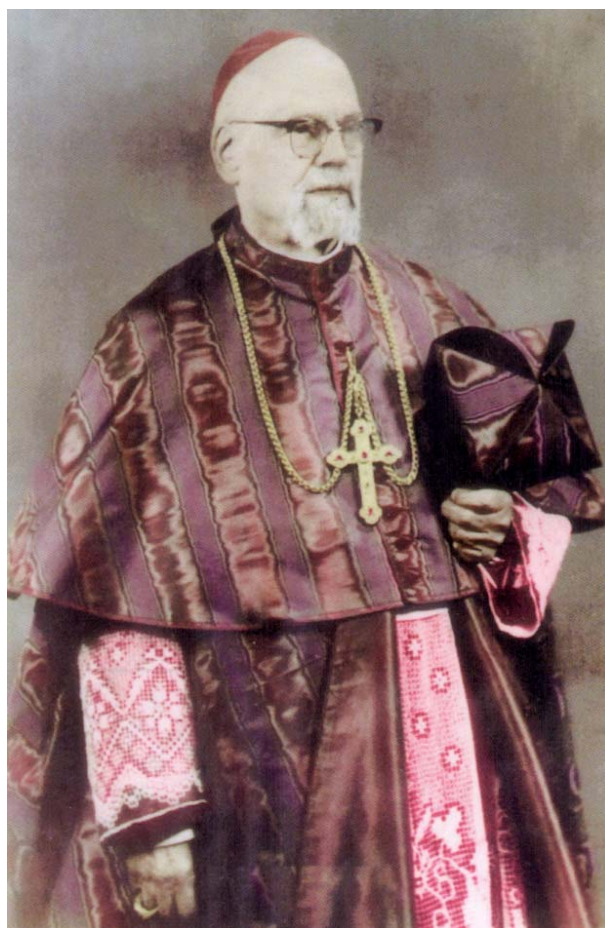
vender aos prostíbulos infames da devassidão. Mas – pergunto – qual é a responsabilidade de Confúcio nestes excessos, que a razão e o sentimento condenam? Nenhuma.”¹⁰⁵

Olvidado tem sido o desempenho político de Confúcio, “como ministro, não ligou a mais pequena atenção ao desenvolvimento material do seu país.

Ao contrário, extinguiu nos seus compatriotas todo o entusiasmo por uma ideia nova, por uma descoberta, por um melhoramento útil, por qualquer coisa, que representasse progresso, adiantamento, avanço material. O impulso que Confúcio imprimiu à China foi um impulso retroactivo. Fez regressá-la às vetustas idades de *Yao* e *Chun*, isto é, fez com que este grande império retrogradasse 7 séculos, levando o povo a apaixonar-se pelos tempos daqueles dois reis, que viveram setecentos anos antes de Confúcio.”¹⁰⁶

C o n f ú c i o “emperrou toda a acção evolutiva da China convencendo os seus concidadãos de que só o passado era bom e de que o futuro devia ser, portanto, vasado nos

moldes rotineiros da antiguidade. Era aí, na imitação do passado, que residia a felicidade do Império! Que péssimo político não era o célebre moralista chinês!”¹⁰⁷ e “sabendo-se que ainda hoje a educação literária da juventude chinesa se limita, com raras excepções, ao estudo dos *Quatro Livros* e dos *Cinco King* – a base do ensino clássico – compreende-se facilmente o atraso intelectual deste povo e a influência – que não duvido classificar de perniciosa sob o ponto de vista político e religioso – do confucionismo na formação da mentalidade chinesa”,¹⁰⁸ parece “indispensável que



Cardeal D. José da Costa Nunes.

a juventude rompa com a orientação que Confúcio imprimiu à sociedade chinesa, deixando de adorar o passado para encarar o futuro numa aspiração de progresso, no mesmo desejo de avançar que impulsiona modernamente os povos cultos. Sem isto, sem esta modificação nos processos educativos chineses, jamais esta nação, tão rica e populosa, poderá evolucinar e adquirir a posição predominante, que por direito lhe pertence em todo o Extremo Oriente.”¹⁰⁹

Em termos políticos, “os princípios, que regulam o regime representativo, são contrários ao sentir do povo chinês e aos ensinamentos de Confúcio, que são ainda hoje, para a quase totalidade da nação chinesa, a mais elevada expressão do bom governo de um país”¹¹⁰; assim, “um chinês pode viver longos anos no estrangeiro, gozar dos benefícios conquistados pelo génio empreendedor do homem, admirar o brilhantismo de uma civilização incomparavelmente superior à sua, mas ao regressar à pátria sente-se logo dominado pelo atavismo de milhares de séculos e volta imediatamente, por necessidade, por influência do meio, por uma exigência absoluta da sua alma, aos seus usos e costumes, admirando-os, elogiando-os, apaixonando-se por eles, crente de que aí encontra a felicidade.”¹¹¹

Como confidência final, “deixa-me dizer-te que este pequeno estudo é original. Nunca vi o assunto tratado *ex professo* pelos escritores orientalistas, que consultei. Um ou outro a ele se refere, mas acidentalmente, sem o aprofundar, sem procurar descobrir essas causas, que tem contribuído para que a China cristalizasse nas formas arcaicas do seu passado.”¹¹²

Aparentemente é este um elegante ensaio anticonfuciano. Mas na realidade não o é.

É um pensamento naturalmente filtrado por olhos europeus, nutrido pela sinologia europeia e pelo romantismo político que outorgava ao estado-nação uma indeclinável missão civilizadora e valorizadora do sentido épico e cristão da história. Em termos filosóficos, a sua deriva neotomista e espiritualista sobrepõe-se e

opõe-se ao materialismo de Karl Marx e ao positivismo de Auguste Comte, quer na compreensão das dinâmicas sociais, quer no entrelaçar de valores ou na dimensão ética-política. Ao seguir a tradição metafísica clássica, valoriza a essência do ser humano e o questionamento sobre o sentido da existência.

Todas as ideias que José da Costa Nunes irá, premonitariamente, explanar correspondem, *grosso modo*, a tudo quanto os *boxers* elegeram como alvo de combate radical, desde 1898, nomeadamente a demonização dos estrangeiros, a supremacia da tradição e a consequente recusa da modernidade ou a exclusão do cristianismo.

De resto, a reforma constitucional iniciada em 1901 previa¹¹³ uma alteração substantiva dos quadros mentais, sobretudo com a introdução de currículos escolares modernos, uma nova política de bolseiros em países estrangeiros, a abolição da velha burocracia imperial, as reformas militares ou a criação do ministério dos negócios estrangeiros em 1901 e do ministério da educação em 1905.

Estas mudanças¹¹⁴ na comparação das tradições permitiram salvar a parte viva do confucionismo, a sua ética, essencialmente a constituição da pessoa na sua relação ética com os outros e com o estado. Se o legado de Confúcio¹¹⁵ tem sido objecto de incontáveis análises, o confucionismo em si mesmo “perdeu força na China durante o século xx, com a implantação das primeira (1912) e segunda repúblicas (1949). Actualmente está de regresso à casa-mãe e veio incorporado no Socialismo Espiritual dos novos tempos reformistas.”¹¹⁶

A leitura de José da Costa Nunes é uma reapreciação dinâmica do confucionismo, antecipando¹¹⁷ os vários caminhos do pensamento sinológico da contemporaneidade. Desmontar as narrativas acopladas às ideias originárias de Confúcio e separar as camadas seculares que encobriram o sentido das mensagens, tal foi o longa e minuciosa hermenêutica de José da Costa Nunes, que não perde o ensejo de insinuar a mensagem do cristianismo e do seu distintivo património conceptual. **RC**

ANEXO

ESTUDO DA LÍNGUA DOS POVOS A EVANGELIZAR¹¹⁸

D. José da Costa Nunes, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Macau e Timor.

Tendo a experiência ensinado que nem sempre os missionários se dedicam, com o devido interesse e cuidado, ao estudo da língua falada na região que evangelizam;

Atendendo a que o missionário, sem conhecimento dessa língua, jamais poderá exercer eficazmente o próprio ministério ;

E considerando o grave dever que sobre Nós pesa, de darmos aos nossos súbditos sacerdotes as condições de bem se desempenharem da alta missão de pregadores do Evangelho e administradores dos Sacramentos;

Havemos por bem determinar o seguinte:

1. O missionário não indígena, enviado para as missões do interior da China, é obrigado, durante os dois primeiros anos, a fazer exame de chinês, de 6 em 6 meses.

2. Igual obrigação é imposta ao missionário, que, tendo menos de 40 anos, for colocado em Macau para desempenhar qualquer cargo eclesiástico ou leccionar nos estabelecimentos dependentes da nossa autoridade.

3. Os missionários de Timor devem estar habilitados a ouvir confissões no fim do 1.º semestre e a pregar no fim do 2.º na língua falada na região que habitarem.

4. Quando essa língua não for o *tétum*, os referidos missionários estudá-lo-ão no ano seguinte ao da sua chegada a Timor, observando-se as mesmas disposições do número antecedente.

5. Aos missionários de Singapura e Malaca aplica-se o disposto no n.º 1, com relação à língua inglesa, sendo muito para estimar que se dediquem também ao estudo do malaio.

6. A matéria dos exames, a que se referem os números anteriores, será indicada, respectivamente, no princípio de cada semestre, pelos Muito Revdos. Vigários-Gerais de Shiu Hing, Macau, Lahane Singapura, os quais nomearão também o júri encarregado dos mesmos exames.

7. Quando o resultado do exame for negativo, conceder-se-ão ao missionário mais 6 meses para se preparar, mas no caso de se verificar idêntico resultado na segunda prova, o assunto será trazido ao nosso conhecimento, a fim de aplicarmos a penalidade que julgarmos conveniente.

8. Ficam abrangidos por estas disposições os eclesiásticos com menos de 3 anos de residência nos lugares supramencionados.

Registe-se na Nossa Câmara Eclesiástica e publique-se no órgão da Diocese.

Dada em Macau, no Paço Episcopal, sob o Nosso sinal e selo das Nossas Armas, aos 10 de Fevereiro de 1930.

José, Bispo de Macau e Timor

NOTAS

- 1 Filho de José da Costa Nunes e de Francisca Felizarda de Castro, nasceu nos Açores, na ilha do Pico, no dia 15 de Março de 1880.
- 2 Dois estudos recentes: Jorge Rangel, *D. José da Costa Nunes, Cidadão Benemérito de Macau* e António Aresta, “D. José da Costa Nunes”, *Jornal Tribuna de Macau*, n.º 3693, 3.03.2011. Veja-se, ainda, Susana Goulart Costa, “D. José da Costa Nunes (1880-1976): Um Cardeal no Oriente”, *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, 19-20, pp. 261-288.
- 3 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 5: *Pastorais*, p. 31.
- 4 Carta de José Gomes da Silva a Júlio Henriques Coimbra, escrita de Macau no dia 3.11.1888 [versão digital disponível em: <http://bibdigital.bot.uc.pt/>]. A grafia foi modernizada.
- 5 Portaria n.º 108, *Boletim da Província de Macau e Timor*, Suplemento ao n.º 31, 4.08.1888, p. 275.
- 6 “Relatório da Comissão Nomeada para Inspeccionar os Actos da Gerência da Câmara Dissolvida”, publicado no *Boletim da Província de Macau e Timor*, n.º 34, 23.08.1888, pp. 291-295.
- 7 *Ibidem*, p. 292.
- 8 *Ibidem*, p. 296.
- 9 *Boletim da Província de Macau e Timor* n.º 35, 30.08.1888, p. 299.
- 10 *Ibidem*.
- 11 “Relatório sobre a Epidemia de Cholera-Morbus nos Lazaretos de Macau em 1888”, publicado no *Boletim da Província de Macau e Timor*, Suplemento ao n.º 38, 24.09.1888, pp. 328-341.
- 12 *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau e Timor* n.º 15, 9.04.1891, p. 95.
- 13 *Ibidem*, p. 94.
- 14 Publicada no *Boletim da Província de Macau e Timor*, n.º 6, 6.02.1890, pp. 47-48.
- 15 Alocução publicada no *Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau* n.º 4, 07.1903, p. 58. Republicada em Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos de D. João Paulino*, vol. 1, pp. 41-46.
- 16 *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau e Timor*, n.º 34, 25.08.1894, p. 403.
- 17 Portaria n.º 202, *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau e Timor* n.º 42, 20.10.1894, p. 499.
- 18 Joaquim José Machado, *Missão na China: Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*, p. 248.
- 19 *O Macaense* n.º 45, 14.03.1920.
- 20 Portaria n.º 87, *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau* n.º 40, 1.10.1898, p. 386.
- 21 *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau* n.º 10, 11.03.1899, p. 386.
- 22 *Ibidem*, Suplemento ao n.º 47, 30.11.1899, p. 382/
- 23 *Ibidem*.
- 24 *Ibidem*, p. 383.
- 25 *Ibidem*, p. 389.
- 26 *Ibidem*, p. 387.
- 27 Joaquim José Machado, *Missão na China...*, p. 248.
- 28 António Aresta, “Pedro Nolasco da Silva”, in *Jornal Tribuna de Macau*, n.º 3605, 11.11.2010; idem, *O Neoconfucionismo na Educação Portuguesa: Pedro Nolasco da Silva na História da Educação em Macau*.
- 29 *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, Suplemento ao n.º 47, 30.11.1899, p. 381.
- 30 *Ibidem*, p. 390.
- 31 Publiquei essa síntese informativa em apêndice a Abílio Basto, *Os Exames na China Imperial*.
- 32 *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, Suplemento ao n.º 47, 30.11.1899, p. 389.
- 33 Os Estatutos foram publicados no *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau* n.º 52, 30.12.1899, p. 482.
- 34 Edição fac-similada da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura/Arquivo Histórico de Macau, 1984, p. 12.
- 35 O Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, Açores, foi fundado em 1862.
- 36 D. João Paulino de Azevedo e Castro (1852-1918), natural dos Açores, foi o 19.º bispo de Macau (1902-1918). Formado em Teologia pela Universidade de Coimbra, foi professor no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo e no Liceu de Angra do Heroísmo. Fundou em 1903 o *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* e publicou, entre outros, *Os Bens das Missões Portuguesas na China* (Macau, 1917). Postumamente, foram organizados pelo Pe. Tomás Bettencourt Cardoso, os *Textos de D. João Paulino* e as *Provisões e Outros Escritos* (Macau: Fundação Macau, 2 vols., 1997. Este facto merece registo: o bispo de Macau, D. José Manuel de Carvalho (1844-1904), regressou a Portugal por motivos de saúde, sendo colocado na diocese de Angra do Heroísmo em 9 de Junho de 1902. Foi ele quem sagrou o novo bispo de Macau, e seu sucessor, D. João Paulino de Azevedo e Castro, no dia 27 de Dezembro de 1902.
- 37 Publicada em António Aresta, Aureliano Barata e Albina Silva *Documentos para a História da Educação em Macau*, vol. 1, pp. 35-48.
- 38 “Sentença Proferida no Processo instaurado no Juízo Eclesiástico de Macau para Reabilitação da Memória do Coronel Reformado Vicente Nicolau de Mesquita falecido em 20 de Março de 1880”, publicada no *Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau*, n.º 84, ano 7, 07.1910, pp. 235-253 e republicada em Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.) *Textos de D. João Paulino*, vol. 1, pp. 291-314.
- 39 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 5: *Pastorais*, pp. 28-29.
- 40 *Ibidem*, vol. 3: *Cartas da China*, p. 149.
- 41 *Ibidem*, p. 30.
- 42 Fundado em 1728.
- 43 Fundado em 1893, tendo um plano de estudos igual ao dos liceus de Portugal.
- 44 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 17: *Últimos Escritos*, p. 125.
- 45 *Ibidem*, vol. 3: *Cartas da China*, p. 40.
- 46 *Ibidem*, p. 39.
- 47 O seu verdadeiro nome era Joaquim Belford Corrêa da Silva (1908-1979), romancista, poeta e ensaísta, cujas obras mais importantes são *Herói Derradeiro* (1933), *Amores e Viagens de Pedro Manuel* (1935), *Crónica da Vida Lisboeta* (1938), *Ansiedade* (1940), *Novelas Pouco Exemplares* (1967), *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, 3 vols., (1973-1979). Era filho do governador de Macau, Henrique Corrêa da Silva e neto de outro de outro governador de Macau, Carlos Eugénio Correia da Silva.
- 48 Joaquim Paço d'Arcos, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, vol. 1, p. 119.
- 49 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 7: *Viagens*, p. 186.
- 50 Pe. Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, pp. 242-243.
- 51 Álvaro de Melo Machado, *Coisas de Macau*, p. 152.
- 52 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 7: *Viagens*, p. 23.
- 53 *Ibidem*, p. 52.
- 54 “Relatório de S. Ex.ª. Revm.ª. o Sr. Bispo sobre as Missões de Timor”, publicado no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* n.º 406, ano 35, 01.1938, p. 411.

ESTUDOS DE MACAU

- 55 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 4: *Documentos Oficiais*, p. 32.
- 56 Teotónio R. de Sousa, “D. José da Costa Nunes: a Patriarch who cared for more than souls: a case of caesaro-papism in Portuguese India, 1942-1953”, in Ulrich van der Heyden e Holger Stoecker, eds., *Mission und Macht im Wandel politischer Orientierung – Europäische Missionsgesellschaften in politischen Spannungsfeldern in Afrika und Asien zwischen 1800 und 1945*, pp. 243-256.
- 57 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 7: *Viagens*, p. 22. Este breve apontamento estatístico foi extraído de uma nota prefacial ao volume, da autoria de Mons. José Machado Lourenço, inicialmente publicada no *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, em 1953.
- 58 *Ibidem*, vol. 17: *Últimos Escritos*, p. 83.
- 59 *Ibidem*, p. 71.
- 60 *Ibidem*, vol. 7: *Viagens*, p. 161.
- 61 *Ibidem*, vol. 9: *Entre Chineses e Entre Malaio*, p. 76. Itálico do autor.
- 62 Decreto n.º 21103, de 7.04.1932, publicado no *Diário do Governo* de 15.04, p. 625.
- 63 Armando Marques Guedes, “A Identidade, a Propaganda e o Nacionalismo. O projecto de leitorados de língua e cultura portuguesas, 1921-1997”, in *Lusotopie 1998: Des protestantismes en “lusophonie catholique”*, pp. 107-132.
- 64 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 17: *Últimos Escritos*, p. 76.
- 65 *Ibidem*, prefácio, p. 12.
- 66 Edição do Instituto Internacional de Macau, 2008.
- 67 Manuel Teixeira, *Liceu de Macau*, pp. 361-362.
- 68 A título de exemplo: Jerónimo Matta, *Memória sobre as Missões Portuguezas na China, oferecida aos Senhores Deputados da Nação* (Lisboa, 1839); *Cartas Escripitas da India e da China nos anos de 1815 a 1835 por José Ignacio de Andrade a sua Mulher D. Maria Gerrudes de Andrade*, 2 vols. (Lisboa, 1843); Carlos José Caldeira, *Apontamentos d’Uma Viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa* (Lisboa, 1853); Manuel de Castro Sampaio, *Os Chins de Macau* (Hong Kong, 1867); Eça de Queirós, *O Mandarim* (Porto, 1880); Conde de Arnoso, *Jornadas pelo Mundo. Em Caminho de Pekin: em Pekin* (Porto, 1895); Adolfo Loureiro, *No Oriente: de Nápoles à China. Diário de Viagem* (Lisboa, 1896/97); Joaquim Calado Crespo, *Cousas da China: Costumes e Crenças* (Lisboa, 1898); Joaquim Calado Crespo, *A China em 1900* (Lisboa, 1901); C.A. Montalto de Jesus, *Historic Macao* (Hong Kong, 1902); J. Morais Palha, *Esboço Crítico da Civilização Chinesa*. Prefácio de Camilo Pessanha (Macau, 1912); J. A. Fernandes, *Uma Fase Política da China: Ligeiro Subsídio para o Estudo da Psicologia Chinesa* (Porto, 1916); Maria Anna A. Tamagnini, *Lin Tchi Fá* (Lisboa, 1925); Jaime do Inso, *Visões da China* (Lisboa, 1933); António Lopes, *A China e os Chineses Vistos por um Português* (Lisboa, 1937); Rui Sant’Elmo, *China, País de Angústia* (Lisboa, 1938); Jaime do Inso, *China* (Lisboa, 1938).
- 69 Mariagrazia Russo, *A Embaixada Enviada por D. João V ao Imperador Yongzheng (1725-1728) através da Documentação do Arquivo Distrital de Braga*, p. 313.
- 70 Agustina Bessa-Luís, *A Quinta Essência*, p. 331.
- 71 Fernando Cristóvão, “Para uma Teoria de Viagens”, in Fernando Cristóvão (coord.), *Condicionalidades Culturais da Literatura de Viagens*, pp. 13-52; Isabel Pires de Lima, “O Orientalismo na Literatura Portuguesa (Séculos XIX e XX)”, in Ana Maria Rodrigues (coord.), *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)*. Catálogo de Exposição. Lisboa: Inapa/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 145-160.
- 72 Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Livros e Leituras no Século XIX”, *Revista de História das Ideias*, vol. 20, pp. 187-227.
- 73 Pinheiro Chagas (1842-1895), deputado, ministro da Marinha e Ultramar, par do Reino, foi um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa; tem uma vasta obra como romancista, dramaturgo e historiador.
- 74 Manuel Pinheiro Chagas, *Dicionário Popular, Histórico, Geográfico, Mythológico, Biográfico, Artístico, Bibliográfico e Litterário*, vol. 7, pp. 341-346.
- 75 *Ibidem*, vol. 3, pp. 271-273.
- 76 *Ibidem*, vol. 3, p. 272.
- 77 Este semanário foi fundado em 3 de Janeiro de 1909, sendo dirigido por Luís Gonzaga Nolasco da Silva, tendo como secretário da redacção Francisco Xavier Anacleto da Silva, como administrador Henrique Nolasco da Silva e como editor Luís Aires da Silva. O último número apareceu no dia 27 de Novembro de 1910.
- 78 “Cartas da China a um Amigo do Ocidente, escritas por Alcino”: 24 artigos, com início no n.º 22 de 30.05.1909 e cujo termo se fixará no n.º 49 de 05.12.1909. Uma polémica ligeira, com um articulista do jornal *A Verdade* (um periódico afecto à maçonaria, que apareceu em 19.11.1908 e terminou em 22.04.1911; no n.º 85, de 2 de Junho de 1910, Camilo Pessanha publica a *Estética Chinesa* – ver Camilo Pessanha, *China: Estudos e Traduções*) não impediu a sua continuidade. Republicadas em Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 3: *Cartas da China*.
- 79 “Discurso pronunciado num Comício, realizado em 01-05-1909, nos Paços do Concelho, para versar questões relativas à salvação e para se pedirem providências ao governo da Metrópole”, *Vida Nova*, n.º 19, 09.05.1909; “Estudos Económicos sobre Macau: a Propriedade Urbana”, *Vida Nova*, n.º 19/54, de 26.09.1909 até 09.01.1910.
- 80 Escritor com uma vasta obra publicada e diplomata, Paul Claudel (1868-1955) foi embaixador no Japão, 1921-1927. Estudos recentes sobre Paul Claudel: Du Quinggang et Wang Jing (dir.), *Paul Claudel et la Chine*, Actes du Colloque de Wuhan. Wuhan: Wuhan University Press, 2011; Jacques Houriez, *Paul Claudel, ou les tribulations d’un poète ambassadeur. Chine, Japon*. Paris: Honoré Champion, Paris, 2012.
- 81 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 3: *Cartas da China*, p. 111.
- 82 *Ibidem*, p. 98.
- 83 *Ibidem*, p. 45. O itálico é do autor.
- 84 *Ibidem*, p. 46. O itálico é do autor. Veja-se, também, o inovador estudo de Celina Veiga de Oliveira, “Camilo Pessanha e o Sistema Judiciário da sua Época”, in *Administração* n.º 92, pp. 605-614 [com versão chinesa, pp. 443-451].
- 85 Cita as obras seguintes: E. Bard, *Les Chinois*; Cesar Cantu, *História Universal*; C. Piton, *La Chine, sa religion, ses moeurs, ses missions*; Henri Havret, *Tien Tchou*; H. B. Morse, *The Trade and Administration of the Chinese Empire*; Henri Havret, *La Stèle Chretienne de Siguan Fou*; Sinibaldo de Más, *L’Angleterre, la Chine et l’Inde*; T. R. Jernigan, *China in Law and Commerce*; Dr. Martignon, *Superstition, Crime et Misère en Chine*; Holcombe, *The Real Chinaman*; Zottoli, *Curso de Literatura Chinesa*; Weulersse, *China Ancienne et Nouvelle*; Davis, *Chine*. Refere, ainda, Legge, os jesuítas Sica, Stanislas, Le Gall e o único autor português, o conde de Arnoso e as suas *Jornadas pelo Mundo*.
- 86 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 3: *Cartas da China*, p. 36.
- 87 *Ibidem*, pp. 65-66.
- 88 *Ibidem*, p. 47. O itálico é do autor.
- 89 *Ibidem*, pp. 49-50. O itálico é do autor.
- 90 *Ibidem*, p. 53. O itálico é do autor.
- 91 *Ibidem*, p. 75.
- 92 *Ibidem*, p. 90.
- 93 *Ibidem*, p. 96.
- 94 *Ibidem*, p. 96. O itálico é do autor.
- 95 *Ibidem*, p. 109.
- 96 *Ibidem*, p. 111.

MACAO STUDIES

- 97 *Ibidem*, pp. 111-112.
- 98 *Ibidem*, pp. 116-117. O itálico é do autor.
- 99 *Ibidem*, p. 117. O itálico é do autor.
- 100 *Ibidem*, pp. 122-123.
- 101 *Ibidem*, pp. 124-125. O itálico é do autor.
- 102 *Ibidem*, p. 129.
- 103 *Ibidem*, p. 130. O itálico é do autor.
- 104 *Ibidem*, p. 131. O itálico é do autor.
- 105 *Ibidem*, pp. 131-132. O itálico é do autor.
- 106 *Ibidem*, p. 135. O itálico é do autor.
- 107 *Ibidem*, p. 136.
- 108 *Ibidem*, p. 137. O itálico é do autor.
- 109 *Ibidem*, p. 137.
- 110 *Ibidem*, p. 139.
- 111 *Ibidem*, p. 142.
- 112 *Ibidem*, p. 143.
- 113 Immanuel C. Y. Hsü, *The Rise of Modern China*, p. 409.
- 114 Jacques Gernet, *L'intelligence de la Chine*, pp. 323-334.
- 115 Paul A. Rule, *K'ung-tzu or Confucius? The Jesuit Interpretation of Confucianism*.
- 116 Ana Cristina Alves, *A Sabedoria Chinesa*, p. 23.
- 117 Veja-se, por exemplo, *Terra Bendita* de Pearl S. Buck. Pearl Sydenstricker Buck (1892-1973), é autora de uma vastíssima obra, Prémio Pulitzer em 1932 e Prémio Nobel da Literatura em 1938. Está por fazer a recepção da sua obra na sinologia e na cultura portuguesa contemporânea.
- 118 Provisão, publicada no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* n.º 312, 03. 1930, pp. LXXXI e ss. Republicada em Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 4: *Documentos Oficiais*, pp. 120-122.

ESTUDOS DE MACAU

BIBLIOGRAFIA

- Boletim da Província de Macau e Timor*, n.º 31 (Suplemento), 4.08.1888; n.º 34, 23.08.1888; n.º 35, 30.08.1888; n.º 38, 24.09.1888; n.º 6, 6.02.1890.
- Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau*, n.º 84, 07.1910.
- Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, n.º 312, 03.1930; n.º 406, 01.1938.
- Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, n.º 40, 1.10.1898; n.º 52, 30.12.1899.
- Boletim Oficial do Governo da Província de Macau e Timor*, n.º 15, 9.04.1891; n.º 34, 25.08.1894; n.º 42, 20.10.1894.
- Alves, Ana Cristina. *A Sabedoria Chinesa*. Lisboa: Casa das Letras, 2005.
- Aresta, António. *O Neoconfucionismo na Educação Portuguesa: Pedro Nolasco da Silva na História da Educação em Macau*. Separata de *Administração: Revista da Administração Pública de Macau*, 1997.
- . “José da Costa Nunes”, in *Jornal Tribuna de Macau*, n.º 3693, de 03.03.2011.
- . “Pedro Nolasco da Silva,” in *Jornal Tribuna de Macau*, n.º 3605, de 11.11.2010.
- e Barata, Aureliano; Silva, Albina. *Documentos para a História da Educação em Macau*. Prefácio de Jorge Rangel. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1996, vol. 1.
- Basto, Abílio. *Os Exames na China Imperial*. Organização, prefácio e notas de António Aresta. Macau: Fundação Macau, 1998.
- Bessa-Luís, Agustina. *A Quinta Essência*. Lisboa: Guimarães Editores, 1999.
- Buck, Pearl S. *Terra Bendita*. Tradução de Fernando de Macedo. Lisboa: Livros do Brasil, 4.ª ed., s/d.
- Cardoso, Pe. Tomás Bettencourt (org.), *Textos de D. João Paulino*, vol. 1. Macau: Fundação Macau, 1997.
- (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 3: *Cartas da China*, vol. 4 *Documentos Oficiais*, vol. 5: *Pastorais*, vol. 7: *Viagens*, vol. 9: *Entre Chineses e Entre Malaíes*, vol. 18: *Últimos Escritos*. Macau: Fundação Macau, 1999.
- Carta de José Gomes da Silva a Júlio Henriques Coimbra, escrita de Macau a 3.11.1888 [versão digital disponível em <http://bibdigital.bot.uc.pt>].
- Castro, D. João Paulino de Azevedo e. *Os Bens das Missões Portuguezas na China* [1917]. Organização do Pe. Tomás Bettencourt Cardoso. 2.ª ed. Macau: Fundação Macau, 1995.
- Chagas, Manuel Pinheiro. *Dicionário Popular, Histórico, Geográfico, Mythológico, Biográfico, Artístico, Bibliográfico e Literário*. Lisboa: Typographia do Diário Ilustrado, vol. 3, 1878, vol. 7, 1880.
- Costa, Susana Goulart. “D. José da Costa Nunes (1880-1976): um Cardeal no Oriente”, in *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, 19-20, 2007-2008.
- Cristóvão, Fernando (coord.). *Condicioneantes Culturais da Literatura de Viagens*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1999.
- Diário do Governo*, 15.04.1932.
- Gernet, Jacques. *L'Intelligence de la Chine*. Paris: Gallimard, 1994.
- Guedes, Armando Marques. “A Identidade, a Propaganda e o Nacionalismo. O projecto de leitorados de língua e cultura portuguesas, 1921-1997”, in *Lusotopie 1998: Des protestantismes en “lusophonie catholique”*, Paris, 1998.
- Hsü, Immanuel C. Y. *The Rise of Modern China*, 3.ª ed. Hong Kong: Oxford University Press, 1987.
- Jornal O Macaense*, 14.03.1920.
- Jornal Vida Nova*, 09.05.1909.
- Jornal Vida Nova*, 26.09.1909 até 09.01.1910.
- Machado, Álvaro Melo. *Coisas de Macau* [1913]. Macau: Kazumbi, 1997.
- Machado, José Joaquim. *Missão na China: Diário do Comissário Régio José Joaquim Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*. Apresentação e introdução histórica por António Vasconcelos de Saldanha, leitura do manuscrito e introdução literária de Carmen M. Radulet. Macau: Fundação Macau, 1999.
- Oliveira, Celina Veiga de. “Camilo Pessanha e o Sistema Judiciário da sua Época”, in *Administração: Revista de Administração Pública de Macau*, n.º 92, 2011.
- Pereira, João Feliciano Marques. *Tá-Ssi-Yang-Kuo: Arquivos e Anais do Extremo Oriente Português*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura/Arquivo Histórico de Macau, 1984.
- Pessanha, Camilo. *China: Estudos e Traduções*. 2.ª edição. Prefácio de Daniel Pires. Lisboa: Vega, 1993.
- Rangel, Jorge. *D. José da Costa Nunes, Cidadão Benemérito de Macau*. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2008.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares. “Livros e Leituras no Século XIX”, *Revista de História das Ideias*, vol. 20, 1999, pp. 187-227.
- Rule, Paul A. *K'ung-tzu or Confucius? The Jesuit Interpretation of Confucianism*. Sydney/Boston: Allen & Unwin, 1986.
- Russo, Mariagrazi. *A Embaixada Enviada por D. João V ao Imperador Yongzheng (1725-1728) através da Documentação do Arquivo Distrital de Braga*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2007.
- Sousa, Teotónio R. de. “D. José da Costa Nunes: a Patriarch who cared for more than souls: a case of caesaro-papism in Portuguese India, 1942-1953”, in Ulrich van der Heyden e Holger Stoecker, eds., *Mission und Macht im Wandel politischer Orientierung – Europäische Missionsgesellschaften in politischen Spannungsfeldern in Afrika und Asien zwischen 1800 und 1945*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2005.
- Teixeira, Manuel. *Liceu de Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação, 3.ª ed., 1986.
- . *A Educação em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.

RESUMOS

Os Primeiros Mapas Portugueses da China no *Livro e Atlas* de Francisco Rodrigues (c. 1512)

Este artigo analisa um grupo de cinco mapas dos fólhos 38 a 42 no manuscrito o *Livro* de Francisco Rodrigues que, em conjunto com um roteiro da China no fólho 37v, são os primeiros documentos cartográficos e náuticos europeus sobre a China, produzidos no final de 1511 ou no início de 1512, antes da primeira expedição portuguesa que atingiu as costas do sul da China em 1513. Estes mapas são cópias de mapas asiáticos e o fólho 40, pormenorizado sobre a região do delta do rio das Pérolas, reúne eventualmente cartografia chinesa antes da chegada dos europeus. Assim, as obras inacabadas, o *Livro e Atlas*, de Francisco Rodrigues são uma fonte rara para se investigar a cartografia pré-colonial produzida pelas culturas asiáticas e à qual tiveram acesso os pilotos e os comerciantes que estavam activos no Sudeste Asiático e mares do Sul da China nas primeiras décadas do século XVI.

[Autor: Ivo Carneiro de Sousa, pp. 6-20]

Francisco Vieira de Figueiredo: Um “Fidalgo” no Extremo Oriente

Francisco Vieira de Figueiredo nasceu em Ourém (Portugal), por volta de 1612. Pelos 11 ou 12 anos, embarcou para a Índia. Cresceu em Goa e casou com Jacinta da Costa. Entrou no comércio na costa de Coromandel. Alargou a acção mercantil por Malaca, Macau e Filipinas. Após a Restauração de Portugal, em 1640, fixou residência em Macaçar (Celebes) e apoiou os portugueses de Malaca e de Macau em dificuldades. Durante quase três décadas colaborou, como embaixador, com os reis de Macaçar e os vice-reis de Goa, opondo-se aos interesses holandeses na Insulíndia. Vieira de Figueiredo veio a casar, em segundas núpcias, com D. Catarina de Noronha. Fixando a residência em Larantuka (Flores), apoiou os capitães de Timor. Morreu a 5 de Dezembro de 1667 em circunstâncias estranhas.

A viúva regressou a Macau, em 1670, prosseguindo a actividade comercial e benemérita do falecido marido.

[Autor: António Rodrigues Baptista, pp. 21-54]

Olhar Invertido a Partir da Região do Sudeste do Pacífico: Macau na Imprensa Escrita Anglófona

A comunidade local de Macau chamou a atenção do mundo durante a última década com a transferência da administração de Portugal para a China em 1999, a que se seguiu um milagre económico a partir de 2004. Com vista a explorar a história social e cultural de Macau no Sul da China, muitos académicos concentraram-se nas suas relações com Portugal, China e Japão, tendo alcançado excelentes resultados nas suas pesquisas.

Na realidade, enquanto cidade portuária internacional, Macau apresenta uma relação de longo prazo com as regiões vizinhas do sudeste do Pacífico, em especial com as colónias britânicas como Hong Kong, Singapura e Austrália, facto se que se reflectiu numa vasta cobertura dos diários de língua inglesa a partir de meados do século XIX.

Até certo ponto, a sua imagem internacional, assim como as identidades da população de Macau foram moldadas pelas referidas opiniões públicas externas anglófonas. Essas observações proporcionaram referências cruzadas importantes e interessantes face à evolução de Macau ao longo do século passado. O autor adoptou a abordagem do “olhar invertido” utilizada tanto por historiadores como antropólogos para pôr em contraste a imaginação e as impressões dos dados ingleses sobre a Macau portuguesa.

[Autor: Vincent Ho, pp. 55-62]

Duplo Olhar de Eça de Queirós sobre a China

Ao longo de tempo, a China tem sido uma referência para muitos escritores portugueses, entre os quais figura Eça de Queirós que, como o escritor realista

mais marcante na literatura portuguesa, escreveu duas obras referentes à China: *O Mandarim* e *Chineses e Japoneses*. Neste trabalho pretende-se fazer uma análise destas duas obras com o objectivo de verificar a dupla posição tomada pelo escritor face à China e como ele aproveitou a imagem da China para espelhar a imagem de Portugal e da Europa de então.

[Autor: Yao Jingming, pp. 63-68]

Sobre o Regresso a Macau, China Continental, e Elaboração de Narrativas Pós-Coloniais Contemporâneas

O presente ensaio aborda o romance português de 2002 de Paulo José Miranda, *O Mal*, no contexto da literatura portuguesa na e sobre a Ásia, acima de tudo, no contexto actual de Macau do final do século XX e início do século XXI, assim como o processo contínuo da transferência colonial portuguesa e descolonização subsequente. Representações de relações interpessoais e sexualidade servem para sublinhar a natureza ambivalente de terminar não apenas uma relação íntima e física com outra pessoa, mas também com os espaços que servem de cenário e contexto cultural para a referida relação. De que forma a dinâmica desigual do poder afirmada pela experiência colonial definiu o palco para quaisquer outros exemplos do exercício de poder desigual, quer na esfera educacional quer meramente na circulação e utilização permanentes de línguas e cultura? E, à medida que a dinâmica do poder da interacção cultural continua a mudar na fase pós-colonial, estando Macau cada vez mais articulada no âmbito do ambiente complexo de uma China continental e Ásia Central globalizantes, como é que estas eventuais trajectórias literárias de regresso e partida igualmente apresentam um leque comparativamente alargado de fluxos e interacções intensificados?

[Autor: Christopher Larkosh, pp. 69-75]

RESUMOS

A Necessidade de Harmonia no Oriente Confucionista e no Ocidente Leibniziano

Este artigo é uma viagem espiritual em torno do conceito de harmonia, ao qual as filosofias confucionista de Confúcio e Mêncio e neoconfucionista de Zhuxi se mostraram particularmente sensíveis, bem como a filosofia leibniziana. O artigo divide-se em duas grandes secções. Na primeira aborda-se a noção de harmonia do ponto de vista filosófico, procurando trazer à luz os pontos de contacto entre a filosofia chinesa de raiz confucionista e a filosofia leibniziana. Na segunda secção medita-se sobre a harmonia religiosa e os passos dados por Leibniz a fim de ultrapassar a perspectiva religiosa eurocêntrica do seu tempo, evidenciada na Questão dos Ritos e nas desastrosas missões dos emissários papais à China, de Charles Tournon (1704 e 1707) e Maigrot (1706). Mostra-se como os principais filósofos da época: Descartes, Malebranche, Locke e Espinosa perfilhavam a perspectiva religiosa eurocêntrica e como Leibniz procurou defender em a *Teologia Natural dos Chineses* (1716), uma outra filosofia, possibilitada pelo facto de possuir uma perspectiva monista pluralista e do seu propósito último ser a defesa de uma Característica Universal (*Scientia Generalis Characteristica*), onde sobressai a tese fundamental do autor, a de uma harmonia pré-estabelecida divina, onde tudo (incluindo a religião) é um, e um é tudo. [Autora: Ana Cristina Alves, pp. 76-90]

As Dimensões Luso-Macaenses na Moderna Revolução Chinesa de Sun Yat Sen

O presente ensaio enfatiza facetas fundamentais no significado histórico das dimensões luso-macaenses na moderna revolução chinesa de Sun Yat Sen. Define a localização estratégica de Macau no tecido geopolítico e sociocultural do Sul da China com os contributos lusófonos dos quatro continentes que enriquecem os elos externos do enclave português. A seguir, localiza as influências vitais de Macau em dez áreas principais que moldam a vida, o trabalho

e o pensamento de Sun Yat Sen. Inclui exemplos de episódios relacionados com Macau ou eventos com base em Macau nas raízes familiares de Sun Yat Sen, a sua prática inicial de medicina e repertório revolucionário – constituindo Macau a sua primeira janela para o mundo, berço de novas ideias, exposição inicial ao Cristianismo, base de comunicação preliminar, centro operacional/asilo de refúgio no seu esforço de combate aos Qing e uma correia de transmissão vital das visões e missões revolucionárias de Sun Yat Sen. Este ensaio encerra com uma chamada para que se aprofunde a pesquisa sobre o impacto real da experiência histórica lusa (como a Revolução portuguesa de 5 de Outubro de 1910) e as ideologias sociais-democratas europeias transmitidas através de Lisboa de modo a informar a busca de uma nova China republicana por parte de Sun Yat Sen.

[Autor: Ming K. Chan, pp. 91-109]

Victor Hugo de Azevedo Coutinho: Um Republicano Nascido em Macau

Victor Hugo de Azevedo Coutinho, nascido em Macau a 12 de Novembro de 1871, foi uma eminente personalidade que marcou indelevelmente a história de Portugal dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Distinguiu-se sobretudo como governante – Presidente de Ministério e Ministro –, mas foi também e notavelmente, oficial de Marinha, engenheiro hidrográfico, deputado, presidente da Câmara de Deputados, administrador ultramarino, professor da Escola Naval, do Instituto de Odivelas e da Universidade de Coimbra. Amante da Liberdade e espírito prático e arguto, abraçou a causa da República e por ela lutou decididamente, sabendo sempre qual o melhor caminho e meios para melhor servir essa causa; por essa razão o vemos sempre coerentemente alinhado no Partido Democrático, de maior representação parlamentar e herdeiro do aparelho e das tradições de luta do velho Partido Republicano Português dos tempos, ditos de propaganda,

anteriores à República. Mas não só na política se distinguiu, posto que foi também um ilustre geógrafo e engenheiro hidrográfico, leccionando disciplinas dessas áreas da Ciência, na Escola Naval e na Universidade de Coimbra. Militar muito condecorado, cientista e pedagogo, morreu em 1955, deixando obra de grande valia, sobretudo quanto a assuntos de Ciência Náutica. [Autor: Fernando Mendonça Fava, pp. 110-123]

A China no Pensamento de José da Costa Nunes

José da Costa Nunes (1880-1976) foi um destacado intelectual católico (bispo de Macau e de Timor, arcebispo de Goa e cardeal na Santa Sé) que residiu em Macau cerca de quatro décadas, deixando assinaláveis marcas culturais, apostólicas e educativas, para além de ser uma figura tutelar da Igreja de Macau. Este artigo divide-se em duas partes: a primeira, traça uma panorâmica sobre o tempo em que lhe foi dado viver, a multifacetada riqueza do seu trajecto existencial e a complexidade da sua obra; a segunda, estuda e problematiza a sua visão cultural e humanista sobre a China e as relações entre portugueses e chineses. [Autor: António Aresta, pp. 124-150]

ABSTRACTS

The First Portuguese Maps of China in Francisco Rodrigues' *Book* and *Atlas* (c.1512)

This paper researches a group of five maps from folios 38 to 42 in Francisco Rodrigues' manuscript *Book* which, along with a *China rutter* in folio 37v., are the first European cartographic and nautical documents on China, made at the end of 1511 or at the beginning of 1512, prior to the first Portuguese expedition that reached the South China coasts in 1513. These charts are copies of Asian maps, and the detailed folio 40 on the Pearl River Delta region gathers probably Chinese pre-European cartography. Therefore, Francisco Rodrigues unfinished *Book* and *Atlas* is a rare source to research pre-colonial cartography produced by Asian cultures accessed by Portuguese pilots and traders active in Southeast Asia and South China Seas in the first decades of the 16th century.

[Author: Ivo Carneiro de Sousa, pp. 6-20]

Francisco Vieira de Figueiredo: A Nobleman in the Far East

Francisco Vieira de Figueiredo was born in Ourém (Portugal), around 1612. When he was 11 or 12 years old, he set sail for India. He grew up in Goa and married Jacinta da Costa. He went into business on the Coromandel Coast. He extended his merchant business to Malacca, Macao and the Philippines. After the Restoration in Portugal, in 1640, he settled in Makassar (Celebes) and provided support to the Portuguese who were having difficulties in Malacca and Macao. For almost three decades, he assisted the kings of Makassar and the viceroys of Goa as an ambassador, opposing Dutch interests on the Malay Archipelago. Vieira de Figueiredo got married a second time to D. Catarina de Noronha. Settling in Larantuka (Flores), he supported the captains in Timor. He died on 5 December 1667, under mysterious circumstances. His widow returned to Macao in 1670 and continued her late husband's business and charitable work.

[Author: António Rodrigues Baptista, pp. 21-54.]

Reversed Gaze from Southeast Pacific Region: Macao in Anglophone Newspapers

The local community of Macao has drawn the attention of the world during the last decade as it underwent the transformation of sovereignty from Portugal to the China in 1999, and then an economic miracle since 2004. To explore the social and cultural histories of Macao in South China, many scholars focussed on its relationships with Portugal, China, and Japan which have generated much excellent research in those areas. In fact, as an international port city, Macao has a long-term relationship associated with the surrounding Southeast Pacific region, especially British colonies like Hong Kong, Singapore and Australia, which reflected wide press coverage of English-language newspapers since the mid-19th century. To a certain extent, its international image, as well as the identities of the people of Macao, have been shaped by those Anglophone outsider's public opinions. Such observations provided important and interesting cross-references to the evolution of Macao during the last century. The author adopted the approach of 'reversed gaze' used by both historians and anthropologists to contrast the imagination and impressions of those English data of Portuguese Macao. The selected articles from such historical newspapers dating from the mid-19th century to the 20th century will be cited and examined in this research paper.

[Author: Vincent Ho, pp. 55-62]

Double Perspective of Eça de Queiroz on China

Throughout the ages, China has been a landmark for many Portuguese writers, including Eça de Queiroz who, as the most important realist writer in Portuguese history, wrote two works on China: *O Mandarim* and *Chineses e Japoneses*. This article is intended to analyse these two works in order to verify the dual stance taken by the writer towards China

and how he took advantage of the image of China to reflect the image of Portugal and of Europe at the time.

[Author: Yao Jingming, pp. 63-68]

On Returning to Macao, Greater China, and the Making of Contemporary Postcolonial Narratives

This essay discusses the 2002 Portuguese novel by Paulo José Miranda, *O Mal*, within the context of Portuguese literature in and on Asia, above all in the present-day context of late 20th-century and early 21st-century Macao and its continuing process of Portuguese colonial handover and subsequent decolonisation. Representations of interpersonal relationships and sexuality serve to underscore the ambivalence nature of ending not only an intimate and physical attachment to another person, but also to the spaces that serve as a backdrop and cultural context for that relationship. How do the unequal dynamics of power predicated by the colonial experience set the stage for any number of other examples of the unequal exercise of power, whether in the educational sphere or simply in the ongoing circulation and usage of languages and culture? And as these power dynamics of cultural interaction continue to shift in the postcolonial age, with Macao articulated today increasingly within the complex milieu of a globalising Greater China and East Asia, how do these possible literary trajectories of return and departure also exhibit a comparably broad range of intensified flows and interactions?

[Author: Christopher Larkosh, pp. 69-75]

The Need for Harmony in the Confucian East and the Leibnizian West

This article is a spiritual journey around the concept of harmony, to which the Confucian philosophies of Confucius and Mencius and Neo-Confucian philosophies of Zhuxi were particularly sensitive, as well as the Leibnizian philosophy. The article is divided into two major sections.

RESUMOS

The first looks at the notion of harmony from a philosophical point of view, seeking to bring to light the contact points between the Chinese philosophy rooted in Confucianism and the Leibnizian philosophy. The second section meditates on religious harmony and the steps taken by Leibniz in order to overcome the Eurocentric religious perspective of his time, seen in the Question of Rites and the disastrous missions by the papal emissaries to China, Charles Tournon (1704 and 1707) and Maigrot (1706). It shows how the philosophers of the time: Descartes, Malebranche Locke and Espinoza (Espinosa in Portuguese) profiled the Eurocentric religious perspective and how Leibniz sought to defend another philosophy in Natural Theology of the Chinese (1716), made possible due to the fact that he had a pluralist, monist perspective and his ultimate purpose was the defence of a Universal Characteristic (Scientia Generalis Characteristica), where the author's fundamental thesis stands out, one of a pre-established, divine harmony where all (including religion) is one and one is all.

[Author: Ana Cristina Alves, pp. 76-90]

The Luso-Macao Dimensions of Sun Yat Sen's Modern Chinese Revolution

This essay highlights key facets in the historical significance of the Luso-Macao dimensions in Sun Yat Sen's modern Chinese revolution. It delineates Macao's strategic locale amid South China's geo-political and socio-cultural fabrics with the quarto-continental Lusophone inputs enriching this Portuguese enclave's external links. It then pinpoints Macao's vital influences ten major areas shaping Sun Yat Sen's life, work and thoughts. Included are examples of Macao-related episodes or Macao-based events in of Sun Yat Sen's family background, early medical practice and revolutionary repertoire—with Macao as his earliest window to the world, cradle of new ideas, initial exposure to Christianity, inaugural media base, operational hub/refuge asylum for his anti-Qing efforts, and a vital transmission belt for Sun's revolutionary visions and missions. This essay closes with a call for

more research on the real impact of the Luso historical experience (like Portugal's 5 October 1910 Revolution) and the Euro-social democracy ideologies as emitted via Lisbon to inform Sun's quest for a new China under republicanism.

[Author: Ming K. Chan, pp. 91-109]

Victor Hugo de Azevedo Coutinho. A Republican Born in Macao

Victor Hugo de Azevedo Coutinho was born in Macao on 12 November 1871. He was a prominent personality who left an indelible mark on the history of Portugal in the late 19th and early 20th centuries. He gained recognition mainly in government – President of the Ministry and Minister – but he was also, and notably so, a Navy Officer, a Hydrographic Surveyor, a Deputy, President of the Chamber of Deputies and Overseas Administrator, as well as teaching at the Naval School, Odivelas Institute and Coimbra University. A lover of freedom, he had a shrewd, practical nature; he embraced the cause of the Republic and fought resolutely for it, always knowing the best road to take and the means to best serve this cause. This is why he is always seen consistently aligned with the Democratic Party, which had most parliamentary representation and was the heir of the apparatus and traditions of the struggle by the old Portuguese Republican Party in the times of propaganda, as they were called, before the Republic. But he is not known only as a politician as he was also a famous geographer and hydrographic surveyor, teaching subjects in the science areas at the Naval School and Coimbra University. A much decorated officer, scientist and educator, he died in 1955 leaving behind valuable work, mainly related with Nautical Science.

[Author: Fernando Mendonça Fava, pp. 110-123]

China in the Thoughts of José da Costa Nunes

José da Costa Nunes (1880-1976) was a renowned Catholic intellectual (Bishop of Macao and of Timor, Archbishop

of Goa and Cardinal of the Holy See) who lived in Macao for about forty years, leaving remarkable cultural, apostolic and educational marks, as well as being head of the Church in Macao. This article is divided into two parts: the first gives an overview of the time when he lived, the multifaceted wealth of his existential path and the complexity of his work; the second studies and questions his cultural and humanistic view of China and the relations between the Portuguese and the Chinese. Attached is a Provision on the study of the language of the peoples to be evangelised.

[Author: António Aresta, pp. 124-150]

AUTORES / AUTHORS

- BROOKSHAW, David
A Cuisine of Nostalgia: The Role of Food in Senna Fernandes's *A Trança Feiticeira*
怀旧佳肴：食物在飞历奇作品《大辫子的诱惑》中的角色
N.º 38, Abril/April 2011, pp. 22-29
- BROOKSHAW, David
Julian Lees, *The Fan Tan Players*
Julian Lees, 番摊玩家
N.º 39, Julho/July 2011, pp. 88-89
- BROOKSHAW, David
Politics, Patriarchy, Progress and Postcoloniality: The Life in the Fiction of Henrique de Senna Fernandes
政治、父权制、发展和后殖民：飞历奇小说中的生活描述
N.º 38, Abril/April 2011, pp. 6-21
- CHEN Fangze
Portuguese Missionaries' Contribution to Japanese Linguistics: On João Rodrigues and the Linguistic Outline in the First Japanese Grammar *Arte da Lingoa de Iapam*
葡萄牙传教士对日语语言学的贡献：陆若汉和第一本日语文法《日本大文典》中的语言学概要
N.º 39, Julho/July 2011, pp. 121-132
- CHEN Xizi, LIU Xiaoshan
Nanban Tçuzu's Contribution to Japanese-Portuguese Commerce: On Rodrigues' Role as Ieyasu's Commercial Agent
南蛮通辞于日葡贸易中的贡献——传教士陆若汉成为德川家康贸易代理人始末考
N.º 40, Outubro/October 2011, pp. 22-32
- COSTA, Manuel Afonso
Canções de Beber e Outras Visitas
饮酒诗歌及其他
N.º 39, Julho/July 2011, pp. 57-64
- DIAS, Alfredo Gomes
Portugal, China and the New Republican Regimes: Continuities and Ruptures in Sino-Portuguese Dialogue Around the Macao Issue (1909-1911)
葡萄牙、中国与新共和政体：中葡就澳门问题的对话中的持续与破裂 (1909-1911)
N.º 40, Outubro/October 2011, pp. 50-63
- DIAS, Alfredo Gomes
As Questões Actualmente Pendentes entre Portugal e a China (1911)
中国与葡萄牙之间目前悬而未决的问题 (1911)
N.º 37, Janeiro/January 2011, pp. 6-15
- DIAS, Alfredo Gomes
Retrato Sociodemográfico dos "Portugueses de Hong Kong" (1879-1949)
对香港的葡萄牙人 (1879-1949) 之社会人口统计描写
N.º 39, Julho/July 2011, pp. 90-101
- DIAS, Alfredo Gomes
Senna Fernandes: Família, Cultura e Diáspora
飞历奇作品表现的情景：家庭、文化和散居在异乡的人
N.º 38, Abril/April 2011, pp. 54-60
- FAVA, Fernando Mendonça
João Tamagnini de Sousa Barbosa e a Primeira República Portuguesa
葡萄牙第一共和国与若奥·塔玛尼尼·苏萨·巴波萨
N.º 37, Janeiro/January 2011, pp. 68-82
- FIGUEIREDO, Carlos Filipe G.
Fragmentos Picarescos *Senna Fernandinos*. Contributos Literários para a Captação do Factual da Macau Antiga em *A Trança Feiticeira e Amor e Dedinhos de Pé*
飞历奇的 喜剧作品：“大辫子的诱惑”和“爱情与小脚趾”对文学的贡献在于昔日澳门情景的再现
N.º 38, Abril/April 2011, pp. 30-53
- GIORDANA, Barbara
Auguste Borget: A Visão de um Pintor no Sul da China
奥古斯特·博尔杰：一个中国南方画家的视野
N.º 39, Julho/July 2011, pp. 44-56
- GONÇALVES, Arnaldo
O Debate de 1911-1912 sobre o Modelo Político de Macau
有关澳门政治模式的辩论 (1911-1912)
N.º 40, Outubro/October 2011, pp. 64-85
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves
A Obra do Escultor Macaense Raúl Xavier (1894-1964): Espírito do Oriente na Arte do Estado Novo em Portugal
土生葡人劳尔·沙维尔 (1894-1964) 的雕塑作品：葡萄牙新国家时期艺术中的东方精神
N.º 38, Abril/April 2011, pp. 77-91
- GUO Weidong
Who or What's Behind It: The Internal and External Factors Leading to the Fall of the Qing Empire
谁主沉浮：王朝复灭的内外因素
N.º 37, Janeiro/January 2011, pp. 92-111
- LAM Ho Linda
Macanese Identity: Code-switching and Code-mixing in the Macanese Community in Macao
澳门土生葡人的身份认同：澳门土生葡人族群中的语码转换及混码
N.º 40, Outubro/October 2011, pp. 100-128
- HOMEM, Amadeu Carvalho
Evocando Teófilo Braga, Literato da República
回忆共和国文学家特奥费洛·布拉加
N.º 37, Janeiro/January 2011, pp. 46-67
- JARDIM, Oswaldo Veiga
Macao "A Salzburgo do Oriente": Do Sonho à Realidade. O Festival Internacional de Música de Macau Durante o Período de Transição (1987-1999)
澳门—东方的“萨尔茨堡”，从梦想到现实：过渡时期的澳门国际音乐节 (1987-1999)
N.º 39, Julho/July 2011, pp. 6-43
- LEMOES, Lúcia
O Pavilhão das Peónias /The Peony Pavilion
牡丹亭
N.º 38, Abril/April 2011, pp. 125-138
- LIN Hang
Zhidong Hao, *Macau: History and Society*
郝志东, *Macau: History and Society*
N.º 40, Outubro/October 2011, pp. 147-148

ÍNDICE N.ºS 37-40

LOBATO, Manuel

A Man in the Shadow of Magellan:
Francisco Serrão, the First European
in the Maluku Islands (1511-1521)
走在麦哲伦影子的人：弗朗西斯科
施兰·摩鹿加群岛上的第一名
欧洲人 (1511-1521)

N.º 39, Julho/July 2011, pp. 102-120

MADURO, António Valério

A República e a Herança Económica
da Monarquia Constitucional
共和国与君主立宪制的经济遗产

N.º 37, Janeiro/January 2011, pp. 83-91

MANSO, Maria de Deus Beites;

SOUSA, Lúcio de Os Portugueses
e o Comércio de Escravos entre Malaca,
Macao e as Filipinas (1580-1600)
葡萄牙人在菲律宾的奴隶贸易
(1580-1600)

N.º 40, Outubro/October 2011, pp. 6-21

PTAK, Roderich

From Siam to Guangdong and Macao:
A Note on the Mongoose in Ming
and Qing Sources
从暹罗到广东和澳门：明清资料中对
猫鼬的记录

N.º 39, Julho/July 2011, pp. 133-142

PUGA, Rogério Miguel

Os Descobrimentos Portugueses
e o Encontro Intercultural em Macau
num Poema Desconhecido de Austin
Coates: “Macao”
奥斯汀·科茨未发表的诗作：
“澳门”中的葡萄牙大发现与澳门的
文化间相遇

N.º 38, Abril/April 2011, pp. 69-76

PUGA, Rogério Miguel

Paisagens Etnográficas de Macau
e do Sul da China em *A Chinesinha* (1974),
de Maria Pacheco Borges, e *Aquarelas
de Macau 1960-1970* (1998),
de Ana Maria Amaro
玛丽亚·帕切科·博尔热斯
“中国女性”(1974)中的澳门和中国南
方人种史情景 以及阿玛罗的
“1960-1970 澳门水彩画”(1998)

N.º 39, Julho/July 2011, pp. 65-87

SANTOS, Miguel Dias

Revoluções e Revoltas na Primeira
República: Ensaio sobre Violência Política
(1910-1926)

在第一共和国的革命与暴动：政治
暴力的尝试 (1910-1926)

N.º 40, Outubro/October 2011,
pp. 86-99

SARMENTO, Clara

A Correspondência Luso-Brasileira: Narrativa
de um Trânsito Intercultural
《葡国-巴西通信》：文化间的
叙述通道

N.º 40, Outubro/October 2011,
pp. 129-146

SENA, Teresa

O Ano do Nascimento
de José Vicente Jorge
若塞·维森特·若尔热的诞生年代

N.º 38, Abril/April 2011, pp. 92-108

SHENG-MEI Ma

Dark Writ: Marginal and Magical Macao
黑暗写作：边缘及奇幻的澳门

N.º 38, Abril/April 2011, pp. 61-68

SPOONER, Paul B.

Song Ailing and the China's
Revolutionary Elite
宋蔼龄和中国革命精英

N.º 37, Janeiro/January 2011, pp. 27-45

SPOONER, Paul B.

Sun Yat Sen and the Second International
孙中山与第二国际

N.º 37, Janeiro/January 2011, pp. 16-26

STANISZEWSKA-GIORDANA, Barbara

Auguste Borget. A Year in China
(1838-1839)
奥古斯特·波塞尔——在中国的一年
(1838-1839)

N.º 38, Abril/April 2011, pp. 109-124

VAN DYKE, Paul A.

Floating Brothels and the Canton Flower
Boats 1750-1930
水上妓院和广东“花船”(1750-1930)

N.º 37, Janeiro/January 2011,
pp. 112-142

WIDODO, Johannes

Melaka: A Cosmopolitan City
in Southeast Asia
马六甲：东南亚的大都会

N.º 40, Outubro/October 2011, pp. 33-49



郵票
Selo

中國 澳門
塔石廣場
文化局大樓
澳門特別行政區政府文化局
《文化雜誌》編輯部

*INSTITUTO CULTURAL do Governo
da Região Administrativa Especial de Macau
Revista de Cultura
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural
Macau, China*

RC

Boletim de Assinatura Subscription Form Aquisição de Publicações Back Issue Order

- ☐ Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º _____
- ☐ I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. _____
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Internacional
- ☐ I would like to buy No(s) _____ of RC International Edition
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Portuguesa e/ou _____ da Edição Inglesa
- ☐ I would like to buy RC back issue(s) No(s) _____ of the Portuguese Edition and/or No(s) _____ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

Forma de Pagamento Payment

- ☐ Junto envio o saque bancário em nome do **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** n.º _____ no valor de MOP / US\$ _____
- ☐ Enclosed please find bank draft no. _____ payable to **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ _____
- Endereçar a / Send to**
Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China
- ☐ Cartão de Crédito / Credit Card
- ☐ Visa ☐ Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, _____, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de _____ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, _____ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of _____ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

Signature of cardholder

50% de desconto do preço de capa na compra de 4 exemplares.
discount off cover price when buying 4 issues.

Números anteriores Edição Internacional

Revista de Cultura

Back issues International Edition Review of Culture



N.º 29 Janeiro/January 2009

Macau e as Relações Sino-Americanas
Macao and Sino-American Relations



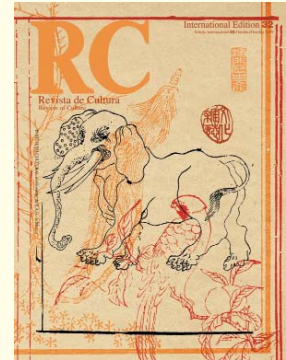
N.º 30 Abril/April 2009

Cidades e Fronteiras
Cities and Borders

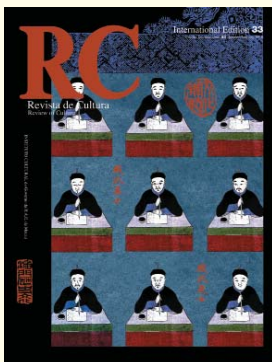


N.º 31 Julho/July 2009

Diálogo Inter-artes e Macau
Inter-arts Dialogue and Macao

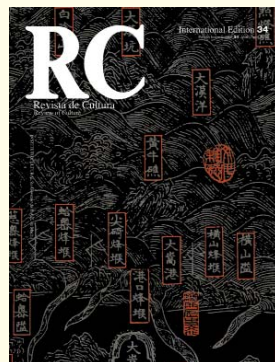


N.º 32 Outubro/October 2009



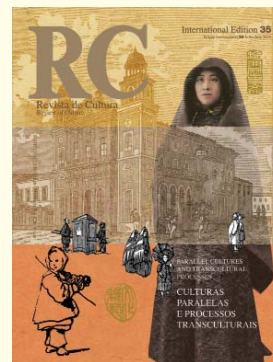
N.º 33 Janeiro/January 2010

Portugal e China:
Duas Revoluções, Dois Centenários - II
Portugal and China:
Two Revolutions, Two Centenaries - II



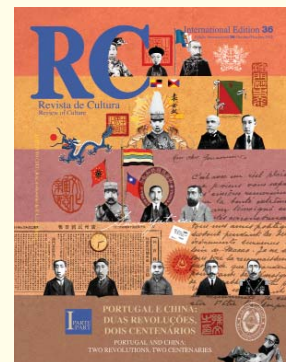
N.º 34 Abril/April 2010

Macau: Artes e Letras - I
Macao: Arts & Letters - I



N.º 35 Julho/July 2010

Culturas Paralelas
e Processos Transculturais
Parallel Cultures
and Transcultural Processes



N.º 36 Outubro/October 2010

Portugal e China:
Duas Revoluções, Dois Centenários - I
Portugal and China:
Two Revolutions, Two Centenaries - I



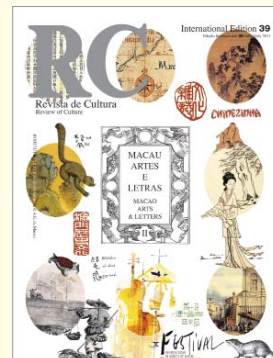
N.º 37 Janeiro/January 2011

Portugal e China:
Duas Revoluções, Dois Centenários - II
Portugal and China:
Two Revolutions, Two Centenaries - II



N.º 38 Abril/April 2011

Macau: Artes e Letras - I
Macao: Arts & Letters - I



N.º 39 Julho/July 2011

Macau Artes e Letras - II
Macao Arts & Letters - II



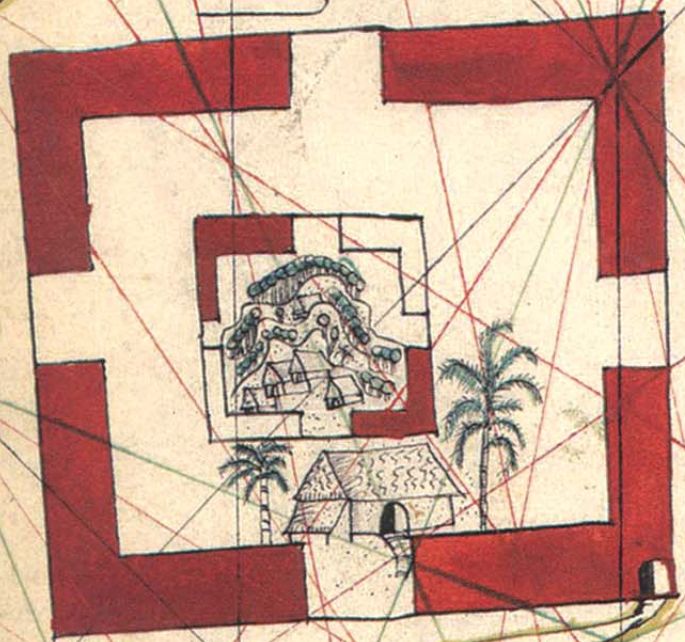
N.º 40 Outubro/October 2011

Para encomendar qualquer destes exemplares ou para fazer uma assinatura, preencha e envie s.f.f. o formulário destacável da página anterior. Para saber da disponibilidade dos números das séries anteriores (edição portuguesa e edição inglesa) bem como da edição chinesa, queira contactar-nos: rci@icm.gov.mo

To buy any of these issues or to subscribe, please fill in and mail the form on the opposite page. Please contact us at: rci@icm.gov.mo concerning previous series in English and Portuguese, or the current Chinese series.



Meda dachina



pequenos a propia dachina



Derrechoatima

Abom dachina

atradilha Nurgimos Jamquos dachina

ISSN 1682-1106



9 771682 110004